

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Ramiro José dos Reis**

**OPERAÇÃO CONDOR E O *SEQUESTRO DOS URUGUAIOS* NAS  
RUAS DE UM PORTO NÃO MUITO ALEGRE**

**Porto Alegre**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Ramiro José dos Reis**

**OPERAÇÃO CONDOR E O *SEQUESTRO DOS URUGUAIOS* NAS  
RUAS DE UM PORTO NÃO MUITO ALEGRE**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Enrique Serra Padrós**

**Porto Alegre**

**2012**

*Ao Yano*

Pelo seu exemplo de LUTA e DIGNIDADE.

Por amar a VIDA e a LIBERDADE

Pela sua CORAGEM!

*Fuerza amigo!*

## AGRADECIMENTOS

O grande poeta cubano José Martí disse, certa vez, que: “*No se pueden hacer grandes cosas sin grandes amigos.*” Uma dissertação de mestrado é definitivamente uma coisa grande. Não sei se pela grandiosidade, mas pelo enorme trabalho. Entretanto, tive a essencial ajuda de grandes amigos. Alguns de longa data, outros que fui fazendo no decorrer dessa pesquisa, que, aliás, seria inviável sem eles:

À Aline Reis por tudo. Pelo amor e carinho, fundamentais para minha vida e também por ter aceitado passar nossa lua de mel em Montevidéu fazendo centenas de fotocópias de documentos no Ministério de Relações Exteriores. Te amo, minha linda! Ao meu pai Paulo Martins quem me ensinou a ser quem eu sou, antes de partir e deixar uma infinita saudade.

Ao Enrique Serra Padrós pela orientação cartesiana; por me mostrar os caminhos; pelas oportunidades de escrever em um livro e dar aulas sobre a Operação Condor na graduação; pela solidariedade, amizade e, sobretudo, por ter me apresentado o tema da pesquisa. Enquanto, eu pensava em fazer um estudo sobre cinema o Enrique me falou sobre esse fato histórico extraordinário. Nem o roteirista mais criativo inventaria uma história tão fantástica quanto esta do *sequestro dos uruguaios*. Ao Jair Krischke pelas esclarecedoras e agradáveis *charlas* sobre o Condor e o Cone Sul da Segurança Nacional; por ter me passado os principais contatos (o homem conhece todo mundo); pelos livros e documentos disponibilizados e, principalmente, por ser um cidadão que está sempre em Movimento, é Direito, Justo e, acima de tudo, Humano.

Ao Universindo Rodríguez Díaz pelas grandes entrevistas, livros, filmes; pela estadia em Montevidéu; pelos contatos; por torcer pelo Sport Club Internacional e pelo *Peñarol* (desculpe-me Enrique), e, principalmente, por ter sobrevivido com força e dignidade à rapinagem terrorista do Condor e por ser um exemplo de cidadão de caráter que ama a vida e a liberdade. *Fuerza Yano!*

À Lilián Celiberti pelas entrevistas tanto em Porto Alegre como em Montevidéu. Por me responder aos meus e-mails de imediato às sete horas da manhã mesmo com tanto trabalho em prol da defesa dos Direitos Humanos. Ao Camilo Casariego por ter me concedido a primeira entrevista sobre um tema tão delicado do qual não havia falado durante cerca de três décadas. À Francesca Casariego também pela entrevista. À *Charro* por me receber muito bem em sua casa, bem como pela sua força e coragem ao conceder uma entrevista tão carregada de dor e emoção. Ao doutor Omar Ferri pelo ótimo atendimento que tive em seu

escritório bem como pela grande entrevista concedida. Ao José Mitchell pela importante entrevista sobre o papel da imprensa dentre outras coisas acerca do caso. Ao Luiz Cláudio Cunha por esclarecer algumas dúvidas (e pelo grande livro, muito importante como fonte para esse trabalho). Ao João Guilherme dos Reis pela cópia, em VHS, do impressionante documentário *Cone Sul*. Ao Nilson Cesár Mariano por ter me fornecido sua dissertação. Ao Marlon Assef por ter me concedido seu belo livro sobre o exílio brasileiro no Uruguai.

Ao doutor Álvaro Rico por ter me recebido, em Montevideu, mesmo com tantas tarefas referentes à coordenação da Universidade. Ao senhor Luis Almagro, Ministro das Relações Exteriores por ter autorizado minha pesquisa nesse fundamental arquivo, bem como aos excelentes profissionais Juan Ortiz e Álvaro Corbacho que me atenderam de maneira exemplar no MRE. À Cláudia Wasserman e Dorge Alceno Konrad por terem participado da minha qualificação de mestrado contribuindo muito com a crítica e sugestões.

Um agradecimento especial às minhas colegas da UFRGS: Ananda Simões Fernandes, Silvia Simões, Marla Assunção Barboza pela correção do português e pela formatação do trabalho além das idéias e sugestões. Às minhas colegas de trabalho, Jocenira Nunes e Solange Sabino pela correção do português e do inglês, respectivamente. Ao Jorge Fernandes, Eduardo Chaves e a Caroline Silveira Bauer por terem lido meu trabalho ainda na fase inicial e pelas dicas e críticas construtivas. (à Carol ainda pela parceria nas aulas para a graduação). Aos alunos/colegas da cadeira sobre Operação Condor por terem sobrevivido às nossas aulas nas sextas-feiras à noite (esses são da resistência).

Aos anarquistas da FAG pela oportunidade de falar do *sequestro dos uruguaios* em evento sobre os 40 anos do AI-5. Ao camarada libertário Rafael Escurus pela nossa *historieta* sobre o *caso Lilián-Universindo* que em breve será lançada. Aos ex-combatentes Alejandro Blás Facal, pela grande entrevista no Mercado Público e Guillermo Rallo, pelas conversas descontraídas nos eventos. Ao Nilo Piana de Castro pela troca de DVDs referentes às ditaduras e o Plano Condor.

Finalmente, gostaria de agradecer aos professores Hernán Ramiro, Gilberto Calil e Eduardo Palermo pela oportunidade de publicar meus artigos nas revistas das quais eles fazem parte do conselho editorial. Enfim, esse trabalho comprova que o coletivo prevalece sobre o individual, portanto, MUITO OBRIGADO a todos.

*Há muito tempo que ando,  
Nas ruas de um porto não muito alegre  
E que no entanto  
Me traz encantos  
Um pôr de sol me traduz em versos*

*De seguir livre, muitos caminhos  
Arando terras  
Provando vinhos  
De ter idéias de liberdade  
De ver amor em todas idades*

*Nasci chorando  
Moinhos de Vento  
Subir no bonde  
Descer correndo  
A boa funda de goiabeira  
Jogar bolita  
Pular fogueira*

*Sessenta e quatro  
Sessenta e seis  
Sessenta e oito, mau tempo talvez  
Anos setenta, não deu pra ti  
E nos oitenta, eu  
Não vou me perder por aí*

***Horizontes***, Flávio Bicca

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os fatores que determinaram a peculiaridade histórica do *sequestro dos uruguaios*, ocorrido em novembro de 1978, na cidade de Porto Alegre no marco da conexão repressiva entre Brasil e Uruguai sob cobertura da Operação Condor. Para tanto, está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo analisa o contexto do Cone Sul latino-americano nas décadas de 1960 e 1970, quando da implantação das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional, bem como o início da conexão repressiva a partir do golpe de Estado no Brasil. A oficialização da Operação Condor, em 1975, qualificaria e redimensionaria essa experiência de colaboração regional, realidade até então, país a país. Ainda nesse primeiro momento, identificamos e avaliamos as principais características do operativo bem como a atuação do Uruguai e do Brasil dentro desse marco. O segundo capítulo aborda especificamente o *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre, desde a sua planificação no Uruguai até a sua execução na capital gaúcha. Para tanto, analisa a tentativa de organizar uma relativa resistência uruguaia, no Rio Grande do Sul, no final dos anos 1970, seus vínculos com a oposição brasileira e, conseqüentemente, a atuação repressiva conjunta do DOPS/RS e da *Compañía de Contrainformaciones*. Estas estruturas repressivas foram o rosto do TDE regional contra Lilián, Universindo, Camilo e Francesca. Ainda no capítulo 2, apontamos e dissecamos as denominadas *farsas* diversionistas criadas para confundir a opinião pública, manipular a informação e inviabilizar a investigação e a responsabilização dos agentes e autoridades envolvidos no sequestro. Finalmente, o terceiro capítulo analisa os desdobramentos do sequestro em Porto Alegre e destaca o protagonismo crucial da imprensa, da OAB-RS, da Assembleia Legislativa e do MJDH, gerando um clima inédito, até então, de ofensiva de setores democráticos junto à opinião pública e contra as políticas repressivas de silêncio ou tergiversação das ditaduras envolvidas. O capítulo abrange, finalmente, o momento da responsabilização do Estado brasileiro ante um crime de lesa-humanidade.

**PALAVRAS –CHAVE:** Operação Condor – Sequestro dos Uruguaios – Conexão Repressiva – Brasil/Uruguai – Porto Alegre.

## ABSTRACT

This dissertation has for objective to analyze the factors that determined the historical peculiarity of the *kidnapping of Uruguayans*, in November 1978, in Porto Alegre city in mark of repressive connection between Brazil and Uruguay under coverage of Operation Condor. This analyze is divided into three chapters. The first chapter analyzes the context of the South Cone of Latin American in the 1960s and 1970s, when the deployment of civil-militaries dictatorships of National Security, as well as the beginning of the repressive connection from of the coup of State in Brazil. The formalization of Condor Operation, in 1975, qualify resize and up that experience for regional collaboration, reality until so, country by country. Even at this first time, identify and evaluate the main features of operating as well as performance Uruguay and Brazil within that framework. The second chapter specifically the *kidnapping of Uruguayans* in Porto Alegre, since its planning in Uruguay until its execution in the state capital. It analyzes the attempt to organize a relative Uruguayan resistance in Rio Grande do Sul, in the final 1970s, theirs links with the Brazilian opposition and, consequently, the repressive actions joint of the DOPS / RS and *Compañía de Contrainformaciones*. These repressive structures were the face of regional TDE against Lilián, Universindo, Camilo and Francesca. Also in Chapter 2, point out and dissect the so-called diversionary hoaxes created to confuse public opinion, to manipulate the information and to make impossible the investigation and accountability of officers and officials authority involved in the kidnapping. Finally, the third chapter analyzes the implications of the kidnapping in Porto Alegre and bring out the crucial highlight of the press, of the OAB-RS, of the Legislature and of theMJDH, generating an unprecedented climate, until then, of offensive of democratic sectors join to public opinion and against the repressive politics of silence or misrepresentation of dictatorships involved. The chapter covers, finally, the moment of accountability of the Brazilian State face a crime against humanity.

**KEYWORDS:** Condor Operation - *Kidnapping of the Uruguayans* - Repressive Connection - Brazil / Uruguay - Porto Alegre city.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E OPERAÇÃO CONDOR NO CONE SUL .....</b>	<b>29</b>
1.1 O CONE SUL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	30
1.1.1 Doutrina de Segurança Nacional.....	33
1.1.2 Golpes civil-militares, Terror de Estado e Coordenação repressiva regional.....	36
1.2 OPERAÇÃO CONDOR.....	40
1.2.1 O <i>ovo</i> do Condor: a origem da cooperação transnacional.....	41
1.2.2 A estrutura e a dinâmica do operativo.....	46
1.2.3 O Uruguai na Operação Condor.....	50
1.2.4 O Brasil na Operação Condor.....	55
1.3 CENÁRIOS DA OPERAÇÃO <i>ZAPATO ROTO</i> : URUGUAI, BRASIL E RIO GRANDE DO SUL.....	59
1.3.1 O contexto uruguaio no final dos anos 70.....	60
1.3.2 O contexto brasileiro no final dos anos 70.....	62
<b>2 OPERAÇÃO CONDOR EM PORTO ALEGRE E O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS.....</b>	<b>65</b>
2.1 APORTES BIOGRÁFICOS: LILIÁN E UNIVERSINDO (YANO).....	66
2.2 O PVP NA ARGENTINA .....	70
2.3 RESISTÊNCIA URUGUAIA NO BRASIL.....	75
<b>2.3.1 Objetivos da Base brasileira: viver cotidianamente e resistir.....</b>	<b>77</b>
2.4 O COMANDO REPRESSIVO BINACIONAL.....	81
<b>2.4.1 A <i>Compañía de Contrainformaciones</i> e a <i>Operación Zapato Roto</i>.....</b>	<b>81</b>
<b>2.4.2 Caçada a Hugo Cores .....</b>	<b>83</b>
<b>2.4.3 Ciclo <i>sequestro-tortura-sequestro</i>.....</b>	<b>85</b>
<b>2.4.4 A pata brasileira da <i>Operación Zapato Roto</i>.....</b>	<b>87</b>
2.5 SEQUESTRO EM PORTO ALEGRE.....	89
<b>2.5.1 Sequestro na rodoviária e na rua Botafogo .....</b>	<b>89</b>
<b>2.5.2 Primeiro traslado clandestino.....</b>	<b>92</b>
<b>2.5.3 <i>Ratonera</i> em Porto Alegre.....</b>	<b>95</b>
2.6 FARSAS PARA RESGUARDAR O SEQUESTRO.....	99

2.7 LILIÁN E UNIVERSINDO: PRISIONEIROs POLÍTICOS DA DITADURA URUGUAIA .....	109
<b>3 DENÚNCIA, RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NO CASO CELIBERTI-RODRÍGUEZ.....</b>	<b>115</b>
3.1. O PAPEL DA FAMÍLIA CELIBERTI.....	117
3.1.1 <i>La madre</i> .....	118
3.1.2 <i>La abuela</i> .....	120
3.1.3 <i>Los niños</i> .....	125
3.2 O PAPEL DA IMPRENSA.....	128
3.2.1 Visão uruguaia da imprensa brasileira.....	130
3.2.2 Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco: jornalistas e protagonistas.....	133
3.3 A ATUAÇÃO DE OMAR FERRI E DA OAB-RS.....	138
3.4 O PAPEL DOS DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	149
3.4.1 Pioneira Comissão Parlamentar de Inquérito.....	150
3.4.2 Relatórios finais da CPI.....	154
3.5 O PAPEL DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.....	156
3.6 O PAPEL DA JUSTIÇA.....	161
3.7 RECONHECIMENTO DO ESTADO E REPARAÇÃO.....	165
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>168</b>
REFERÊNCIAS .....	174

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA (ou Triple A) – *Alianza Anticomunista Argentina* (AR)  
ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados  
AI – *Acto Institucional* (UY)  
AI-5 – Ato Institucional Número 5  
ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul  
ALPRO – Aliança para o Progresso (EUA)  
AID - Agência para o Desenvolvimento Internacional (EUA)  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ARI – Associação Regional de Imprensa  
CADA – *Comisión Administradora de Abasto – Carne de gado* (UY)  
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia  
CCC - Comando de Caça aos Comunistas  
CCDs - Centros Clandestinos de Detenção  
CIA – Agência Central de Inteligência (EUA)  
CIEx – Centro de Informações do Exterior  
CLAMOR - Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul  
CNT – *Convención Nacional de Trabajadores* (UY)  
CONADEP – *Comisión Nacional sobre el Desaparecimiento de Personas* (AR)  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
DINA – *Dirección de Inteligencia Nacional* (CHI)  
DNII – *Dirección Nacional de Información y Inteligencia* (UY)  
DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DSI – Divisão de Segurança e Informação  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
ELN – *Ejército de Liberación Nacional* (BOL)  
ERP – *Ejercito Revolucionario del Pueblo* (AR)  
ESG – Escola Superior de Guerra

ESMA – *Escuela Mecanica de la Armada* (AR)  
EUA – Estados Unidos da América  
FAU – *Federación Anarquista UruguAya* (UY)  
FEUU - *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (UY)  
FUSNA - *Fusileros Navales* (UY)  
JCR – *Junta Coordinadora Revolucionária*  
JUP – *Juventud Uruguaya de Pié* (UY)  
MLN-T - *Movimiento de Liberación Nacional–Tupamaros* (UY)  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (CHI)  
MJDH - Movimento de Justiça e Direitos Humanos  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OAB/RS - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio Grande do Sul  
OBAN – Operação Bandeirantes  
OAOA - *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (UY)  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPR-33 – *Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales* (UY)  
PVP - *Partido por la Victoria del Pueblo* (UY)  
ROE - *Resistencia Obrero Estudiantil* (UY)  
SID – *Servicio de Inteligencia de Defensa* (UY)  
SIDE - *Servicio de Defensa del Estado* (AR)  
SIJAU - *Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay* (UY)  
SN - Segurança Nacional  
SNI – Serviço Nacional de Inteligência  
SERPAJ - *Servicio Paz y Justicia* (UY)  
TDE – Terror de Estado  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
UTAA - *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UY)

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado visa identificar e analisar os fatores que determinaram a peculiaridade histórica do *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre, no marco da conexão repressiva entre Brasil e Uruguai, sob a cobertura da Operação Condor. Nessa perspectiva, este trabalho visa atingir os seguintes objetivos específicos: avaliar o papel estratégico e geopolítico da região do Rio Grande do Sul na Operação Condor, especialmente no caso em estudo; destacar a importância da cidade de Porto Alegre como local de atuação da resistência uruguaia na segunda metade dos anos 1970; identificar e dimensionar os mecanismos e protagonistas da rede de denúncias e de resistência vinculados ao caso; inserir o sequestro na capital gaúcha dentro da lógica da participação do Uruguai na Operação Condor.

O objetivo central desse estudo é analisar os motivos que impediram o desfecho esperado pelos órgãos repressivos binacionais. Vários são os elementos de análise levantados para solucionar o problema de pesquisa e atingir os objetivos apontados. Entre eles destacamos: a implementação de novos mecanismos de segurança e compartimentação do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP) após a trágica experiência adquirida na Argentina, em 1976; o envolvimento da imprensa na denúncia e elucidação do sequestro; a atuação de Lilián Celiberti, que diante da situação limite do sequestro e desaparecimento, desenvolveu um estratagema para garantir a sobrevivência dos seus filhos e denunciar o fato à sua organização; a falta de entrosamento no interior do comando repressivo binacional; a utilização do Palácio da Polícia (sede do Departamento de Ordem e Política Social do Rio Grande do Sul) como centro de detenção ilegal e tortura, fato fundamental no posterior esclarecimento do caso.

Para realizar esta pesquisa foram utilizados vários tipos de fontes, dentre as quais algumas inéditas na investigação sobre o tema. O uso de amplas e diversificadas fontes é uma premissa fundamental da História do Tempo Presente, que permite ao historiador efetuar os cruzamentos e as verificações correspondentes para realizar suas avaliações e conclusões.<sup>1</sup>

Segundo Marc Bloch:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde

---

<sup>1</sup> PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo Presente, Ditaduras de segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./ jun. 2009. p. 38.

um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza.<sup>2</sup>

Nesta perspectiva utilizamos em primeiro lugar os testemunhos orais dos principais protagonistas do sequestro em Porto Alegre. Por um lado, entrevistamos as vítimas do sequestro, Lilián Celiberti, Universindo Rodríguez Díaz, Camilo Casariego Celiberti e Francesca Casariego Celiberti. Por outro, obtivemos depoimentos de protagonistas dos fatos que tiveram papel importante na sua denúncia e elucidação, como Luiz Cláudio Cunha, Omar Ferri, Jair Krischke e José Mitchell. Estas fontes, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, foram analisadas com rigor crítico e cautela, bem como cotejadas entre si e com as fontes escritas no intuito de enriquecer o trabalho com as impressões e interpretações particulares vivenciadas por cada sujeito histórico. A riqueza destas fontes e sua utilização para a análise de questões e problemas vinculados ao tempo presente são corroboradas por Enrique Padrós: “[...] a existência de testemunhas/protagonistas dos acontecimentos, verdadeiros *archivos vivos*, e a oportunidade de ouvi-los, são das particularidades mais valiosas que o Tempo Presente disponibiliza”.<sup>3</sup>

Portanto, nesta dissertação, as entrevistas representam um importante aporte para avaliar quais os fatores determinantes para conferir particularidade ao *caso Lilián-Universindo* no marco da Operação Condor. O grande trunfo dos depoimentos é que eles são capazes de nos trazerem questões de ordem subjetiva que escapam às frias fontes oficiais e fornecem uma face mais humana ao trabalho do historiador. Contudo, é claro que a subjetividade pode ser também a armadilha do pesquisador se não for analisada com método e rigor científico. Neste sentido, a metodologia da História Oral e da História do Tempo Presente foram utilizados de maneira crítica e criteriosa, através do cruzamento de informações obtidas nas diversas fontes (orais e escritas – repressivas e sobre a repressão) em busca de conexões e contradições para traçar um panorama preciso acerca da temática estudada sempre no intuito de “compreender” e não de julgar a história.<sup>4</sup>

O principal arquivo uruguaio pesquisado, vinculado ao tema proposto, foi o do Ministério de Relações Exteriores (subdividido em *Archivo Histórico* e *Archivo*

---

<sup>2</sup> BLOCH, March. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 80.

<sup>3</sup> PADRÓS, op. cit., p. 38.

<sup>4</sup> BLOCH, op. cit. p. 128.

*Administrativo*).<sup>5</sup> Também se teve acesso documentação dos Serviços de Inteligência. Nessa documentação, inédita em trabalhos acadêmicos no Brasil, destaco os prontuários policiais secretos da *Dirección de Investigaciones del Ministerio del Interior*, de Universindo Rodríguez Díaz e de Lilián Celiberti Casariego. Tais prontuários (de 19 páginas no caso de Universindo e 40 páginas no caso de Lilián) consistem em relatórios com informações referentes aos antecedentes políticos de Lilián e Universindo na luta estudantil, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, bem como sobre o período do sequestro e os desdobramentos no período democrático. Esses documentos se revestem de enorme importância, pois mostram a visão que o serviço secreto uruguaio tinha dos militantes do PVP, da sua organização, bem como sobre os eventos ocorridos no Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre destacamos o Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF), que compõe o ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura (atualmente localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). Este corpo documental é fundamental para o estudo do caso *Lilián-Universindo*, pois nele encontra-se farta documentação sobre os acontecimentos e processo jurídico resultante. Constam dos documentos – distribuídos em 12 caixas – inquéritos contra os sequestradores, inúmeras matérias de jornais estaduais, nacionais e internacionais, anotações, bilhetes, correspondências, depoimentos, termos de declarações, etc. Cabe lembrar que Omar Ferri foi o advogado acionado pelo CLAMOR após esta organização ter recebido telefonema anônimo informando sobre um suposto sequestro que estaria ocorrendo na capital gaúcha.

Também foi utilizado o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde consta a documentação produzida pela CPI sobre o *Sequestro dos Uruguaios*, ocorrida em 1979. Esse arquivo registra o intenso embate político e ideológico travado entre os deputados de oposição, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pressionando pelo esclarecimento dos fatos e a punição dos responsáveis, e os deputados da situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), os quais negavam o crime e culpavam as vítimas por subversão.

Além desses quantitativos conjuntos de documentos, consultamos o qualitativo arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), onde encontramos riquíssima documentação derivada de um caso subsidiário do sequestro dos uruguaios, o termo de declarações prestado pelo soldado desertor Hugo Walter Garcia Rivas, em 1980, quem revelou detalhes confirmando a efetivação do sequestro. No MJDH também se obteve acesso

---

<sup>5</sup> Onde está localizada a documentação do consulado do Uruguai de Porto Alegre e da Embaixada em Brasília. Aí constam também relatórios sobre o acompanhamento da imprensa a cerca dos desdobramentos do sequestro.

à sentença condenatória do processo estadual contra os policiais do DOPS, em 1981.

Ainda em termos de documentação primária, destacamos as obras: *Sequestro no Cone Sul – O caso Lilián e Universindo* (1981), de Omar Ferri; o livro de memórias de Lilián Celiberti, escrito após sair do cárcere, *Meu Quarto, Minha Cela* (1989); e *Confissões de um ex-torturador* (1980), do citado ex-soldado da Companhia de Contra-Inteligências, que participou da operação. Estas três obras foram escritas no calor do acontecimento pelos próprios protagonistas e, por isso, foram importantes no desenvolvimento desse trabalho.

Portanto, em termos de fontes, a pesquisa realizada para esta dissertação obteve um significativo aporte com a utilização de documentos repressivos inéditos e as fontes orais apontadas. A incorporação dos mesmos permitiu analisar os fatores que determinaram a particularidade histórica do sequestro dos uruguaios no marco da Operação Condor.

O *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre é um dos poucos casos da coordenação repressiva regional em que existem depoimentos das vítimas diretas (Lilián Celiberti, Camilo Celiberti e Universindo Rodríguez), das vítimas indiretas (Dona Lilia, mãe de Lilián), de testemunhas (os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco), do advogado das vítimas (Omar Ferri) e de um quadro repressivo uruguaio, partícipe direto da operação delitiva (Hugo Walter Garcia Rivas). Neste sentido, esta dissertação traz uma pequena contribuição ao apresentar documentos produzidos pelos serviços de inteligência e diplomáticos do Uruguai. Considerando o caráter clandestino da Operação Condor, tal contribuição é significativa.

Esta dissertação contribui com outros dois documentos inéditos das forças repressivas brasileiras, duas fichas informativas confidenciais, oriundas provavelmente do DOPS,<sup>6</sup> sobre Lilia Rosas Terron Celiberti (mãe de Lilián) e da juíza Regina Maria Bollick, que hospedou dona Lilia e o menino Camilo, em junho de 1982. Nessas fichas constam relatórios pormenorizados do cotidiano de Dona Lilia em Porto Alegre, o que comprova a ação de espionagem e vigilância da ditadura brasileira, mesmo em fase de abertura. O paradoxal é que esses documentos, únicos em português conhecidos sobre o tema, foram encontrados no Uruguai e não no Brasil, já que por aqui as informações oficiais davam conta de que os arquivos do DOPS foram queimados, em maio de 1982. Esse é o detalhe mais interessante, pois o DOPS/RS foi extinto oficialmente, em 27 de maio de 1982. Mas os documentos

---

<sup>6</sup> Não há identificação explícita, porém, segue o mesmo padrão de outras fichas informativas conhecidas do DOPS.



encontrados no Uruguai são datados em 16 de junho do mesmo ano.<sup>7</sup>

Consideramos como Ditaduras de Segurança Nacional as experiências históricas vivenciadas pelo Brasil (entre 1964 e 1985) e Uruguai (entre 1973 e 1985). As mesmas estiveram fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e conectadas pelo uso coordenado do Terror de Estado (TDE). Tal coordenação esteve presente em todo o Cone Sul e teve o aval dos Estados Unidos, que desde a década anterior vinham apoiando golpes contrainsurgentes e a implantação de regimes de exceção.

Os conceitos-chave desta dissertação são: Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o Estado de Segurança Nacional (SN), o Terror de Estado (TDE) e conexão repressiva regional. Tais conceitos estão correlacionados e serão aprofundados e analisados empiricamente nos capítulos posteriores.

Em relação à DSN fundamentamos a nossa escolha a partir dos estudos do padre Joseph Comblin e de Maria Helena Moreira Alves, cujos modelos interpretativos atrelam a formação das ditaduras na região aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Estes autores atribuem papel relevante aos EUA na fomentação e consolidação das ditaduras, bem como enfatizam as tensões sociais na região nos anos 1960 e 1970 e a necessidade de controlar os movimentos sociais e os setores político-partidários de esquerda, pré-condição para garantir um modelo socioeconômico mais de acordo às tendências de mercado subordinada diretamente aos interesses capitalistas dos países centrais associados.

A DSN foi criada após a II Guerra Mundial (1945) nos EUA, e disseminada para a América Latina, particularmente através da *Escola das Américas* na zona estadunidense do canal do Panamá, dentre outras unidades de instrução e formação militar. Tal doutrina tinha o intuito de preparar os oficiais latino-americanos para a “guerra permanente” e “total” contra a suposta ameaça do “comunismo internacional”, em uma clara política de contrainsurgência dirigida desde o Pentágono. Esta doutrina foi provavelmente o principal sustentáculo ideológico das ditaduras civil-militares que proliferaram no Cone Sul para conter a radicalização de vários setores sociais e políticos, que exigiam mudanças estruturais na América Latina, sobretudo após a Revolução Cubana (1959), no conturbado contexto da Guerra Fria.

A vitória das forças castristas e a posterior definição do caráter socialista da

---

<sup>7</sup> Tais documentos corroboram a tese de que os arquivos do DOPS/RS não foram queimados (pelo menos não na sua totalidade). Esse fato já havia sido comprovado pelo ativista Jair Krischke em 1985 quando descobriu documentos sobre a passagem de Wilson Ferreira Aldunate, por Porto Alegre, no início de 1983. Cf. Espionagem: O Olho do Uruguai. *Veja*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1985. AMJDH.

Revolução, com a inserção da ilha no sistema de poder soviético, aprofundariam sensivelmente a crise já instalada no interior do sistema interamericano, gerando a conhecida ofensiva diplomática e econômica da Casa Branca sobre a América Latina, seja por meio do recrudescimento da lógica contrainsurrecional da Doutrina de Segurança Nacional, seja pela reativação de mecanismos formalmente cooperativos, como a Aliança para o Progresso, conforme o grau de dominância das tendências democrata ou republicana diante do contexto visto como emergencial.<sup>8</sup>

No caso particular brasileiro uma variante da DSN estava sendo desenvolvida paralelamente à doutrina elaborada pelos EUA na década de 1950. Essa adaptação da DSN era aplicada na formação da elite militar na Escola Superior de Guerra (ESG), cujo maior ideólogo foi o general Golbery do Couto Silva. Para Ananda Fernandes, “à variante teórica brasileira da DSN foi adicionado o projeto geopolítico expansionista de influência, assim como foi enfatizado o conceito de guerra revolucionária e o seu combate.”<sup>9</sup>

Segundo Comblin, os fatores básicos da DSN eram: geopolítica, bipolaridade, segurança nacional e guerra total. O conceito da “geopolítica fornece à DSN duas importantes contribuições: dá fundamento científico (ou pseudocientífico) a seu conceito de Nação e a seu conceito de bipolaridade”.<sup>10</sup> A segurança nacional é o que legitima a força do Estado contra todo e qualquer tipo de oposição para realização dos objetivos nacionais. No contexto de crise e radicalização política e social da década de 1960, o objetivo nacional das ditaduras era o combate ao “inimigo interno” identificado com o comunismo internacional dirigido por Moscou.

Nesse sentido, a doutrina justificava o combate aos “inimigos internos,” todos aqueles que não se enquadravam no sistema, fossem opositores explícitos ou críticos do governo; de forma geral, eram identificados como subversivos ou comunistas. Para enfrentá-los, a DSN defendia a guerra total. Segundo essa percepção, nesse tipo de “guerra” sem limites, todos os meios para vencê-la eram considerados válidos. Conseqüentemente, a tortura, o sequestro e o desaparecimento fizeram parte dos mecanismos aplicados contra o “inimigo interno”, o qual “defendia” uma “guerra revolucionária” contra seu próprio país. A utilização desses métodos repressivos, por parte das ditaduras, trouxe várias implicações. Em primeiro lugar consolidou

---

<sup>8</sup> SILVEIRA, Hélder Gordim da. A Política Externa do Regime Militar: Origens Ideológicas na Geopolítica da Escola Superior de Guerra segundo Golbery. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. p.73.

<sup>9</sup> FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 274 f. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 19.

<sup>10</sup> COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 23.

uma visão de confronto onde o termo “guerra”, usado pelo regime repressivo, não fosse fiel aos fatos, pois nunca houve nada parecido a uma guerra civil e sim um confronto que, quando muito, foi bastante desigual, desequilibrado – na prática, salvo exceções em um curto espaço de tempo –, a tal “guerra total” não foi nada mais que uma caçada contra setores oposicionistas que começou contra as organizações armadas. Em segundo lugar, a metodologia repressiva utilizada fez com que o embate contra a oposição, a tal “guerra total” fosse, na prática, uma “guerra suja”, ilegal, clandestina, encoberta, destrutiva, de extermínio e inédita, pois nada disso fora experimentado, anteriormente, como política de Estado. Finalmente, essas práticas promovidas de forma organizada, sistemática e racional desde o próprio Estado constituíram o que se denomina Terrorismo de Estado. Tudo isto variou, de Estado para Estado, mas independente do grau de intensidade, profundidade ou abrangência, é inegável que tais manifestações ocorreram em todos os países da região. Como corolário destas ações, se sucederam e consolidaram processos de cooperação regional que, além de outros aspectos, visaram o intercâmbio e a integração da ação policial, militar, contrainsurgente e antissubversivo. Portanto, a abrangência da aplicação da doutrina não se limitava aos territórios nacionais. Por isso, concordamos com Maria Helena Moreira Alves quando afirma a extraterritorialidade da concepção de “fronteiras ideológicas” em detrimento daquela de fronteiras territoriais”.<sup>11</sup>

O papel da DSN continuou preponderante no final da década de 1970, quando ocorreu o *sequestro dos uruguaios*. O surgimento de grupos exilados espalhados pela região exigiu a internacionalização dos mecanismos repressivos. A DSN permitia compreender que o “inimigo interno” de cada ditadura também era inimigo comum de todos os demais regimes de força.<sup>12</sup> Portanto, a presença de militantes do PVP em Porto Alegre era vista como agressão à Segurança Nacional da ditadura no Uruguai (pois estes eram associados à “subversão”), mas também era percebida como um perigo para o Brasil, pois podiam contaminar uma sociedade controlada e enquadrada com relativa eficiência e sem o volume repressivo que naquele momento imperaram nos países vizinhos. Por isso, aqueles cidadãos uruguaios passaram a ser alvo da *guerra suja* da Operação Condor.

O segundo conceito abordado nesta dissertação é o de Estado de Segurança Nacional e está fundamentado na clássica interpretação de Maria Helena Moreira Alves acerca desse tipo de Estado. Cabe a ressaltar que, para efeito desse trabalho, será utilizado o termo ditadura de

---

<sup>11</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. p. 37.

<sup>12</sup> SANTOS, Belisário. *Coordinación de Operativos Represivos en países de la region*. In. URUGUAY *Nunca Más*. 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), 1989. p. 330.

Segurança Nacional como sinônimo de Estado de Segurança Nacional. Em sua obra Moreira Alves destaca que o Estado de Segurança Nacional brasileiro passou por diferentes ciclos de repressão e liberalização no intuito de se institucionalizar frente à atuação dos diversos segmentos de oposição da sociedade civil à ditadura que se estabeleceram imediatamente a partir do golpe de março de 1964. A chave para a compreensão da conjuntura do sequestro em Porto Alegre insere-se dentro da análise que a autora faz do governo Geisel, o qual, segundo ela, inaugura a terceira etapa<sup>13</sup> de institucionalização do Estado de Segurança Nacional no Brasil. Apesar de ter sido publicada em 1984, portanto, ainda no período de ditadura, a obra de Alves mantém vigência e consistência explicativa para a análise do período de distensão e abertura política.

O fim do “milagre”, acelerado pela crise do petróleo (1973), e a estagnação econômica geraram descontentamentos sociais que forçaram o general Ernesto Geisel a anunciar uma “distensão” política. O objetivo da teoria da “distensão” era assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica através de uma maior, mas sempre controlada, participação política dos setores da oposição, no intuito de cooptá-lo.<sup>14</sup> Tal projeto se coaduna com o alerta feito pelo general Golbery. Para este, a repressão ilimitada na busca de uma segurança absoluta levaria à debilitação da segurança nacional pretendida. Nesse sentido, a “distensão” era uma derradeira tentativa de legitimação do Estado de Segurança Nacional.<sup>15</sup>

Esta interpretação nos permite entender que a leitura que os uruguaiois do PVP fizeram da conjuntura brasileira, naquela época, não estava equivocada. A correlação de forças havia mudado em favor da luta contra a ditadura, no fim dos anos de 1970, e a relativa liberdade de imprensa resultante da pressão política e da iniciativa governamental de “distensão” propiciou aos uruguaiois montar uma rede de contatos que depois seria fundamental na denúncia do sequestro-desaparecimento. De qualquer forma, isso não foi o bastante para impedir a atuação do comando repressivo binacional, já que o “período de ‘distensão’ permaneceu nos limites da Doutrina de Segurança Nacional”.<sup>16</sup> Portanto, se internamente o combate à “subversão” estava praticamente concluído com o desmantelamento da luta armada em território nacional, faltava ao Estado de Segurança Nacional brasileiro coibir as atividades de “subversivos” estrangeiros, em cooperação com as ditaduras vizinhas de Uruguai e Argentina, as quais estavam no auge da repressão dentro e fora de suas fronteiras nacionais.

---

<sup>13</sup> A primeira fase, (governos Castelo Branco e Costa e Silva) lançou as bases do Estado de Segurança Nacional. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo. ALVES, op. cit., p. 185.

<sup>14</sup> Idem, p. 185.

<sup>15</sup> Idem, p. 186.

<sup>16</sup> Idem, p. 223.

Finalmente, o terceiro conceito essencial desse trabalho é o de Terror de Estado (TDE) proposto por Padrós, em sua tese,<sup>17</sup> Mariano e Bauer, em suas dissertações<sup>18</sup>. Sobre o mesmo, Padrós afirma que:

O terror de Estado identificado com a aplicação das orientações da DSN na forma de guerra contra-insurgente, na América Latina das décadas de 60 e 80, consistiu num sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e desde o Estado, dentro ou fora das próprias fronteiras. Nos últimos anos a vinculação entre as ditaduras de SN e o terror de Estado se tornou mais evidente. A divulgação dos arquivos repressivos, na medida em que desvelam as ditaduras do Cone Sul, suas inter-relações, assim como as relações delas com os Estados Unidos, deu mais consistência às interpretações que reconhecem a existência de uma política terrorista de Estado<sup>19</sup>.

O conteúdo fluído entre o TDE e a DSN pode ser sintetizado na percepção da existência de “fronteiras ideológicas”, já que, para combater a suposta ameaça do “comunismo interno”, as ditaduras de Segurança Nacional interligaram os aparatos repressivos de forma clandestina e ilegal para perseguir adversários políticos além das fronteiras nacionais. Unidas, levaram ao extremo o TDE, com sequestros, prisões, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. A metodologia utilizada no caso *Celiberti-Rodríguez* foi semelhante a dos sequestros dos guerrilheiros *montoneros* argentinos no Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul analisados por Mariano.<sup>20</sup>

Mesmo que a ditadura brasileira estivesse em outra fase política (“abertura lenta e gradual”), se comparada ao Uruguai, Argentina e Chile, sua adesão ao *Plano Condor* ocorreu, pois precisava coibir a utilização do seu território como área de trânsito ou montagem de bases de subversivos estrangeiros, como no caso dos militantes do PVP em Porto Alegre e dos *montoneros*.

---

<sup>17</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pacheco à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

<sup>18</sup> *Montoneros no Brasil*: Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. 135 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 282 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

<sup>19</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *As Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 49.

<sup>20</sup> MARIANO, op. cit., p. 07.

O *sequestro dos uruguaios* conteve todas as características do TDE uruaio praticado no cenário platino: o sequestro, detenção ilegal, tortura, desaparecimento, ameaça de execução e possibilidade de apropriação das crianças.

Para a análise da atuação brasileira no comando binacional, sintetizado na figura do DOPS/RS, nos embasaremos na obra de Bauer. Segundo a autora esse órgão de segurança faz parte do complexo repressivo brasileiro. Neste sentido:

As práticas de polícia política do DOPS/RS, além de sua atuação em conjunto com organismos de repressão nacionais e internacionais, somente podem ser concebidas como práticas de terrorismo aplicadas sistematicamente pelo Estado, sob a pena de entendê-las como *casos isolados, exceções e excessos*, ou perder as características fundamentais da ação repressiva da ditadura brasileira<sup>21</sup>.

A aplicação desse conceito de TDE para o DOPS gaúcho é fundamental para essa pesquisa, já que o *sequestro dos uruguaios* não foi um caso isolado realizado por um inexpressivo policial. Pelo contrário, além do envolvimento direto do DOPS/RS, a ação recebeu apoio e cobertura de toda a estrutura político-militar do Estado brasileiro.

Em relação à Operação Condor existe uma base historiográfica razoável. Poucas dessas obras foram editadas no Brasil. Cabe destacar, entre elas, o trabalho do jornalista John Dinges, *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. A obra de Dinges é uma das principais referências sobre o assunto e a única traduzida para o português. O jornalista estadunidense foi um dos pioneiros a tratar sobre a Operação Condor, aproveitando a experiência de correspondente no Chile, na década de 1970; é também, o principal investigador do assassinato de Orlando Lettelier nos EUA. Para Dinges, a Operação Condor era um plano secreto internacional criado por Pinochet para derrotar o inimigo que também operava em âmbito internacional.<sup>22</sup>

Além destes estudos, destaca-se a obra coletiva e multidisciplinar dos paraguaios Boccia Paz, López, Pecci e Gimenez Guanes: *Los Sótanos de los Generales. Los documentos ocultos del operativo Condor*.<sup>23</sup> Esse livro apresenta uma abordagem mais ampla e fundamentada acerca da Operação Condor visto que, ao contrário de outros que privilegiam o Chile, essa coletânea paraguaia traça um perfil geral de todos os países envolvidos

---

<sup>21</sup> BAUER, op. cit., p. 19.

<sup>22</sup> DINGES, John. *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 21.

<sup>23</sup> BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del Operativo Condor*. Assunção: Expolibro/Servilibro, 2002.

fundamentada em sólida documentação do maior arquivo conhecido sobre o tema da coordenação repressiva, os “*Arquivos do Terror*” de Assunção.

Também é importante frisar as obras do jornalista gaúcho Nilson César Mariano, *Operación Cóndor. Terrorismo de Estado en el Cono Sur*<sup>24</sup> e *As Garras do Condor*.<sup>25</sup> Mariano é referência no debate historiográfico sobre o Operativo Condor; sua primeira obra foi uma das primeiras a tratar sobre o tema de maneira ampla e sistemática. Além disso, o trabalho do jornalista (que também é historiador) foi ampliado em sua segunda publicação conferindo-lhe mais notoriedade como estudioso da temática do Condor.

Merece destaque, também, a obra de Stella Calloni, *Operación Condor Pacto Criminal*. A jornalista argentina também considera que “aquele pacto de morte que não reconheceu fronteiras, nem limites”,<sup>26</sup> fazia parte de uma estratégia continental sob a liderança dos EUA no contexto mundial da Guerra Fria. Calloni compara o Plano Condor na América Latina à Operação Fênix liderada pela CIA no Vietnã, em 1966, que “significó la creación de bandas paramilitares y terroristas responsables de miles de asesinatos en distintos lugares de esa región. [...] En este participaban los cuerpos policiales, los servicios de información, y las unidades militares sudvietnamitas y estadounidenses”.<sup>27</sup> O argumento de Calloni, de reconhecer a Operação Fênix como antecedente para o Condor, é compartilhado por Padrós,<sup>28</sup> que acrescenta a experiência francesa da repressão contrainsurgente na Argélia, antecedente esse também referido na obra de Samantha Quadrat.<sup>29</sup>

Quanto à participação do Estado de Segurança Nacional brasileiro na Operação Condor existe um debate sobre a atuação da mesma na associação clandestina transnacional. Mesmo que o *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre evidencie a participação direta da ditadura brasileira no Plano, o debate persiste e se centra, principalmente, sobre o grau de envolvimento do Brasil no operativo secreto. Essa discussão vai avançando conforme se dá o desenvolvimento da investigação histórica sobre tal temática, seja pela abertura de novos arquivos repressivos e pelos depoimentos de vítimas e de quadros repressivos.

Segundo Quadrat, autora da tese *A repressão sem fronteiras: perseguição política e*

---

<sup>24</sup> MARIANO, Nilson César. *Operación Cóndor. Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

<sup>25</sup> MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

<sup>26</sup> CALLONI, Stella. *Operación Condor. Pacto Criminal*. La Habana: Ed. de Ciências Sociales, 2006. p. 9.

<sup>27</sup> Idem, p. 13-14.

<sup>28</sup> PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...*, op. cit. p. 638.

<sup>29</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

*colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, a participação brasileira no Plano Condor teria sido mais restrita que as demais, pois o Brasil era o único país que estava acenando para uma abertura política.<sup>30</sup> Entretanto, a tese de Quadrat é de 2005; ela não sabia, naquele momento, que o Brasil havia mandado representantes para a Primeira Reunião de Trabalho realizada em Santiago do Chile, entre novembro e dezembro de 1975. Típica questão relacionada com a História do Tempo Presente, a publicação posterior da representação militar não desautoriza o seu trabalho. De fato, os nomes dos militares brasileiros que compareceram à reunião de fundação oficial da Operação Condor, mas, dissimuladamente não assinaram as atas, só foi revelado no recente trabalho, de 2008, do jornalista e protagonista dos fatos Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor. O Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Essa obra de fôlego é importante fonte para esta pesquisa. Segundo ele, o Brasil teve ampla participação na coordenação repressiva cujo corolário foi a Operação Condor. Isso pode ser evidenciado no emblemático sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, porque tal operativo binacional foi tratado no alto escalão de comando das forças armadas do Brasil e do Uruguai,<sup>31</sup> e não um mero crime cometido de maneira individual pelo escrivão do DOPS, “Didi Pedalada”.

Outro artigo importante que ressalta o papel protagonista da ditadura brasileira no Operativo Condor é o texto do ativista e conselheiro do MJDH, Jair Krischke, intitulado *O papel protagônico do Brasil na Operação Condor*. Krischke é profundo conhecedor do tema; investiga a coordenação repressiva no Cone Sul desde o final da década de 1970, dando suporte, inclusive, a promotores de fora do país que buscam a condenação de agentes envolvidos nos crimes internacionais. Para ele, “a ditadura militar brasileira, através de seu aparelho repressivo e de forma pioneira, já se utilizava das práticas que viriam a ser adotadas pelas demais ditaduras da região, que vieram a integrar formalmente a Operação Condor”.<sup>32</sup>

Em estudo mais recente sobre o tema, Padrós também corrobora o argumento de que a ditadura civil-militar brasileira não foi mera coadjuvante na coordenação repressiva transnacional. No artigo *Conexão Repressiva Internacional: O Rio Grande do Sul e o Brasil*, o historiador amplia o foco da análise da conexão repressiva para o ano de 1964 quando se inicia de fato a coordenação repressiva de Segurança Nacional, pois o golpe de 31 de março

---

<sup>30</sup> Idem, p. 160.

<sup>31</sup> Cunha revela os nomes dos coronéis Carlos Alberto Brilhante Ustra (Brasil) e Calixto de Armas (Uruguai), que combinaram a ação repressiva binacional. Cf. CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

<sup>32</sup> KRISCHKE, Jair. O papel protagônico do Brasil na Operação Condor. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2008*. Porto Alegre: Corag, 2008. p. 69.



no Brasil fez com que vários perseguidos políticos buscassem exílio no Uruguai, onde passaram a ser espionados. Com o golpe no Uruguai, em junho de 1973, a situação se inverteu e o papel do Rio Grande do Sul foi particularmente importante tanto para a resistência como para a coordenação repressiva, por ser um estado que faz fronteira com os países platinos.

Sobre a coordenação repressiva entre Brasil e Uruguai pré-Condor há duas dissertações recentes com as quais este trabalho também dialogou. Ananda Fernandes defendeu a dissertação, em 2009, *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*,<sup>33</sup> e Gissele Cassol, em 2008, realizou a dissertação intitulada, *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964 -1985)*.<sup>34</sup>

Ainda sobre o papel brasileiro na coordenação repressiva do *Plano Condor*, cabe lembrar, que além do caso dos uruguaios em Porto Alegre, seis guerrilheiros *montoneros* argentinos foram sequestrados em território nacional,<sup>35</sup> e seguem desaparecidos. Tais casos foram pesquisados pelo citado Nilson Mariano na dissertação *Montoneros no Brasil: Terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Há também o caso de cidadãos brasileiros desaparecidos ou mortos<sup>36</sup> em outros países, bem como o monitoramento, a vigilância e a espionagem que permanentemente sofreu o ex-presidente brasileiro João Goulart (sobre o qual também há especulações que associam a sua morte com atividades Condor).

Franck Gaudichaud, autor de *Operación Cóndor: notas sobre el terrorismo de Estado en el Cono Sur*<sup>37</sup>, considera que o Terror de Estado do Plano Condor não se resumia à luta contra as organizações armadas revolucionárias. Para ele, a luta contra os militantes mais comprometidos e radicais servia também como pretexto para exercer uma ação coercitiva no

---

<sup>33</sup> FERNANDES, op. cit.

<sup>34</sup> CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. 119 f. Santa Maria/RS: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

<sup>35</sup> Enrique N. Ruggia, desaparecido na fronteira entre Brasil e Argentina, em 11 de julho de 1974, e Norberto Armando Habegger, desaparecido em um hotel na Zona Sul do Rio de Janeiro nos primeiros dias de agosto de 1978. Horácio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock, desaparecidos no aeroporto do Galeão, (Rio de Janeiro), em 12 de março de 1980; e Jorge Oscar Adur e Lorenzo Ismael Viñas – desaparecidos na fronteira entre Paso de Libres e Uruguaina, em situações diferentes, no dia 26 de junho de 1980.

<sup>36</sup> Na Argentina: Edmur Péricles de Camargo, Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita, Sidnei Fix Marques dos Santos, Francisco Tenório Júnior, Sérgio Fernandes Tula, Maria Regina Marcondes Pinto, Jorge Alberto Basso, Wálter Keneth, Nelson Fleury, Roberto Rascardo Rodrigues e Luis Renato do Lago Faria. No Chile: Wânio José Matos, Luiz Carlos Almeida, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, Néelson de Sousa Kohl e Jane Vanini.

<sup>37</sup> GAUDICHAUD, Franck. *Operación Cóndor*. Notas sobre el terrorismo de Estado en el Cono Sur. Madrid: Sepha, 2005.

conjunto da sociedade e assim instaurar ou manter uma ordem social autoritária e desigual.

Essa concepção é compartilhada pela cientista política estadunidense, Patrice McSherry, autora da recente obra *Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*.<sup>38</sup> Conforme McSherry: “La maquinaria de Condor fue un componente secreto de una estrategia más amplia de contrainsurgencia, dirigida por los Estados Unidos, para impedir o revertir los movimientos sociales que demandaban cambios políticos o socioeconómicos.”<sup>39</sup> De acordo com a sua análise, a Operação Condor utilizou-se de grupos paramilitares ou militares que operavam com autonomia à margem das leis dentro e fora de seus territórios nacionais em total sintonia com outros grupos de mesma característica de outros países membro do Plano Condor. Segundo McSherry esse tipo de Estado paralelo foi criado no contexto da Guerra Fria que os militares anticomunistas e os patrocinadores estadunidenses classificaram como Terceira Guerra Mundial e chamavam de “guerra das ideologias”.<sup>40</sup>

Para garantizarse por lo menos una aceptación mínima de su legitimidad, los Estados de Seguridad Nacional necesitaban enmascarar el involucramiento del estado en las atrocidades que se estaban desarrollando. Así, los gobernantes militares establecieron sistemas “en las sombras” para perpetrar los actos ilegales que eran visibles, por un lado como parte de la estrategia de terror, pero que, por otra parte, se podía negar la participación estatal en los mismos. El estado paralelo le permitía a los gobernantes militares pretender que las olas de tortura, desapariciones y asesinatos que se apoderaron de sus países eran el producto de las acciones de los “escuadrones de la muerte fuera de control” o de “conflictos internos dentro de la izquierda”.<sup>41</sup>

Em termos factuais específicos, McSherry aponta um dado pouco observado pelos pesquisadores do operativo secreto multinacional referente a uma reunião realizada em fevereiro de 1974 na cidade de Buenos Aires. Segundo ela, a origem da Operação Condor se deu ali e não exatamente no ano seguinte em Santiago do Chile, como se apontava até então.

Portanto, o desenvolvimento da investigação histórica acerca da coordenação da conexão repressiva internacional entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, cujo corolário foi o Operativo Condor, segue seu curso contrariando “uma eficiente política oficial de esquecimento e anestesiamiento” que “permitiu que o Brasil, durante décadas, se eximisse de responsabilidades quanto à integração nos esforços contra insurgentes (antes e durante a

---

<sup>38</sup> MCSHERRY, J. Patrice . *Los estados depredadores la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental/LOM, 2009.

<sup>39</sup> Idem, p. 25.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem, p. 53-54.

Operação Condor)”.<sup>42</sup>

O processo iniciado com a revelação da metodologia da Operação Condor, a partir da denúncia do *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre, em novembro de 1978, segue em abertos. Cada vez mais, fatos novos, inexplorados do ponto de vista historiográfico, aparecem com a abertura parcial de novos arquivos e com o depoimento de quadros da repressão.

Mais de uma década após o emblemático *caso Celiberti-Rodríguez* foi descoberto o mais importante arquivo repressivo conhecido sobre a Operação Condor pelo ex-presos político Martín Almada, em Lambaré (Paraguai). O *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Poder Judicial*, popularizado como “*Archivos del Horror*”,<sup>43</sup> foi um verdadeiro marco para as pesquisas desta temática, na medida em que trouxe informações específicas acerca dos serviços de inteligência de cada país da região, sobre a interconexão entre eles, e deles com os EUA. Esse arquivo fundamental, disponível na internet, foi utilizado na realização desse trabalho.

Em 1998 ocorreu a emblemática prisão de Augusto Pinochet, principal mentor do *Plan Condor*, em Londres, solicitada pelo juiz espanhol Baltazar Garzón. Tal fato fez com que o Departamento de Estado dos EUA desclassificasse cerca de 32.000 documentos referentes ao Chile e à Argentina e com menção à conexão repressiva entre os países do Cone Sul bem como ao papel da CIA. Tal fato estimulou novas pesquisas no Chile, Argentina e Uruguai. Esse arquivo também foi utilizado nessa dissertação.

A abertura destes arquivos, mesmo que parcial, aliados a multiplicação de depoimentos de vítimas tornados públicos nos últimos anos, vêm instigando jornalistas e historiadores a empreenderem novas pesquisas contribuindo para esclarecer fatos históricos do tempo presente, que ainda estão em aberto. Diante disso, conforme Wasserman e Guazzelli:

Ainda que a historiografia acerca dessa problemática tenha tido um bom desenvolvimento nos últimos anos, quer do ponto de vista teórico, quer nos avanços do levantamento documental que ensejam a investigação histórica, ainda resta muito por fazer nesse campo.<sup>44</sup>

Dentro desta perspectiva, cabe lembrar que o caso Pinochet (sua detenção em Londres,

---

<sup>42</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *História do tempo Presente, Ditaduras de segurança Nacional e Arquivos Repressivos*, op. cit., p. 38.

<sup>43</sup> BOCCIA PAZ, Alfredo. *En los Sótanos de los Generales. Los Documentos ocultos del Operativo Condor*. Assunção: Expolibro/Servilibro, 2002. p. 230.

<sup>44</sup> WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. A ditadura brasileira e a história do tempo presente. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *As Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 113.

em 1998, e o pedido de extradição do juiz espanhol Baltazar Garzón) repercutiu na justiça mundial e estimulou uma série de ações contra agentes repressivos que atuaram no Cone Sul durante a vigência do Operativo Condor. Como extensão disso, ocorreu, em 2007, uma ordem internacional de captura expedida pela justiça da Itália, exigindo a extradição de 146 militares latino-americanos responsáveis pelo sequestro de pessoas de cidadania italiana na década de 1970 e 1980. Destes, 13 são brasileiros, dos quais cinco são gaúchos e, pelo menos, três envolvidos diretamente no sequestro dos uruguaios em Porto Alegre.<sup>45</sup> A própria Lilián Celiberti, que também detém cidadania italiana, é uma das principais testemunhas do processo internacional. Contudo, a questão da impunidade prevalece no Brasil já que até o momento o único agente repressivo condenado foi o escrivão policial gaúcho Didi Pedalada, envolvido no *caso Celiberti-Rodríguez*. O próprio *sequestro dos uruguaios* continua repercutindo nos dias de hoje,<sup>46</sup> por ser um tema da história do tempo presente que segue em aberto mesmo após mais de três décadas do seu acontecimento.

Para finalizar, podemos acrescentar, ainda, a importância da extradição do coronel reformado uruaio Manuel Cordero (escondido no Rio Grande do Sul), acusado de vários crimes contra a humanidade na Argentina e no Uruguai (agente operativo do Plano Condor) e o lançamento, no Brasil, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, cuja proposição mais importante e polêmica é a criação de uma comissão de verdade. Diante de tudo isso, estudar a Operação Condor em Porto Alegre se mostra mais do que justificado.

De forma geral, esta dissertação pretende constituir uma pequena contribuição à historiografia brasileira que analisa o papel e protagonismo do Brasil na dinâmica da conexão repressiva de segurança nacional no Cone Sul. Nesse sentido, evidencia-se a peculiaridade e a importância do *sequestro dos uruguaios*, ocorrido em Porto Alegre, em 1978, a partir da análise de fontes repressivas inéditas e procurando ampliar os marcos explicativos produzidos até o momento. Além disso, consideramos que há relevância desta pesquisa para a história do Rio Grande do Sul, na medida em que insere o estado em uma dinâmica e conjuntura simultânea a dos países platinos, fortalecendo os estudos em âmbito regional para formar “uma visão menos genérica e mais consistente desse período da história recente do Brasil”.<sup>47</sup>

O primeiro capítulo analisa o contexto do Cone Sul latino-americano nas décadas de

---

<sup>45</sup> João Osvaldo Leivas Job (ex-secretário de segurança do RS), ex-delegado Marco Aurélio Silva Reis (ex-diretor do DOPS) e coronel Átila Rohrsetzer (ex-diretor da Divisão Central de Informações-DCI).

<sup>46</sup> Isso porque um dos acusados de terem sequestrados os uruguaios, o ex-inspetor do DOPS, João Augusto da Rosa (“Irno”), processou o jornalista que testemunhou o caso, Luiz Cláudio Cunha, por danos morais.

<sup>47</sup> WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1. p. 69.

1960 e 1970, quando da implantação das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional, bem como o início da conexão repressiva a partir do golpe de Estado no Brasil. A oficialização da Operação Condor, em 1975, qualificaria e redimensionaria essa experiência de colaboração regional, realidade até então, país a país. Ainda nesse primeiro momento, identificamos e avaliamos as principais características do operativo bem como a atuação do Uruguai e do Brasil dentro desse marco.

O segundo capítulo aborda especificamente o *sequestro dos uruguayos* em Porto Alegre, desde a sua planificação no Uruguai até a sua execução na capital gaúcha. Para tanto, analisa a tentativa de organizar uma relativa resistência uruguaia, no Rio Grande do Sul, no final dos anos 1970, seus vínculos com a oposição brasileira e, conseqüentemente, a atuação repressiva conjunta do DOPS/RS e da *Compañia de Contraintormaciones*. Estas estruturas repressivas foram o rosto do TDE regional contra Lilián, Universindo, Camilo e Francesca. Ainda no capítulo 2, apontamos e dissecamos as denominadas *farsas* diversionistas criadas para confundir a opinião pública, manipular a informação e inviabilizar a investigação e a responsabilização dos agentes e autoridades envolvidos no sequestro.

Finalmente, o terceiro capítulo analisa os desdobramentos do sequestro em Porto Alegre e destaca o protagonismo crucial da imprensa, da OAB-RS, da Assembleia Legislativa e do MJDH, gerando um clima inédito, até então, de ofensiva de setores democráticos junto à opinião pública e contra as políticas repressivas de silêncio ou tergiversação das ditaduras envolvidas. O capítulo abrange, finalmente, o momento da responsabilização do Estado brasileiro ante um crime de lesa-humanidade.

# 1 DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E OPERAÇÃO CONDOR NO CONE SUL

*Qué duros tiempos, el ángel ha muerto,  
los barcos dejaron el puerto.  
Tiempo de amar, de dudar, de pensar y luchar,  
de vivir sin pasado.  
Pero el candombe no olvida,  
y renace en cada herida  
de palo del tambor, con alma y vida.*  
*Candombe del olvido*, Alfredo Zitarrosa – Juan Descrescencio

*Sempre alguém sumido de casa  
Torturado, morto,  
Mutilado pelo Estado ao bel-prazer  
Boiando no Rio da Prata,  
Guerrilheiros, jornalistas,  
Marinheiros, padres e bebês,  
Boiando no Rio da Prata  
Visto num jazigo vago  
Ou num muro de Santiago  
Ou jogado numa vala comum  
E a Revolução*, Nei Lisboa

O sequestro dos uruguaiois Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e seu companheiro de partido, Universindo Rodríguez Díaz, ocorrido em Porto Alegre em 12 de novembro de 1978, foi uma típica ação da segunda fase da Operação Condor, executada por um comando repressivo binacional, brasileiro e uruguaio. Sendo assim, esse primeiro capítulo tem o intuito de analisar o contexto histórico de formação da coordenação repressiva no Cone Sul a partir dos sucessivos golpes de Estado fundamentados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), implementando ditaduras na região, até chegar ao seu ápice, com a Operação Condor. As origens e a consolidação desse plano secreto e militar estão “diretamente vinculadas às experiências históricas das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional”.<sup>48</sup>

Primeiramente, discutir-se-á o cenário sociopolítico do sul da América Latina em que

---

<sup>48</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3. p. 49.

ocorreram os golpes civil-militares e se estabeleceram as ditaduras de Segurança Nacional, além de tratar sobre o papel estadunidense nos mesmos.

Em seguida será abordada, especificamente, a Operação Condor, suas características gerais, fases e metodologia, bem como a atuação do Uruguai e do Brasil (países cujos governos executaram o sequestro em Porto Alegre), além da influência dos Estados Unidos na mesma.

Finalmente, será analisada a coordenação repressiva entre a ditadura uruguaia e a brasileira no marco da Operação Condor, e o emblemático *caso Lilián-Universindo*. Para tanto, serão verificadas as conjunturas de ambos os países no final da década de 1970, quando ocorreu o sequestro político na capital gaúcha.

## 1.1 O CONE SUL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Segundo o historiador francês Franck Gaudichaud, se compararmos o Cone Sul latino-americano de fins dos anos 1960 e da década de 1970 com a mesma região, alguns anos depois, chegaremos a uma conclusão muito concreta:

Houve um retrocesso generalizado do movimento operário, uma era de violência política estatal, a destruição massiva de todos os espaços de expressão e de participação democrática, a destruição física e ideológica sem trégua dos militantes e dos movimentos revolucionários, o estabelecimento de modelos econômicos capitalistas intervencionistas e/ou neoliberais.<sup>49</sup>

O mencionado retrocesso no tocante às lutas políticas e sociais ocorreu em relação aos avanços obtidos, nesse período, por significativas parcelas da população latino-americana, em busca de alternativas reformistas ou revolucionárias em relação ao sistema econômico vigente. Pode-se elencar, assim, como uma das possíveis causas de tal recuo, a disseminação regional de ditaduras civil-militares, que atuaram conjuntamente e com o apoio dos Estados Unidos (EUA), contra os protagonistas sociais engajados na luta por transformações estruturais, percebidos como “inimigos internos,” vinculados ao comunismo internacional.

O corolário de tal processo foi a construção de uma conexão repressiva coordenada,

---

<sup>49</sup> GAUDICHAUD, Franck. *La Sombra del Condor. Contra-Revolución y Terrorismo de Estado Internacional en el Cono Sur. Dissidences*, 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/ddhh/audichaud200203.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

por meio da formalização de um pacto ultrassecreto e terrorista entre os serviços de inteligência e polícias políticas de regimes do Cone Sul em meados dos anos 70, chamada de Operação Condor. A dinâmica de golpes e ditaduras fazia com que muitos perseguidos políticos abandonassem o país e formassem a comunidade de exilados, alvo principal de operativos repressivos, secretos e internacionais. Conforme ressaltou Patrice McSherry<sup>50</sup> essas ações transnacionais clandestinas, realizadas por comandos repressivos dos países integrantes da Condor, foram executadas por estruturas paralelas que operavam à margem da lei.

Na década de 1960, o acirramento das contradições sociopolíticas, devido à crise de esgotamento do modelo econômico de substituição de importações implementado pelos regimes populistas da região, no pós-guerra, expressava um conjunto de tensões, como o subdesenvolvimento, a elevada concentração de renda e fundiária, as desigualdades sociais abissais e a dependência econômica.

O crescente descontentamento social está inserido no auge da Guerra Fria, em um mundo marcado pela bipolaridade ideológica entre os blocos liderados pelos EUA e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse sentido, é importante frisar o grande impacto causado pela Revolução Cubana (1959) e seu regime socialista, apoiado pela URSS, no continente americano em geral e, particularmente, no Cone Sul. Apesar da forte influência cubano-soviética nos movimentos revolucionários nacionalistas na região, não foi ela que os gerou, a despeito do que ditava a concepção geopolítica estadunidense, segundo a qual tudo era obra do Movimento Comunista Internacional (MCI) liderado por Moscou:

La mayoría de los académicos coinciden en que las protestas sociales y los movimientos revolucionarios en el hemisferio occidental fueron el resultado de la combinación de las condiciones nacionales y la crisis de la legitimidad del Estado. Las estructuras sociales y económicas inequitativas con su desigual distribución de la riqueza, la pobreza y las dificultades económicas, la falta de democracia, la represión y las libertades truncadas para la vasta mayoría de la población, todas ellas eran condiciones que reflejaban la concentración excesiva y antidemocrática de los poderes político y económico.<sup>51</sup>

Apesar do discurso dos EUA, o governo de Washington estava ciente da existência de condições concretas da América Latina; por isso, adotou uma nova política para a região, calcada na contrainsurgência, e com o intuito de conter o avanço de setores sociais subalternos fortemente mobilizados em prol de mudanças nos países do Cone Sul. Esses

---

<sup>50</sup> MCSHERRY, J. Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental/LOM, 2009.

<sup>51</sup> Idem, p. 41.



setores sociais engajados passaram a ser identificados pelo governo dos EUA e suas Forças Armadas, em conluio com os setores dominantes locais, como “inimigos internos”, e invariavelmente associados ao comunismo internacional. Em realidade, os interesses estadunidenses na América Latina haviam sido abalados desde a revolução em Cuba, o que “levou a superpotência a considerar a política interna de cada país da região como extensão de sua própria política externa”.<sup>52</sup> Tal política, fundamentada ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estava inserida no contexto da uma nova forma de guerra na história mundial: a guerra da contrainsurgência.<sup>53</sup>

O triunfo da Revolução Cubana a partir de uma estratégia de luta armada nacionalista; o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (1961), promovida por exilados cubanos treinados pela Central de Inteligência Americana (CIA); e, sobretudo, a aproximação do governo de Fidel Castro com a URSS (1962), causaram grande preocupação aos EUA.

Na bipolaridade da Guerra Fria, a grande tese geopolítica da divisão do mundo em dois blocos antagônicos corroborava um suposto argumento que atrelava naturalmente a América Latina ao Ocidente capitalista, em oposição ao comunismo dirigido por Moscou. Nesse sentido, o conceito de Segurança Nacional abrangia não só a nação estadunidense como, também, a América Latina, como área periférica do capitalismo mundial sob hegemonia dos EUA. Para o padre Joseph Comblin, a “segurança nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”.<sup>54</sup> Isso porque, conforme “a concepção da DSN, as pessoas exercem de fato a sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional e não a uma classe. O cidadão só se realiza enquanto parte da Nação”.<sup>55</sup> Ou seja, as premissas da DSN escamoteiam as contradições inerentes ao conflito de classes, em favor da ideia de Nação e de Segurança Nacional.

De acordo com o secretário de Defesa do governo Kennedy, Robert Mc Namara, três tipos de guerra eram consideradas naquele momento: a guerra atômica, a guerra convencional e a guerra não convencional. Desses três tipos de conflitos, o último, também conhecido como *guerra revolucionária*, foi identificado como a nova estratégia do Movimento Comunista Internacional. Nesse sentido, o novo desafio da Guerra Fria, para os EUA, era conter a *guerra*

---

<sup>52</sup> PADRÓS, op. cit., p. 47.

<sup>53</sup> MCSHERRY, op. cit., p. 38.

<sup>54</sup> COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 54.

<sup>55</sup> FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 274 f. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 34.

*de guerrilhas* que, segundo a DSN, era a forma militar da *guerra não convencional* (ou revolucionária). Para tanto, os EUA intensificaram a sua política de contrainsurgência para a América Latina.

### **1.1.1 Doutrina de Segurança Nacional**

O advento do socialismo em um país localizado a menos de 200 km do território dos EUA representava uma espécie de foco de contaminação que deveria ser extirpado antes de disseminar-se para outras nações do subcontinente, considerado pejorativamente pela superpotência como seu “quintal”. Tais nações, efetivamente, sofriam “sintomas” sociohistóricos semelhantes aos da ilha caribenha. É nesse contexto que se acentua, com força, no cenário latino-americano, a DSN. Elaborada no final da Segunda Guerra Mundial, foi amplamente divulgada nas escolas militares destinadas à formação da oficialidade das Forças Armadas latino-americanas: dentre tantas unidades de formação militar e ideológica localizadas em Washington e na América Central, a mais destacada delas foi a *United States Army School of the Americas* (USARSA), mais conhecida como *Escola das Américas*, localizada na zona estadunidense do Canal do Panamá. Nessa notória escola, reorganizada em 1963, em *Fort Gulick*, foram formados milhares de oficiais latino-americanos. Anos mais tarde, muitos deles liderariam os golpes de Estado e as ditaduras de Segurança Nacional na região. A própria nomenclatura “Escola das Américas” fazia alusão ao caráter continental da luta anticomunista no hemisfério ocidental apontando para um “inimigo interno” subversivo que tentava se infiltrar para propagar a ideologia comunista. Portanto, o treinamento militar contrainsurgente visava à “guerra total” e “permanente”, contra a suposta ameaça do “comunismo internacional”.

Nunca é demais registrar que o Brasil foi o primeiro país a implantar uma ditadura em nome da DSN na região e, de certa forma, foi um modelo para os posteriores regimes autoritários do Cone Sul. Um manual de contrainsurgência da polícia brasileira de 1968<sup>56</sup> ajuda a compreender a vinculação da ideologia da Segurança Nacional com a necessidade de enfrentar o problema das guerrilhas: “A GUERRILHA URBANA é a próxima experiência-

---

<sup>56</sup> INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES (IGPM). *Guerrilha e Contra-guerrilhas urbanas*. Brasília, 5 set. 1968.

teste que o Comunismo Internacional lança para enfraquecer os regimes democráticos”.<sup>57</sup> Portanto, a luta armada é uma ameaça em potencial para desestabilizar a sociedade que deve ser enfrentada urgentemente.

[...] se queres a ordem, a paz social, o respeito à propriedade, a preservação dos valores espirituais, sociais e morais, prepara-te diligentemente para atuar contra a guerrilha urbana, em cujo ventre, em gestação normal, está o feto do comunismo. Urge fazê-la [sic.] abortar.<sup>58</sup>

Os valores defendidos no manual, como “o respeito à propriedade” privada e a preservação dos “valores espirituais e morais”, estão explicitamente vinculados à defesa do mundo ocidental, capitalista e cristão. É responsabilidade da polícia e das Forças Armadas defender o chamado “mundo livre” contra a ameaça do comunismo internacional. Por outro lado: “[...] A guerrilha urbana estimulada pelos agentes do comunismo vem, cada dia que passa, apresentando aspectos que comprometem a Segurança Interna e em última instância a Segurança Nacional”.<sup>59</sup> Nessa passagem podemos notar o elemento central da doutrina, a relação explícita entre Segurança Nacional e o inimigo comunista, embora a ideia de “inimigo interno” seja, posteriormente, redefinida de acordo com as necessidades conjunturais. Segundo Comblin, tal conceito é muito operacional nessa escolha: “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo”.<sup>60</sup>

No mesmo manual podemos encontrar um alerta sobre acontecimentos que envolveram o ano de 1968, dentro dos marcos da Guerra Fria e das premissas da DSN:

Atualmente o mundo acha-se convulsionado por distúrbios e citamos: ESTADOS UNIDOS, FRANÇA, ITÁLIA, ALEMANHA, URUGUAI, JAPÃO, CHILE, ESPANHA E BRASIL. Todos estes movimentos parecem receber influência de um comando central da CHINA e sua linha auxiliar cubana, com ações violentas, reivindicando transformação social e, em consequência, a derrubada política dos governos.<sup>61</sup>

Para efeito desse trabalho, é importante frisar que, além do Brasil, o Uruguai também é citado no manual anti-guerrilha como sendo um dos países “convulsionados por distúrbios” sociais naquele contexto. Isso porque tanto na ditadura brasileira quanto na democracia

---

<sup>57</sup> INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., p. 19.

<sup>58</sup> Idem, p. 41.

<sup>59</sup> Idem, p. 84.

<sup>60</sup> COMBLIN, op. cit., p. 55.

<sup>61</sup> INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., p. 17.

uruguaia, o emblemático ano de 1968 foi conturbado devido a tensões sociais e mobilizações estudantis.<sup>62</sup> A inclusão do país vizinho naquela lista permite fazer uma inferência, qual seja, de que a situação interna do Uruguai estava sendo acompanhada com preocupação pelo governo brasileiro.

A DSN justificava o combate aos “inimigos internos” e à guerra total. Nesse tipo de guerra sem limites (posteriormente conhecida como *guerra suja*), todos os meios eram considerados válidos na luta contra os subversivos que, conforme a doutrina, travavam uma “guerra revolucionária” dentro e fora de seus países de origem. Logo, nessa ausência de limites diante do combate à subversão, foram utilizados, entre outros mecanismos repressivos, a tortura, o sequestro e o desaparecimento, configurando uma *guerra suja* estruturada ao redor do uso sistemático do Terror de Estado (TDE):

Conduzir operações de contra-guerrilhas sem um judicioso sistema de informações e de contrainformações, desperdiça tempo, material e esforço da tropa. Os aspectos imprevisíveis de uma ação de guerrilha, assim como a simpatia e o apoio que venha a ser dado aos guerrilheiros pela população local, criam para as informações obstáculos que só podem ser superados por uma paciente determinação e utilização de todos os recursos.<sup>63</sup>

A alusão à “utilização de todos os recursos” no interrogatório pode significar, em última instância, a aceitação e o reconhecimento da tortura. É importante destacar que esse documento que estamos analisando data de cinco de setembro de 1968, portanto, quase três meses antes de ser decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Acreditamos que tal constatação corrobora o fato de que o uso da tortura não foi exclusividade do período comumente conhecido no Brasil como “anos de chumbo”, ou seja, aqueles que se seguiram à promulgação do AI-5.

Reafirmamos, assim, que no contexto de crise e radicalização política e social latino-americana da década de 1960, o combate ao “inimigo interno”, identificado com o comunismo internacional dirigido por Moscou, passou a ser o objetivo central de governos ainda democráticos (caso do Uruguai, a partir de 1968), ou de ditaduras, como a brasileira. O manual citado aponta, nesse sentido, os setores mais proclives a aceitarem teses forâneas: “[...] os estudantes, os operários, os religiosos e os intelectuais (artistas). Cientes de sua importância, os mentores dão a eles a chefia do movimento, orientando-os sobre os pontos

---

<sup>62</sup> Ver PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

<sup>63</sup> COMBLIN, op. cit., p. 34.

importantes a ressaltar durante as manifestações.<sup>64</sup>

A despeito de ter sido elaborada em meios militares, a doutrina foi muito bem recebida pelas classes dominantes, as quais temiam o avanço dos setores populares de acordo com as especificidades de cada país – no processo de acirramento do conflito de classes. Foi esse temor que aprofundou a relação entre parcelas das burguesias nacionais, as Forças Armadas e o capital estrangeiro, o que culminou em conspirações e golpes de Estado.

É nesse contexto que podemos compreender a ideologia de segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.<sup>65</sup>

Na medida em que a “segurança nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes<sup>66</sup>,” a sua defesa é vista como razão legitimadora da ação do Estado (o uso da força) contra todo e qualquer tipo de oposição para realização dos objetivos nacionais. Sendo assim, a abrangência da doutrina não se limitava aos territórios nacionais já que validava também o conceito de “fronteiras ideológicas”, reconhecendo-lhe um cenário de atuação, inclusive, extranacional. Para Alves: “É aqui que se torna essencial para a teoria o conceito de ‘fronteiras ideológicas’, oposto ao de fronteiras territoriais”.<sup>67</sup> Ou seja, esses últimos, sinônimo de limite da atuação do Estado, eram subordinadas àquelas. Assim a existência de limites territoriais que expressavam a jurisdição da soberania nacional deixava de ser uma barreira para efetuar o combate ao comunismo e à subversão, mesmo que o inimigo estivesse fora do território nacional<sup>68</sup>.

### **1.1.2 Golpes civil-militares, Terror de Estado e coordenação repressiva regional**

A escolha pela caracterização dos golpes de Estado que instauraram as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul como “golpes civil-militares” é justificada pelo fato de que,

---

<sup>64</sup> INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., p. 23.

<sup>65</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984. p. 23.

<sup>66</sup> Idem, p. 54.

<sup>67</sup> Idem, p. 37.

<sup>68</sup> É claro que isso não era tão simples até porque chocava com a mentalidade patriótica dos militares e outros preconceitos xenófobos arraigados.

embora executados na maioria dos casos pelas Forças Armadas, tiveram significativo apoio de setores da sociedade civil, sem o qual talvez não tivessem eclodido. No caso uruguaio, o golpe foi realizado, inclusive, pelo próprio presidente Juan Maria Bordaberry, que dissolveu o parlamento, com um autogolpe apoiado amplamente pelas Forças Armadas do Uruguai, em junho de 1973. Já no Brasil, apesar de ter sido efetivado por forças militares em 1964, o golpe teve decisivo apoio de setores da classe média e de parcela considerável da elite empresarial. Tal apoio se estendeu até o fim da ditadura, com maior ou menor grau de intensidade, de acordo com os interesses econômicos dos diversos setores civis.

As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul foram instauradas, como já foi dito, a partir de sucessivos golpes de Estado fundamentados na DSN. Esses golpes civil-militares conformaram um bloco autoritário na região e forçaram o exílio de milhares de cidadãos, considerados “inimigos internos” em seus países de origem, que buscavam refúgio e asilo nos países mais próximos onde havia democracia:

A trajetória de cada um e seu destino de chegada teve particularidades ligadas à própria história de cada país, às potencialidades de desenvolvimento econômico, à situação das várias classes sociais e, até mesmo, aos momentos em que os golpes militares foram desencadeados. No entanto, é inegável que pertencem todos ao mesmo ciclo político e ideológico, que teve seu início no Brasil e se generalizou a toda sub-região, chegando seu ápice em 1976, no momento do segundo golpe argentino, quando todo o Cone Sul se achava sob ditaduras militares.<sup>69</sup>

A pioneira ditadura de Segurança Nacional brasileira<sup>70</sup> teve importante participação nos acontecimentos vinculados aos golpes de Estado e imposição de ditaduras na região. Isto porque, buscando maior influência na América do Sul, o Brasil contribuiu na difusão da Doutrina de Segurança Nacional pelo Cone Sul, e na formação de agentes de inteligência e repressão, como ocorreu, por exemplo, na organização da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) no Chile.<sup>71</sup>

Em nome da DSN, Brasil, Uruguai, Chile, Argentina, Paraguai e Bolívia fizeram uso do Terror de Estado além das fronteiras nacionais, atingindo os exilados políticos através da coordenação repressiva regional, cujo corolário foi a sofisticada Operação Condor. O debate

---

<sup>69</sup> SADER, Emir. *A transição no Brasil*. Da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1993. p. 75.

<sup>70</sup> A ditadura paraguaia de Stroessner, embora fosse anterior a do Brasil, somente no final dos anos 1960 incorpora o perfil da Doutrina de Segurança Nacional.

<sup>71</sup> KRISCHKE, Jair. O papel protagônico do Brasil na Operação Condor. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2008*. Porto Alegre: Corag, 2008. p. 64.

acerca do TDE é recente (década de 1970), embora o conceito já tivesse sido utilizado para caracterizar a fase jacobina da Revolução Francesa (1793-94), por exemplo. Porém, os antecedentes históricos mais próximos da experiência de TDE implementado na América Latina, – principalmente em se tratando de seu elemento mais peculiar, que foi a política do desaparecimento permanente dos opositores –, foram os casos da repressão colonial francesa na Argélia (1954-57), e a Operação Fênix (1966) dos EUA no Vietnã. Nos mesmos, o desaparecimento foi expediente comum utilizado contra os insurgentes, no intuito de aterrorizar e desmobilizar o restante da sociedade.

O conceito de TDE é aplicado quando o terror passa a ser disseminado, sistematicamente, como política estatal, com o objetivo de reprimir exemplarmente grupos sociais ou indivíduos considerados “inimigos interno”, criando uma “cultura de medo” no conjunto da sociedade como um todo. Para tanto, o Estado extrapola os limites institucionais de coerção, valendo-se de métodos totalmente ilegais e clandestinos para reprimir os seus próprios cidadãos que não se enquadram nos ditames do regime autoritário. Na América Latina, a política de Terror de Estado deu-se, principalmente, a partir de uma metodologia de detenção ilegal, tortura sistemática, sequestros e desaparecimento definitivo de opositores.

No tocante ao Uruguai, as modalidades repressivas mais comuns foram: o grande encarceramento, a política dos reféns, a tortura massificada e a desapareção forçada dos opositores do regime. Sendo assim, o *caso Lilián-Universindo* teve todas as características particulares do TDE uruguaio: sequestro, detenção ilegal, uso da tortura, além da possibilidade de desaparecimento temporário ou definitivo. Isto ocorreu, inclusive, no caso específico dos filhos de Lilián Celiberti, os quais permaneceram durante treze dias na condição de detidos-sequestrados-desaparecidos, correndo o risco, ainda, de sofrer eliminação ou apropriação de identidade. Nesse período de indefinição, as crianças também foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse. Portanto, neste caso constatamos a perpetração do sequestro, chantagem com reféns, encarceramento prolongado, tortura sistemática e possibilidade de desaparecimento de adultos e de apropriação das crianças; todas essas eram modalidades peculiares do TDE uruguaio. Conforme mencionado, tal constatação qualifica, indubitavelmente, esse sequestro político como ação do Plano Condor. Contudo, a conexão e coordenação repressiva entre as ditaduras do Cone Sul não se restringiu a esse marco de cooperação.

Efetivamente, a colaboração entre os serviços de inteligência e as polícias políticas dos países da região começou a se estabelecer a partir do golpe de Estado no Brasil, em 1964. Isso

porque tal fato deu início ao exílio de centenas de cidadãos brasileiros em território uruguaio, onde buscaram refúgio e asilo político. A escolha pelo país platino ocorreu devido à sólida tradição democrática e cultural da nação, bem como ao fato de ser vizinho do Rio Grande do Sul, estado onde a linha trabalhista tinha significativa importância, e da qual eram originários figuras exponenciais do governo democrático derrubado, como Leonel Brizola e o próprio presidente João Goulart.

Segundo a pesquisa de Ananda Simões Fernandes, o contexto do Uruguai nos anos 1960 e 1970, foi motivo de preocupação para a ditadura brasileira. No seu estudo, foram destacados dois períodos. O primeiro, compreendido entre 1964 e 1967, foi marcado pela atuação da importante comunidade de brasileiros que, fugindo da perseguição política, foram para o Uruguai. Seu estabelecimento como exilados no país vizinho “deveria ser monitorado, controlado e infiltrado, o que levou a ditadura brasileira a pressionar o governo democrático daquele país para que impusesse o cerceamento sobre os exilados”.<sup>72</sup> O segundo período analisado pela autora está demarcado entre os anos 1968 e 1973, caracterizado pela “radicalização da situação interna do país vizinho e o surgimento da guerrilha urbana (MLN–Tupamaros) assim como da Frente Ampla, organizações de esquerda vistas pelo Brasil como potenciais fatores de perturbação da sua segurança nacional”.<sup>73</sup> O concomitante recrudescimento da ditadura brasileira a partir do A-I 5, e o crescente autoritarismo no Uruguai, ainda no período democrático, fez com que a conexão repressiva entre esses países se intensificasse. As pesquisas demonstram que a administração Médici (1969-1974) contribuiu na escalada autoritária desencadeada pelos governos de Jorge Pacheco Areco (1968-1971) e de Juan María Bordaberry (1972-1973) no Uruguai.<sup>74</sup>

Um dos feitos mais emblemáticos da conexão repressiva entre Brasil e Uruguai foi a chamada Operação Trinta Horas,<sup>75</sup> que consistiu em um plano militar de invasão do território uruguaio pelo exército brasileiro caso a Frente Ampla saísse vitoriosa nas eleições de 1971. Como isso não se confirmou, não foi preciso a efetivação de tal operação. Em depoimento recente, um general brasileiro informou que o governo Pacheco Areco havia solicitado a

---

<sup>72</sup> FERNANDES, op. cit., p. 13.

<sup>73</sup> Idem, p. 14.

<sup>74</sup> Ver FERNANDES, op. cit.; PADRÓS, op. cit. Também CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. 119 f. Santa Maria/RS: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

<sup>75</sup> Trinta horas era o tempo necessário para que as tropas brasileiras invadissem o país oriental. Para maiores informações ver: PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 Horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 227-249, jan./jun. 2005.



intervenção das Forças Armadas do Brasil caso houvesse vitória da coalizão de esquerda.<sup>76</sup> O próprio presidente Médici teria viajado aos EUA, entre os dias 7 e 9 de dezembro de 1971, e teria comunicado ao então presidente Richard Nixon e seu secretário de Estado Henry Kissinger “a colaboração do Brasil, visando influir nas eleições uruguaias”.<sup>77</sup> A existência da Operação Trinta Horas está confirmada pela documentação e pesquisa histórica; entretanto a afirmação de que foi solicitada pelo próprio governo uruguaio ainda faz parte do campo da especulação. O concreto é o interesse do Brasil em impedir o avanço da esquerda no país vizinho. Nesse sentido, cabe lembrar, ainda, que o Brasil forneceu apoio na formação dos chamados Esquadrões da Morte, com as instruções do delegado Sérgio Fleury Paranhos (que foi pessoalmente ao Uruguai para auxiliar as forças estatais contra os tupamaros), bem como forneceu apoio logístico, com a doação de veículos após o golpe civil-militar de junho de 1973 no país platino.<sup>78</sup>

## 1.2 OPERAÇÃO CONDOR

A Operação Condor - também chamada de Plano ou Operativo Condor - foi o pacto clandestino internacional de coordenação repressiva entre os serviços de inteligência, polícias políticas e comandos militares das Forças Armadas do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, no intuito de organizar a colaboração anti-subversiva contra a comunidade de exilados nos países do Cone Sul. Para tanto, os serviços de inteligência militar dos seis países membros, que tinham ainda como associados secundários o Peru e o Equador, assumiram esse mecanismo encoberto de colaboração e atuação conjunta a partir da lógica de ampliar a *guerra suja* além das fronteiras territoriais no combate ao inimigo interno. As autoridades desses regimes autoritários entraram em acordo para cooperar na implementação do terrorismo de Estado extraterritorial.<sup>79</sup>

Tal aliança secreta e supranacional formalizada em Santiago do Chile, no final de 1975, reproduziu para além-fronteiras, em nome da Segurança Nacional da região, o que era

---

<sup>76</sup> Entrevista do general Ruy de Paula Couto concedida ao jornalista José Mitchell. *Programa História*, exibido pela TVCOM RS no dia 7 de janeiro de 2007.

<sup>77</sup> KRISCHKE, op. cit., p. 65.

<sup>78</sup> Idem, p. 66.

<sup>79</sup> DINGES, John. *Os anos do Condor*. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 40-41.

feito dentro de cada território nacional em termos de repressão.

O uso do sequestro, da detenção clandestina e da tortura das vítimas nos procedimentos dos comandos repressivos reproduziu o que já ocorria no interior das ditaduras da região. Entretanto, o assassinato e a desapareção forçada dos exilados políticos adquiriram uma proporção muito maior que a sofrida nos países de origem (com exceção da Argentina).<sup>80</sup>

O operativo secreto tinha características peculiares, conforme o estudo de Patrice McSherry. Segundo a pesquisadora, os elementos fundamentais foram: 1) Operativos transfronteiriços dirigidos contra pessoas exiladas; 2) Natureza multinacional; 3) Seleção precisa e seletiva de dissidentes; 4) Estrutura paraestatal; 5) Uso de tecnologia avançada; 6) Utilização de “sindicatos do crime” e organizações e redes extremistas.<sup>81</sup>

A Operação Condor unificou a perseguição política transfronteiriça de maneira coordenada, deixando de lado, inclusive, históricas rivalidades regionais, no intuito de assegurar e conservar os interesses de setores dominantes em cada país e eliminar as tentativas de organização da resistência desde o exílio, sobretudo quando se articulou a *Junta Coordinadora Revolucionária* (JCR).

### **1.2.1. O ovo do Condor: a origem da cooperação transnacional**

Apesar de ter sido oficializado em novembro de 1975, as origens do sistema multinacional do Plano Condor estão no Primeiro Seminário de Polícia sobre a Luta Anti-subversiva, realizada em fevereiro de 1974 na cidade de Buenos Aires. Em documento desclassificado da CIA, localizado por McSherry, consta que dessa importante reunião fizeram parte funcionários de segurança de todos os países que depois se integrariam no Operativo Condor, com exceção do Brasil. Essa descoberta recente é uma novidade em termos da historiografia sobre o Plano Condor:

A principios de 1974, funcionarios de seguridad de Argentina, Chile,

---

<sup>80</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 705.

<sup>81</sup> MCSHERRY, op. cit., p. 33-38.

Uruguay, Paraguay y Bolivia se reunieron en Buenos Aires para organizar acciones coordinadas en contra de objetivos subversivos. [5 LÍNEAS TACHADAS] Desde entonces [3 LÍNEAS TACHADAS] los argentinos han conducidos operativos antisubversivos conjuntos con los chilenos y los uruguayos.<sup>82</sup>

Tal documento permite pensar que, embora o nome *Condor* não tivesse sido escolhido ainda, a estrutura operativa já estava em gestação. A informação levantada por McSherry é muito importante para a investigação histórica sobre esse operativo, uma vez que, a partir dela, podemos incluir o notório caso do assassinato do general constitucionalista chileno Carlos Prats, ex-ministro do governo Allende, em Buenos Aires, em 30 de setembro de 1974. Prats foi executado brutalmente com sua esposa Sofia Cuthbert, por meio de um atentado à bomba na frente de sua casa, na capital portenha, onde vivia exilado desde agosto de 1973.<sup>83</sup> O general chileno foi a primeira vítima “ilustre” da Operação Condor, e seu assassinato reforça o caráter seletivo na escolha de alvos, conforme a sua importância política no exílio. Não obstante, o general Prats não foi o único chileno a sofrer atentados antes mesmo da fundação oficial do Plano Condor. O mesmo ocorreu o dirigente do Partido Democrata Cristão, Bernardo Leighon, atingido com sua esposa por uma bomba, em 6 de outubro de 1975, em Roma. Antes disso, em 23 de julho do mesmo ano, foi realizada a *Operación Colombo*, um desdobramento do Operativo Condor<sup>84</sup> que consistia em um nefasto plano da DINA para fazer “aparecer” 119 cadáveres de militantes chilenos desaparecidos no Chile em território argentino, incriminando o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) pelo massacre. Esse operativo, todavia, não chegou a ser efetivado. Segundo posteriores revelações do espião chileno e agente condor Enrique Arancibia Clavel, a ação foi planejada diante das pressões que o regime sofria da Organização das Nações Unidas (ONU), que exigia esclarecimentos sobre os desaparecidos no Chile. Para efetivar esse operativo macabro, a DINA iria trabalhar em conluio com o grupo paramilitar argentino de extrema direita *Alianza Anticomunista Argentina (Triple A)*. Esta iria fornecer identidades argentinas para encobrir a questão dos desaparecidos no Chile.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> CIA, The National Intelligence Daily (Top Secret), 23 jun. 1976. In: MCSHERRY, op. cit., p. 121.

<sup>83</sup> Sobre o caso Prats ver: CARRIÓ, Alejandro. *Los crímenes del Condor*. El caso Prats y la trama de conspiraciones entre los servicios de inteligencia del Cono Sur. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

<sup>84</sup> Ao longo desse trabalho veremos várias ações que foram desdobramentos da Operação Condor.

<sup>85</sup> A ideia era colocar identidades de militantes chilenos em cadáveres irreconhecíveis, vítimas da repressão na Argentina. Com isso pretendia-se mostrar que aqueles cidadãos chilenos haviam sido eliminados no país vizinho como resultado ou de conflitos com outros grupos subversivos ou por integrarem forças guerrilheiras que enfrentavam o governo argentino. O objetivo principal era retirar responsabilidades da ditadura Pinochet, especialmente ante as organizações internacionais de Direitos Humanos, sobre as denúncias de desaparecimentos no Chile.

Outro caso sobre o qual há especulação de ter sido obra do Plano Condor, antes de sua oficialização, foi o assassinato do agregado militar na Embaixada uruguaia em Paris, Ramón Trabal,<sup>86</sup> em 19 de dezembro de 1974. Trabal havia sido o principal oficial de Inteligência no combate aos tupamaros no Uruguai. Divergências internas, a partir do golpe de Estado, levaram-no a assumir uma função no exterior. Seu assassinato foi creditado a uma suposta e desconhecida Brigada Raúl Sendic (nome do principal dirigente tupamaro, preso político naquele momento). A guerrilha uruguaia rejeitou, sempre, a autoria do atentado. Tudo indica que, provavelmente, foi uma ação dos órgãos de inteligência para acabar com uma figura incômoda ao regime.<sup>87</sup>

Em suma, a dinâmica cronológica da Operação Condor é de difícil sistematização, pois vários casos ocorreram antes de sua formalização, no final de 1975, no Chile. A confusão que se estabelece, por vezes, na historiografia sobre o operativo, está relacionada com a oficialização da aliança secreta e com a nomenclatura cifrada da operação. O nome *condor* foi uma sugestão da delegação uruguaia, em homenagem à simbólica ave do Chile, país anfitrião da reunião de fundação. Tal pássaro, que sobrevoa a Cordilheira dos Andes em elevadas altitudes, está presente no brasão da República chilena e é a maior ave de rapina da América do Sul. Mas, ao contrário do que a literatura sobre a coordenação repressiva tem consagrado a partir do uso de metáforas, não é uma grande predadora, pois se alimenta de carniça. Ainda a propósito da ave cujo nome em código foi dado à operação delitiva transnacional, podemos acrescentar que os militares subverteram sua simbologia, pois, em outras épocas, o animal representara a resistência, a força e a liberdade latino-americana.<sup>88</sup>

Após a descoberta do nome *condor*, que, em realidade, aparece pouco na documentação repressiva sobre o plano terrorista, tal termo de referência à grande ave andina passou a suscitar sentimentos de dor, medo e terror nas vítimas e nos seus familiares. Talvez a única atribuição que possa ser dada à Operação Condor em alusão ao grande abutre é a de que seu voo desconhece limites territoriais, sobrevoando, com seus mais de três metros de envergadura, toda a cordilheira andina do Chile até a Venezuela, passando pelo Peru, Equador e Colômbia. Como metáfora, pode-se dizer que quase nada ou ninguém escapa das suas

---

<sup>86</sup> Embora Ramon Trabal não fosse um alvo da Operação Condor – já que era um militar ligado à repressão –, o fato de ele ter sido assassinado no exterior revela, ao menos, a metodologia Condor.

<sup>87</sup> ISRAEL, Sergio. *El enigma Trabal*. Montevideo: Trilce, 2002.

<sup>88</sup> O condor era um animal sagrado na cultura incaica, e também chegou a ser símbolo de uma vertente da literatura brasileira do século XIX (condoreirismo), que exaltava a liberdade preconizando a abolição, cujo maior expoente foi o poeta baiano Castro Alves. Além disso, é título e tema de várias canções na América Latina que exaltam a sua altivez, como *Condor*, de Oswaldo Montenegro, *O voo do condor*, de Ney Matogrosso, e *El Condor Pasa*, música de Daniel Alomía Robles, com letra de Julio de La Paz (esta canção, inclusive, foi declarada, no Peru, patrimônio cultural no ano de 1993).

longas asas, visão apurada, e garras afiadas.

A operação de coordenação da conexão repressiva foi “oficializada” na Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, realizada em Santiago do Chile, de 25 de novembro a 1º de dezembro de 1975, sob iniciativa e liderança do coronel Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da DINA e segundo homem mais poderoso do Chile, abaixo apenas do general Augusto Pinochet.

A reunião de “caráter estritamente secreto”, conforme convite enviado por Contreras ao general de Divisão Francisco Alcibíades Brítez Borges, chefe da polícia de Assunção, visava fundamentar “*una excelente coordinación y un mejor accionar en beneficio de la Seguridad Nacional*”<sup>89</sup> da região. Esse convite, também enviado aos demais dirigentes dos serviços de inteligência dos países do Cone Sul – inclusive para o então chefe do SNI brasileiro, o general João Batista Figueiredo – foi entregue pessoalmente ao general Brítez pelo subdiretor da DINA, o coronel Mario Jahm.

No convite havia um erro no sobrenome de Britez: no documento constava como Brites. Da mesma forma, em um informe da polícia paraguaia, o nome do chileno Contreras aparecia como Manuel Sepúlveda.<sup>90</sup> Segundo Alfredo Boccia Paz, esses erros iniciais logo seriam corrigidos nos meses seguintes à fundação da aliança secreta, uma vez as relações entre os aparatos repressivos regionais tornarem-se bem mais fluídas.<sup>91</sup>

O ano de 1975 foi deveras significativo para a intensificação da coordenação repressiva paraguaio-chilena. Inclusive, no dia 23 de setembro, portanto dois meses antes da reunião em Santiago, ocorreu o traslado clandestino do chileno Jorge Isaac Fuentes Alarcón, preso em Assunção e entregue ao Chile. O agradecimento oficial do diretor da DINA foi enviado imediatamente ao chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milcíades Coronel, conforme documento do Arquivo do Terror:

*Manuel Contreras Sepúlveda, Coronel Director de Inteligencia Nacional, saluda muy atentamente al Sr. Jefe de Investigaciones del Paraguay, DON PASTOR CORONEL y junto con tener el grato placer de saludar le hace llegar lo más sinceros agradecimientos por la cooperación prestada para facilitar las gestiones relativas a la Misión que debió cumplir mi personal en La República hermana del Paraguay, y estoy cierto que esta mutua coperación continuará en forma siempre creciente para el logro de los*

<sup>89</sup> Correspondência 00143F0011-0022. Outubro de 1975 – CDADDH – “Arquivo do Terror”. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/cdya>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

<sup>90</sup> Informe 00143F0023. 06 de novembro de 1975. CDADDH – “Arquivo do Terror”. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/cdya>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

<sup>91</sup> BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales*. Los documentos ocultos del Operativo Condor. Assunção: Expolibro/Servilibro, 2002. p. 55.

objetivos comunes coincidentes de ambos Servicios. CONTRERAS, hace propicia la oportunidad para testimoniarle los sentimientos de su consideración más distinguida, y rogándole considerarlo a sus muy gratas ordenes en ésta. SANTIAGO, 25 DE SEPTIEMBRE 75.<sup>92</sup>

A *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* tinha como pauta dez itens: fundamentos; proposições; países participantes; sede do sistema e visão geral; esquema orgânico proposto; mecânica de consulta programa geral; programa de trabalho; informações para os assistentes e *clave* (código).

Em relação ao item “fundamentos”, a DINA traçava um panorama da “Subversão” (quase sempre designada com letra maiúscula) na América do Sul, bem como explicitava, didaticamente, o papel do subcontinente no contexto da Guerra Fria:

La Subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio.<sup>93</sup>

O objetivo de Contreras era ampliar os acordos bilaterais e os “*acuerdos de caballeros*”, que já existiam, para acordos multinacionais com uma “*Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad*”.<sup>94</sup> Ainda neste item consta que:

La Subversión ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc...<sup>95</sup>

Nessas colocações podemos notar nitidamente que o fantasma da Revolução Cubana ainda servia como escusa para intensificar e internacionalizar a repressão. Contudo, se o espectro do socialismo cubano ainda rondava a América Latina, a ameaça maior, para os regimes de Segurança Nacional do Cone Sul, pelo menos em teoria, era a *Junta Coordinadora*

---

<sup>92</sup> Correspondência 00143 F00 10. Setembro de 1975 – CDADDH – “Arquivo do Terror”. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/index.html>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

<sup>93</sup> Fotograma 00022F 0155 0165. CDADDH – “Arquivo do Terror”. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

*Revolucionaria* (JCR).

Esta era uma das principais justificativas para a criação do Plano Condor e consistia, fundamentalmente, em uma organização internacionalista composta pelos seguintes grupos armados: *Movimiento de Liberación Nacional–Tupamaros* (MLN-T), do Uruguai; *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), da Argentina; *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), da Bolívia e *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), do Chile, país este no qual foi criada, pela iniciativa de Miguel Enríquez, em 1972:

O caráter continental da luta está marcado, fundamentalmente, pela presença de um inimigo comum. O imperialismo norte-americano desenvolve uma estratégia internacional para deter a revolução socialista na América Latina. Não é casual a imposição de regimes fascistas nos países em que o movimento das massas em ascensão ameaça a estabilidade do poder das oligarquias. À estratégia internacional do imperialismo corresponde a estratégia continental dos revolucionários.<sup>96</sup>

Embora a JCR não tivesse conseguido criar maiores condições operacionais concretas para a ação,<sup>97</sup> ela serviu para justificar e legitimar a coordenação repressiva interestatal da Operação Condor que, ao contrário daquela, operou com eficiência tanto dentro como fora da América Latina.

Nesse sentido, é importante salientar que, apesar das escusas das ditaduras integrantes do Plano Condor de que combatiam um “esquema coordenado de guerrilhas”, a maioria das suas vítimas não era composta de exilados clandestinos, quanto mais guerrilheiros; muitos deles, ao contrário, haviam sido acolhidos pelo *Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados* (ACNUR), como Universindo Rodríguez Díaz, quando foi sequestrado em Porto Alegre, em novembro de 1978. Em alguns documentos do Arquivo do Terror constam que o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) do qual faziam parte Universindo e Lilián Celiberti, teria ligações com a JCR, mas isso nunca foi comprovado efetivamente .

### 1.2.2 A estrutura e a dinâmica do operativo

---

<sup>96</sup> DECLARACIÓN CONSTITUTIVA DE LA JCR. A los Pueblos de América Latina. Che Guevara, órgão da JCR, n. 1, nov. 1974. In: LOWI, Michel. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 369.

<sup>97</sup> Na prática, tratava-se de articular os remanescentes guerrilheiros daquelas organizações, bastante enfraquecidos, que se encontravam no exílio argentino.

Para o combate da suposta internacionalização subversiva, a ditadura chilena propunha aos delegados dos países membros a criação de uma *Oficina de Coordinación de Seguridad*, cujo sistema deveria abranger um Banco de Dados e uma Central de Informações, tendo uma dinâmica sistemática de reuniões de trabalho.

O Banco de Dados deveria ser similar ao modelo da Interpol, mas dedicado à subversão; ou seja, dever-se-ia estabelecer em um país-membro um *Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión*. A manutenção e o financiamento desse banco de dados deveriam ser realizados pelos Serviços de Segurança dos países membros. Porém, ao contrário da Interpol, o sistema Condor era uma operação criminosa que utilizava práticas fora do marco da lei para eliminar adversários políticos e aniquilar suas ideias.<sup>98</sup>

A segunda proposição era a criação de uma Central de Informações (no Chile) para maior eficácia na utilização do Banco de Dados, que deveria contar com um sistema de comunicações moderno e ágil. Este sistema, composto por transmissão via telex, meios de criptografia, telefones com inversores de voz e correios era chamado de *Condortel*.

O *Condortel* tinha um sistema de mensagem cifrada com um alfabeto de substituição simples, no qual cada letra maiúscula era um criptograma correspondente a outra letra minúscula do alfabeto. Tal sistema, exemplificado no *Anexo C*<sup>99</sup> do documento da primeira reunião de Santiago, foi utilizado, segundo o jornalista Luiz Cláudio Cunha, no caso do *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre, conectando via telex o Uruguai (*Condortel 3*) com o Brasil (*Condortel 6*). Dessa forma, os nomes dos uruguaios requeridos pelas Forças Conjuntas de seu país assim eram codificados:

M X M X D J Z C M X Q C T W X  
l i l i a n c e l i b e r t i  
L J X N C T F X J Y V T V Y T X U L C O Y X D O  
u n i v e r s i n d o r o d r i g u e z d i a z<sup>100</sup>

Esse sistema rudimentar acabaria sendo substituído por outro, de combinação aleatória, de uma máquina criptográfica desenvolvida pela CIA;<sup>101</sup> ou seja, incorporando a utilização de uma tecnologia avançada para a época, uma das características fundamentais do

<sup>98</sup> MCSHERRY, op. cit., p. 309.

<sup>99</sup> O código do sistema Condortel era a simples substituição de caracteres minúsculos por outros maiúsculos, conforme a seguinte legenda: aD, bQ, cZ,dY, eC, fA, gU, hI, iX, jB, kP, lM, mA, nJ, oV, pG, qK, rT, sF, tW, uL, vN, wS, xS, yH e zO.

<sup>100</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*. O Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 383.

<sup>101</sup> CUNHA, op. cit., p. 383.



Plano Condor.

Finalmente, no âmbito das proposições, a reunião inaugural do Condor previa a realização de reuniões de trabalho entre os países membros ou bilaterais, a fim de avaliar os serviços prestados pela *Oficina de Coordinación de Seguridad*. Tais encontros deveriam ser realizados nos diversos países membros de acordo com a necessidade de cada um deles, como na reunião em Buenos Aires, ou na conferência bilateral Brasil-Paraguai, em Assunção, ambas em 1976.

Na reunião de Santiago assinaram a ata de fundação: o coronel chileno Manuel Contreras; o capitão da marinha Argentina Jorge Casas; o major boliviano Carlos Mena; o coronel uruguaio José Alberto Fons; e o coronel paraguaio Benito Guanes Serrano. Além desses, cada país levou alguns delegados para acompanhar o nascimento oficial do Condor. O Brasil mandou observadores, mas não assinou o documento de fundação.

Essa reunião representou um marco na consolidação do bloco autoritário, com o definitivo fim das fronteiras territoriais em benefício da percepção das “fronteiras ideológicas”.

A Operação Condor estava dividida em três fases de execução: a primeira visava uma troca sistemática de informações sobre pessoas requeridas pelos serviços secretos de cada país. Tais informações eram colhidas por meio da intensa e sistemática espionagem às comunidades exiladas, para constituição do banco de dados comum a todos os países membros.

A segunda fase do operativo visava deter, torturar e transladar ilegalmente, em todos os países cooperados, os presos políticos para suas nações de origem, para depois, na grande maioria das vezes, executá-los e ocultar seus cadáveres. Esta fase era restrita à América Latina. Nesta fase situam-se dezenas de casos ocorridos no Cone Sul, sendo que a maioria deles em Buenos Aires, como os emblemáticos assassinatos do ex-ministro chileno Carlos Prats; dos parlamentares uruguaios Gutierrez Ruiz e Zelmar Michelini; do ex-presidente boliviano José Carlos Torres; além do sequestro e desaparecimento das principais lideranças e dezenas de militantes do PVP, o partido de Lilián e Universindo.

A terceira fase seguia a mesma lógica da segunda, porém abrangendo territórios além do Cone Sul, como Estados Unidos e Europa Ocidental. O atentado contra o chileno Bernardo Leighton e sua esposa em Roma exemplifica a conexão europeia da terceira fase do Plano Condor – neste caso, havia apoio de grupos europeus de extrema-direita. Contudo, o caso mais emblemático desta fase da Operação Condor foi, sem dúvida, o assassinato do ex-

chanceler chileno Orlando Letelier, por meio de atentado à bomba, em Washington, em um local bem próximo da Casa Branca, no bairro das Embaixadas, no dia 21 de setembro de 1976.

Letelier, ex-ministro de Relações Exteriores do governo Allende, fazia oposição à ditadura chilena desde o exílio, na capital dos EUA. Ele estava tentando formar uma aliança entre os remanescentes da *Unidad Popular* e o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) e, por isso, era considerado o inimigo número um de Pinochet.<sup>102</sup> Juntamente com Letelier, estava o casal estadunidense Michael e Rony Moffit. Ela, assistente do ex-chanceler, não resistiu à explosão da bomba instalada pelo mercenário estadunidense Michael Townley no automóvel de Letelier. Townley, ex-agente da CIA, casado com uma chilena vinculada à DINA, também havia participado nos atentados contra Prats, em 1974, em Buenos Aires, e Leighton em Roma, em 1975. A desclassificação de documentos estadunidenses demonstrou como a terceira fase do operativo contava com o apoio de grupos paramilitares de extrema-direita e de grupos mercenários anticomunistas, como o Movimento Nacionalista Cubano, e com a utilização da Embaixada do Chile em Madri (Espanha), base da Operação Condor na perseguição dos chilenos exilados na Europa.<sup>103</sup>

Como já vimos, os EUA tiveram um papel importante no processo de formação das ditaduras no Cone Sul entre meados dos anos 60 e 70. Isso era explícito na política externa estadunidense. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1970, houve uma mudança na sua política para a região. A nova administração Carter (1977-1980) assumiu, mesmo que com certa ambiguidade, a bandeira da retomada da democracia e da defesa dos direitos humanos. Porém, os governos anteriores de Washington, especialmente os de Nixon e Ford, sabiam da existência da Operação Condor, conforme demonstram vários documentos desclassificados; no entanto, nada fizeram para impedir suas ações, inclusive no caso do atentado contra Letelier, o mais notório assassinato da terceira fase.

Conforme McSherry, o governo estadunidense, representado pelo secretário de Estado Henry Kissinger, da administração Ford, estava preocupado com o andamento dos planos de assassinatos da fase três do Operativo Condor. Isto está demonstrado no Memorando de 23 de agosto de 1976<sup>104</sup> enviado às Embaixadas dos seis países membros da Operação Condor. Não

---

<sup>102</sup> BOCCIA PAZ, op. cit., p. 160.

<sup>103</sup> MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. p. 201.

<sup>104</sup> U.S. Secretary of State, Immediate, Roger Channel memorandum to Buenos Aires, Montevideo, Santiago, La Paz, Brasília, Asunción, "Operation Condor", 23 ago. 1976. In: MCSHERRY, op. cit., p. 168.

obstante, pouco mais de um mês após esse documento, ocorreu o atentado contra Letelier, em plena capital dos EUA. Segundo McSherry: “Los embajadores no pueden ignorar las directrices del Secretario de Estado, sin embargo, a menos que exista una contraorden por medio de otro canal u otra comunicación.”<sup>105</sup> Ou seja, Kissinger não deu ordem para tentar impedir o atentado em gestação.

O fato é que os EUA estiveram mais envolvidos nos golpes, na instauração e na consolidação das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul do que na Operação Condor propriamente dita. Porém, a dúvida que paira é se a “gestion diplomática del 23 de agosto sobre la Operación Cóndor pudo haber sido para ‘que quedara registrada para la historia’ en especial porque nunca fue ejecutada.”<sup>106</sup> Recentemente, essa dúvida foi solucionada, quando um novo documento foi desclassificado pelo Arquivo de Segurança Nacional (NSA). Em um telegrama com data de 16 de setembro, somente quatro dias antes do atentado contra Letelier, Kissinger “simplemente instruye a los embajadores [do Cone Sul] para que no tomen ninguna otra medida”, ou seja, para que nada façam para evitar o atentado. Para o analista do NSA, Peter Kornbluth: “Ahora sabemos lo que pasó: el Departamento de Estado inició a tiempo un esfuerzo para frustrar asesinatos en el Cono Sur y Kissinger sin explicación lo abortó”.<sup>107</sup>

### 1.2.3 O Uruguai na Operação Condor

De todos os sistemas da coordenação multinacional da conexão repressiva entre os países do Cone Sul, um dos mais efetivos e letais foi o dos serviços de inteligência do Uruguai com a Argentina.<sup>108</sup> Montada pelo *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCA), esta conexão executou uma verdadeira caçada à comunidade uruguaia exilada na margem ocidental do Rio da Prata. Para tanto, o Plano Condor chegou a manter Centros Clandestinos de Detenção (CCD) binacionais em Buenos Aires, que eram

---

<sup>105</sup> MCSHERRY, op. cit., p. 169.

<sup>106</sup> Idem, p. 173.

<sup>107</sup> PIGNOTTI, Dario. Agora é fato! Kissinger sabia da operação Condor e não impediu assassinatos. *Página 12*, Buenos Aires, 12 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-143676-2010-04-11.html>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

<sup>108</sup> As vítimas uruguaias da Operação Condor foram: 118 desaparecidos, 17 mortos e 13 crianças sequestradas na Argentina, 4 desaparecidos no Chile e 2 desaparecidos no Paraguai. Cf. MARIANO, op. cit., p. 67-68.

administrados por militares uruguaios e argentinos, como o *Pozo de Banfield*.<sup>109</sup> Contudo, o mais temível dos CCD era uma antiga oficina mecânica, localizada na Rua Venâncio Flores, número 3519/21, esquina Emilio Lamarca, em frente à ferrovia Sarmiento, com um cartaz com o nome de *Automotores Orletti*.<sup>110</sup> Nessa oficina de dois andares, repleta de chassis de carros roubados, foram interrogados e torturados centenas de exilados uruguaios, bolivianos, chilenos e paraguaios.<sup>111</sup>

O caso mais emblemático da coordenação argentino-uruguaia sob cobertura do Plano Condor foi, sem dúvida, os sequestros e assassinatos do deputado Héctor Gutiérrez Ruiz e do senador Zelmar Michelini. Ambos foram sequestrados em Buenos Aires, na madrugada do dia 18 de maio de 1976, com intervalo de duas horas de diferença, por grupos de tarefas binacionais fortemente armados, que saquearam as casas dos refugiados antes de levá-los ao ninho do condor uruguaio, *Orletti*. Juntamente com os parlamentares foram sequestrados William Whitelaw, Rosário Barreto e os três filhos dela. Os cadáveres dos quatro adultos foram encontrados quatro dias depois em um automóvel, com visíveis sinais de tortura.<sup>112</sup> Mesmo com toda a repercussão que tal fato produziu, inclusive em âmbito internacional, a polícia não investigou o caso:

No dia seguinte, o ministro da Defesa da Argentina declarou aos jornalistas, sem pestanejar: “Trata-se de uma operação uruguaia. Não sei ainda se oficial ou não.” Tempos depois, em Genebra, disse o embaixador uruguaio ante a Comissão de Direitos Humanos da ONU: “A respeito das vinculações entre a Argentina e o Uruguai, naturalmente existem. Nos sentimos orgulhosos delas. Estamos irmanados pela História e pela cultura”.<sup>113</sup>

O caso Gutierrez\Ruiz/Michelini foi o mais notório, e representa a característica seletiva da Operação Condor – afinal, estavam entre os líderes mais proeminentes no exílio –, mas não foi o único. Uma das organizações políticas mais atingidas pela conexão repressiva uruguaio-argentina foi o *Partido por la Victoria del Pueblo*. Nos Arquivos do Terror de Assunção, existe um organograma detalhado do partido uruguaio. Muitos militantes do PVP, sequestrados no marco da Operação Condor, só tomavam conhecimento de algumas informações (que desconheciam) quando eram interrogados por membros do *Organismo*

---

<sup>109</sup> Nesse *chupadero* funcionava uma sinistra sucursal da OCOA, já que uma das duas plantas do edifício estava reservada para vítimas de nacionalidade uruguaia.

<sup>110</sup> CONADEP. *Nunca Más*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 73.

<sup>111</sup> BOCCIA PAZ, op. cit., p. 189.

<sup>112</sup> SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia, 1989. p. 333.

<sup>113</sup> GALEANO, Eduardo. *Días e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 150.

*Coordinador de Operaciones Antisubversivas.*

Entre julho e setembro de 1976, foram registradas setenta detenções de cidadãos uruguaios em Buenos Aires, a maioria deles membros do PVP.<sup>114</sup> A onda de repressão que se instaurou contra os membros dessa organização na capital portenha foi tão violenta que seus militantes experimentaram o que tinha de mais cruel e sofisticado em termos de terrorismo estatal cooperado entre Argentina e Uruguai, como o sequestro de crianças pequenas ou nascidas na prisão, tomadas, inescrupulosamente, como *botín de guerra*.

Segundo o jurista francês Jean-Louis Weill,<sup>115</sup> do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU), a família uruguaia estava no cerne da Doutrina de Segurança Nacional, pois devia ser protegida de toda ameaça vinda de ideologias e sistemas “exóticos”. Entretanto, paradoxalmente, ela era alvo do terror de Estado coordenado, que desestruturava famílias inteiras em toda a região. A Operação Condor foi responsável pelo sequestro e desaparecimentos de dezenas de cidadãos uruguaios bem como pela apropriação de crianças, sobretudo na Argentina.<sup>116</sup> Nesses casos, as crianças apropriadas perdiam sua identidade ao serem doadas a militares ou civis, que as registravam como se fossem suas. Isso por pouco não ocorreu com os filhos de Lilián Celiberti, Camilo (7 anos) e Francesca (3 anos), os quais estiveram na condição de detidos-desaparecidos por 13 dias:

Quanto às crianças, se não fosse a rápida intervenção da família alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado “botín de guerra” e sofrido o mesmo destino do desaparecimento, da supressão de suas identidades e da apropriação dos seus corpos e da sua vida. As crianças foram entregues aos avós no dia 25. Durante treze dias estiveram sequestradas e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, durante esse tempo, Francesca de três anos e Camilo de sete foram detido-desaparecidos.<sup>117</sup>

Esse fato foi singular se comparado a centenas de outras operações de sequestro realizadas com sucesso pelas Forças Conjuntas uruguaias, devidamente coordenadas com a ditadura argentina. Isso devido a uma série de fatores, como a existência de uma conjuntura brasileira um tanto mais distendida se comparada com as do Uruguai e da Argentina do final da década de 1970, ou ainda em função dos mecanismos de organização e segurança do partido de Lilián e Universindo.

---

<sup>114</sup> BOCCIA PAZ, op. cit., p. 191.

<sup>115</sup> Depoimento no documentário *Y cuando sea grande*. Diretor: César Charlone, Brasil, 1980. 55 minutos.

<sup>116</sup> Onze filhos de uruguaios foram sequestrados – quatro deles tão logo nascidos no cativeiro – na década de 1970, na Argentina. Cf. MARIANO, op. cit. p. 133.

<sup>117</sup> PADRÓS, *Como el Uruguay no hay....*, op. cit., p. 765

Na Argentina, os sequestros de crianças<sup>118</sup> foram efetuados majoritariamente por grupos de tarefas locais, mas também pelo OCOA do Uruguai, liderado pelo major José “Nino” Gavazzo. Este é o autor de uma das frases mais cínicas acerca da coordenação repressiva e da “apropriação de crianças” quando disse que: “*la guerra no es contra los niños*”, ao arrancar o bebê Simón Riquelo, de 20 dias de idade, dos braços de sua mãe Sara Méndez. Sara, foi uma das vítimas da chamada *Operación Invasión*, outro desdobramento do Plano Condor, onde vários integrantes do PVP, seqüestrados e torturados em Orletti, acabaram sendo trasladados clandestinamente ao Uruguai. Ali, ficaram presos após terem sido utilizados em uma espécie de simulação de retomada da luta armada, o que permitiria à ditadura uruguaia justificar as suas permanências, em um momento de pressão externa do governo Carter. Em *Orletti*, também foram torturados e executados alguns dos principais dirigentes do PVP, como o sindicalista gráfico Gerardo Gatti e León Duarte: ambos seguem desaparecidos.

O PVP era um pequeno partido socialista, fundado na capital argentina, em 1975, por exilados uruguaios, oriundos de grupos libertários como a *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33), braço armado da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU). A estratégia política do partido, cujas lideranças eram os sindicalistas libertários Gatti, Duarte, e Hugo Cores, era, principalmente, a denúncia internacional da ditadura instaurada no país. Era o auge do terrorismo estatal no Uruguai, quando a única estratégia que restava aos opositores era, praticamente, a denúncia das violações dos direitos humanos, realizada desde o exílio, já que o sindicalismo estava totalmente controlado e a luta armada desmantelada. Por isso, o PVP foi duramente reprimido e quase aniquilado, após um ano de sua fundação, a partir do golpe de Estado na Argentina, em março de 1976. Essa ferrenha repressão binacional ao partido uruguaio, segundo o jornalista Roger Rodríguez, tinha um duplo propósito: eliminar a resistência e se apropriar dos recursos financeiros do PVP.<sup>119</sup> Isso porque o partido detinha recursos de quase US\$ 10 milhões, provenientes do sequestro de um industrial realizado pelo OPR-33, em 1974.

Conforme Rodríguez, havia um pacto entre os repressores uruguaios do OCOA e os órgãos de repressão argentinos para repartir o “botín de guerra”, ou seja, o famoso dinheiro do

---

<sup>118</sup> O sequestro e apropriação de crianças, filhos de prisioneiros políticos, foi um dos crimes sistematizados na Argentina nos anos 1970. Segundo as associações de familiares, foram mais de 500 crianças que tiveram suas identidades furtadas, ainda que os casos denunciados e documentados sejam menos e as crianças identificadas sejam muito menos ainda: segundo *Abuelas de Plaza de Mayo* até o primeiro semestre de 2012 o número de crianças que tiveram as suas identidades restituídas chega a 105.

<sup>119</sup> RODRÍGUEZ, Roger. La patota de la OCOA, la guita y el PVP. *La República*, Montevideo, 1 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.pvp.org.uy/pvp-desaparecidos-2.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PVP. Esse interesse extrapolava a questão ideológica, e se estendeu, inclusive, para o sequestro em Porto Alegre, já que o comando binacional brasileiro-uruguaio acreditava que os militantes do PVP possuíam parte daqueles recursos.<sup>120</sup>

Outro caso emblemático, relacionado ao PVP, que reflete o grau de participação do Uruguaio no Operativo Condor, envolveu os uruguaios Gustavo Edison Inzaurrealde e Nelson Rodolfo Santana Scoto, os quais, juntamente com os argentinos José Granda Nell, Alejandro José Logoluso e Dora Marta Landi Gil, foram sequestrados em maio de 1977, em Assunção, Paraguai, e trasladados à Argentina em um avião militar. Conforme Nilson Mariano:

Esse crime foi emblemático por inúmeras razões. Envolveu os aparatos repressivos de três países nas ações de sequestro, traslado e desaparecimento das vítimas. Comprovou que as saídas de fronteira do Cone Sul tinham se fechado. Evidenciou que os acordos bilaterais entre governos haviam evoluído para uma aliança continental.<sup>121</sup>

Inzaurrealde era o secretário-geral do PVP na época, e, conforme o resumo das atividades da *Dirección de Investigaciones de la Policía* de Assunção, com data de 5 e 6 de abril de 1977, era o máximo dirigente que ainda permanecia em terra sul-americana.<sup>122</sup> Tal documento registra que “Inzaurrealde ingressou no Paraguai com documentos apócrifos proporcionados por um contato em Porto Alegre, Brasil, lugar onde havia viajado a aproximadamente um mês.”<sup>123</sup>

No prontuário sobre Universindo Rodríguez Díaz, o serviço de Inteligência uruguaia registra que: “Gustavo Inzaurrealde (sedicioso detenido en Paraguay) lo mencionaba [Rodríguez Díaz] como de los pocos de importancia que quedan dentro de la Organización sediciosa P.V.P en la Argentina.”<sup>124</sup> Isso contraria o argumento do jornalista José Mitchell, que disse que os militantes do PVP sequestrados em Porto Alegre “eram de reduzida importância na hierarquia de seu partido”,<sup>125</sup> pois Lilián tinha função de dirigente e Universindo era “um dos poucos importantes” que ainda restavam. Sendo assim, podemos reconhecer no sequestro de membros do PVP em Buenos Aires, Assunção e Porto Alegre, típicos casos da segunda fase do Operativo Condor, os quais primavam pela seletividade e

<sup>120</sup> MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS, 2007. p. 120.

<sup>121</sup> MARIANO, *As garras do Condor...*, op. cit., p. 24.

<sup>122</sup> Fotograma 000143F 0932. CDADDH – “Arquivo do Terror”. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19770406%20Resumen%20de%20Actividade%20d%20Icia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

<sup>123</sup> URUGUAY. Ministerio del Interior. Dirección de Investigaciones. Prontuario N° 425 de Universindo Rodríguez Díaz. Assunto 8-2-1-153. wftm. 6 maio 1977.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> MITCHELL, op cit., p. 120.

aniquilação das lideranças no exílio.

Em vista do exposto nessa seção, podemos perceber o protagonismo do Uruguai (*Condor 3*) na organização. Na prática, com Argentina e Chile, fazia parte do chamado “*Condoreje*”, que era o eixo dos membros mais ativos da Condor.<sup>126</sup>

#### 1.2.4 O Brasil na Operação Condor

Segundo a historiadora Samantha Viz Quadrat, existe um debate no meio acadêmico acerca da participação do Brasil no Operativo Condor, pois o seu início formal coincide com a conjuntura de abertura “lenta, gradual e segura” anunciada por Ernesto Geisel.<sup>127</sup> Durante muito tempo acreditou-se, inclusive, que a ditadura de Segurança Nacional brasileira não teria enviado representantes para a reunião de fundação da Operação Condor em Santiago, em novembro de 1975. Posteriormente, a documentação do Arquivo do Terror confirmou que o Brasil participara da Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional no Chile como país observador, por isso nenhum representante firmara a ata de fundação do Condor. Recentemente, o jornalista Luiz Cláudio Cunha revelou o nome dos dois oficiais das Forças Armadas brasileiras que compareceram à reunião em Santiago, que eram veteranos da Operação Marajoara, de combate à guerrilha do Araguaia: coronel Flávio de Marco (codinome de *Doutor Sabino*), e major Thaumaturgo Sotero Vaz (codinome *Tio Caco*).<sup>128</sup> Essa importante revelação comprova que, de fato, o Brasil realmente participou do Plano Condor, porém de maneira mais dissimulada que os demais membros, sobretudo os países mais radicais do *Condoreje*.

De fato, a ditadura civil-militar brasileira, no momento de fundação oficial do Condor, era a única no Cone Sul a apontar para uma política de abertura, após uma década de pleno enquadramento autoritário, sobretudo após o AI-5. O general Ernesto Geisel, integrante da suposta ala moderada, conhecida como *Sorbonne*, sucedeu o governo mais “duro” de Emilio Garrastazu Médici. Seu governo estaria alicerçado na política de abertura comandada pelo ministro Golbery do Couto e Silva (conhecido como o *Bruxo*), mentor da DSN e da

---

<sup>126</sup> MCSHERRY, op. cit., p. 167.

<sup>127</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 223 f. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 156.

<sup>128</sup> CUNHA, op. cit., p. 419-421.



Escola Superior de Guerra (ESG), tendo à frente do SNI, o general João Batista Figueiredo. O desafio de Geisel, Golbery e Figueiredo era garantir o programa de abertura no intuito de institucionalizar o Estado de Segurança Nacional. No entanto, conforme o general Geisel, essa “abertura” não seria efetivada “enquanto não se apagasse o espírito de contestação de minorias trêfegas e transviadas que perturbavam a vida do país [...] com apelo até das armas, do embuste, da intriga ou da violência”.<sup>129</sup>

O diálogo entre o general Geisel e o tenente coronel Germano Arnoldi Pedroso, em 1974, demonstra claramente o pensamento do ditador sobre os limites da repressão, bem como revela que a diferença entre a ala moderada e a linha dura era muito tênue, por vezes até imperceptível, conforme reproduzimos a seguir:

- “Pegaram alguns?”, perguntou Geisel.
- “Pegamos, pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos”.
- “E não liquidaram, não”?
- “Ah, já, há muito tempo...”
- “É, o que tem que fazer é que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa”.<sup>130</sup>

Segundo Mariano, o Brasil, apesar de encerrar a sua fase mais dura (1968-1974), pôs fim na censura e se encaminhar para a transição, mantinha-se alerta e participava da Operação Condor, pois “não queria ‘subversivos e terroristas’ incomodando no seu território e colaborava para manter a estabilidade autoritária na região”.<sup>131</sup> Essa preocupação com os estrangeiros em território nacional pode ser percebida nitidamente na documentação oficial localizada pelo historiador Carlos Fico:

O número crescente de “refugiados”, tende a ganhar, mais cedo ou mais tarde, repercussão política e jornalística. O MCI [Movimento Comunista Internacional], principal beneficiado com a situação atual, poderá, de acordo com seus interesses, mudar a atitude de silêncio para de hostilidade plena, explorando inclusive hipotéticas demonstrações de fraqueza do governo brasileiro, com ênfase para a indiferença ou desrespeito a nossos princípios jurídicos pela ONU.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 239.

<sup>130</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 387

<sup>131</sup> MARIANO, Nilson César. O sequestro de Montoneros no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3. p. 223.

<sup>132</sup> Informação C. nº 881/77. 20 set. 1977. MC/A. Cx.3581. In: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 198.

A preocupação dos serviços secretos de inteligência era principalmente com relação aos exilados protegidos pelo ACNUR, caso de Universindo Rodríguez Díaz.

Levando-se em consideração o número crescente dos que nele [no Brasil] entram, com a finalidade de obter a proteção do ACNUR, teremos, em breve, no território nacional, várias centenas de elementos, alguns de alta periculosidade, que poderão pôr em risco a segurança interna do país [...] quanto aos antecedentes de militância política de algumas das pessoas relacionadas na lista do Alto Comissariado e sobre presumidas atividades que essas pessoas entre si vêm mantendo<sup>133</sup>.

O problema dos estrangeiros para a comunidade de informações é que “não se dispõe de pessoal suficiente para manter vigilância sobre tais pessoas, que [...] podem, perfeitamente, estar transmitindo técnicas e informações a brasileiros subversivos”.<sup>134</sup> Logo, na interpretação do governo, a presença dos estrangeiros em território brasileiro ameaçava a Segurança Nacional.

A memória militar sobre o Operativo Condor é incômoda, não por crise de consciência, mas porque, em alguns países, suscita temor pela punição, por parte dos responsáveis pelas ações cometidas. Acostumados a agir na mais completa impunidade, sobretudo em se tratando de operações extraterritoriais daquela época, os militares agora temem processos judiciais internacionais. Como por exemplo, na recente ordem internacional de captura expedida pela justiça italiana, que exige a extradição e prisão de 146 militares latino-americanos responsáveis por ações realizadas, dentro do marco Condor, contra cidadãos italianos nas décadas de 1970 e 1980. Destes, 13 são brasileiros (cinco gaúchos), e pelo menos três estiveram envolvidos diretamente no sequestro dos uruguaiois em Porto Alegre.<sup>135</sup> A própria Lilián Celiberti, que também tem cidadania italiana, é uma das principais testemunhas do processo.

Conforme mencionado anteriormente, o Brasil participou da Operação Condor. O caso mais emblemático foi certamente o sequestro dos uruguaiois, em 1978; porém, tanto antes<sup>136</sup> como depois do *caso Lilián-Universindo*, seis cidadãos argentinos (dos quais cinco

---

<sup>133</sup> Informação para o Senhor Presidente da República. Situação de estrangeiros no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 20 out. 1977. MC/A. Cx.3581.p.5. In: Idem, p. 198.

<sup>134</sup> Unidade documental C. nº058. MC/A. Cx. 3581. In: Idem, p. 199.

<sup>135</sup> João Osvaldo Leiva Jobs (ex-secretário de Segurança do Rio Grande do Sul), Marco Aurélio Silva Reis (ex-diretor do DOPS) e coronel Átila Rohrsetzer (ex-diretor da Divisão Central de Informações – DCI). Desses, apenas Marco Aurélio Silva Reis está vivo.

<sup>136</sup> Enrique N. Ruggia, desaparecido na fronteira entre Brasil e Argentina, em 11 de julho de 1974, e Norberto Armando Habegger, desaparecido em um hotel na Zona Sul do Rio de Janeiro, nos primeiros dias de agosto de 1978.

montoneros) foram sequestrados e desaparecidos em território brasileiro. Outras responsabilidades que recaem sobre a ditadura brasileira estão relacionadas com os casos dos brasileiros desaparecidos ou mortos no exterior e, certamente, as ações de seguimento e espionagem concretas sofridas pelo ex-presidente João Goulart (independente das polêmicas envolvendo as circunstâncias de sua morte, que não constituem o foco deste trabalho). Todos esses fatos, hoje documentados, confirmam a participação efetiva do Brasil na Operação Condor. Além de provas concretas há, também, o depoimento de alguns militares que corroboram a atuação da ditadura brasileira na coordenação repressiva internacional, como, por exemplo, podemos averiguar por meio da recente entrevista do ex-agente do CODI-DOI Marco Polo Giordani.<sup>137</sup>

Nós tínhamos uma relação e um intercâmbio muito grande com os países do Cone Sul de onde as pessoas dizem que o Brasil teve uma participação ativa na Operação Condor. Na verdade teve, porque nós não podíamos ficar omissos. A verdade é que a avalanche esquerdista comandada por Cuba e financiada por Cuba, ainda na época da Guerra Fria, eles tinham o objetivo de tomar o poder principalmente aqui no Brasil. A política deles aqui era que se caísse o Brasil o resto era uma questão de tempo.<sup>138</sup>

O Estado do Rio Grande do Sul, devido à sua localização estratégica, desempenhou importante papel para a conexão repressiva transnacional.

O fato do Rio Grande do Sul possuir fronteira com o Uruguai e a Argentina, respectivamente, delegou por parte do regime, um papel de baluarte da defesa nacional; o aparato repressivo local incorporou essa preocupação com afinco. Paradoxalmente, seu território consistia para a oposição, uma espécie de corredor ou uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior.<sup>139</sup>

O III Exército, que abrangia os três estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), e cujo Quartel General estava situado em Porto Alegre, era o maior exército do Brasil. Paralelamente, o estado do Rio Grande do Sul tinha uma estrutura de comando bem peculiar. Isto porque, ao contrário da estrutura nacional da comunidade de informações, que instituiu os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), em substituição à Operação

---

<sup>137</sup> Marco Polo Giordani foi agente secreto do DOI-CODI do III Exército, atual Comando Militar do Sul.

<sup>138</sup> GIORDANI, Marco Polo. Entrevista no programa *Histórias* da TVCOM RS, 5 set. 2010.

<sup>139</sup> PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

Bandeirantes (OBAN), o Rio Grande do Sul só criou o seu DOI-CODI em 1974.

Nesse estado vigorava a Divisão Central de Informações (DCI), que operava em plena sintonia com o III Exército, a Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A harmonia com que trabalhavam os órgãos de segurança do Rio Grande Sul é corroborada pelo testemunho do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro na fase mais dura da ditadura (os “anos de chumbo” do governo Médici), e acusado de torturador por vários presos políticos que passaram por lá. O testemunho de Ustra, confirmando o grau de colaboração e integração das diversas estruturas existentes no Rio Grande do Sul, esvazia as alegações de “excessos”, e corrobora a eficiência repressiva da política estatal no combate à oposição da ditadura. Segundo Ustra, o Rio Grande do Sul era, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Estado que mais teve atuação do “terrorismo”, devido à sua localização, facilitando o movimento de militantes que transportavam dólares, armamento e munições para as “Organizações Terroristas” da Argentina e do Uruguai.<sup>140</sup> A propósito dessa afirmação, é importante destacar que o comando repressivo uruguaio responsável pelo sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez convenceu os agentes do DOPS gaúcho de que as vítimas eram subversivos de alta periculosidade.

O coronel Ustra era amigo do major Attila Rohrsetzer, chefe do DCI, e do delegado do DOPS/RS, Pedro Seelig. Para ele: “O Delegado Pedro Carlos Seelig, que ainda não se aposentou, até hoje sofre as consequências por ter cumprido com o seu dever”.<sup>141</sup> As consequências aludidas por Ustra, sofridas pelo “*Fleury dos Pampas*”, - como era conhecido Seelig,- seriam decorrentes, segundo ele, de sua “eficiência no cumprimento do dever”. Considerando o que sabemos hoje, confirmado em documentos e testemunhos, parte dessa eficiência parece ter sido para sequestrar e torturar quatro cidadãos estrangeiros desarmados, dentre os quais duas crianças.

### 1.3 CENÁRIOS DA OPERAÇÃO ZAPATO ROTO: URUGUAI, BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

---

<sup>140</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra, 1987. p. 129.

<sup>141</sup> Idem, p. 129.

A conexão repressiva entre Brasil e Uruguai, iniciada a partir de 1964 e intensificada no explosivo ano de 1968, não teve a mesma importância na segunda metade da década de 1970. Isso porque a instável democracia uruguaia virou uma ditadura e esta, desde o início (1973), se empenhou sobremaneira nos esforços repressivos internos. Por outro lado, o novo regime uruguaio estava preocupado, sobretudo, com a comunidade exilada na Argentina e, portanto, o esforço primordial de colaboração, nessa conjuntura, foi, a partir de 1976, com a ditadura de Videla. Enquanto isso, a ditadura brasileira queria se desvencilhar da imagem negativa, em termos repressivos, herdada do governo Médici e do início da administração Geisel. Entretanto, isso não significa que não houve uma colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai no marco da Operação Condor. Tanto é que o caso mais notório de participação brasileira na Condor foi o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre. Apesar do descompasso da intensidade repressiva conjuntural, a ação binacional foi planejada e executada em 1978, mas não foi a única, como bem demonstram as pesquisas de Fernandes, Cassol e Padrós.<sup>142</sup> Entre esses casos, merece menção especial o Pedido de Busca de um cidadão uruguaio chamado Oscar Perez.<sup>143</sup>

DOPS/RS/7 Delegacia Regional de Polícia]21/01/76 [...]  
INFORMAMOS QUE OSCAR PEREZ FOI PRESO PELO ÉXERCITO A  
CERCA DE 2 MESES ATRÁS VG E ENTREGUE MEDIANTE RECIBO  
LOGO EM SEGUIDA A POLÍCIA URUGUAIA PT SDS –BEL.  
ALAMYRU G. MADRUGA –DEL. DE POLÍCIA.<sup>144</sup>

Outro caso conhecido da conexão Brasil-Uruguai, no marco do Plano Condor, foi a intensa espionagem e monitoramento do político Wilson Ferreira Aldunate quando de sua visita a Porto Alegre, no início dos anos 1980. O caso foi denunciado pelo conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke.<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> FERNANDES, op. cit.; CASSOL, op. cit.; PADRÓS, *Conexão repressiva internacional...*, op. cit.

<sup>143</sup> PEDIDO DE BUSCA Nº 016/76/DBCI/DOPS/RS. In: PADRÓS, op. cit., 2009. p. 69.

<sup>144</sup> Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ departamento de Polícia do Interior / 7ª Região Policial/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/ SOPS/RG – 1.1.210.2.1 In: PADRÓS, op. cit., 2009. p. 70.

<sup>145</sup> PADRÓS, *Conexão Repressiva Internacional. O Rio Grande do Sul e o Brasil...*, op. cit., p. 71.

### 1.3.1 Contexto uruguaio no final da década de 1970

As décadas de 1970 e 1980 marcaram a história do Uruguai, país de sólida tradição democrática, com uma ditadura de Segurança Nacional cujos métodos de Terrorismo de Estado ceifaram a vida de quase 300 pessoas. Desde o autogolpe de Estado do civil Juan Maria Bordaberry, em 27 de junho de 1973, a ditadura uruguaia havia instituído ataques indiscriminados contra as forças políticas, a supressão das liberdades públicas e das organizações dos trabalhadores, a proscrição política de milhares de cidadãos e a consolidação de um imenso aparato repressivo militar que institucionalizava métodos ilegais como a tortura, os sequestros e o desaparecimento.<sup>146</sup>

A fase mais dura da ditadura uruguaia está correlacionada com o golpe civil-militar na Argentina, em março de 1976. Isto porque a colônia uruguaia em Buenos Aires era enorme, chegando, inclusive, a ser maior que muitas cidades do Uruguai. Como já foi visto, as comunidades exiladas na capital portenha foram alvos do esquema Condor. Em relação aos cidadãos orientais, pelo menos 118 uruguaios foram sequestrados e desaparecidos em Buenos Aires,<sup>147</sup> sendo que a maioria no biênio 1976-77.<sup>148</sup>

Em termos políticos, o ano de 1976 foi importante porque ocorreu um “golpe dentro do golpe”, que destituiu o ditador civil Bordaberry. Esse fato foi consequência de uma crise interna da aliança que havia derrubado a democracia. De fato, as Forças Armadas se distanciaram de Bordaberry, que estava tentando revitalizar uma aliança com as oligarquias tradicionais e os setores mais conservadores.<sup>149</sup> Bordaberry acabou deposto; em seu lugar assumiu Alberto Demichelli, por um brevíssimo período, até ser substituído por Aparício Mendez.

A segunda metade da década de 1970 pode ser caracterizada como o auge do Terrorismo de Estado uruguaio, devidamente coordenado com a repressão argentina. Portanto, há um cenário de atuação interna, consolidando-se desde o golpe de 1973, e um cenário de atuação articulada, no território dos países vizinhos, com ênfase nos anos 1976 a 1978. O Uruguai, assim como os demais países do Cone Sul, com exceção do Brasil, não dava nenhum

---

<sup>146</sup> CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *Uruguay/Argentina: coordinación represiva*. Buenos Aires: CELS, [198-?].

<sup>147</sup> MARIANO, *As garras do Condor*. op. cit., p. 104.

<sup>148</sup> Até pouco tempo acreditava-se que os mesmos haviam sido executados na Argentina. Nos últimos anos, investigações jornalísticas confirmaram que uma boa parte daqueles desaparecidos foi levada para o Uruguai onde, tudo indica, foram executados.

<sup>149</sup> COMBLIN, op. cit., p. 199.

sinal de abertura democrática ou de enfraquecimento do Estado de Segurança Nacional; ao contrário, estava em pleno processo de consolidação, pelo menos até o ano de 1980.

### 1.3.2 Contexto brasileiro na segunda metade da década de 1970 (1974-1979)

Em relação ao Brasil, o cenário da segunda metade dos anos 70 mostrou-se bastante peculiar, se comparado ao dos seus vizinhos do Cone Sul. Em 1974 assumiu a administração do governo o general Ernesto Geisel (1974-1979), que teve a sua gestão caracterizada pela denominada política de distensão:

A teoria da “distensão” pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-a a níveis mais elevados, mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição.<sup>150</sup>

O fim do “milagre econômico”, acelerado pela crise do petróleo (1973) e a decorrente estagnação econômica, gerou descontentamentos sociais, levando o ditador Geisel a anunciar a mencionada política de lenta abertura. Além disto, pouco depois ocorreu a mudança no discurso de Washington, com a nova administração de Jimmy Carter, relativo aos direitos humanos. Tais fatores pesaram na tentativa de imprimir certa fachada democrática à administração Geisel. Por isso, o programa de abertura e distensão política, segundo Alves, era: “um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida.”<sup>151</sup> E mais:

La situación política en Brasil ya no era la misma de los años previos. Era el gobierno Geisel y el aparato represivo ya no tenía el poder de antes. Desde el escándalo del asesinato del periodista Vladimir Herzog, burdamente disfrazado como suicidio, los generales Geisel y Golbery deseaban librarse del estigma de terror de los años anteriores.<sup>152</sup>

O fim da censura aos jornais, naquele momento, foi um dos fatores mais importantes

---

<sup>150</sup> ALVES, op. cit., p. 185.

<sup>151</sup> Idem, p. 186.

<sup>152</sup> BOCCIA PAZ, op. cit. p. 214.

para a escolha dos uruguaios pelo Brasil. Para Lilián, essa liberdade de imprensa dava melhores possibilidades para que a sociedade uruguaia recebesse algum tipo de informação diferente daquela veiculada pela imprensa uruguaia censurada ou pró-regime ditatorial.<sup>153</sup> Por outro lado, a circulação de informações no sistema adotado pelo PVP era de fluxo duplo. Segundo Omar Ferri, advogado de Celiberti e Rodriguez na época do sequestro, os uruguaios, além de tentarem introduzir alguma informação em seu país, também procuravam captar notícias na fronteira para transmiti-las à imprensa brasileira, dando a verdadeira imagem do estado de terror que imperava no Uruguai.

Contudo, mesmo nessa conjuntura de abertura e distensão política, a *guerra suja* não havia terminado, fosse contra guerrilheiros no Araguaia (1975) ou contra operários desarmados, como na morte por tortura de Manoel Fiel Filho (1976). Ou seja, continuava vigente, porém de maneira seletiva e cada vez mais clandestina. Como no caso da *Operación Zapato Roto* que culminou no sequestro de Universindo Rodriguez, Lilián Celiberti e seus filhos em Porto Alegre.

Recentemente, em entrevista ao jornal Zero Hora, o general aposentado Newton Cruz, que durante o período militar esteve ligado ao SNI, concedeu uma declaração contraditória quando questionado a respeito do sequestro de Lilián e Universindo:

Lembra de 1968? Ali, os linhas-duras se aglutinaram nos órgãos regionais de coleta de informações, que então passaram a atuar como operadores na luta contra os opositores do regime. Houve muitos excessos, porque agiram igualzinho àqueles a quem perseguiam. As coisas só chegavam ao governo central quando aconteciam grandes rolos. Lembro de Geisel tendo uma crise de raiva quando sabia das barbaridades. Ele retomou o controle da situação quando demitiu o comandante do II Exército, Ednardo D'Avila Melo. A demissão mostrou à linha dura quem mandava.<sup>154</sup>

A demissão do comandante do II Exército, em 1976, foi desencadeada pelas mortes de Herzog e Fiel Filho no DOI-CODI; um ano depois, foi a vez do general “linha-dura” Silvio Frota perder seu cargo, pois almejava ser o sucessor de Geisel. Tal fato deflagrou uma das maiores crises internas da ditadura brasileira. Não obstante, o sequestro dos uruguaios ocorreu em novembro de 1978. Portanto, se estas demissões foram realmente um recado à chamada “linha-dura”, este não foi muito bem compreendido pelos participantes brasileiros da Operação *Zapato Roto*. Além disto, é inadmissível a declaração de Newton Cruz, quando diz

---

<sup>153</sup> Em entrevista para o canal 5 da televisão estatal uruguaia em 17 de novembro de 2008.

<sup>154</sup> CRUZ, Newton. O arquivo de Newton Cruz. Confidências de um General. Entrevista. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 jul. 2008, p. 5.



que os opositores do regime agiam “igualzinho” ao Estado terrorista, pois é bem difícil imaginar o jornalista Wladmir Herzog eletrocutando seus adversários; o operário Manoel Fiel Filho assassinando e sumindo com os corpos de militares; ou ainda, o casal uruguaio Lilián e Universindo sequestrando filhos de generais brasileiros.

Nesse sentido, a leitura que os militantes do PVP fizeram da conjuntura do Brasil naquela época não estava equivocada, visto que a correlação de forças estava mudando em favor dos setores que se opunham à ditadura, no final da década de 1970, conforme podemos notar a partir desta observação:

Miguel [Universindo] expressou sua surpresa diante do grau de movimentação e liberdade que a imprensa e os sindicatos brasileiros começavam a ter naqueles dias. Para um uruguaio, clandestino e refugiado no país, o debate político no Brasil era um avanço em relação ao Uruguai<sup>155</sup>.

Tudo isso explica o porquê do PVP, após a desestruturação dos seus núcleos na Argentina, tentar estabelecer um canal de contato com os companheiros do Uruguai a partir do Brasil, com suporte de militantes na Europa. Foi dentro dessa perspectiva que Celiberti entrou legalmente no país; já Rodríguez Díaz, ingressou em território nacional com passaporte falso espanhol no nome de Luiz Piqueres de Miguel. Na capital gaúcha, ambos seguiram os objetivos traçados pela sua organização. Nesse sentido, aproveitando o clima de “abertura” e de “distensão” que se vivia no Brasil, iniciaram contatos com setores da imprensa e líderes sindicais, enquanto elaboravam um dossiê denunciando as violações dos direitos humanos em seu país.

---

<sup>155</sup> CUNHA, op. cit., p. 41.

## 2 OPERAÇÃO CONDOR EM PORTO ALEGRE E O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS

*Tengo mis zapatos rotos y es de tanto caminar  
lejos ya quedó mi pueblo  
voy camino a la ciudad, (...)  
zapatos rotos zapatos rotos  
con esta facha a donde vas  
voy con rumbo a un nuevo mundo  
mi fiel amigo me sigue atrás.  
**Zapatos Rotos**, Los Náufragos*

*Deu pra ti  
Baixo astral  
Vou pra Porto Alegre  
Tchau!  
**Deu pra ti**, Kleiton e Kledir*

Este segundo capítulo visa analisar o sequestro dos cidadãos uruguaios em Porto Alegre, desde o planejamento da ação à dinâmica de atuação dos comandos repressivos do Brasil e Uruguai, passando pela operação em si, destacando o ciclo *sequestro-tortura-sequestro* e os traslados clandestinos. Além disso, pretende-se averiguar sobre a armadilha montada no apartamento das vítimas, sua desativação diante da inesperada irrupção dos jornalistas e as chamadas “farsas” (ações diversionistas) sustentadas pelas autoridades superiores de ambos os países, tentando esvaziar repercussões internacionais. Finalmente, apresenta-se a condição de presos políticos enfrentada por Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz nos cárceres uruguaios.

Antes de entrarmos nos pormenores do caso em questão, é necessário apresentar os protagonistas principais e sua trajetória de militantes na luta contra a ditadura do seu país, condição primeira para compreender a sua presença em terras gaúchas em 1978.

## 2.1 APORTES BIOGRÁFICOS: LILIÁN E UNIVERSINDO (YANO)

O processo de formação política de Lilián e Universindo está diretamente relacionado com o contexto latino-americano dos anos 1960 e 1970, época de intensa mobilização política e social, inclusive no Uruguai. Eram tempos de muitas expectativas e esperanças de transformações na região, sobretudo depois do exemplo da Revolução Cubana. No bojo da Guerra Fria, para as esquerdas eram tempos de Che Guevara, do *Hombre Nuevo*, da nova canção popular latino-americana com Daniel Viglietti, Victor Jara, Mercedes Sosa, Chico Buarque e tantos outros. Eram tempos de guerrilha e de mobilizações estudantis nas ruas. Esse contexto de ação e utopia que Celiberti e Rodríguez viveram, como tantos outros latino-americanos, marcou suas juventudes na luta contra o crescente autoritarismo que vinha se desenvolvendo tanto no Uruguai quanto nos países vizinhos.

Nesse sentido, entendemos que a luta desses jovens que ousaram enfrentar a ditadura em vigor no seu país, desde 1973, deve ser resgatada. Por outro lado, consideramos que a memória da luta e da resistência é fundamental para reconstituir os anseios, projetos e utopias de uma geração que teve que viver no duro contexto do Cone Sul latino-americano durante as décadas de 1960 e 1980. Para compreendermos quem eram Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, e o quê faziam em Porto Alegre quando foram sequestrados em novembro de 1978, optamos por colocar o eixo da questão na luta política de resistência e oposição às ditaduras e na denúncia do terrorismo estatal.

Em entrevista recente, o ex-agente do Destacamento de Operações e Informações–Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Marco Pollo Giordani afirma que Lilián e Universindo “eram subversivos que foram apresentados como heróis. Foram recebidos como heróis. Mas eram subversivos. Eram tupamaros, eram procurados. Quer dizer, boa gente não eram”.<sup>156</sup> A seguir, trataremos sobre quem eram esses jovens uruguaios e por que estavam em Porto Alegre. Para tal, veremos, brevemente, suas trajetórias de vida antes da chegada à capital gaúcha. Entretanto, salientamos, de antemão, que não eram tupamaros. Quanto a se eram “boa gente”, não cabe ao historiador fazer juízo de valores. Sendo assim, veremos suas biografias antes da chegada a Porto Alegre.

Lilián Celiberti nasceu em Durazno, Uruguai, em três de dezembro de 1949. Com apenas 16 anos, iniciou, em Montevideú, sua militância política como estudante na

---

<sup>156</sup> GIORDANI, Marco Polo. Entrevista concedida ao jornalista José Mitchell no programa *Histórias* da TVCOM RS, no dia 5 de setembro de 2010.

*Asociación de Estudiantes de Magisterio*, nos conturbados anos 1960. Em uma das suas primeiras manifestações de rua em que participou, em 1966, ela bradava, em praça pública, um fervoroso discurso contra a repressão, depois de ver uma colega sangrando após ter sido golpeada por um policial. Segundo Lilián,<sup>157</sup> esse fato surpreendeu os outros manifestantes, pois, apesar da sua timidez e inexperiência, falava como se fosse uma experiente dirigente. Isso porque a indignação movia a jovem estudante a lutar contra as injustiças, desde sua adolescência.

Nessa época, em que o Uruguai já não era mais considerado a “Suíça da América”,<sup>158</sup> Celiberti tornou-se uma das principais ativistas da *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), associação de bases libertárias que aglutinava setores dos movimentos sindical, estudantil, intelectual e de organizações de bairros. A história de Lilián Celiberti se confunde com a de outros jovens professores de sua geração que, como ela, tinham entre 18 e 20 anos quando a crise da sociedade uruguaia explodiu com toda a sua força.<sup>159</sup> Foi nessa conjuntura de militância política e social, animada pelo lema “*arriba los que luchan,*” da ROE, que Celiberti conheceu Hugo Roberto Casariego Palumbo, um combativo estudante e notório orador, com quem casaria em 1968, tendo dois filhos dessa união: Camilo, nascido em Montevideu (06/12/1970) e Francesca, nascida em Milão (11/08/1975).

Paralelamente a esse contexto de luta no emblemático ano de 1968, iniciou-se a escalada autoritária do governo de Jorge Pacheco Areco, então presidente uruguaio, com suas leis de exceção, denominadas *Medidas Prontas de Seguridad*. No prontuário policial N° 424<sup>160</sup> sobre Lilián Celiberti, localizado no *Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII), a estudante, em 25 de abril de 1969, distribuía panfletos da *Agrupación 3* (de filiação anarquista), juntamente com os estudantes Oscar Baraiber, José Gomez e Hugo Casariego.<sup>161</sup> O mesmo documento indica que, em 1970, ela estava vinculada à *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU).<sup>162</sup>

Em outubro de 1971, Celiberti foi detida com mais oito pessoas, durante uma reunião clandestina, na qual foi encontrado material pertencente à *Organización Popular*

---

<sup>157</sup> Entrevista concedida ao autor em 12 de novembro de 2008, Porto Alegre.

<sup>158</sup> Em meados da década de 1960 a crise econômica afetou as exportações de carne e de lã, as mais importantes do país. As tensões sociais resultantes provocaram significativas mobilizações dos trabalhadores e dos estudantes, reivindicando melhorias sociais.

<sup>159</sup> *COMPAÑERO*, 18 dez. 1978, p. 15.

<sup>160</sup> *Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII). Departamento III. Ministerio del Interior/ROU. Tal documento é composto de 39 páginas com informações sobre as atividades políticas de Celiberti de abril de 1969 até agosto de 1997.

<sup>161</sup> Prontuário 424 de Lilián Celiberti Casariego. Folha 1.(DNII)

<sup>162</sup> Prontuário 424 de Lilián Celiberti Casariego, op. cit., Folha 1.

*Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33),<sup>163</sup> braço armado da FAU. Em razão desta prisão, Lilián foi processada por “*asistencia a los asociados subversivos*”, no marco das *Medidas Prontas de Seguridad*. O cumprimento de sua primeira pena<sup>164</sup> no presídio feminino de *Punta Rieles* se estendeu até maio de 1974. Nesta data, a jovem professora, valendo-se de uma opção constitucional, embarcou no vapor *Augustus* para Gênova, com Hugo Casariego e seu filho Camilo.

Universindo Rodríguez Díaz, ou *Yano*, como é conhecido desde pequeno, mudou-se de Artigas, no norte do Uruguai, onde nasceu em 25 de fevereiro de 1951, para Montevideu, em 1970. Em *Bella Unión*, onde trabalhava seu pai, formou-se a *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA), de plantadores de cana de açúcar (conhecidos como *cañeros*), que realizava marchas e ocupações de latifúndios sob a liderança do assessor jurídico Raúl Sendic. Foi desse importante movimento do noroeste açucareiro do Uruguai que se estruturou, nos anos 1960, parte da base inicial do *Movimiento de Liberación Nacional–Tupamaros* (MLN-T), a principal organização guerrilheira uruguaia.

Oriundo de uma família de trabalhadores, *Yano* tinha 19 anos quando ingressou na Faculdade de Medicina. O direito à educação era uma preocupação do seu pai, Universindo Rodríguez García, que, apesar de não ter estudo, acreditava na instrução como forma de ascensão social. Apesar de fazerem parte de uma família de estrato social popular, dos sete irmãos Rodríguez Díaz poucos foram os que não concluíram estudos universitários.

O contexto de chegada de Universindo a Montevideu foi marcado pelo clima de tensões sociais que tinham nos estudantes importantes protagonistas. Era a época de constantes confrontos com o governo conservador e autoritário de Pacheco Areco. Em 1971, ocorreu o surgimento do *Frente Amplio*, coligação de vários partidos de esquerda e centro-esquerda que participou, no final desse ano, das eleições gerais vencidas pelo candidato de Pacheco Areco, o colorado Juan Maria Bordabery. Essa época, também ficou marcada pelo auge das ações ousadas do MLN-T e da OPR-33.<sup>165</sup>

Na universidade, o estudante *Yano* se envolveu ativamente na *Asociación de Estudiantes de Medicina*, integrante da *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU). Esta era uma combativa central estudantil, que desenvolvia intensa

---

<sup>163</sup> Idem, Folha 1.

<sup>164</sup> A segunda seria após seu sequestro em Porto Alegre.

<sup>165</sup> Apesar de ser uma guerrilha urbana bem menor e menos conhecida, a OPR-33 realizou uma série de sequestros extorsivos de empresários e agentes ligados à repressão. Para maiores informações ver: RODRÍGUEZ, Universindo; JUNG, María Eugenia. *Juan Carlos Mechoso Anarquista*. Montevideo: Trilce, 2006.

atividade de coordenação com os trabalhadores. Essa iniciativa da procura de unidade seria uma peculiaridade uruguaia, segundo registrou o próprio Rodríguez. Assim, por exemplo, ocorre com a FEUU, que continua ativa até os dias de hoje, e que sempre desenvolveu uma luta muito próxima dos trabalhadores. O mesmo ocorreu com o movimento sindical, que se unificou em 1966, dando origem à *Convención Nacional del Trabajadores* (CNT),<sup>166</sup> central sindical única, nacional, independente, de esquerda, classista e solidária. Da mesma forma, essa foi uma marca também presente, em termos políticos-partidários, com a formação do *Frente Amplio*, em 1971, que uniu todos os grupos de esquerda.

Nessa conturbada conjuntura, *Yano* desenvolveu uma forte militância estudantil, participando de diversos fatos, como a ocupação da Universidade da República (agosto de 1971), e que terminou com a expulsão dos estudantes após o uso de tropas das Forças Armadas e da Polícia, conforme consta no seu prontuário policial.<sup>167</sup>

Em junho de 1973, Bordaberry, com apoio militar, promoveu um golpe de Estado. As forças populares decretaram uma greve geral que durou 15 dias, mas que não foi suficiente para reverter a situação e impedir a imposição da ditadura civil-militar. Diante disso, o estudante marchou para o exílio, em 1975, como centenas de outros compatriotas que, por motivos econômicos ou políticos, deixaram o Uruguai. Sob amparo do *Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados* (ACNUR), Universindo se exilou na Argentina, participando do Congresso de fundação do PVP, em 1975, em Buenos Aires. Mas o golpe de Estado de março de 1976, com a brutal repressão desencadeada, inclusive contra os exilados latino-americanos, obrigou *Yano* a se exilar na Suécia (julho de 1977). Como estava sob proteção do ACNUR, recebeu, do governo sueco, a oferta de uma bolsa de estudo integral para que concluísse o curso de Medicina. Embora agradecendo o convite, Universindo recusou-o: preferia continuar lutando contra a opressão no Uruguai.

Foi assim que, em 1978, veio para Porto Alegre, junto com Lilián Celiberti, para estabelecer um núcleo de resistência à ditadura uruguaia, a partir do território brasileiro. Nessa época, ambos já estavam vinculados ao PVP, conhecido pelas Forças Conjuntas uruguaias, equivocadamente, como uma *vasta organización internacional marxista*.

---

<sup>166</sup> Sobre o movimento sindical uruguaio ver: RODRÍGUEZ, Universindo et al. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Taurus, 2006.

<sup>167</sup> Prontuário policial N°. 425. *Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII). Departamento III. Ministerio del Interior/ROU. Tal documento é composto de 20 páginas com informações sobre as atividades políticas de Rodríguez entre dezembro de 1971 e janeiro de 1995.

## 2.2 O PVP NA ARGENTINA

O PVP era um pequeno, porém importante, partido crítico e independente de esquerda, fundado em julho de 1975, em Buenos Aires, por uruguaios exilados ou clandestinos, oriundos de grupos de orientação libertária, como a OPR-33 e a ROE. Para Universindo Rodríguez, a grande importância do PVP, naquela época, foi a de que o partido conseguiu nuclear muita gente vinculada ao movimento sindical e estudantil, além de intelectuais que se tornaram prestigiados, mesmo com a derrota da greve geral, logo após o golpe de Estado no Uruguai.

A principal estratégia política do partido, liderado pelos dirigentes sindicais Gerardo Gatti, León Duarte e Hugo Cores, era a denúncia internacional da ditadura instaurada no país oriental. O sindicalista gráfico Gerardo Gatti, primeiro Secretário Geral do PVP, propôs, na fundação do partido, uma unificação ideológica entre anarquismo e marxismo, numa espécie de “*síntese revolucionária*”. Esta originalidade somente pode ser explicada naquele contexto de ofensiva da repressão uruguaia, em que praticamente a única estratégia era a militância política na denúncia das violações dos direitos humanos a partir do exílio, pois no interior do país o sindicalismo estava desmantelado, a luta armada derrotada e a imprensa censurada.

Desde o golpe civil-militar, em 27 de junho de 1973, a tríade FAU, OPR-33 e ROE, base de formação do PVP, recuou estrategicamente na luta, devido à grande repressão desencadeada pelas Forças Armadas que, a exemplo da ditadura brasileira, implementou o uso sistemático da tortura contra a oposição política. Tal onda repressiva provocou a saída de milhares de cidadãos rumo ao exílio, principalmente para a Argentina, não só pela proximidade e facilidade da comunicação na mesma língua, mas, sobretudo porque, depois da queda de Salvador Allende, no Chile, se constituía na única democracia do Cone Sul.

O PVP se formou em 1975, com recursos angariados pelo OPR -33 por meio do sequestro, em Buenos Aires, do empresário holandês Frederico Hart, em março de 1974.<sup>168</sup> Hart, que atuava na exportação de lã, havia sido acusado de contrabando por uma comissão parlamentar; o empresário procurou evitar a publicidade sobre as suas obscuras atividades

---

<sup>168</sup> Segundo Rubén Prieto, o sequestro de Hart foi o terceiro de maior resgate, ficando atrás somente dos casos envolvendo os empresários Bunge Born (realizado pelos Montoneros e que rendeu US\$60 milhões) e Samuelson, da Esso (executado pelo ERP e que rendeu US\$ 14 milhões). Entrevista: Ruben “Pepe” Prieto (uno de los protagonistas del PVP en 1976). *La República*, Montevideo, 2 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.uy/politica/212657-los-ocho-millones-los-robaron-los-militares>>.

econômicas.<sup>169</sup> A operação de sequestro, comandada pelo anarquista Alberto Mechoso, foi bem sucedida, e a organização recebeu, como resgate, a expressiva quantia de US\$ 10 milhões, uma cifra enorme para aqueles tempos.<sup>170</sup> Segundo Universindo Rodríguez, a criação do partido, naquele momento, resultou “de intensa militância política, muito entusiasmo, muitos vínculos com o Uruguai e muito dinheiro para montar sua infraestrutura na Europa e no Brasil”.<sup>171</sup>

Assim, a necessidade de rearticular forças no exílio produziu profícuo debate nas organizações anarquistas; o surgimento do PVP, em julho de 1975, expressou uma nova estratégia de luta por parte desses setores políticos. Paradoxalmente, o PVP nasceu, coincidentemente, no mesmo ano da oficialização do Plano Condor, em Santiago do Chile. O Congresso de fundação da nova organização partidária estava dividido em três claustros de cerca de 50 militantes, encapuzados com túnicas (por medida de segurança), entre clandestinos e exilados. Sobre essa medida de segurança (os militantes chamavam de *compartimentación*), os correligionários não podiam manter diálogos que possibilitassem a identificação mutua; Universindo Rodríguez diz que, nessas circunstâncias, todos pareciam muçulmanos com longas burcas.<sup>172</sup>

Nos claustros, discutiam-se quais seriam as diretrizes do Partido, que seria marxista, porém sem esquecer a matiz anarquista da maioria de seus fundadores.<sup>173</sup> Essa junção, aparentemente impensável, era conhecida no interior da FAU pelo jargão de “*la síntesis*”.<sup>174</sup> Segundo Hugo Cores essa síntese: “significaba que nosotros podíamos avanzar en marxismo leyendo y tomando enseñanzas de distintas corrientes porque nunca estuvimos vestidos con el frac y el miriñaque de una ortodoxia, ni moscovita, ni trotskista, ni china”.<sup>175</sup> Ainda sobre essa união, Mechoso e Cariboni afirmaram que essa preocupação com uma síntese que possibilitasse “reinventar o anarquismo” era antiga, e que os uruguaios tinham como exemplo as Juventudes Libertárias da Espanha e os escritos do marxista grego, Nikos Poulantzas, os quais, segundo eles, apresentavam muitos pontos de contato com o pensamento libertário.<sup>176</sup>

Dentre seus principais objetivos, a nova organização partidária visava:

---

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Entrevista concedida ao autor em 13 de novembro de 2008, em Porto Alegre.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> Nos intervalos de cada reunião se ouvia canções libertárias como *Verbena anarquista*, *Patagonia Rebelde*, *Los Orientales* y *Palomita* e a Internacional. RODRÍGUEZ DÍAZ, op. cit., p. 164.

<sup>174</sup> TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008. p. 51.

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Idem, p.52.



Derrocar y someter a juicio del pueblo a la camarilla cívico-militar y su presidente de turno, culpables de crímenes de lesa nación, por atentar contra las libertades, la dignidad, la vida, la economía, la independencia del pueblo y de la pátria; así como a los grupos económicos que apoyan a la patota en el poder y se favorecen con su política. Constituir un gobierno provisório integrado por representantes de todas las fuerzas políticas y sociales y de todos los orientales, civiles o militares, que hayan luchado contra la dictadura, que no sea una vuelta atrás ni una estafa a las legítimas aspiraciones por las que luchó el pueblo.<sup>177</sup>

Hoje, visto sob perspectiva histórica, muitos participantes criticam o modelo altamente conspirativo da fundação do partido, ou seja, o total isolamento em que seus militantes ficaram em relação ao restante da sociedade. Contudo, para Universindo Rodríguez, que participou do congresso no “Claustro Z”,<sup>178</sup> a proposta era válida, apesar de suas limitações:

Es cierto que hay muchas contradicciones entre un programa tan amplio como el que se definió y el plan de aparición o las ideas de acción directa que se esbozaron, y es cierto que luego pasaron cosas muy dramáticas. Pero también hay que decir que en momentos de debacle generalizada hubo un grupo de gente organizada y decidida que apostó al cambio revolucionario y que buscó dotarse de herramientas organizativas, teóricas y políticas, que hicieran posible la lucha contra la dictadura. Un montón de gente que se jugó en las peores condiciones para la lucha política y para la reflexión<sup>179</sup>.

Conforme o estudo coordenado por Álvaro Rico,<sup>180</sup> as ondas repressivas contra o PVP se sucederam em quatro fases, e no território de quatro países: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

A primeira fase ocorreu na Argentina, entre março e julho de 1976, portanto, quase um ano após a sua fundação. Essa etapa foi marcada por detenções massivas na capital portenha, entre as quais a dos principais fundadores, os dirigentes Gerardo Gatti e León Duarte. O operário gráfico Gerardo Gatti<sup>181</sup> era o secretário geral da organização quando foi detido em sua casa, em nove de junho de 1976. O dirigente foi levado e torturado em Automotores Orletti. Os repressores do OCOA exigiram um resgate de US\$2 milhões. Para provar que estava vivo, tiraram uma foto dele com um jornal diário datado e outro líder sindical, “Perro” López, que foi sequestrado para servir de portador da proposta de

<sup>177</sup> Fragmentos das resoluções do Congresso do PVP, julho 1975. In: TRÍAS, op. cit., p. 166.

<sup>178</sup> Prontuário policial número 425 de Universindo Rodríguez Díaz. Folha 1. (DNII) 27 de janeiro de 1977.

<sup>179</sup> TRÍAS, op. cit., p. 169.

<sup>180</sup> URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación Histórica sobre Detenidos y Desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. t. 1. p. 104-105.

<sup>181</sup> Gerardo Gatti tinha 44 anos na época quando foi sequestrado na sua residência, no bairro Belgrano. Deixou três filhos.

chantagem. A direção remanescente do PVP negou-se a negociar nessas condições. Gatti faz parte da lista de uruguaios desaparecidos até os dias de hoje.

Quanto a León Duarte,<sup>182</sup> operário da fábrica de pneumáticos FUNSA, foi sequestrado quatro dias depois de Gatti. O comando repressivo repetiu a chantagem sobre a organização partidária. A resposta foi a mesma. Juntamente com Duarte, foi detido outro militante do PVP, Sérgio Lopez Burgos. Tempos depois, Burgos acabaria sendo companheiro de cela de Universindo Rodríguez, no penal uruguaio de *Libertad*. León Duarte, que havia sido membro do Secretariado Executivo da CNT e dirigente do PVP, também faz parte da lista de desaparecidos uruguaios.

Os casos de Gatti e Duarte são parte da violenta onda repressiva que atingiu a comunidade oriental na capital portenha. Os militantes do PVP sofreram as ações de um sofisticado terrorismo estatal, bem como a cooperação repressiva entre Argentina-Uruguai: vários dos seus quadros foram executados no país vizinho. Cabe acrescentar que um número significativo de crianças uruguaias sequestradas, apropriadas ou nascidas em cativo, eram filhos de militantes do PVP.

De fato, das 19 crianças e adolescentes uruguaias (ou filhas de uruguaios) sequestradas e desaparecidas, 17 o foram na Argentina, e, pelo menos um dos casos mais emblemáticos, envolveu um filho de militante do PVP, caso de Simón Riquelo. Ele foi arrancado dos braços da mãe, Sara Méndez, com apenas vinte e um dias de vida, em junho de 1976. O major uruguaio José “Nino” Gavazzo, que comandava o grupo de tarefas que efetuou o sequestro, disse a Sara Méndez: “*Esta guerra no és contra los niños.*” Esta frase se tornou uma das mais simbólicas na luta pela recuperação de crianças apropriadas. Sara só reencontrou Simón em 2002, vinte e seis anos depois do sequestro.

Além desses emblemáticos desaparecimentos ocorridos na Argentina, também houve o sequestro da professora Elena Quinteros, na embaixada da Venezuela, em Montevideu. Elena Quinteros havia sido dirigente da *Federación Uruguaya del Magisterio*, integrava o PVP na época de seu sequestro e era, inclusive, amiga pessoal de Lilián Celiberti. Em junho de 1976, após armar uma estratégia de fuga, Quinteros foi retirada à força do interior da Embaixada da Venezuela, no momento em que pedia asilo aos gritos.<sup>183</sup>

---

<sup>182</sup> Duarte foi sequestrado em um bar da rua San Juan. Tendo 48 anos quando foi desaparecido, ele deixou, ao exemplo de Gatti, três filhos.

<sup>183</sup> Elena Quinteros havia sido sequestrada em sua casa quatro dias antes, em 24 de junho de 1976, por agentes do *Departamento 5 de Información e Inteligencia de la Jefatura de Montevideo*. Entretanto, a professora, que tinha um plano de fuga, conseguiu escapar de uma *ratonera* provocada por ela mesma e pediu asilo na Embaixada da Venezuela. As forças policiais que a escoltavam no momento da fuga invadiram o local e

A segunda fase de repressão contra o PVP corresponde à detenção de outros 24 cidadãos uruguaios em Buenos Aires, entre agosto e outubro de 1976. Pesquisas recentes confirmam que, diferentemente do que se pensou durante anos, não foram executados na Argentina. Em realidade, foram trasladados ao Uruguai, no denominado segundo *vuelo*. Tudo indica que a sua eliminação deve ter ocorrido no Uruguai.

As duas últimas fases repressivas contra o PVP ficaram restritas a casos pontuais. A terceira fase ocorreu em Assunção, Paraguai, e atingiu os militantes Gustavo Inzaurrealde e Nelson Santana Scoto. Sobre eles, foi encontrada informação no Arquivo do Terror:

Interrogado minuciosamente cada uno de los detenidos, no aportaron mayormente datos nuevos a los ya conocidos, y que en su oportunidad esa Jefatura elevara a la superioridad. Lo rescatable del interrogatorio a que fue sometido GUSTAVO EDISON INSAURRALDE [sic] MELIAR, es que actua dentro del “Instituto de Historia”, agrupación ideológica y doctrinario del “Partido por la Victoria del Pueblo” del Uruguay, pudiéndose determinar que el declarante es el máximo dirigente subversivo del “PVP”, que aún permanece en Sudamérica, ya que los demás al parecer en su totalidad se trasladaron a Europa, donde el también pensó viajar, para recibir documentos uruguayos e intentar una nueva infiltración clandestina al país.<sup>184</sup>

Detidos e interrogados no Paraguai, Inzaurrealde e Santana foram entregues, junto com outras pessoas, às autoridades argentinas. Apesar de tamanha repressão, o PVP continuou sua militância ativa desde o exílio, com quadros atuando na Europa, no Uruguai e no Brasil, sobretudo após o processo de autocrítica realizado em Paris, em 1977. Porém, no retorno à América Latina, mas especificamente ao sul do Brasil, ocorreu a quarta e última onda de repressão aos militantes do PVP. Essa ação foi justamente àquela vinculada ao sequestro de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca. Contudo, antes de entrarmos nesse tema, é necessário resgatar o debate sobre a possibilidade de retorno de militantes do PVP ao Cone Sul, ocorrido na França, em uma Conferência Extraordinária do partido.

Em novembro de 1977 os quadros do PVP na Europa realizaram uma Conferência Extraordinária, em Paris, para efetuar uma “autocrítica para avanzar”. Nesse encontro, a principal causa apontada para o fracasso da atuação da organização na Argentina foi o total isolamento dos militantes, cujas atividades eram totalmente compartimentadas. Segundo a documentação elaborada em 1977, o PVP superestimou sua força e abriu mão de uma política

---

capturaram Elena. Tal incidente causou uma crise diplomática entre Uruguai e Venezuela bem como o desaparecimento de Quinteros, após ter sido vista pela última vez sendo levada ao *Batalhão nº13*.

<sup>184</sup> URUGUAY. Presidencia de la República. Investigación *Historica sobre Detenidos y Desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. t. 1. p. 339.

de alianças com setores populares da Argentina e do Uruguai, o que fez com que o partido ficasse isolado e acuado quando ocorreu o golpe de Estado. O caráter altamente clandestino do partido foi determinante para a sua derrota no exílio, já que ficou desconectado do restante da sociedade. Isto possibilitou maior eficiência à repressão contra o PVP; como exemplo disso, cabe lembrar que da sua primeira direção somente Hugo Cores escapou de ser desaparecido.

Esses antecedentes foram levados em conta na Conferência de Paris. Dentro das orientações resultantes, ao final dos trabalhos, uma delas da maior importância para o evento analisado nesta dissertação: o de assumir como estratégia de luta o retorno de alguns militantes ao Cone Sul, porém tentando viabilizar uma política de aproximação e contatos com setores da oposição política no país hospedeiro. O Brasil foi o país escolhido, pois nele estava ocorrendo um processo de abertura política que permitia vislumbrar possibilidades de atuação até o fim da ditadura. Dentro dessa reorientação partidária, Universindo Rodríguez comenta que “habían llegado clandestinamente [ao Brasil], pero hicieron un esfuerzo por vivir en la legalidad. No querían repetir lo hecho en Argentina, donde se habían aislado, absorbidos por lo interno”.<sup>185</sup> Portanto, no Brasil, os militantes do PVP, segundo a nova diretriz, aproveitariam a conjuntura favorável gerada pelo processo de abertura política e “distensão”, para tentar vincular-se a setores da sociedade brasileira.

### 2.3 RESISTÊNCIA URUGUAIA NO BRASIL

No contexto do *caso Celiberti-Rodríguez*, ocorre o auge do terrorismo estatal no Uruguai e na Argentina. Por isso, o PVP foi duramente reprimido e quase aniquilado, em ambos os países, após quase um ano de sua fundação. A partir da desestruturação dos seus principais núcleos, a organização partidária tentava estabelecer um novo canal de contato com os companheiros remanescentes no interior do Uruguai, mas agora, a partir do Brasil. É nessas circunstâncias que ocorre a queda de Lilián e Universindo, que atuavam em Porto Alegre, mas integrados em uma rede da qual participavam, apesar da precariedade, outros militantes espalhados em cidades brasileiras e na Europa.

Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez aceitaram vir ao Brasil e participar dessa

---

<sup>185</sup> TRÍAS, op. cit., p. 222.

campanha de denúncia às violações dos direitos humanos, não só por convicção política, mas, também, por terem a intenção de viver e trabalhar em Porto Alegre, pelo menos até o final da ditadura no Uruguai. Do mesmo modo, a proximidade com Montevideu foi fator preponderante para a decisão dos uruguaios. Lilián entrou legalmente no Brasil, mas, logo depois, adotou o nome de María, por segurança. Universindo ingressou em território nacional com passaporte falso espanhol, no qual constava o nome de Luis Piqueres de Miguel. Esse passaporte indicava a viagem de turismo do filho de um grande empresário de Barcelona. Viajar com passaporte falso era um procedimento comum dos perseguidos políticos naquela época. A documentação falsa garantia mobilidade e segurança para sair do local em que se era perseguido, mas, ao chegar a outro país, assumia-se a identidade verdadeira. Isso fazia parte da nova estratégia do PVP, resultante do processo de autocrítica realizado em Paris. Entretanto, Lilián e Universindo não chegaram a assumir suas identidades verdadeiras em Porto Alegre devido ao inesperado desencadeamento dos fatos.<sup>186</sup> Segundo Universindo:

Creo que esto hay que verlo como un proceso que se fue dando... a medida que nos fuimos adaptando y conociendo mejor la realidad del Brasil del 78 fuimos combinando lo ilegal con lo legal en la perspectiva de legalizar totalmente nuestra situación [...] Lamentablemente esto no pudo suceder por la forma en cómo se precipitaron los acontecimientos.<sup>187</sup>

Efetivamente, a direção havia avaliado que a situação de plena clandestinidade vivida em Buenos Aires trouxera prejuízos irreparáveis ao partido, devido à brutal repressão que praticamente dizimou seus integrantes. A situação de total isolamento e desamparo frente ao restante da sociedade deveria ser evitada no Brasil. Para tanto, os uruguaios conhecidos como María e Luís Miguel, em Porto Alegre, identificavam-se como militantes uruguaios opositores da ditadura.

Portanto, Lilián e Universindo vieram para o Brasil para organizar uma campanha internacional de denúncia sobre os cidadãos uruguaios desaparecidos na Argentina. Eles se somariam ao Secretário Geral, Hugo Cores, principal requerido da *Operación Zapato Roto*, e Herman Stefenn, os quais operavam em São Paulo. Além disto, Porto Alegre deveria ser a base pela qual o periódico oficial do partido, *Compañero*, entraria clandestinamente no Uruguai, pelos peculiares complexos urbanos da fronteira uruguaio-brasileira (Chuí-Chuy, Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas e Jaguarão-Rio Branco).

---

<sup>186</sup> Entrevista de Universindo Rodríguez Díaz, por e-mail, concedida ao autor no dia 18 de março de 2012.

<sup>187</sup> Idem.

### 2.3.1 Objetivos da Base brasileira: viver cotidianamente e resistir

Uma das principais tarefas de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez, em Porto Alegre, era a elaboração de um dossiê, com informações que vinham sendo acumuladas pelo PVP: este continha dados sobre companheiros sequestrados e desaparecidos na Argentina, em 1976. Este trabalho era fruto de um grande esforço, sobretudo de Hugo Cores, de compilação de testemunhos de sobreviventes. Apesar de ser uma árdua e complexa investigação, devido ao terror instaurado na região, o dossiê continha importantes dados sobre os principais Centros Clandestinos de Detenção (CCD) na Argentina.<sup>188</sup>

Portanto, a coleta de testemunhos era uma das metas primordiais do partido uruguaio no exílio. Quando um casal argentino fugiu para a Europa, após conseguir escapar de um CCD, em Buenos Aires, no final de 1976, Hugo Cores acompanhou suas denúncias junto a organismos internacionais. A partir de seus depoimentos, o PVP conseguiu identificar o principal CCD da Operação Condor em Buenos Aires, Automotores Orletti, o mesmo local pelo qual havia passado a maioria dos seus integrantes sequestrados.<sup>189</sup>

A coordenação repressiva, principalmente entre Uruguai e Argentina, era o principal alvo de denúncias feitas pelo PVP na Europa, já que o partido foi alvo desta prática repressiva. Segundo Lilián Celiberti, os dados coletados pela organização faziam antever a existência de uma afinada coordenação repressiva multinacional, embora, de nome ainda desconhecido.<sup>190</sup>

A elaboração e complementação desse dossiê de denúncias era parte importante do conjunto de tarefas assumidas pelos integrantes da base de Porto Alegre. Esse dossiê não se resumia a um caderno com anotações e colagens de matérias ou transcrições de testemunhos. Em realidade, mais do que a produção de uma peça de denúncia, havia a pretensão de que a partir dele se montasse e alimentasse uma rede de juristas na Europa que acolhesse a luta pela

---

<sup>188</sup> Entrevista de Lilián Celiberti concedida ao autor em 3 de fevereiro de 2010, Porto Alegre.

<sup>189</sup> Ao fugir, desesperados, o casal olhou para trás e leu na placa da oficina “Automotores Orletti”, mas, na realidade, tratava-se de Cortell (sobrenome do proprietário) Automotores. Este é mais um daqueles equívocos que entram para história e não se pode mudá-los, já que a famigerada oficina Condor ficou consagrada com o nome de “Orletti”.

<sup>190</sup> Entrevista de Lilián Celiberti concedida ao autor em 3 de fevereiro de 2010, Porto Alegre.

anistia no Uruguai.<sup>191</sup> Essa rede se sustentava no Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia do Uruguai (SIJAU), que após o sequestro ocorrido em Porto Alegre, enviaria o advogado francês Jean-Louis Weil para investigar os fatos, em 1979.

Lilián Celiberti afirma que a direção do PVP havia aferido as condições concretas instaladas uma base de atuação no Brasil. Ela mesma havia viajado, em meados de 1978, para o Rio de Janeiro e São Paulo em visitas exploratórias para avaliar o processo de abertura brasileiro e a luta pela anistia. Além do Brasil, a uruguaia também havia estado na Bolívia, para obter mais informações sobre o cenário político daquele país, onde também se acenava com o início de um processo de anistia.

Decidido o local, os militantes tomaram iniciativas, de forma concreta, para obter e repassar novos casos de denúncia dos direitos humanos. Entretanto, esta campanha de denúncia das sistemáticas violações dos direitos humanos em seu país foi interrompida bruscamente, com o sequestro. Dias antes do mesmo ocorrer, houve a tentativa de levar o material acumulado até então, a quem pudesse torná-lo público:

Lícia Peres, na época no Movimento Feminino pela Anistia do Rio Grande do Sul, lembra que poucos dias antes de tornar-se público o sequestro dos uruguaiois uma mulher com sotaque carregado havia contatado o movimento marcando um contato. Mas houve desencontro de horários; Lilián chegou antes do acordado e, muito nervosa, entregou um caderno cheio de informações sobre a repressão uruguaia para a dona da casa.<sup>192</sup>

Portanto, e paradoxalmente, o alvo das denúncias, apontado por Lilián e Universindo, a conexão repressiva do então desconhecido Plano Condor, seria o responsável pela ação conjunta entre Brasil-Uruguai, que determinaria a queda dos militantes.

Uma segunda atividade estratégica que o PVP pretendia desenvolver, desde Porto Alegre, era a distribuição do seu jornal, *Compañero*, que estava em sua segunda época.<sup>193</sup> Editado no Brasil, era uma publicação modesta com umas quatro ou cinco páginas de

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 757.

<sup>193</sup> O periódico *Compañero* foi publicado pela primeira vez na véspera do 1º de maio de 1971 como instrumento de imprensa sindical da organização de bases *Resistencia Obrero-Estudiantil* (ROE). O mesmo foi fechado no final de 1973 no ano do golpe civil-militar que instaurou a ditadura de segurança Nacional no Uruguai. A segunda época de publicação do jornal foi a partir do processo de autocrítica do PVP, em maio de 1978, após os duros golpes repressivos recebidos na Argentina em 1976-77. Entre 1978 e 1984 o periódico circulou de maneira irregular. Foram editados 32 números, alguns deles com complementos especiais de denúncia. COMPAÑERO. *Breve crônica de un largo esfuerzo militante*. Montevideo, 16 mayo 1985, p. 9-10.

conteúdo. A aparição era bimestral, mas não tinha regularidade, porque, assim como diziam algumas velhas publicações do século XIX, *Compañero salía cuando podía*.<sup>194</sup> Desde maio de 1978, o periódico circulava clandestinamente nas fábricas e sindicatos do Uruguai, o que gerou intensa mobilização das Forças Armadas, que prepararam cuidadosamente uma operação de apreensão de exemplares e detenção dos quadros participantes da sua rede de distribuição. A *Compañía de Contra-informaciones* do exército uruguaio foi a unidade que planejou a ação que visava deter a rede do PVP que se havia fixado no Brasil. Quando finalmente foi desencadeada a ação em Porto Alegre, os agentes uruguaio encontraram, no apartamento de Lilián e Universindo, um exemplar do *Compañero* que tratava, especificamente, da necessidade da anistia no Uruguai, trazendo na capa as fotos de Líber Seregni, Ivonne Trías, Jaime Pérez, Raul Sendic, Hector Rodríguez e Raúl Cariboni, todos reconhecidos presos políticos, com o título *Amnistía* (em negrito e grandes letras). Esse material foi apreendido e fez parte do que, mais tarde, em comunicado oficial, as autoridades uruguaio chamariam de “material sedicioso”.

A terceira atividade importante desempenhada pelos integrantes do PVP, na capital gaúcha, era o estabelecimento de vínculos com setores da oposição brasileira (jornalistas, líderes sindicais, setores progressistas da Igreja e advogados). Dentre os contatos mais estratégicos realizados na área jornalística estava Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul, que seria testemunha vital do sequestro. Efetivamente, em outubro de 1978, Universindo contactou a revista *Veja* em busca de notas sobre o Uruguai. Nos contatos que teve com Luiz Cláudio Cunha (apresentando-se como *Miguel*, sua identidade falsa) trocou informações sobre o Uruguai, repassando à sucursal do principal veículo da Editora Abril no Rio Grande do Sul, notícias sobre a violência estatal uruguaio e também exemplares do periódico *Compañero*. Em uma dessas visitas, *Miguel* apresentou *María* à Cunha.<sup>195</sup> Da mesma forma, na área sindical, Lilián e Universindo fizeram contato, entre outros, com o presidente do sindicato dos bancários, Olívio Dutra.

Toda essa rede de vínculos com as forças democráticas brasileiras, favorecida pela conjuntura de abertura, aliada à própria organização do PVP, foram fatores determinantes para salvar a vida de Universindo, Lilián, Camilo e Francesca:

Conhecia meus companheiros, em particular Hugo Cores, sabia do valor

---

<sup>194</sup> COMPAÑERO. *Breve crónica de un largo esfuerzo militante*. Montevideo, 16 mayo 1985, p. 10.

<sup>195</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*. O Sequestro dos Uruguaio. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 38-42.



político que atribuíam à denúncia, a que os crimes e atrocidades da ditadura não ficassem impunes e sabia da tenacidade e exatidão deste trabalho. Havia participado na organização de todos os testemunhos e denúncias dos companheiros que tinham desaparecido na Argentina, tinha visto tecer uma rede de comunicação por todos os países e por todas as tribunas e estava certa de que agora também fariam isto. Podia imaginar Hugo escrevendo cartas, telefonando, contatando advogados e organizações de direitos humanos. Sabia que não estava sozinha. Que para meu partido isto era um ato político prioritário.<sup>196</sup>

Após o sequestro, o PVP publicou, no dia 18 de dezembro, uma edição extra do *Compañero*, sobre o caso Lilián-Universindo. Na capa desse exemplar *Especial sobre el Secuestro* constava a seguinte manchete: *El comunicado de las FFCC desenmascarado: En Brasil, las fuerzas democráticas, la prensa, los abogados y la Iglesia denuncian el secuestro de Lilián y Universindo*. É importante registrar que “*las fuerzas democráticas*” eram justamente os setores que haviam estabelecido algum tipo de contato com o casal uruguaio, ou seja, jornalistas, advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e setores da Igreja, como o CLAMOR.

A curta estadia, de pouco mais de três meses, de Universindo, Lilián, Camilo e Francesca, em Porto Alegre, foi marcada, sobretudo, pela esperança de dias melhores, com todo o clima de abertura democrática vivido no Brasil no final da década de 1970. Segundo Hugo Cores, o Brasil era “*un minuto de sol y alegría en la saga de amarguras que veníamos viviendo. Un minuto bien aprovechado, porque nos cargamos los pulmones del aire, de esperanza y de cercanía con los nuestros.*”<sup>197</sup>

A curta passagem por Porto Alegre foi acompanhada de um acentuado esforço em incorporar rotinas na cidade, pois o objetivo dos uruguaios era nela morar até que a ditadura terminasse no seu país. Para tanto, alugaram um apartamento na Rua Santo Antônio, próxima à Rodoviária. Depois, mudaram-se para a Rua Botafogo, número 621, bloco 3, apartamento 110, no bairro Menino Deus. Segundo Universindo, um bairro tranquilo, perto da Avenida Getúlio Vargas, do rio Guaíba e do Estádio Beira Rio, onde “*iam assistir aos jogos do jogador fantástico que era o Falcão*”.<sup>198</sup> A paixão pelo futebol trazida por *Yano* do Uruguai era compartilhada com o menino Camilo; em Porto Alegre, adotaram o Sport Club Internacional como time do coração. No Uruguai, ambos torciam para o Peñarol, e, na Itália, Camilo torcia pelo Milan. Aliás, essa ligação do garoto com o futebol se mostraria essencial no esclarecimento posterior dos acontecimentos.

<sup>196</sup> CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu Quarto, Minha Cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 28-29.

<sup>197</sup> TRÍAS, op. cit., p. 223.

<sup>198</sup> Menino Deus. Um sequestro histórico no Bairro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 fev. 2009.

A vida cotidiana dos uruguaios no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, era tranquila, ou seja, mesmo desempenhando seu ativismo político eles iam ao parque, ao mercado público, ao centro e às livrarias da cidade. Aqui, é importante salientar que o dia-a-dia dos exilados do Cone Sul, mesmo com todas as dificuldades, podia ser normal, o que desmistifica a ideia estereotipada de militantes políticos “profissionais” e sisudos, que só pensam na revolução durante todo o dia. Até porque, tentar viver “tranquilamente”, naqueles tempos, já era uma tarefa de resistência.

Entretanto, esse cotidiano coexistia com a execução de tarefas contra a ditadura uruguaia. De fato, enquanto Lilián passava mais tempo em casa, datilografando o dossiê de denúncias, Universindo mantinha contatos com os setores democráticos brasileiros de Porto Alegre e procurava estabelecer pontos de apoio na região da fronteira.

Mas, se os contatos políticos foram feitos mesmo com pouco tempo de estadia, o mesmo não podemos dizer dos contatos pessoais. Segundo avaliação de Universindo, eles não tiveram tempo de fortalecer os vínculos com os vizinhos do bairro Menino Deus.<sup>199</sup>

## 2.4 O COMANDO REPRESSIVO BINACIONAL

### 2.4.1 A *Compañía de Contrainformaciones* e a *Operación Zapato Roto*

A ação que culminaria com o *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre foi planejada na *Compañía de Contrainformaciones* do Departamento II<sup>200</sup> do Estado Maior do Exército uruguaio, sob o comando do coronel Calixto de Armas, cujo pseudônimo era “*Rojo Maíz*”. Este se subordinava apenas ao general Manuel J. Nuñez (“*Rojo Bravo*”), e ao general Gregório “*Goyo*” Álvarez, Comandante em Chefe das Forças Armadas do Uruguai, e que, mais tarde, seria o presidente militar da ditadura uruguaia. O general Álvarez seria substituído no comando das Forças Armadas pelo tenente-general Luis Queirolo, aliás, “*Rojo Alfa*”, em janeiro de 1979.

---

<sup>199</sup> Menino Deus. Um sequestro histórico no Bairro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 fev. 2009.

<sup>200</sup> A *Compañía de Contrainformaciones* recebia informações dos serviços de inteligência e do Departamento II do Estado-Maior do Exército (que repassava o material enviado pela rede diplomática). VICTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Semente, 1980. p. 86.

O nome em código da operação era *Zapato Roto*, já que o principal objetivo do plano era a captura do secretário geral do PVP, o professor Hugo Cores, que atuava em São Paulo na denúncia das violações dos direitos humanos no Uruguai, e no auxílio aos perseguidos políticos em busca de refúgio. Cores tinha o hábito de fazer contatos durante longas caminhadas. Seus sapatos gastos teriam sido o motivo do nome da operação. Além de capturar Hugo Cores e outros membros do PVP no Brasil, outro objetivo da *Operación Zapato Roto* era encontrar cerca de US\$ 6 milhões, provenientes de uma série de expropriações feitas pelo partido.<sup>201</sup>

Segundo Lilián Celiberti,<sup>202</sup> a captação dos recursos angariados pelas organizações clandestinas “é muito pouco ressaltada,” já que os comandos repressivos não eram apenas oriundos de uma direita ideológica. Além de “asesinos”, eram “ladrones”.<sup>203</sup> Grande parte da famosa “*plata del PVP*” já havia sido roubada da organização pelos grupos de tarefas do OCOA, sobretudo em Orletti, em 1976. O termo “roubo” não é nenhum exagero, pois até hoje não se tem notícia de que eles tenham devolvido um centavo sequer ao empresário e sua família.<sup>204</sup>

Como se já não bastasse a expressiva quantia “recuperada”, os comandos repressivos uruguaios queriam mais, e isso era uma motivação ainda maior para perseguir os militantes do PVP em terras estrangeiras. Esse fator não foi a causa mais importante para a montagem da *Operación Zapato Roto*, mas não deve ser menosprezado. O histórico da repressão coordenada entre unidades argentino-uruguaias mostra que o roubo, a extorsão e a apropriação de bens das vítimas e das suas organizações eram prática comum de tais comandos. No caso de Porto Alegre, há uma questão a mais, já que os agentes do DOPS foram remunerados pelo serviço prestado.

---

<sup>201</sup> MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS, 2007. p. 120.

<sup>202</sup> Entrevista concedida ao autor em de 2009, Porto Alegre.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> “Todos los crímenes relacionados con la represión de uruguayos durante el año 1976 en el centro de torturas Automotores Orletti de Buenos Aires deben ser expresamente excluidos de la Ley de caducidad, porque sus autores tuvieron como propósito el lograr un beneficio económico propio o para un tercero”. RODRÍGUEZ, Roger. La patota de la OCOA, la guita y el PVP. *La República*, Montevideo, 1 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.pvp.org.uy/pvp-desaparecidos-2.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

## 2.4.2 Caçada a Hugo Cores

Como já vimos, uma das características peculiares da Operação Condor, apontada pela investigadora McSherry, era a escolha precisa e seletiva de dissidentes no exílio; ou seja, os alvos do Condor eram, em muitos casos, importantes dirigentes de suas organizações políticas. No caso da repressão ao PVP não foi diferente, pois em menos de três anos dois secretários gerais do partido foram sequestrados na Argentina e no Paraguai e, posteriormente, desaparecidos. Na Argentina, ocorreu o já citado sequestro do dirigente sindical Gerardo Gatti, primeiro Secretário Geral do PVP, além de outras importantes lideranças, como León Duarte, Alberto Mechoso e Jorge Zaffaroni, todos desaparecidos. No Paraguai, foi sequestrado o segundo Secretário Geral do partido, Gustavo Inzaurrealde, vítima de um comando multinacional (paraguaio-argentino-uruguaio), em maio de 1977; também está desaparecido. O terceiro Secretário Geral, Hugo Cores, por pouco não sofreu o mesmo fim no Brasil, em novembro de 1978.

Hugo Cores foi o principal requerido da *Operación Zapato Roto*, por ser o dirigente mais importante da organização naquele momento. Cores nasceu na Argentina, em 1937, mas cedo foi viver no Uruguai, terra natal de sua família. Foi militante estudantil e membro da FAU, na década de 1950; depois, nos anos 1960, virou líder sindical bancário, vice-presidente da CNT e dirigente da ROE. Embora tenha participado da preparação do Congresso de fundação do PVP, não pôde fazer parte efetivamente dele, pois foi sequestrado e enviado ao cárcere, pouco antes de sua instalação.<sup>205</sup> Considerando o que ocorreu com a maioria dos dirigentes uruguaios exilados em Buenos Aires, após o início da ditadura da Junta Militar, pode-se afirmar que a prisão de Cores, paradoxalmente, salvou a sua vida (mas não o poupou da tortura). Em 1976, Cores foi expulso da Argentina e marchou para o exílio na França, onde dirigiu o Congresso de Paris que determinou o retorno à região (Cone Sul) para estabelecer pontes de contato mais diretos com a resistência interna uruguaia.

Hugo Cores veio para o Brasil em fevereiro de 1978, com sua esposa Mariela Salaberry e sua filha menor, Sofía, estabelecendo-se, primeiro, no Rio de Janeiro, e, depois, em São Paulo, em maio desse ano. A residência de Cores em Botucatu era um importante centro gravitacional da resistência uruguaia naquele final dos anos 1970. Segundo Ivonne Trías, “*Eran tantos los visitantes en Botucatu que Cores no intentó siquiera confeccionar*

---

<sup>205</sup> TRÍAS, op. cit., p. 7.

*aparatos para captar onda corta: la información fluía*".<sup>206</sup> Simultaneamente, a base de Porto Alegre estava sendo montada, como se fosse a plataforma de observação e contato mais avançada e próxima do Uruguai. A queda dos companheiros de Porto Alegre impactou tanto a Cores, que até na correspondência a seus filhos, Paula e Andrés, em Paris, manifesta esse drama :

Recuerdo que hace tres meses encarábamos con el amigo URD [Universindo Rodríguez Díaz] el cómo hacer para que la prensa brasileña rompiera un poco el silencio acerca del Uruguay. Y no había caso. "És que allá no pasa nada, saben, y es difícil hacer una nota si no hay un gran acontecimiento", decían... Quién iba a decir que el acontecimiento que iba a conmover a la prensa brasileña sería su propio secuestro.<sup>207</sup>

Ainda sobre o "grande acontecimento" que comoveria a imprensa no Brasil, Cores relatava em outra carta aos seus filhos:

Ayer fue un día de noticias muy negras y ayer, día 23, salió en todo Brasil un nuevo disco de Chico B. [Buarque]. Tiene una canción que no he logrado oír entera, y que pasan a cada rato en la radio. Es a la vez fuerte, solemne y dulce. Es una protesta dura, lírica, impresionante. "Pai afasta de mi ese calice", Padre aparta de mí esse cáliz. Y que Lilián esté bien y sus hijos no sean robados.<sup>208</sup>

O que o principal requerido da operação repressiva binacional desejava aconteceu. Lilián e Universindo não foram desaparecidos, nem Camilo e Francesca foram roubados. Casualmente, seria o próprio professor dos sapatos rotos quem daria início ao desmonte da *Operación Zapato Roto*. Mas, antes de falarmos da operação em Porto Alegre e do seu desfecho, devemos entender o seu começo, em Montevideú. Para caçar, entre outros, Hugo Cores, Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez, muitos militantes do PVP "caíram" nas "ratoneras" montada pela *Compañía* como veremos a seguir.

---

<sup>206</sup> Conforme Salaberry, em momentos diferentes passaram por lá os uruguaios: Tota Quinteros, Ruben Prieto, Milton Romani, Luis Romero, Julia Cánepa, Pablo Anzalone, Rodríguez Martínez, Alfredo Pareja, Gerónimo de Sierra, Jorge Vicente, Eduardo Pin, Ofélia, César Charlone, etc. Além desses também estiveram no local os brasileiros Belisário dos Santos Jr. E a socióloga Silvia Portela. Idem, p. 221-222.

<sup>207</sup> RODRÍGUEZ DÍAZ, op. cit., p. 195. In: TRÍAS, op. cit., p. 225.

<sup>208</sup> Carta escrita em 24 de novembro. Cf. TRÍAS, op. cit., p. 225.

### 2.4.3 Ciclo *sequestro-tortura-sequestro*

O primeiro sequestrado da *Operación Zapato Roto*, em Montevideu, no dia 1º de novembro de 1978, foi o militante do PVP, Carlos Amado Castro Acosta, que foi detido por causa de um telefonema anônimo ao Comando Geral do Exército. O mesmo dizia que em tal endereço, na Villa Colón, havia um requerido das Forças Armadas. Denúncias anônimas como essa eram incentivadas pelo próprio Estado, mediante intensa propaganda e ameaças, gerando um clima de suspeição e delação entre a própria população. Com essa informação, a *Compañia* armou uma *ratonera* na casa de Acosta. Depois do sequestro, o detido teve a cabeça imersa no “tacho” (tonel de água, cortado ao meio, onde a vítima sofria tortura de afogamento, conhecido como submarino); foi colocado no “gancho” (dependurado pelas mãos amarradas às costas com o corpo nu); recebeu pancadas e a aplicação da *picana* elétrica (eletrochoques nas partes mais sensíveis do corpo). Aqui é importante frisar o duplo objetivo da tortura, já que, além da intensa dor física que a vítima sente, existe o fator psicológico, pois uma das consequências das sevícias é transformar o inimigo em um colaborador.<sup>209</sup> A partir das informações obtidas com a aplicação destes métodos, os repressores chegaram a novas detenções clandestinas, seguindo o nefasto ciclo do *sequestro-tortura-sequestro*. Seguindo esta metodologia, foram sequestrados pelo menos dez pessoas em Montevideu, todas elas pertencentes ao PVP, as quais faziam parte da rede de distribuição clandestina do jornal *Compañero*.

Detenida en su domicilio, en relación a la Operación Zapato Roto. – responsable del grupo “Arbolito” y de la distribución del Diario “COMPAÑERO”. Bajo sus ordenes estaban Luis Alonzo (a) “Lito”; “Gabriel”, “Gabriela” y “Ana Salvo”. – Actuaba a órdenes directas de Universindo RODRÍGUEZ DÍAZ, (a) TENCO y de Lilián Elvira CELIBERTI ROSAS de CASARIEGO, (a) MAIA. Participó en las reuniones en abril de 1978 no Rio de Janeiro.- Eval, A-2. – Indica del 4 al 8.- (GG).<sup>210</sup>

Quanto à militante vítima da *ratonera* na própria casa foi conduzida, encapuzada, até um local que tinha uma cortina metálica, identificada pelo ruído. Esse local – soube-se depois –, era a oficina mecânica da sede da *Compañia de Contrainformaciones*, na esquina da Rua

<sup>209</sup> No depoimento de Acosta no documentário *Cone Sul*, de Enio Staub e João Guilherme dos Reis, de 1985, percebemos o seu constrangimento e perturbação ao falar sobre seu sequestro e tortura.

<sup>210</sup> Prontuário do Servicio de Inteligencia y Defensa. 1 nov. 1978.

*Dante com a República*. Durante uma semana, foi brutalmente torturada no “tacho,” onde sofreu o submarino; no “gancho”; e lhe foi aplicada a *picana elétrica*, entre outras sevícias sofridas. Em determinado momento, deram-lhe algo para tomar; depois disso não recorda o que aconteceu. Aqui podemos especular acerca do uso de alguma droga (algo comum na experiência repressiva uruguaia) como o pentotal de sódio, mais conhecido como o “soro da verdade”. O fato é que, exposta a essas situações limites, e tendo perdido a percepção real de tempo e espaço, acabou fornecendo informações. Em meio a tantos suplícios, abria-se, novamente, a possibilidade para o ciclo *sequestro-tortura-sequestro*.

Com novas pistas, foi cogitado por oficiais da *Compañia* viajarem, imediatamente e de maneira clandestina, a Porto Alegre, sem combinar nada com os agentes policiais gaúchos, para deter os contatos do PVP. Entretanto, o coronel Calixto de Armas não autorizou este ousado plano.<sup>211</sup> Ao contrário, contactou um oficial de mesma hierarquia no Brasil, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tal comunicação teria sido, segundo Luiz Cláudio Cunha, para alinhar o plano da cooperação repressiva binacional com os seguintes objetivos: sequestrar cidadãos uruguaios na capital gaúcha; chegar até Hugo Cores; eliminar a base do PVP no Brasil; acabar com a rede de distribuição do *Compañero*; pôr as mãos nos cobiçados dólares do partido.

Os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório.<sup>212</sup>

Diante das negociações estabelecidas, foi enviado ao Brasil, primeiramente, o major José Bassani,<sup>213</sup> segundo homem da *Compañia*. Depois dele veio o capitão Eduardo Ramos, e, finalmente, o major Carlos Rossel,<sup>214</sup> que acertou os últimos detalhes da missão.<sup>215</sup> Um par de semanas antes do sequestro, corria em voz alta, junto à comunidade de exilados latino-americanos de Porto Alegre, que estava se preparando algo fora do comum. A comunidade argentina, por exemplo, tomou precauções diante das informações de que agentes de inteligência castelhanos circulavam, nem sempre de forma discreta, pelos lugares onde ela se

---

<sup>211</sup> VICTOR, op. cit., p. 39.

<sup>212</sup> DINGES, John. *Os anos do Condor*. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 36.

<sup>213</sup> Utilizando o pseudônimo de “Walter”, era integrante da Seção Exterior do Departamento II do Estado-Maior do Exército e após o sequestro passaria a fazer parte do Departamento III do SID. VICTOR, op. cit., p. 111.

<sup>214</sup> Pseudônimo “Gustavo”, chefe da Companhia de Contra-Inteligência e o segundo Chefe da Escola de Inteligência do Exército. Rossel viajou várias vezes ao Chile para realizar cursos e coordenar ações repressivas. Idem, p. 111.

<sup>215</sup> Termo de Declarações de Hugo Walter Garcia Rivas em 3 de maio de 1980 prestado ao MJDH. AMJDH.

reunia. Depois do fato consumado, se tornou evidente que se tratava do comando uruguaio que procurava infiltrar-se e colher informações para chegar aos alvos visados. A semelhança de sotaque e tipo físico teria induzido à confusão em relação aos comandos argentinos que também circulavam, de forma irregular, por Porto Alegre. Durante vários dias, a comunidade argentina exilada permaneceu em estado de vigília permanente. Somente após tornar-se público o sequestro dos uruguaio, compreendeu que não eram eles os visados por aqueles indivíduos que os tinham seguido e vigiado dias antes.<sup>216</sup>

O grupo de tarefas uruguaio responsável pelo sequestro em Porto Alegre era liderado pelo capitão Eduardo Ferro,<sup>217</sup> e contava com a presença do capitão Glauco Yannone,<sup>218</sup> além de outros militares com graduação de soldado, como o próprio Hugo Garcia Rivas, soldado-fotógrafo que não chegou a viajar a capital gaúcha, ficando na fronteira, no Forte de *San Miguel*, no Chuy. Junto com o comando da *Compañia* foram trasladados, ao Brasil, quatro sequestrados do PVP, para que funcionassem como “marcadores”, ou seja, para que apontassem Lilián e Universindo, marcando-os como alvos requeridos da ditadura uruguaia.

#### **2.4.4 A pata brasileira da *Operación Zapato Roto***

Segundo Luiz Cláudio Cunha, o contato brasileiro do “*Rojo Maíz*” uruguaio era um velho parceiro, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra,<sup>219</sup> que, naquele momento, comandava o 16º Grupo de Artilharia de Campanha em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. O coronel Ustra recomendou a Calixto de Armas que contatasse, por formalidade, o Estado Maior do III Exército, o qual era dirigido pelo general Paulo de Campos Paiva; este, na hierarquia militar da região sul, só acatava ordens do general Samuel Alves Correa, Comandante do III Exército. Após esses contatos, Paiva consultou o Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, que autorizou a operação.<sup>220</sup>

O coronel Ustra teria indicado, ainda, dois amigos para a execução da ação, o major

---

<sup>216</sup> Informações cedidas gentilmente pelo pesquisador Jorge Christian Fernández.

<sup>217</sup> Caracterizado como torturador nato e sádico, que se vangloriava de ter matado um prisioneiro com apenas um golpe de caratê, Guillermo, como era conhecido, também era agente de inteligência da embaixada estadunidense no Uruguai, que recebia importantes somas de dinheiro para efetuar operações de espionagem na Embaixada da URSS. Informações apresentadas por Hugo García Rivas. In: VICTOR, op cit., p. 109.

<sup>218</sup> Vulgo “Javier”, o capitão Yanonne foi descrito por Hugo Rivas como “pessoa tranquila, capaz de esperar quatro ou cinco dias para conseguir o que quer.” VICTOR, op. cit., p. 111-112.

<sup>219</sup> CUNHA, op. cit., p. 373.

<sup>220</sup> Em janeiro de 1979 o comando do III Exército passou para o general Antônio Bandeira.



Attila Rohrsetzer, comandante do Departamento Central de Informação (DCI), e o delegado Pedro Carlos Seelig, do DOPS/RS.<sup>221</sup> A dupla Rohrsetzer-Seelig, na época, havia sido denunciada por tortura de algumas de suas vítimas.<sup>222</sup>

O delegado Seelig<sup>223</sup> havia respondido processos referentes à lesões corporais e pela morte do menor Luiz Alberto Pinto Aréballo,<sup>224</sup> seu enteado, nas dependências do DOPS, em 1973. Tal caso gerou, inclusive, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Nessa época, ironicamente, Seelig foi condecorado com a medalha do Pacificador. Além disto, seu nome constava em uma lista de torturadores elaborada por presos políticos, publicada no semanário *Em Tempo*.<sup>225</sup> Pedro Seelig era conhecido por ser uma pessoa extremamente vaidosa, e que contava com alfaiate exclusivo (andava sempre bem vestido e perfumado), conforme depoimento de presos políticos que, encapuzados, sentiam a sua presença pelo cheiro.<sup>226</sup> Ainda, segundo essas denúncias, o “Fleury dos Pampas” era um torturador racional, que comandava as sessões de sevícias desde uma mesa no fundo da sala, mas que, em certas ocasiões, também agredia o prisioneiro ou girava a “maricota” nos eletrochoques.

Esse era o perfil do chefe da equipe brasileira que executaria o sequestro. A mesma seria integrada, ainda, pelos inspetores Janito Kepler (vulgo Jorjão) e João Augusto da Rosa, mais conhecido como “Irno”, além do escrivão Orandir Portassi Lucas, que havia feito fama como jogador de futebol profissional com o apelido de “Didi Pedalada”,<sup>227</sup> antes de ingressar nos quadros da repressão política do DOPS, em 1976. Este grupo de tarefas, comandado por Seelig, estava subordinado ao delegado Marco Aurélio Reis, diretor geral do DOPS/RS, que, por sua vez, acatava ordens da Secretaria de Segurança Pública (SSP), cujo comandante era o coronel Moura Jardim. Por outro lado, a Polícia Federal no Rio Grande do Sul (PF/RS) tinha

---

<sup>221</sup> CUNHA, op. cit., p. 383.

<sup>222</sup> Por exemplo: João Carlos Bona Garcia e Nilce Cardoso. Ver: GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989; RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1997. p. 306-309.

<sup>223</sup> Seelig também era conhecido como “Fleury dos Pampas”, em alusão ao notório torturador paulista, líder do Esquadrão da Morte e da OBAN, Sérgio Paranhos Fleury.

<sup>224</sup> Luiz Alberto Aréballo, o Beto, filho da empregada doméstica de Seelig, era o cobrador das mensalidades da Sociedade dos Amigos do Bairro Cristal, do qual o delegado era presidente. Certa vez o adolescente, de 16 anos, gastou o dinheiro com más companhias. Com a justificativa de dar-lhe uma lição, foi preso e torturado nas dependências do DOPS. Morreu de pneumonia após ter sofrido o submarino (simulação de afogamento). TUBINO, Najjar; SCHIMIDT, Caco. Pedro Seelig. Um delegado acima da lei? *COOJORNAL*, Porto Alegre, abril de 1979, p. 32-33.

<sup>225</sup> Idem, p. 29.

<sup>226</sup> Idem, p. 29.

<sup>227</sup> O apelido era em função de um drible peculiar que o mesmo executava quando atuava no ataque do Sport Club Internacional.

como responsável, pelo setor estrangeiro, o delegado Edgar Fuques, subordinado apenas ao Superintendente Geral do mesmo órgão, coronel Macksen de Castro Rodrigues. A PF se, por um lado, não operou diretamente no sequestro propriamente dito, tratou de acobertar os fatos e os implicados por meio de um inquérito administrativo solicitado pelo governador do Estado Synval Guazzelli, que não passou de “fachada”, e por uma grotesca farsa que veremos a seguir. Esta era a estrutura da cadeia de comando da polícia estadual e federal no Estado do Rio Grande do Sul no contexto do *sequestro dos uruguaios*. É importante salientar que esse comando tinha certa autonomia de ação, pressuposto básico para a execução de operações do Plano Condor.

Apesar da comprovada e autoproclamada eficiência das forças policiais gaúchas no combate à “subversão”, no *caso Lilián-Universindo* o comando fracassou, pois a operação secreta vazou, o que impossibilitou um desfecho padrão. O insucesso da operação de sequestro é inclusive criticado por outros ex-agentes de inteligência, como o já citado Marco Pollo Giordani, ex-integrante do DOI-CODI, afirmando que: “Se nós tivéssemos feito aquela operação, não teria dado o problema como deu”.<sup>228</sup>

## 2.5 SEQUESTRO EM PORTO ALEGRE

### 2.5.1 Sequestro na rodoviária e na rua Botafogo

Na manhã do dia 12 de novembro de 1978, o comando binacional sequestrou Lilián Celiberti na estação rodoviária de Porto Alegre. Celiberti aguardava o contato com uma *madre* do Comitê de Familiares e Desaparecidos do Uruguai, quando, por volta das dez horas, foi interpelada por um homem de meia idade, elegantemente vestido, acompanhado de vários outros, também em trajes civis. Tratava-se do delegado Pedro Seelig, comandante da equipe brasileira, que se identificou como policial e pediu-lhe os documentos. A jovem apresentou o seu passaporte devidamente regularizado com visto de entrada e validade para três meses.<sup>229</sup> Inicialmente, Celiberti não desconfiou da situação, até ser levada a um escritório policial localizado na própria rodoviária, sob o pretexto de averiguar sua documentação. Nesse local,

---

<sup>228</sup> GIORDANI, Marco Polo. Entrevista no programa *Histórias* da TVCOM RS, 5 de setembro de 2010.

<sup>229</sup> A data de entrada registrada no passaporte era 17 de outubro de 1978.

foi despojada imediatamente de sua bolsa e carteira e cercada por uns dez homens, dos quais pelo menos dois eram oficiais uruguaiois. Estes últimos eram o major José Bassani e o capitão Glauco Yannone, reconhecido por Lilián do tempo de cárcere, pela “depredação que fazia nos pertences das presas na penitenciária de *Punta Rieles* e por sua fundamentada aura de crueldade”.<sup>230</sup>

A seguir Lilián, encapuzada, foi colocada no porta-malas de uma camionete veraneio e levada ao DOPS, no 2º andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública, na Avenida Ipiranga, 2050. Ali foi despida e jogada sobre uma mesa, onde acabou sendo torturada com choques elétricos. Anos depois de sua libertação, Lilián escreveu, em seu livro de memórias, que o objetivo do torturador “é te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, perca o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda, dor e medo”.<sup>231</sup> Referia-se ao fato de que, com as descargas elétricas, o preso perdia o controle sobre o próprio corpo, e acabava urinando e defecando, aumentando ainda mais a humilhação e o sentimento de impotência frente a tal situação-limite. Para aumentar a intensidade dos choques, os algozes jogavam água sobre a vítima. Celiberti registrou, nas suas memórias, o que naquele momento mais lhe preocupava:

Camilo e Francesca, que esperavam ir ao futebol com Yano [Universindo] enquanto ela, na Delegacia, nua e com arame nos ouvidos e nas mãos, recebe as descargas elétricas e a água, as descargas e a água, as descargas e a água, pensando no filho de Sara, na filha de Emilia, em Camilo e Francesca, Camilo e Francesca.<sup>232</sup>

Portanto, nesse momento, Lilián temia pelos seus filhos, temendo que tivessem o mesmo destino de Simón Riquelo e Mariana Zafaroni, - crianças sequestradas e desaparecidas na Argentina até aquele momento. Lilián sabia que as crianças também eram atingidas pela atuação desses comandos binacionais. Mas o que ela desconhecía, naquele momento, é que seus filhos, temporariamente, também estariam desaparecidos. Efetivamente:

Durante treze dias estiveram sequestradas e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, durante este tempo, Francesca e Camilo foram detidos-desaparecidos. Se não fosse a rápida intervenção da família alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado “botim de guerra” e sofrido o destino do desaparecimento, da supressão de suas identidades e da apropriação de seus

---

<sup>230</sup> CELIBERTI, op. cit., 1989, p. 12

<sup>231</sup> Idem, p. 13

<sup>232</sup> Idem, p. 11.

corpos e da sua vida.<sup>233</sup>

No DOPS, Lilián continuaria sendo torturada. O ciclo sequestro-tortura-sequestro se configurava mais uma vez, dentro da *Operación Zapato Roto*, somente que, agora, tendo como vítimas-protagonistas, os *uruguaios de Porto Alegre*. Os repressores descobriram, dentro da bolsa, o seu endereço, anotado no boleto da creche Cisne Branco, na qual estavam matriculados seus filhos. As consequências seriam óbvias. Cerca de um par de horas depois o comando repressivo surpreendeu Universindo Rodríguez que se preparava para ir ao estádio Beira Rio assistir a um jogo do Internacional com Camilo e Francesca. As crianças aguardavam no pátio do prédio, quando viram a mãe dentro de um carro,<sup>234</sup> acompanhada de vários homens. Mas Camilo percebeu algo errado, pois os amigos de sua mãe não costumavam portar armas.<sup>235</sup> Em seguida foram conduzidos até o automóvel onde se encontrava a sua mãe e rumaram para o DOPS.

Quanto a Universindo, estava fechando a porta do apartamento quando o delegado Pedro Seelig apontou uma pistola 45 no seu rosto, ordenando sua prisão. Seelig tirou-lhe a chave e empurrou-o para dentro da habitação. Teve início, então, o processo de “amaciamento,” ali mesmo, na casa deles, ou seja, os policiais e militares começaram a bater, enquanto reviravam todo o apartamento. A metodologia do “amaciamento,” habitual no Uruguai, havia sido denunciada muito tempo atrás pelo agente cubano Hevía Cosculluela, infiltrado durante anos na estação da CIA, em Montevideú.<sup>236</sup> Universindo lembra que quem mais batia era o agente Orandir Portassi Lucas, o “Didi Pedalada”, o forte ex-jogador agora escrivão do DOPS. Enquanto “Didi” e o capitão Yannone lhe espancavam, os demais reviravam o apartamento em busca de dólares e armas que não foram encontrados. Na falta disso, levaram roupas e pertences das vítimas, além de exemplares do periódico *Compañero*. Aqui é importante reafirmar que o procedimento de apropriação de bens dos perseguidos políticos era muito comum nas ditaduras do Cone Sul. Na prática, além de recolher materiais que poderiam servir como provas de “subversão” (documentos, jornais, discos e livros censurados), os grupos de tarefas roubavam os pertences das vítimas para benefício material. Os roubos perpetrados nos domicílios dos sequestrados eram considerados, pelos repressores,

---

<sup>233</sup> PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...*, op. cit., p. 765.

<sup>234</sup> Entrevista de Camilo Casariego Celiberti concedida ao autor, em 22 de julho de 2010, Montevideú.

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> Segundo o mesmo: “Interrogar é uma arte. Primeiro há o período de amaciamento, com as usuais pancadas e insultos. O objetivo é humilhar o prisioneiro, fazê-lo perceber seu estado de abandono, isolá-lo totalmente da realidade”. HEVIA COSCULLUELA, apud CUNHA, op. cit., p. 13.

como “botim de guerra”.<sup>237</sup>

Posteriormente, Univesindo foi levado ao DOPS, encapuzado e algemado. Cabe mencionar que o capuz era, geralmente, uma das primeiras formas de tortura sofrida pelas vítimas da repressão, já que servia para isolá-las, desorientá-las e amedrontá-las. No DOPS, ele viu, de passagem, Lilián e as crianças. Os adultos desejaram-se sorte, pois sabiam que o pior ainda estava por vir. Univesindo, que mal havia se recuperado da pancadaria sofrida no apartamento, foi levado ao segundo andar, onde sofreu intensos golpes do capitão GlaucoYannone, que de tanto soquear o detido feriu seus punhos e passou a bater com a sola do seu sapato.<sup>238</sup> Depois, a vítima mal pode reconhecer seu rosto no espelho, de tão deformado que estava. Durante o violento interrogatório a que foi submetido, Univesindo nada respondeu, a não ser seu nome verdadeiro. Foi, então, submetido ao “pau-de-arara”, e ligaram-lhe eletrodos na boca e nos membros inferiores e superiores. Quem dirigia os interrogatórios, naquele momento, era o uruguaio Yannone e o delegado Seelig. Nas sessões de tortura, os agentes insistiam, sobretudo, em quatro pontos: 1) quem eram os contatos uruguaio de Lilián e Univesindo no Brasil? 2) quais eram seus contatos brasileiros? 3) quem eram seus companheiros no Uruguai? 4) quem eram seus companheiros na Europa? Também demonstraram especial interesse na localização de Hugo Cores e no dinheiro do PVP.

## 2.5.2 Primeiro traslado clandestino

Entre meia noite e uma hora da madrugada do dia 13 de novembro, depois das seções de sevícias que resultaram sem sucesso para os agentes repressivos, pois Celiberti e Rodriguez não disseram nada mais do que os seus próprios nomes, o comando repressivo binacional responsável pela execução da Operação *Zapato Roto* resolveu transladar, clandestinamente, os quatro cidadãos uruguaio ao seu país de origem. Isso representava uma situação de altíssimo risco para os detidos-desaparecidos, já que a conjuntura brasileira de distensão política do governo Geisel inexistia no Uruguai.

Para Lilián Celiberti, se no Brasil existia alguma possibilidade, ainda que remota, de sobreviver, em seu país isso não ocorria: “O desaparecimento era o principal inimigo contra

---

<sup>237</sup> CONADEP, op. cit., p. 3.

<sup>238</sup> MARIANO, op. cit., p. 65.

quem lutar”.<sup>239</sup> Aqui cabe um importante parêntese para esclarecer que as ditaduras de Segurança Nacional lançaram uma nova modalidade, imposta aos perseguidos políticos sequestrados, que era a incerta e angustiante condição de “*detidos-desaparecidos*”. Ou seja, o Estado mantinha o “inimigo interno” sob seu poder, mas não assumia a prisão; portanto, tratava-se de detenções ilegais, ambiguidade típica dos regimes que fizeram uso do TDE.

Apesar da ditadura uruguaia não ter adotado o desaparecimento em massa como principal forma de manifestação da sua política repressiva, o temor de Celiberti não era infundado. Porém a angústia da professora não lhe impedia de perceber dois comportamentos distintos entre os agentes do comando binacional:

Frente a ele (o desaparecimento), via dois comportamentos em meus captores. Os militares uruguaiois me davam a entender como algo possível, pela própria forma da operação: se nos prendiam ilegalmente no Brasil, era mais fácil nos fazer desaparecer (a essa altura, já havia aproximadamente cem desaparecidos), e mais ainda se no meio estavam duas crianças que complicavam bastante as explicações do fato. Por outro lado, nos policiais brasileiros me parecia perceber, principalmente, o interesse de que nos tirassem rápido do país. Queriam se desembaraçar de nós o quanto antes, porque eram mais sensíveis às consequências. Não do ponto de vista humano, mas devido ao momento político do Brasil.<sup>240</sup>

Quanto a essa diferença no comportamento dos agentes repressivos uruguaiois e brasileiros, não se deve cair no erro, que perpassa muitas vezes o senso comum, de que a ditadura brasileira foi menos violenta que os demais Estados autoritários do Cone Sul. Nesse sentido, concordamos com Luiz Cláudio Cunha quando afirma que: “O regime militar foi talvez mais sofisticado, mas os relatos das torturas que atingiram milhares de pessoas no Brasil provam que a brutalidade verde-amarela não deve nada a ninguém”.<sup>241</sup>

Voltando ao sequestro, na madrugada do dia 13 de novembro iniciou-se a longa viagem rumo à fronteira Chuí-Chuy. Universindo Rodriguez foi levado em um automóvel custodiado por Yannone, que o ameaçou durante toda a viagem, além de não deixá-lo urinar, beber ou comer nada. Lilián Celiberti foi levada em outro carro, e seus filhos em uma camioneta. Além dos quatro sequestrados em Porto Alegre, também foram levados de volta os membros do PVP que haviam sido detidos em Montevideu e utilizados na capital gaúcha para encontrar Celiberti e Rodriguez. Esses presos foram transportados tanto na viagem de ida quanto na de volta em um caminhão pertencente à *Comissão Administradora de Abasto*

---

<sup>239</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 15.

<sup>240</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 15.

<sup>241</sup> CUNHA, op. cit. p. 5.

(CADA). No Chuy, ainda aguardava, detido, Rony Steffen,<sup>242</sup> que ao ser torturado em Montevideu havia informado que faria um contato na cidade fronteiriça. Sabendo disso o comando obrigou-o a permanecer na fronteira, sempre vigiado, inclusive antes da execução do sequestro de Porto Alegre.

No posto da polícia federal brasileira, outros membros da *Compañia de Contra-informaciones*, comandados pelo capitão Eduardo Ferro, receberam os sequestrados, devidamente algemados e encapuzados, e os levaram até o *Forte de San Miguel*, situado cerca de dez quilômetros do Chuy, onde mantinham uma base operacional. Entretanto, devido à proximidade do *Forte* com a fronteira brasileira, os sequestrados foram levados ao parque da Fortaleza de Santa Teresa, a quarenta quilômetros do limite com o Brasil.

Antes de chegar à Fortaleza, Lilián sofreu uma simulação de fuzilamento, enquanto o capitão Yannone ameaçava-a: “Esta se faz de viva, não vamos lhe dar mais bola, vamos agir! Enfim, aqui termina a viagem. Ou pensa que vamos ter tanto trabalho? Mais um no Rio da Prata”.<sup>243</sup> Yannone intimidava psicologicamente Celiberti com a alusão direta aos “voos da morte”.

No parque de Santa Teresa, entorno natural da Fortaleza, Universindo Rodríguez sofreu o *submarino* (simulação de afogamento) em pleno mar. Segundo ele,<sup>244</sup> havia cerca de trinta agentes sob o comando de Ferro e Yannone. Mesmo com o relativo calor que fazia naquele dia, Rodríguez lembra que não conseguia parar de tremer de frio ao sair da água. Lilián também sofreu o *submarino* em um tacho improvisado. Foi durante essa sessão de tortura que Celiberti informou que aguardava a visita de um importante quadro do PVP, cuja identidade desconhecia, em seu apartamento de Porto Alegre, no dia 17 de novembro. Tal informação obviamente interessou ao Capitão Ferro. Cabe recordar que o objetivo da *Operación Zapato Roto* não era só a captura dos militantes de Porto Alegre, mas prender o próprio Hugo Cores, que talvez fosse a pessoa que Celiberti dizia aguardar. Foi assim que, enquanto Universindo era levado a um CCD em Montevideu, parte do comando voltou com Lilián ao Brasil para preparar uma *ratonera*. Repetia-se o procedimento da *operación clave 66*, utilizado contra os primeiros sequestrados, na capital uruguaia.

Para conseguir a colaboração de Lilián, os agentes usaram seus filhos, Camilo e Francesca, como fator de chantagem. Efetivamente, as crianças, levadas a Montevideu e, portanto, separadas da mãe, foram mantidas como reféns em um prédio clandestino da própria

---

<sup>242</sup> O seu pai, Hermann Steffen, era um dos requeridos da operação *Zapato Roto*.

<sup>243</sup> CELIBERTI, op. cit., 1989, p. 17.

<sup>244</sup> Entrevista concedida ao autor em 13 de novembro de 2008, em Porto Alegre.

*Compañia*, na esquina das ruas Río Negro e Canelones.<sup>245</sup> Diferentemente do DOPS gaúcho, que utilizou suas dependências oficiais como centro de tortura e detenção, o aparato repressivo uruguaio valeu-se de centros clandestinos, pelo menos no caso das crianças. Camilo Casariego Celiberti, em depoimento recente, lembra que, nesse prédio, em uma determinada ocasião, ao olhar pela janela, e ao longe ouvir o barulho do mar, um militar com trajas civis, que os custodiava, fechou a janela bruscamente dizendo que ele não podia olhar para fora.<sup>246</sup>

### 2.5.3 Ratonera em Porto Alegre

De volta a Porto Alegre, o comando repressivo juntou-se novamente aos agentes do DOPS, mantendo Celiberti no seu apartamento por quatro dias. Entretanto, nesse ínterim, o dispositivo de segurança interna do PVP já havia sido acionado, fazendo com que, ao invés de companheiros uruguaio, ocorresse a chegada surpreendente e não desejada de dois jornalistas brasileiros que acabaram testemunhando o sequestro. De fato, em vista da repressão sofrida na Argentina e no Paraguai, no biênio 1976/77, a organização do PVP no Brasil estava cercada de medidas extremadas de segurança de seus quadros, já que a experiência anterior havia praticamente aniquilado sua direção. A norma essencial de segurança do partido era a *compartimentación*, ou seja, cada quadro atuava de maneira compartimentada (isolada), desconhecendo o quê não estava relacionado às suas tarefas; a posse mínima de informação era uma estratégia da organização para evitar que os detidos passassem informação à repressão, sob tortura.

Poucas semanas antes do sequestro, o jornalista José Mitchell,<sup>247</sup> do *Jornal do Brasil*, soube, através de um refugiado uruguaio, que militares deste país buscavam no Brasil compatriotas opositores. Esta informação circulava entre os exilados latino-americanos em Porto Alegre. Com o sinal de alerta acionado, Lilián chegou a cancelar uma viagem até a fronteira, por causa do risco de ser localizada.<sup>248</sup>

---

<sup>245</sup> Segundo declarações do ex-soldado Hugo Walter Garcia Rivas, esse apartamento, localizado no quinto andar do prédio, era conhecido, no jargão militar, como “Base 2”, e havia sido tomado de dois cidadãos argentinos acusados de serem “Montoneros”.

<sup>246</sup> Entrevista de Camilo Casariego Celiberti concedida ao autor em 22 de julho de 2010, Montevidéu.

<sup>247</sup> MITCHEL, op. cit., p. 117.

<sup>248</sup> Entrevista de Lilián Celiberti concedida ao autor em 3 de fevereiro de 2010, Porto Alegre.



O funcionamento do dispositivo de segurança do PVP previa que, dia sim, dia não, Lilián e Universindo deviam contatar a base de Paris. Como o sequestro ocorreu no domingo, 12 de novembro, a comunicação foi interrompida nos três dias seguintes. Celiberti achava que isto bastaria para alertar seus companheiros de que algo estava errado. Porém, na quinta-feira, 16 de novembro, chegou ao endereço do apartamento da Rua Botafogo um inesperado telegrama da França, com os seguintes dizeres: “*Beca concedida. Llamar urgente*”. Neste crucial momento, Lilián temeu pelo pior. Foi levada ao DOPS para telefonar à França (no apartamento não havia telefone). Inicialmente negou-se a fazê-lo, mas, sob ameaça, aceitou ligar com a condição de escrever o que iria falar para não se atrapalhar. Depois de obter o consentimento do capitão Ferro, que leu a mensagem e não notou nada de anormal, ligou para a residência de Ruben *Pepe* Prieto, em Paris. A tensa ligação foi realizada na sala do diretor do DOPS, Marco Aurélio da Silva Reis.

A mensagem lida por Lilián era: “Avisa o companheiro *Aguirre*, de São Paulo, que amanhã estarei em casa, às cinco da tarde”.<sup>249</sup> Para os sequestradores, as informações pareciam banais, não representando ameaça à *ratonera* montada. Entretanto, desconheciam que o pseudônimo *Aguirre*, utilizado por Lilián, designava, em realidade, a “imprensa”. Concretamente, a mensagem de Celiberti significava: “avise a imprensa para que vá ao meu apartamento, às cinco da tarde”.<sup>250</sup>

Assim como o comando repressivo tinha seus códigos para orientar as operações secretas, o PVP possuía um sistema de palavras cifradas utilizado nos contatos postais e telefônicos. Por exemplo, quando um militante do PVP falava em “*Caracas*” estava referindo-se a Buenos Aires; “*cristianismo*” significava socialismo; “*congregaciones religiosas*” eram organizações revolucionárias.<sup>251</sup> Neste sentido, o termo *Aguirre*, que para os sequestradores poderia ser o codinome de Hugo Cores, era “aquele companheiro” que sempre deve ser chamado no caso de uma *ratonera*, ou seja, era a emissão do sinal de alerta e a solicitação da presença de jornalistas no aparelho. Uma ressalva importante cabe fazer, ainda, sobre este tema: tal estratégia não tinha nenhuma utilidade no Uruguai ou na Argentina, pois nesses países a imprensa ainda estava totalmente controlada e amordaçada pela censura e

---

<sup>249</sup> Entrevista de Lilián Celiberti concedida ao autor em 3 de fevereiro de 2010, Porto Alegre.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> Outros termos: “*Capo-lavoro*”, La semana está saliendo bien; “*Caracas*”, Buenos Aires; “*Cristianismo*”, socialismo; “*Colegio Holandés*”, M.L.N; “*Corruptores*”, asesinos; “*Cayambé*”, Levantamiento; “*Central obrera*”, C.N.T; “*Clasificación*”, compartimentación; “*Congregaciones religiosas*”, Organizaciones revolucionarias; “*Consejo directo central*” – Dirección del partido. Ver: Diccionario Inverso PVP, julho de 1976. In: URUGUAY. Presidencia de la República. Investigación *Historica sobre Detenidos y Desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. Tomo I. p. 202-203.

repressão.

O sinal de alerta emitido desde Porto Alegre à base de Paris foi imediatamente repassado a Hugo Cores, que, por sua vez, acionou o jornalista Luiz Cláudio Cunha. Foi assim que, no dia 17 de novembro de 1978, Cunha, chefe da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul, recebeu um telefonema anônimo de São Paulo, em espanhol: “*una pareja y dos niños uruguayos que viven en Porto Alegre están desaparecidos hace una semana*”.<sup>252</sup> Após anotar os nomes e o endereço, o jornalista foi informado de que o termo “*desaparecidos*” significava “*detenidos*”.<sup>253</sup>

De posse de tais informações, Cunha procurou checá-las. Para tanto, chamou o fotógrafo da revista “*Placar*”, também da Editora Abril, João Batista Scalco, pois o fotógrafo da “*Veja*”, Ricardo Chaves, o Kadão, naquela sexta-feira estava no litoral.<sup>254</sup> Tal fato, marcado pelo mais puro acaso, mostrou-se fundamental para o reconhecimento de Didi Pedalada, um dos sequestradores, pois o ex-atleta já havia sido fotografado por Scalco em partidas e treinos de futebol, no seu tempo de jogador do Internacional.

Os jornalistas se dirigiram ao prédio 621, na Rua Botafogo; no local repararam em um Passat de cor creme e sem placas que, souberam depois, também fazia parte do operativo. No interior do bloco 3, viram que um homem que os seguira até o apartamento 110 continuava subindo as escadas. Após tocarem a campainha, a porta se entreabriu e viram uma jovem assustada; perguntaram, em espanhol, por Universindo Rodríguez e se ela era Lilián. Ao dizer que o motivo daquela “*visita*” era uma verificação de um telefonema anônimo de São Paulo, a porta foi aberta bruscamente, e dois homens armados apontaram-lhes pistolas, enquanto Celiberti era retirada da sala para um quarto. Os agentes do DOPS que apontavam as armas eram, respectivamente, *Irno* e *Didi Pedalada*; além deles havia mais dois ou três homens no fundo da sala, na qual havia uma pequena televisão ligada. Segundo relato de Luiz Cláudio Cunha: “uma cuia minúscula de chimarrão, bem menor do que a gaúcha, confirmava a presença uruguaia no local”.

Os repórteres, confundidos com companheiros de Lilián e Universindo, foram revistados de forma tipicamente policial, ou seja, com as mãos na cabeça, de frente para a parede com uma leve cutucada nos tornozelos para abrir as pernas.<sup>255</sup> Percebendo que os visitantes não eram “*subversivos*” estrangeiros, mas jornalistas, o inspetor *Irno* se retirou

---

<sup>252</sup> CUNHA, op. cit., p. 28.

<sup>253</sup> Idem, p. 28.

<sup>254</sup> Kadão estava acompanhando o repórter Pedro Maciel em uma entrevista com o senador do MDB recentemente eleito, Pedro Simon.

<sup>255</sup> CUNHA, op. cit., p. 34.

momentaneamente do apartamento; ao retornar, supostamente após ter trocado informações com algum superior, sua postura havia mudado. Conforme depoimento de João Batista Scalco:

O suposto chefe da operação, quando voltou, voltou mais amável, nos pedindo documentos que comprovassem que a gente era realmente jornalista. A gente mostrou os documentos, ele anotou, e a gente perguntou o que estava acontecendo e ele disse: “Não isso é estrangeiros ilegais no país, contrabando, essas coisas vocês entendem, né?”<sup>256</sup>

Antes de liberar a dupla, os agentes do DOPS solicitaram que não fosse publicado nada a respeito daquele episódio, pois se tratava de estrangeiros ilegais no Brasil. Os jornalistas saíram do apartamento, confusos e amedrontados com a situação.

Simultaneamente ao envolvimento dos jornalistas, outro protagonista entrou na “cena” do sequestro: o advogado Omar Ferri. Este, contatado pelo CLAMOR, também foi até o apartamento na Rua Botafogo, no mesmo dia 17 de novembro, mas por volta das 21 horas, portanto, após a ocorrência do fato com os jornalistas. Nesse momento, já não havia mais ninguém no apartamento; a essa altura, a *ratonera* binacional já havia sido desmontada.

A partir do desfecho inesperado para o comando repressivo, Lilián era novamente levada clandestinamente ao seu país. Agora, ao menos, ela tinha uma vaga esperança de que seu ato repercutisse de alguma forma, gerando algum tipo de pressão pública que garantisse a segurança dela, de seus filhos e de Universindo. Desta vez, o traslado foi feito via Santana do Livramento-Rivera. Nesta última cidade, o capitão uruguaio Carlos Rossel, diante do ocorrido em Porto Alegre, ameaçou-a: “Cagaste tudo. (...) Nunca te atiraram de um avião”.<sup>257</sup> Pode-se avaliar, nesta frase, novamente, a referência recorrente à prática de desaparecimento. Como lembra Padrós:

No caso Lilián, seus sequestradores a ameaçaram em executá-la fazendo alusão direta aos cadáveres de vítimas da repressão argentina que haviam aparecido no litoral uruguaio depois dos “voos da morte”. Independente do envolvimento direto dos repressores uruguaio nessas práticas da ditadura argentina (questão ainda em aberto), a postura dos sequestradores demonstra, no mínimo, o conhecimento e o uso dessa metodologia de desaparecimento como recurso assustador do aparato repressivo.<sup>258</sup>

Por outro lado, Lilián também sofria o impacto da tortura psicológica; além das

---

<sup>256</sup> Testemunho de João Batista Scalco no documentário *Y Cuando sea Grande*, de César Charlone, 1979.

<sup>257</sup> CELIBERTI, op. cit., 1989, p. 29-30.

<sup>258</sup> PADRÓS, op. cit., 2005, p. 760.

constantes ameaças diretas de desaparecimento, persistia a angústia diante do desconhecimento do destino de seus filhos.

Concomitantemente, em Montevideú, Universindo continuava na condição de detido-desaparecido; agora, vestia macacão e devia suportar vendas nos olhos, algemas, correntes e cadeado no tornozelo. No local úmido e frio da *Compañía de Contrainformaciones*, o som do rádio, ligado ininterruptamente a todo volume, abafava os gritos das torturas que não cessavam. Fora isso, Universindo, naquele momento, desconhecia a situação de Lilián, que foi levada a esse mesmo local depois do seu segundo traslado ao território uruguaio. Finalmente, no início de dezembro, ambos foram transferidos a outro terrível centro de tortura e detenção, o quartel conhecido como *El Infierno*.<sup>259</sup>

De qualquer forma, a arriscada estratégia de Lilián havia dado certo. No dia 21 de novembro de 1978, a denúncia havia sido publicada na imprensa escrita. A capa da *Folha da Tarde* estampava a manchete: “SEQUESTRO NO MENINO DEUS: Casal que fugiu do Uruguai e duas crianças desapareceram”.<sup>260</sup> Era o início de uma complexa investigação jornalística e, posteriormente, de uma intensa campanha internacional de solidariedade a Lilián, Universindo e as crianças, Camilo e Francesca.

## 2.6 FARSAS PARA RESGUARDAR O SEQUESTRO

A Operação Condor não só internacionalizou o Terrorismo de Estado no Cone Sul como também internacionalizou um sistema de elaboração de farsas e versões acerca da detenção ilegal e morte sob tortura de dissidentes políticos na região. As farsas, ou diversionismos, eram utilizadas em larga escala pelas ditaduras civis-militares, tanto internamente quanto como táticas colaboracionistas, para justificar prisões ilegais, execuções sumárias ou mortes sob tortura. Tal política fazia parte de uma estratégia maior da “guerra contrainsurgente” ou, para usar um termo da pesquisadora McSherry,<sup>261</sup> de “propaganda

---

<sup>259</sup> Cabe ressaltar que no Uruguai os centros de tortura e detenção podiam ser clandestinos – como no local em que Universindo esteve detido antes de ser levado à Companhia e o apartamento onde estiveram as crianças –, ou poderia ser um local institucionalizado, como o quartel do exército e a própria Companhia de Contra-Inteligência.

<sup>260</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri. Caixa 1. Novembro de 1978.

<sup>261</sup> A autora estadunidense afirma que: “Cónдор utilizaba la guerra psicológica [...], especialmente la utilización de la propaganda negra, el engaño y la desinformación para controlar y manipular ‘los corazones y las mentes’

negra” das ditaduras.

Um exemplo emblemático foi a já referida *Operación Colombo*, que envolveu a SIDE, da Argentina, e a DINA, do Chile. Entretanto, a coordenação rio-platense também fez muito uso desse expediente, como ocorreu no caso Michelini-Gutiérrez Ruíz,<sup>262</sup> e na *Operación Invasión*.<sup>263</sup> Outro caso que pode ser enquadrado como farsa refere-se às explicações apresentadas sobre o aparecimento de cadáveres no litoral uruguaio, argentino e gaúcho<sup>264</sup> no final da década de 70.

No caso da ditadura brasileira, as farsas já eram práticas sistemáticas anteriores à oficialização da Operação Condor. Exemplos não faltam: os casos das mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho receberam, como explicação oficial, a versão de “suicídio”, fatos desmascarados publicamente pela imprensa e pelas organizações de direitos humanos. Da mesma forma, existe o emblemático caso do frustrado atentado à bomba no Rio Centro, em 1981.<sup>265</sup>

No próprio Rio Grande do Sul, havia o antecedente do “caso das mãos amarradas”, apresentado oficialmente como caso de afogamento do Sargento Manoel Soares,<sup>266</sup> que,

---

de los habitantes”. MCSHERRY, J. Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental/LOM, 2009. p. 34.

<sup>262</sup> Junto com os cadáveres dos legisladores foram encontrados os dos militantes do MLN-Tupamaros, William Whitelaw e Rosário Barreto. No local foram encontrados panfletos do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), grupo guerrilheiro argentino. A tentativa de associar a atuação dos legisladores Michelini e Gutiérrez Ruíz com a guerrilha tupamara foi deliberada. Da mesma forma, se tentou associar o ERP com a atuação das vítimas. É importante lembrar que tanto o ERP, quanto o MLN-T faziam parte da chamada *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), cuja existência foi utilizada para justificar a estruturação da Operação Condor.

<sup>263</sup> No dia 27 de outubro de 1976, as Forças Conjuntas uruguaias anunciaram a desarticulação de um grupo armado que teria invadido o país desde a Argentina. No balneário Shangrilá, 62 pessoas teriam sido localizadas e detidas. Na realidade os “terroristas” eram membros do PVP sequestrados em Buenos Aires por comandos binacionais e que, na condição de detidos-desaparecidos, foram torturados em Orletti. Posteriormente, foram levados clandestinamente em um avião da Força Aérea uruguaia a Montevidéu. Detidos no Centro Clandestino de Detenção de *Punta Gorda* e depois na sede do SID, foram obrigados a fazer parte de uma absurda “ação de invasão do país” de uma organização subversiva. Tal fato ocorreu no momento em que a ascensão de Jimmy Carter, nos EUA, ameaçava isolar as ditaduras do Cone Sul. Jornais como o *El Diario* compraram e revenderam a “*carne podrida*”, destacando em sua manchete: “Duro golpe contra nuevo rebote subversivo. Caen 62 sediciosos.” O diário *El País* publicou a foto onde apareciam os detidos saindo do chalet Sussy, onde foram detidos sob a observação do major José Nino Gavazzo, com trajes militares e óculos escuros. MARTÍNEZ, V. *Tiempos de dictadura*. 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día. Montevideo: Banda Oriental, [s. d.]. p. 83.

<sup>264</sup> As ditaduras alegavam que tais corpos seriam da tripulação de um navio chinês ou coreano que teria naufragado. Porém, os mortos devolvidos pelo mar eram, em realidade, vítimas do TDE coordenado entre Argentina e Uruguai nos chamados *vuelos de la muerte*.

<sup>265</sup> A versão oficial referia-se a um terrorista da VPR, o qual teria colocado o explosivo no colo de um sargento dentro de um automóvel Puma. Em realidade, tratava-se de um atentado arquitetado por quadros do próprio Exército, que pretendiam detonar a bomba dentro do Riocentro, onde estava ocorrendo um festival de música em homenagem ao dia do trabalhador. Tal fato só não ocorreu porque o artefato explodiu acidentalmente no colo do sargento, matando-o e ferindo o seu colega.

<sup>266</sup> O difícil é entender como o sargento “embriagado” amarrou as mãos e os pés nas próprias costas ou ainda como ele amarrado conseguiu beber até embriagar-se.

segundo a versão oficial, estava embriagado; procurava-se com essa afirmação esconder evidências de tortura e assassinato praticados pela repressão.

Esses exemplos, e tantos outros, são indícios concretos de como agiam os governos da região. Tais experiências também eram compartilhadas pelas ditaduras do Brasil e do Uruguai, e estiveram presentes na montagem “criativa” de embustes e manobras diversionistas para abafar o sequestro ocorrido em Porto Alegre. Neste caso, as primeiras tentativas diversionistas ocorreram com a divulgação dos *Informes 1400 e 1401*.

A irrupção dos jornalistas no local do crime não só fez fracassar o sequestro e a prisão de outros militantes do PVP, como implicou na necessidade de “*blanquear*” a situação, ou seja, apesar de não assumir o sequestro, foi necessário dar uma satisfação à opinião pública, diante das denúncias de Cunha e Scalco. Para tanto, o governo uruguaio elaborou dois comunicados, “informando” a detenção de Lilián e Universindo na fronteira e a entrega das crianças ao avô. Nesse sentido, o *Comunicado 1400*, da Oficina de Imprensa das Forças Conjuntas, anunciava que:

Universindo RODRIGUEZ DIAZ y Liliana [sic.] CELIBERTI ROSAS DE CASARIEGO y dos hijos menores de edad de ésta última, habrían desaparecido de la ciudad de Porto Alegre, se pone en conocimiento de la población: que los mismos fueron detenidos por las Fuerzas Conjuntas al penetrar en territorio uruguayo, hallándose en su poder material sedicioso, que ratifica las informaciones que se poseían sobre sus actividades en varios países, integrando una vasta organización internacional marxista. Todas las personas señaladas se encuentran en perfecto estado de salud y por razones arriba indicadas, se ha preferido sacrificar el secreto de los procedimientos y el eventual éxito de los mismos, disponiéndose además transferir la custodia de los menores a sus abuelos en día de la fecha.- Oportunamente se ampliará el presente comunicado.<sup>267</sup>

Poucos dias depois, o *Comunicado 1401* ampliava o informe anterior, detalhando o que era visto como uma “invasão”, a partir de “*las declaraciones de los elementos involucrados e informaciones obtenidas*”.<sup>268</sup> Tais informações davam conta de que a direção do PVP, chamado pelas Forças Conjuntas de “*organización subversiva*”, dirigia ações contra o Uruguai a partir do exílio, na Europa, e havia emitido “*directivas para acrecentar el accionar subversivo*”.<sup>269</sup> Acrescentava, ainda, que a organização contava com “*grupos de acción*” organizados em Montevideú, com apoio externo de quadros radicados no Brasil, onde

<sup>267</sup> COMUNICADO Nº 1.400. DA OFICINA DE PRENSA DE LAS FUERZAS CONJUNTAS DRECETO Nº 393/973. Montevideo, 25 nov. 1978. Hora: 12:30

<sup>268</sup> COMUNICADO Nº 1.401. DA OFICINA DE PRENSA DE LAS FUERZAS CONJUNTAS DECRETO Nº393/973. Montevideo, 1 dic. 1978. Hora: 20:00. Folha 1.

<sup>269</sup> Idem, Folha 1.

havia desenvolvido uma infraestrutura “subversiva e clandestina” nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Sobre os grupos que operavam no Uruguai, o documento denunciava que persistiam nas tarefas: de doutrinação da população (sobretudo no setor estudantil e operário); formação de novos quadros; e distribuição de publicações editadas no exterior (utilizando-se de meios postais internos e externos). Em relação a esta última, referia-se à distribuição clandestina do periódico *Compañero*, impresso em São Paulo e enviado ao Uruguai, via Rio Grande do Sul, dentro de latas de chocolate em pó.<sup>270</sup>

Sobre a detenção de Universindo Rodríguez e Lilián Celiberti na fronteira, o *Comunicado N° 1401* informava que a *organización sediciosa* planejava uma reunião de “alto nível”, no mês de novembro, mas que, por motivos de segurança, acabou prescindindo rapidamente de sua base operacional de Porto Alegre. Para evitar que os militantes do PVP no Uruguai ficassem desconectados da organização no exílio, a missão de Porto Alegre teria sido acionada para ingressar clandestinamente no país, via Acegua, em dois veículos, levando informações. A versão oficial da ditadura uruguaia informava que:

En circunstancias en que se realizaba un control rutinario de carreteras se procedió a la detención de un vehículo, dándose a la fuga su conductor y dejando abandonados en el mismo a dos menores de edad. Alertadas las Fuerzas actuantes se ajustó el dispositivo de control, y al procederse a la revisión de otro vehículo que circulava en el mismo sentido, se encontraron materiales sediciosos que motivaron la detención inmediata de sus ocupantes.<sup>271</sup>

Os “*materiales sediciosos*” que teriam sido encontrados em uma mala com fundo falso,<sup>272</sup> eram, de acordo com o *Comunicado 1401*: armamento automático individual; carteiras de identidade uruguaias falsas; fotografia de Universindo Rodríguez Díaz e material impresso sobre doutrinação, linha política do partido e trabalho de massas.<sup>273</sup> Segundo o soldado desertor da *Compañía de Contraintormaciones*, Hugo Garcia Rivas, o armamento “encontrado” pertencia à própria *Compañía*, e se constituía de uma metralhadora argentina, uma metralhadora MK30, uma pistola 45, dois ou três revólveres 38 e muita munição de diverso calibre.<sup>274</sup> A certeza do fotógrafo-soldado Rivas advinha do fato de que fora ele mesmo quem fotografara as armas.

---

<sup>270</sup> Segundo entrevista de Universindo Rodríguez Díaz, concedida ao autor em 9 de abril de 2009.

<sup>271</sup> COMUNICADO N° 1.401, op. cit., Folha 2.

<sup>272</sup> VICTOR, op. cit., p. 46.

<sup>273</sup> COMUNICADO N° 1.401, op. cit., Folha 3.

<sup>274</sup> VICTOR, op. cit., p. 46 -47.

Com relação às cédulas de identidade falsas encontradas com Lilián e Universindo, cabe lembrar que a falsificação de documentos era uma das tarefas mais vitais e estratégicas que realizavam as organizações de esquerda (fator segurança). Entretanto, a produção de documentos falsos também era uma especialidade das organizações de inteligência, como no caso da *Compañia de Contrainformaciones*, para executar com maior eficiência operações encobertas. No Uruguai, a *Compañia* estava repleta de passaportes estrangeiros de muitos países, bem como de carimbos e formulários para fazer, por exemplo, carteiras de identidade argentinas,<sup>275</sup> para que seus comandos repressivos pudessem deslocar-se sem maiores problemas.

A farsa montada pela *Compañia de Contrainformaciones* sobre a entrada de Lilián e Universindo em território uruguaio não se sustentava minimamente. Um simples dado derrubava a hipótese da invasão em dois veículos: nem Lilián, nem Universindo, sabiam dirigir automóveis.<sup>276</sup> Além disto, não consta, no próprio comunicado, que os detidos estivessem sendo requeridos pela justiça uruguaia.

No Brasil, os informes oficiais da ditadura uruguaia foram recebidos com total descrédito pela imprensa e pela sociedade. Entretanto, se a imprensa brasileira não aceitou a farsa oficial das Forças Conjuntas, o mesmo não ocorreu com a imprensa uruguaia, naquele momento, totalmente censurada. O periódico *Mundocolor*<sup>277</sup> estampava em sua capa, de 25 de novembro, a seguinte manchete: “*Detienen al entrar a Uruguay pareja de P. Alegre: Traian material sedicioso.*” Além de reproduzir a versão oficial, o diário confirmava a vinculação dos detidos com o “*movimiento internacional marxista*”.<sup>278</sup> Esse mesmo jornal havia repercutido o sequestro de uruguaio em Porto Alegre, no dia 22 de novembro, mas de maneira equivocada, pois a notícia dizia que, ao receberem a mensagem telefônica, informando que havia um casal e duas crianças desaparecidos na rua Botafogo, os jornalistas checaram o endereço e não encontraram ninguém.<sup>279</sup> Em suma, os veículos jornalísticos uruguaio que comentavam o caso, fosse por causa da censura ou por conivência com o regime, reproduziam as versões oficiais. De qualquer forma, essas poucas notícias que chegavam até a população não revertiam o vigoroso quadro de controle sobre ela, nem geravam mobilizações para além da ação isolada da própria família.

Por outro lado, a ditadura brasileira também fazia a sua parte. Assim, para corroborar

---

<sup>275</sup> Idem, p. 46-47.

<sup>276</sup> Entrevista de Universindo Rodríguez Díaz concedida ao autor em 20 de julho de 2010.

<sup>277</sup> *Mundocolor*, 25 de nov. 1978.

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Idem.



as informações oficiais das autoridades uruguaias, daria vazão ao que se conheceu como “Farsa de Bagé”. Neste sentido, um dia antes da divulgação do primeiro Comunicado das Forças Armadas uruguaias, a Polícia Federal gaúcha já estava ciente do teor do mesmo, conforme se infere da esclarecedora correspondência confidencial do Cônsul uruguaio em Porto Alegre, Daniel Frias Vidal, ao seu Embaixador no Brasil, general Eduardo M. Zubía, em 24 de novembro de 1978.<sup>280</sup> Segundo consta no ofício, o Cônsul havia-se reunido com o delegado da Polícia Federal, Edgar Fuques, para tratar do andamento do caso dos uruguaios desaparecidos em Porto Alegre:

El Dr. Fuques me adelantó con carácter “Confidencial” que:

1º Que extraoficialmente fué informado que las citadas personas yá se encontraban en nuestro País.

2º Que el entró en contacto con Interpol de Montevideo y está aguardando el pronunciamiento Oficial. Por lo tanto, me expresó que si tuviera alguna confirmación u otra comunicación Oficial, del caso, me informaría de inmediato.

Al recibir noticias del Dr. Fuques, entraré en contacto con el Señor Embajador, como asimismo, cualquier instrucción de esa Misión Diplomática.- Reitero al Señor Embajador, las seguridades de mi más alta consideración. Daniel Frias Vidal (Consul encargado del Consulado General).<sup>281</sup>

Esta informação possibilitou que a Polícia Federal anunciasse à imprensa brasileira, com tom triunfal, que o caso seria resolvidos nas “próximas horas”.<sup>282</sup> A pista que os federais tinham, em verdade, era um canal direto com as autoridades do Uruguai. Entretanto, a pouca credibilidade que a imprensa brasileira dava aos falaciosos comunicados uruguaios fez com que os altos escalões militares do Brasil resolvessem montar a sua própria versão oficial. A mesma indicava que Lilián e Universindo haviam sido presos ao tentar ingressar de ônibus no Uruguai, portando documentação falsa, na passagem pelas cidades Acegua-Aceguá, vindos de Bagé, no dia 21 de novembro de 1978. Era o início do que viria a ser conhecido como “farsa de Bagé”.

Em 1993, quinze anos após o sequestro, uma investigação jornalística tornou público

---

<sup>280</sup> Departamento del Archivo Administrativo do Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores/Uruguay. (DAA-AMRE).

<sup>281</sup> MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES – Embajada del Uruguay – Brasília. Correspondência (Confidencial) do general (r) Eduardo M. Zubía (embaixador). Setor de Assuntos Políticos. 4/78-1154. Asunto: Eleva fotocopia del informe Confidencial de 24.11.78. DEPARTAMENTO DE ARCHIVO ADMINISTRATIVO.

<sup>282</sup> Federais, na pista, garantem. O mistério da uruguaia desaparecida terá solução nas próximas horas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 24 nov. 1978, p. 34. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Pessoal Omar Ferri – Caixa I.

que o general Octávio de Medeiros, que substituíra o general João Batista Figueiredo como chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), fora pessoalmente ao Rio Grande do Sul, pelo menos duas vezes, para tratar, em reunião secreta no Estado-Maior do III Exército, da estratégia que o governo federal seguiria em relação ao *sequestro dos uruguaios*.<sup>283</sup> No III Exército, se reuniu com o chefe do Estado-Maior, general Paulo de Campos Paiva, o coronel Luis Macksen de Castro Rodrigues (superintendente da Polícia Federal/RS), o coronel Carlos Alberto Ponzi (chefe da agência do SNI/RS) e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (chefe da 16ª Grupamento de Artilharia de Campanha de São Leopoldo). Há, no prontuário do SID, sobre Universindo Rodríguez Díaz, um documento resultante de uma escuta telefônica entre o nominado e o jornalista José Mitchel:

En conversación entre “MITCHEL”, y el causante [Universindo] se logra saber a través del primero de ellos que en el último número de “OPINAR” de fecha 22 de diciembre salió un artículo sobre un militar de San Pablo que integró la Operación “BANDEIRANTE” que vendría de Agregado Militar en nuestro país y que el diario le vincula a el secuestro de CELIBERTI.<sup>284</sup>

O militar de São Paulo referido na conversação grampeada, integrante da OBAN e posteriormente Agregado Militar no Uruguai, era o coronel Brilhante Ustra. Omar Ferri, Jair Krischke e Luiz Cláudio Cunha coincidem na interpretação de que Ustra era peça importante na estratégia para despistar a opinião pública, sobretudo, na chamada “Farsa de Bagé”.<sup>285</sup> A manobra diversionista apresentava documentos falsos com os nomes de Laura Elena Castro Ruiz (Lilián Celiberti), Humberto Romero Duran (Universindo Rodríguez Díaz), Elisa Romero Castro (Francesca) e Ruben Romero Castro (Camilo). Também foram apresentados ao público os testemunhos de Patrocínio Lugo Acosta, cobrador da empresa de ônibus Lima, que, por foto, reconheceu os quatro uruguaios, afirmando tê-los transportado em data não lembrada; e do taxista, Adil Machado Ianzler, que afirmou ter conduzido o casal e as crianças ao Uruguai, sem escolta, portanto, por livre e espontânea vontade.

Porém, logo a “Farsa de Bagé” foi desmascarada pelo advogado Omar Ferri e pela imprensa, após apurarem a existência de um verdadeiro emaranhado de contradições. Por um lado, questionava-se a idoneidade de algumas testemunhas, como a do cobrador Acosta, que estava respondendo processo por roubo de gado. A imprensa acabou constatando que as duas

---

<sup>283</sup> \_\_\_\_\_. O sequestro de Lilián e Universindo – 15 anos depois. A farsa desvendada. Caderno Especial. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 nov. 1993.

<sup>284</sup> *Archivo General de la Nación*. Antecedentes a registrar da Caratula 130354 do SID. 30 dic. 1983. 7 feb. 1984. p. 17. de dezembro de 1983.

<sup>285</sup> “Uma farsa para resguardar o regime”.

testemunhas haviam sido pressionadas pela Polícia Federal. Além da confirmação dos falsos testemunhos, verificou-se a produção de provas falsas, como os bilhetes de embarque no ônibus, os únicos que não estavam furados para seu arquivamento.<sup>286</sup> A checagem da lista de passageiros do ônibus, citada na nota oficial, mostrava, no dia e horário indicado, a existência de um só passageiro.<sup>287</sup> Além disto, a foto do documento falso de Francesca era “a reprodução que constava no passaporte autêntico, o que se explicava porque, no momento da falsificação, as crianças não puderam ser fotografadas por já estarem com seus avôs”.<sup>288</sup>

Como se não bastassem as contradições internas da operação diversionista, outro fator complicava, ainda mais, a credibilidade desta versão oficial dos fatos. A “Farsa de Bagé” não combinava com os comunicados oficiais uruguaios, e isto foi fundamental para desqualificar aquela ação de convencimento. Em primeiro lugar, enquanto a versão da ditadura uruguaia afirmava que seus cidadãos penetraram o território oriental de carro, a brasileira informava que fora de ônibus. Em segundo lugar, os comunicados afirmavam que haviam sido detidos em Aceguá, enquanto que os “testemunhos” brasileiros citavam a cidade de Melo, deslocando-se sessenta quilômetros ao sul da fronteira.<sup>289</sup> Finalmente, o maior desencontro entre as versões era em relação às datas do acontecimento. No entanto, a imprecisão desse dado não foi constatada na época, já que os informes uruguaios não especificavam a data da tal “invasão”, enquanto a versão de Bagé estabelecia a “saída espontânea” do casal em 21 de novembro. Porém, em um documento da *Série Establecimientos Militares de Reclusión*, localizado no *Ministerio de Relaciones Exteriores* uruguaio, consta a data de prisão de Universindo Rodríguez Díaz e Lilián Celiberti de Casariego como sendo em 17 de novembro de 1978, portanto, quatro dias antes dos acontecimentos apontados pela “Farsa de Bagé”.<sup>290</sup>

O fato é que tanto as autoridades uruguaias quanto a Polícia Federal e Estadual brasileira, tentavam, por todos os meios, acobertar os envolvidos e obstruir as investigações. Provavelmente, as faltas de maior articulação quanto aos comunicados oficiais pode ser uma demonstração do quanto os envolvidos acreditavam no sucesso do sequestro. Acerca desse tema vale a pena reproduzir um trecho de uma sarcástica crônica de Luis Fernando Veríssimo, publicada no jornal de oposição *Coojournal*, em fevereiro de 1979, sobre o sequestro:

---

<sup>286</sup> FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 97.

<sup>287</sup> Idem, p. 97.

<sup>288</sup> Idem, p. 97.

<sup>289</sup> CUNHA, op. cit., p. 224.

<sup>290</sup> *Serie Establecimientos Militares de Reclusión. Apêndice 2. Establecimiento Militar de Reclusión Nº 1 (Libertad) e Establecimiento de Reclusión Nº 2*. DAA – AMRE.

Novos fatos que vieram à luz a respeito do suposto sequestro dos uruguaios, em Porto Alegre, desmentem todas as versões imaginosas [...]. Foram os uruguaios que sequestraram a polícia! Esta conclusão deverá ser anunciada oficialmente em breve para pôr um fim, de uma vez por todas, ao rumoroso caso. No dia 17 de novembro de 1978 os exilados uruguaios Lilian Casariego e Universindo Rodríguez Dias [sic], acompanhados dos dois filhos menores de Lilian, invadiram o prédio da Secretaria da Segurança do Rio Grande do Sul, subiram até o segundo andar onde funciona o DOPS, e renderam todos os policiais que ali se encontravam. Lilian e Universindo portavam pistolas automáticas, o menino Camilo uma espingarda de dois canos, de fabricação tcheca, e a menina Francesca, com dificuldade, uma metralhadora. Os policiais foram levados para o apartamento da Rua Botafogo. [...] As armas dos policiais estavam descarregadas e todos os seus movimentos eram controlados, da cozinha, pelos uruguaios, que disparariam sem piedade se qualquer um deles tentasse fugir ou alertar os jornalistas. [...] Os uruguaios rumaram para a fronteira com farto material subversivo. Seu objetivo era claro. Depois de envolverem a polícia brasileira, se entregariam às forças de segurança do Uruguai, dando a clara impressão de terem sido sequestrados por estas com a colaboração daquelas e criando um caso internacional que embaraçaria os dois Governos. [...] Eles tentaram entrar de ônibus, por Bagé, segundo relato de testemunhas idôneas, mas foram descobertos a tempo e recambiados para o Brasil. Tentaram, depois, em dois automóveis e então fizeram tanto barulho - buzinando e gritando impropérios contra as autoridades – que a polícia uruguaia se viu obrigada a detê-los. O plano quase deu certo. A Imprensa – metida, como sempre - frustrou a intenção da polícia gaúcha e das forças de segurança do Uruguai de abafarem o caso.<sup>291</sup>

Luis Fernando Veríssimo utilizou trechos das versões oficiais tanto do Uruguai como do Brasil para criar uma terceira, satirizando a posição do DOPS diante dos acontecimentos. A sua “versão”, inusitada e surreal, era uma resposta inteligente e irônica a duas farsas grotescas e mal ensaiadas, produzidas pelos superiores do comando repressivo brasileiro-uruguaio. A crônica do *Coojornal* reflete e sintetiza o grau de indignação, não só da imprensa, como da sociedade gaúcha e brasileira perante o desfecho do sequestro de quatro cidadãos uruguaios em Porto Alegre.

A imprensa, a OAB-RS, a Assembleia Legislativa, o CLAMOR e o MJDH não aceitaram as versões falaciosas disseminadas pelas ditaduras do Cone Sul, e passaram a investigar o caso, produzindo desdobramentos surpreendentes. Porém, enquanto essa luta pela verdade era travada no Brasil e fora dele, Celiberti e Rodríguez enfrentavam a terrível rotina de torturas físicas e psicológicas nos cárceres políticos do Uruguai.

O caso *Lilián-Universindo* é exemplar para explicitar o uso diversionista de informação para confundir ou mentir à população de cada um dos países envolvidos sobre a

---

<sup>291</sup> VERÍSSIMO, Luis Fernando. Espelho meu, quem investiga melhor do que eu? *Coojornal*, Porto Alegre, fevereiro de 1979.

veracidade dos fatos. A prática diversionista e falaciosa das versões oficiais apesar de não ter sido exclusividade da Operação Condor, foi utilizada sistematicamente pela coordenação repressiva multinacional como parte de uma estratégia inserida na guerra de contrainsurgência travada pelas ditaduras da região. Conforme avaliado anteriormente, esse expediente de difusão de versões falsas para incriminar os grupos de esquerda, armados ou não, justificou a escalada repressiva contra tais organizações, fazendo parte da guerra psicológica. Porém, estas versões tinham dificuldades em convencer a opinião pública, apesar da vigência de rigorosa censura em países como Argentina, Chile e Uruguai.

No caso do sequestro de Porto Alegre, as versões oficiais montadas pelos altos escalões das Forças Armadas dos dois países, para obstruir as investigações, tinham pouca eficácia, pois o Brasil passava por uma conjuntura de distensão, e a censura à imprensa havia sido abolida. Isto potencializava a crítica e a atuação de setores da imprensa, ávidos por desmascarar a violência estatal e resgatar histórias silenciadas ou incompletas. Foi neste tipo de cenário que se forjaram, com insucesso, versões que pretendiam deturpar fatos concretos da ação Condor ocorrida em Porto Alegre.

## 2.7 LILIÁN E UNIVERSINDO: PRISIONEIROS POLÍTICOS DA DITADURA URUGUAIA

A tortura massificada foi política de Estado da ditadura uruguaia, tanto nos cárceres políticos como nos quartéis. A diferença é que, enquanto nos presídios a ênfase maior era da tortura psicológica, nos quartéis prevalecia o uso sistemático da tortura física, com plantões, *picana* elétrica, submarinos e *colgamientos*. Essas instalações militares eram os primeiros centros de interrogatório e tortura para onde os sequestrados eram levados. Neles, procurava-se tirar dos prisioneiros políticos o máximo de informação. Quando não tinham mais dados para revelarem, os detidos-sequestrados eram levados ao cárcere tradicional, mas somente após serem processados e condenados pela Justiça Militar. A exceção era a daqueles que, por critérios difíceis de aferir, foram executados e seus cadáveres desaparecidos.

Nas grandes penitenciárias uruguaias, como *Libertad*, *Punta Rieles* e *Punta Carretas*, a rotina de torturas físicas dava lugar a uma sistemática tortura psicológica, uma vez que entre os diversos objetivos da prisão prolongada, principal característica do TDE no Uruguai,

constava a deterioração física e mental dos detentos, por meio de mecanismos cientificamente planejados. Os objetivos da política de detenção massiva e prolongada eram três, segundo o SERPAJ.<sup>292</sup> O primeiro, era o rigoroso confinamento dos presos, no intuito de segregá-los do restante da sociedade, impedindo sua ação de mobilização. O segundo era a aplicação de um tratamento para que os processados pela Justiça Militar não pudessem mais voltar à atividade sociopolítica. O último objetivo consistia na eleição de um efetivo e severo sistema de correção, que amedrontaria a sociedade por inteiro, reduzindo ao silêncio toda demanda por mudanças sociais.<sup>293</sup> Desse modo, a política de encarceramento prolongado não atingia apenas os detidos, mas, também, o conjunto da população, fazendo parte da disseminação da cultura do medo:

A política do sistema carcerário não pretendia restituir os presos em melhores condições à sociedade. Pelo contrário, o intuito era destruí-los mediante sua decomposição moral, a perda da sua identidade psíquica e a eliminação das suas reservas éticas e políticas.<sup>294</sup>

Dentro dessa experiência, cabe mencionar o caso da gaúcha Flávia Schilling, filha do exilado brasileiro Paulo Schilling.<sup>295</sup> Vinculada ao MLN, Flávia Schilling foi ferida em um combate, e detida em novembro de 1972, portanto, antes do golpe de Estado. Acabou permanecendo no cárcere por mais de sete anos, dos quais três deles na condição de refém<sup>296</sup> da ditadura. Sobre a prisão prolongada, Flávia Schilling relatou que:

Naquela perspectiva, na prisão, se o direito de ir e vir, direito humano fundamental, é o primeiro a ser cerceado, vai-se criando todo um sistema de regras de mil proibições e interdições, cada uma com sua punição para retirar ao máximo qualquer autonomia que se possa ter sobre o tempo, o espaço, o corpo, o trabalho, o pensamento.<sup>297</sup>

---

<sup>292</sup> SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia, 1989.

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *As Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 59.

<sup>295</sup> O jornalista Paulo Schilling teve destacada atuação no emblemático semanário de oposição *Marcha*. Permaneceu exilado no Uruguai e na Argentina durante o período militar

<sup>296</sup> A política de reféns foi uma peculiaridade da ditadura uruguaia aplicada contra as principais lideranças do MLN a partir de suas detenções em 1972. Tais reféns, que somavam nove homens e oito mulheres, permaneceram em centros clandestinos de detenção, e, se houvesse qualquer ação armada dos tupamaros, seriam executados. As mulheres foram reintegradas ao presídio de *Punta Rieles* em 1976; já os homens, permaneceram isolados até 1984. BAUMGARTNER, José Luiz; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. *Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 184.

<sup>297</sup> SCHILLING, Flávia. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e*

Apesar de Lilián e Universindo não terem permanecido tanto tempo na prisão, se comparados a outros tantos casos de presos políticos, também puderam constatar e sofrer a duríssima rotina enfrentada pelos chamados “presos de consciência”<sup>298</sup> da ditadura uruguaia. Dos cinco anos que os adultos vítimas do sequestro, em Porto Alegre, estiveram presos, um ano e meio foi no Batalhão de Infantaria Blindada Nº 13, conhecido pelos detentos como “*El Infierno*”.<sup>299</sup> Os outros militantes detidos na Operação *Zapato Roto* também foram levados a esse local, um dos maiores CCD do Uruguai. Lá funcionava a mais importante base operacional do OCOA e do SID. Nele, cada preso político permanecia em pequenas celas individuais, completamente isolado dos demais companheiros, e com as luzes acesas diuturnamente. O tratamento dado aos detidos era extremamente brutal, as represálias eram uma constante, como quando os oficiais responsáveis descobriram que Lilián conseguira contrabandear os bilhetes escritos nos maços de cigarro para sua mãe.<sup>300</sup> Tal ato, considerado inadmissível pelo exército uruguaio, gerou terrível retaliação. Ao ser descoberta, Celiberti pegou mais de um ano na solitária, o que caracterizava, na prática, um estatuto diferenciado entre os presos políticos. Ou seja, constituía uma espécie de prisão dentro da própria prisão:

Lilián estuvo en una celda aislada por 18 meses, sin escuchar radio, leer o conversar con nadie. “Casi me volví loca”, dijo Lilián. En la estrategia de enclausuramiento prolongado, los militares uruguayos crearon las celdas solitarias, llamadas casitas (porque medían, generalmente, 1,80 por 1,50 metros) o islas. Normalmente, el confinamiento en las húmedas, sofocantes y mal olientes casitas duraba de 10 a 90 días.<sup>301</sup>

Entretanto, nem mesmo essas condições desumanas conseguiram destruir Lilián, já que enquanto esteve na solitária tratou de resistir, escrevendo na parede da cela, com uma agulha clandestina, os seguintes versos: “Sorrir, com a alegre tristeza da oliveira esperar, não se cansar de esperar a alegria. Sorríamos, douremos a luz de cada dia. Nesta alegre e triste vaidade de estar vivo”.<sup>302</sup>

Quanto a Universindo, ele lembra que, durante meses, os presos tinham apenas três minutos por dia para ir ao banheiro. Isso fez com que eles usassem uma pequena sacola de

---

*memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3. p. 150.

<sup>298</sup> SERPAJ, 1989, p. 113.

<sup>299</sup> Localizado na *Avenida de Instruções*, 1325 era também conhecido como “300 Carlos” ou “*La Fábrica*.” SERPAJ, op. cit., p. 113.

<sup>300</sup> FERRI, op. cit., p. 230.

<sup>301</sup> MARIANO, Nilson César. *Operación Cóndor*. Terrorismo de Estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998. p. 69

<sup>302</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 61.

nylon para fazer suas necessidades diárias, e nesse curto espaço de tempo tinham, ainda, que lavá-la. Universindo lembra, igualmente, que durante os períodos de represália não havia nenhum atendimento médico ou odontológico, nem visitas ou banhos de sol. As precárias e desumanas condições dos quartéis faziam parte de uma especificidade do TDE uruguaio, que persistia na ideia de continuar a guerra contra o inimigo “subversivo” inclusive dentro dos cárceres. Talvez, por esse motivo, o isolamento absoluto e o terror psicológico eram constantes nos calabouços uruguaiois.

Para Lilián e Universindo, a rotina de torturas físicas e psicológicas só foi interrompida quando organismos internacionais de direitos humanos, como a Cruz Vermelha, fizeram uma visita para verificar as condições carcerárias dos presos políticos.<sup>303</sup> Diante disso, tudo foi preparado para mostrar a falta de veracidade das denúncias feitas no exterior por exilados e organizações de direitos humanos. Assim, os próprios prisioneiros foram obrigados a limpar e desinfetar suas celas imundas e, ameaçados, encenavam satisfação com as “condições razoáveis” de encarceramento. De qualquer forma, foram impedidos de falar qualquer coisa que não fosse seus próprios nomes. Após uma dessas visitas, Lilián e Universindo, algemados e encapuzados, foram transferidos para um novo quartel,<sup>304</sup> antes de serem levados, respectivamente, aos penais de *Punta Rieles* e *Libertad*.

Finalmente, Rodríguez foi transferido para o Estabelecimento Militar de Reclusão Nº 1, conhecido, ironicamente, como *Penal de Libertad*, por ser próximo de uma pequena cidade com o mesmo nome. Já Celiberti foi levada ao Estabelecimento Militar de Reclusão Nº 2, chamado *Punta Rieles*, a penitenciária feminina. Apesar das condições carcerárias continuarem péssimas, a dura rotina da tortura física diminuiu, pois nesses locais era menos frequente que nos quartéis. Além disso, o contato social com outros presos políticos, que os receberam fraternalmente, mudava a condição de isolamento imposta no 13º Batalhão. Com isso, Lilián e Universindo, cada um em seu respectivo cárcere, restabeleceram relações de solidariedade em meio à situação-limite representada pela dura experiência da prisão uruguaia. Além disso, também puderam, apesar do controle do aparato prisional, participar de formas de resistência coletivas às duras condições existentes.

A rotina carcerária no *Penal de Libertad*, mesmo assim, era dura. Universindo comprovou tal realidade. As visitas familiares eram quinzenais, e contatos com os entes

---

<sup>303</sup> Tal visita foi realizada devido às fortes pressões internacionais desencadeadas a partir da campanha pela libertação de Lilián e Universindo no Brasil.

<sup>304</sup> Trata-se do Quartel de Infantaria Nº14 de Pára-Quedistas. Lilián e Universindo permaneceram nesse local por 40 dias.



queridos só eram permitidos na forma de uma fria conversa telefônica de cinco ou dez minutos, totalmente controlada. Um espesso vidro separava o detido da visita.<sup>305</sup> Diante de qualquer assunto que fizesse referência à política, um censor cortava a ligação e suspendia o tempo restante de visita. Os familiares, por sua vez, só entravam descalços, e depois de passarem por uma rigorosa revista. Os livros estavam proibidos. Localizado a 50 quilômetros de Montevideú, *Libertad* “abrigava” quase três mil presos, em um edifício de cinco andares, ordenado de acordo com o grau de “periculosidade” de cada um. A cela de Universindo ficava na ala dos mais perigosos.

Em *Punta Rieles*, Lilián cumpria sua segunda pena e, por isso mesmo, pode reencontrar algumas antigas companheiras.<sup>306</sup> Isso significava, para ela, a possibilidade de retomada de “convivência e luta coletiva”.<sup>307</sup> Para coibir essas ações, os militares remanejavam constantemente as presas de setor. Segundo Celiberti: “Em *Punta Rieles* a comunidade das prisioneiras não se definia por linhas políticas, mas por uma opção: ou enfrentavam este aparelho concretamente ou conviviam com ele”.<sup>308</sup> Lilián fez parte daquelas que resistiram. Porém, o rigor na vigilância, as proibições, a pressão psicológica, bem como o uso de estratégias para gerar cizânia e desconfiança entre as presas, faziam parte constante dessa rotina.

Os relatos das experiências de Lilián e Universindo confirmam o uso dos penais de *Punta Rieles* e *Libertad* dentro de uma sistemática política repressiva para destruir psicologicamente os detentos. Os variados mecanismos coercitivos foram ali aplicados por especialistas psiquiatras e médicos, os quais faziam parte dos quadros e da estrutura da ditadura civil-militar do Uruguai.

Ao saírem do cárcere, em 21 de novembro de 1983, com uma dívida não paga de 90 mil pesos novos uruguaios (cerca de US\$ 2000) pelas despesas em alimentação, vestimenta e alojamento, dos cinco anos de prisão,<sup>309</sup> Celiberti e Rodriguez confirmaram o sequestro e apontaram o delegado Pedro Seelig e o diretor do DOPS, Marco Aurélio da Silva Reis, como os chefes responsáveis pela unidade brasileira que dele participou. Além disso, ratificaram uma denúncia contra o Estado uruguaio, ainda em plena ditadura. Em 1995, Lilián foi indenizada com 28 mil dólares pelo Estado do Rio Grande do Sul,<sup>310</sup> valor que levava em

---

<sup>305</sup> CUNHA, 1979, p. 15

<sup>306</sup> Uma dessas amigas, bastante citada por Lilián no seu livro *Meu quarto, minha cela*, era Ivonne Trías.

<sup>307</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 62.

<sup>308</sup> Idem, p. 86.

<sup>309</sup> No Uruguai, eram os próprios presos que arcavam com os gastos do encarceramento.

<sup>310</sup> MARIANO, op. cit., p. 151.

conta o fato de ter tido seus dois filhos sequestrados e deportados para o Uruguai. Universindo Rodríguez também foi indenizado, porém, com uma soma menor.

Cabe ressaltar que Celiberti não queria exigir indenizações, porém compreendeu que a demanda civil era o único caminho para julgar a ação dos policiais. Mesmo com a imunidade que eles tinham (por causa da vigência da Lei de Anistia), Lilián considerou muito positivo o reconhecimento da responsabilidade civil, uma vez que, ainda nesse momento, os policiais do DOPS seguiam negando sua participação no sequestro.<sup>311</sup> A transcendência política da vitória de Lilián e Universindo, nesta causa indenizatória, estava no inédito reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro frente a um crime de lesa-humanidade praticado sob a cobertura da Operação Condor.

---

<sup>311</sup> Entrevista por e-mail de Lilián Celiberti ao autor, em 28 de agosto de 2011.

### 3 DENÚNCIA, RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NO CASO CELIBERTI-RODRÍGUEZ

*E que no entanto,  
Me traz encantos,  
E um pôr-do-sol lhe traduz em versos.  
De seguir livre muitos caminhos,  
Arando terras, provando vinhos,  
De ter ideias de liberdade  
De ver amor em todas as idades.  
**Horizontes**, Flávio Bicca*

Neste terceiro e último capítulo serão tratados os fatores que determinaram o desfecho do sequestro dos uruguaiois em Porto Alegre. O primeiro e mais importante desdobramento do sequestro de Lilián, seus filhos, e Universindo foi o fato de ter sido testemunhado por jornalistas que denunciaram o crime, valendo-se da liberdade de imprensa que vigorava no Brasil no final de 1978, no governo de distensão política do general Ernesto Geisel.

A grande repercussão que o sequestro dos uruguaiois atingiu, a partir do dia 21 de novembro, com a publicação da notícia em vários jornais, fez com que o próprio governador do Estado do Rio Grande do Sul, Synval Guazelli, se pronunciasse, inicialmente, em favor do esclarecimento dos fatos. Para tanto, declarou, no dia 1º de dezembro de 1978: “Esclarecer o caso é uma questão de honra, tanto para o Governo como para a Nação, e a possível colaboração da polícia gaúcha será examinada por uma sindicância de alto a baixo, do primeiro ao último escalão”.<sup>312</sup>

O simples fato de o primeiro mandatário estadual aceitar a probabilidade de sequestro acendia um fio de esperança nos jornalistas e advogados empenhados na apuração dos eventos, e conseqüentemente, na busca pela justiça, com a punição dos responsáveis. Apesar de ser governador nomeado pela ditadura, Guazzelli era visto pelos militares como pouco confiável, por causa de seu passado. Conforme informações do SNI, seu apelido era *Fidelito*.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 59.

<sup>313</sup> “Em 1956, vice-prefeito de Vacaria. Comunista. Quando estudante era um dos líderes do movimento comunista (...). É comunista atuante (...). Em 1960, convidado pelo primeiro ministro Fidel Castro, seguiu para

Porém, na véspera do Ano Novo, em 27 de dezembro, uma inusitada visita dos generais Samuel Alves Correia (chefe do III Exército) e Paulo Campos Paiva (chefe do Estado Maior) ao Palácio Piratini mudou a postura do governador frente ao ocorrido. Sob a escusa de desejar votos de feliz Ano Novo ao governador, o general Alves Correia, em verdade, estava freando qualquer ímpeto investigativo do governo estadual. Segundo Luiz Cláudio Cunha, o comandante do III Exército teria dito: “Governador, será que o senhor ainda não percebeu que a Revolução de 64 não deve contas a ninguém”?<sup>314</sup> Tal declaração, negada por Guazzelli, evidencia que, por mais que àquela conjuntura de “distensão” permitisse algumas contestações, a última palavra era do comando militar. De certa forma, explicitavam-se os limites da tão propalada “abertura”, como aponta Maria Helena Moreira Alves:

Por este motivo, as medidas de liberalização podem ter superado os planos originais, mas de qualquer modo as políticas do estágio de “distensão” não configuravam grande perigo para o Estado de Segurança Nacional. O período de “distensão” permaneceu nos limites da Doutrina de Segurança Nacional, configurando mais um ciclo de liberalização do que uma efetiva transição para a democracia.<sup>315</sup>

Em março de 1979, com o final do mandato, tanto Guazzelli como Alves Correa foram substituídos, respectivamente, por Amaral de Souza e Antônio Bandeira. Se com a dupla Guazzelli-Alves Correa as investigações foram freadas, com Amaral de Souza no Palácio Piratini, e o general Bandeira no Comando do III Exército, ambos considerados bem mais “duros” que seus predecessores, as possibilidades de se apurar o sequestro dos uruguaios diminuiriam sensivelmente. Nesse sentido, não surpreende que a sindicância administrativa “de alto a baixo”, ordenada por Guazzelli ao Secretário de Segurança Pública, Coronel Rubem Moura Jardim, tenha concluído que “não houve qualquer envolvimento de órgão ou órgãos da Secretaria”.<sup>316</sup>

Por outro lado, a Polícia Federal, incumbida da realização do inquérito, ratificou a “farsa”, arquitetada pelas autoridades uruguaias, de que os quatro cidadãos uruguaios “saíram do país, livremente, usando nome e documentos falsos”.<sup>317</sup> Tanto na esfera da polícia civil

---

Cuba...”. In: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*. O Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 120.

<sup>314</sup> O peso militar mudou os rumos do caso. CADERNO ESPECIAL SEQUESTRO DOS URUGUAIOS 15 ANOS DEPOIS. Porto Alegre: 22 de novembro de 1993. p. 13.

<sup>315</sup> ALVES, op. cit., p. 223.

<sup>316</sup> RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1978. CPI, op. cit., ALERGS.

<sup>317</sup> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. CONCLUSÃO. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1979. CPI, op. cit., ALERGS.

estadual quanto na da polícia federal, ficava cada vez mais claro que “polícia não investiga polícia”, sobretudo em tempos de Segurança Nacional.

A partir desta constatação de que as autoridades responsáveis nada fariam para esclarecer o sequestro, e, mais do que isto, tratariam de obstruir de todas as formas possíveis as investigações, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (OAB/RS), os deputados de oposição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), e até a Justiça Estadual gaúcha trataram de levar adiante o processo, em busca da apuração dos fatos. Foi uma verdadeira batalha contra a cultura do medo que assolava o Brasil desde 1964: diversas ameaças, diretas ou veladas, dos órgãos de repressão foram feitas contra os protagonistas solidários aos cidadãos uruguaios sequestrados em Porto Alegre. Não foram poucas as vezes em que as testemunhas, jornalistas e advogados foram acusados de subversão, e até de terrorismo, como forma de desqualificação da luta legítima pelo esclarecimento do sequestro binacional. Além da decisiva atuação brasileira, também cabe salientar o papel crucial desempenhado pela família de Lilián Celiberti, sobretudo por sua mãe, dona Lilia, imediatamente após o sequestro.

### 3.1. O PAPEL DA FAMÍLIA CELIBERTI

A família Celiberti foi, indubitavelmente, vítima do terror de Estado coordenado sob a cobertura da Operação Condor em Porto Alegre. O trauma do sequestro, da tortura e da ausência de Lilián, presa por cinco anos nos cárceres políticos da ditadura uruguaia, foi irreparável para seus filhos, para ela própria e sua família. Também a pressão exercida pelas Forças Conjuntas uruguaias contra Dona Lilia, configurou o clima de terror psicológico relacionado aos desdobramentos do sequestro de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca.

A particularidade do sequestro dos uruguaios, no marco da coordenação da conexão repressiva no Cone Sul, foi a de que as vítimas sobreviveram, fato incomum se considerarmos o padrão aplicado na Argentina contra os militantes do PVP. Dentre os diversos fatores que possibilitaram tal desfecho, podemos destacar a atuação da família Celiberti, que, apesar de também ser vítima da ação repressiva, conseguiu reagir, no limite das condições possíveis.

De certa forma, na própria ação do sequestro podemos destacar: a astúcia de Lilián,

que soube tirar proveito da falta de maior ajuste na coordenação entre os comandos binacionais, bem como do descompasso repressivo existente entre as ditaduras uruguaia e brasileira; o apelo público dramático e corajoso de dona Lilia Celiberti; a identificação do local de detenção dos quatro uruguaios e dos seus seqüestradores, feita pelo menino Camilo (no caso da criança, algo mais espontâneo do que uma iniciativa consciente). Em tais atos e posturas, podemos constatar a luta dessa família pela vida.

Sendo assim, passamos a salientar o papel da família Celiberti, e como suas ações, combinadas com uma série de outros fatores já mencionados – o clima político existente no Brasil, o papel da imprensa, a falta de maior experiência de atuação conjunta da repressão uruguaia e brasileira em casos Condor –, contribuíram para que o desfecho fosse diferente daqueles produzidos pelas ações contra o PVP no restante do Cone Sul. Vejamos como essa família foi forjada na luta política de resistência às ditaduras a partir da trajetória e atuação de cada um de seus integrantes: a mãe, a avó e as crianças.

### **3.1.1 *La madre***

Lilián Celiberti teve um papel fundamental para salvar a vida de seus filhos, a sua e a de Universindo Rodríguez. Desde o momento de seu sequestro, na estação rodoviária de Porto Alegre, até o primeiro traslado clandestino, a militante do PVP pensou em algum estratagema para voltar ao Brasil, a fim de produzir algum fato que tornasse público o sequestro que estavam sofrendo: sabia que a ditadura brasileira vivia uma conjuntura que, se bem não impossibilitara essa ação, poderia impedir o seu desaparecimento forçado e a apropriação de seus filhos. Essa atitude explícita de tentar gerar um fato novo para voltar a Porto Alegre está descrita no primeiro bilhete clandestino escrito à sua mãe, com agulha no papel aluminizado de maços de cigarros: “*Yo sabía que no podía traicionar pero sabía también que tenía que salvarlos*”.<sup>318</sup>

O drama de consciência vivido por Lilián era típico da luta clandestina e da situação-limite a enfrentar em caso de queda. Se a repressão esperava sequestrar mais quadros, a partir de informações coletadas por meio das torturas, em contrapartida seu papel seria o de enfrentar essa “prova de fogo”, pois, para ela, devia-se resistir sem delatar os companheiros.

---

<sup>318</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa II, 13 de janeiro de 1979.

A estratégia adotada por Celiberti requereu inteligência e muita ousadia, uma vez que os riscos da estratégia dar errada foram enormes. Sobre essa atitude, anos depois, Lilián afirmou que: “me dá ao mesmo tempo medo e satisfação: sou orgulhosa. Tinha prazer com essa espécie de desafio à inteligência, embora, ao mesmo tempo, me expusesse ao perigo”.<sup>319</sup>

Contrariando o *Programa de Recuperación de Reclusas*, da ditadura uruguaia, no qual consta que “*existe un alto porcentaje de reclusas que mantienen estrechos vínculos con sus familiares aunque más por necesidad que por sentimiento*”,<sup>320</sup> Lilián Celiberti demonstrava toda a sua preocupação com a família, bem como seu compromisso com a resistência, como podemos verificar em outro dos seus bilhetes clandestinos:

Es facil decir que nos les pasaría nada a los gurises, pero vivir el llanto de Francesca cuando nos separamos y la tristeza de Cami ya no es tan simple. Pero dentro de todos mi errores (...) yo he buscado defenderme y voy a luchar por mi libertad y la de Yano [Universindo].<sup>321</sup>

A racionalidade política, aliada à sua intuição materna, fez de Lilián Celiberti a principal responsável pelo desfecho peculiar da *Operación Zapato Roto*. Foi ela que, com a tática de voltar por causa de um hipotético contato, conseguiu emitir sinais que permitiram desencadear uma série de mecanismos, culminando com a chegada dos jornalistas ao apartamento, a desmontagem da *ratonera* e a fuga precipitada do comando uruguaio. Porém, a luta de Celiberti não se restringiu ao sequestro propriamente dito, já que ela mesma continuou engajada, mesmo no interior do cárcere de *Punta Rieles*, nas formas cotidianas de resistência e das estratégias de sobrevivência em condições tão adversas, conforme podemos notar no documento secreto do SID, enviado ao Ministro de Relações Exteriores, em 27 de dezembro de 1980:

CELIBERTI ROSAS, Lilián. Se establece que la misma fue procesada y condenada a diez años de reclusión por pertenecer al movimiento terrorista PVP (Partido por la Victoria del Pueblo). Actualmente se encuentra reclusa en EMR N°. 2, habiendo realizado a la fecha en esse lugar, varias manifestaciones de protesta. La misma mantiene perfectas condiciones de salud, y no se encuentra efectuando huelga de hambre.<sup>322</sup>

As várias manifestações de protesto aludidas no documento secreto do SID

<sup>319</sup> CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu Quarto, Minha Cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 32.

<sup>320</sup> *Serie Establecimientos de Reclusión (1976-1981)*. *Programa de Recuperación de Reclusas*. DAA-AMRE.

<sup>321</sup> CELIBERTI, op. cit.

<sup>322</sup> SERVICIO DE INFORMACIÓN Y DEFENSA (SID). Antecedentes solicitados de Lilián Celiberti. 27 dic. 1980. DAA-AMRE.

configuram a importância de Celiberti, mesmo estando privada de liberdade, como demonstra sua percepção da luta que se desenvolvia no Brasil. Sobre isto Lilián disse que:

Sabia claramente que os companheiros do meu partido tinham investido enormes esforços sobre a denúncia de nosso sequestro não apenas por razões de fraternidade revolucionária como também por razões políticas, por esse esforço combinado e gigantesco de aproveitar todos os resquícios para isolar a ditadura. (...) Me sentia identificada com esta luta e achava que uma forma de participar era realizando uma greve de fome para apoiar o trabalho permanente que, principalmente no Brasil, tinha levado tanta solidariedade.<sup>323</sup>

Essa greve de fome referida por Celiberti não foi levada adiante; em realidade, não passou de quatro dias, devido, em parte, a desentendimentos com outras presas (que não aceitavam tal protesto). Também porque nesta ação permaneceu amarrada e tomando soro, em condições intencionalmente desagradáveis.

O fato é que Lilián Celiberti não desistiu de lutar em nenhum momento pelos seus filhos, pelo seu companheiro de partido e pelos seus ideais, pois não conseguia dissociar família de política. Sua condição de mãe corajosa e militante fez com que, diante da mais dramática das situações-limite que teve que enfrentar (o sequestro-desaparecimento), pudesse refletir e agir, revertendo um desfecho que, naquele momento e naquelas condições, parecia irremediável.

### 3.1.2 *La abuela*

A dona de casa de 54 anos, Lilia Terron Rosas Celiberti, não pensou duas vezes em embarcar rumo a Porto Alegre, ao receber um telefonema de sua filha mais velha, Mirtha Celiberti, exilada em Milão, e que havia pertencido ao MLN – Tupamaros. Apesar de não concordar com as atividades políticas desenvolvidas pelas filhas, dona Lilia, que recém tinha retornado da Itália,<sup>324</sup> ouviu seu coração de mãe e avó quando Mirtha lhe contou sobre o desaparecimento de Lilián, partindo na noite de 21 de novembro, dia em que os jornais publicaram a notícia do sequestro. Ao chegar à fronteira, leu na capa do jornal *Zero Hora*: “Casal de exilados uruguaios está desaparecido. DENÚNCIA DE SEQUESTRO É

---

<sup>323</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 66.

<sup>324</sup> FERRI, op. cit., p. 42.



INVESTIGADA”.<sup>325</sup>

Na capital gaúcha, a mãe de Lilián foi até a sede deste jornal em busca de esclarecimentos. O repórter Milton Galdino entrou em contato com o advogado Omar Ferri, que se dirigiu ao jornal. Foi um verdadeiro alvoroço: depois da insistência dos repórteres, ela concedeu uma entrevista coletiva diante de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Em meio a um turbilhão de perguntas, dona Lilia, muito emocionada, fez o seguinte apelo: “*Hago un apelo a las autoridades, al pueblo y todos los que sea. Por mis nietos. Por la vida de mis nietos que me entreguen. Es la única cosa que puede me interesar en esse momento. Me entreguen mis nietos y nada más!*”<sup>326</sup> Após estas palavras, que refletem seu temor por saber o que ocorria com as crianças sequestradas no Cone Sul da Segurança Nacional, começou a chorar compulsivamente. No dia seguinte, os jornais publicaram esse pedido, que causou enorme impacto, pois afinal não se tratava do pedido de uma “subversiva”, mas o de uma avó desesperada, que legitimamente buscava por seus netos desaparecidos.

Portanto, a imprensa gaúcha destacou o fato. No dia 23 de novembro, o *Jornal da Tarde* publicou o drama da avó uruguaia: “Entreguem-me pelo menos os meus netos! Se minha filha cometeu algum delito, se tem algo a pagar, as crianças não têm culpa”.<sup>327</sup> Na mesma data, a *Zero Hora* publicou uma foto de dona Lilia chorando. A repercussão midiática só não foi maior devido à censura nos jornais televisivos. O depoimento da *abuela* sensibilizou a sociedade gaúcha e brasileira, pois, paradoxalmente, o fato em si constituía um atentado contra a família, uma das instituições defendidas como prioridade no discurso da Doutrina de Segurança Nacional.

O clamor sensível e corajoso de dona Lilia Celiberti, tornado público pela imprensa, foi fundamental para sensibilizar a opinião pública, dando outro tom para as manchetes, que até então ignoravam a presença das crianças: “casal que fugiu do Uruguai”,<sup>328</sup> “casal de exilados”,<sup>329</sup> ou “fugitivos uruguaiois”.<sup>330</sup> A partir desse momento, o eixo da denúncia foi deslocado para a situação das crianças, ou seja, os netos buscados desesperadamente pela avó. Entretanto, apesar da gravidade da situação, a Polícia Federal, responsável pelo inquérito, não quis tomar seu depoimento.

A agenda de dona Lilia em Porto Alegre foi intensa. Sempre acompanhada pelo

---

<sup>325</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 nov. 1978, p. 1.

<sup>326</sup> Doc. Especial 30 anos do Sequestro; op. cit.

<sup>327</sup> *Jornal da Tarde*, São Paulo, 23 nov. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

<sup>328</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 nov. 1978, p. 1.

<sup>329</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 nov. 1978, p. 1.

<sup>330</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 22 nov. 1978, p. 1.

advogado Omar Ferri, foi até as sedes dos consulados do Uruguai e da Itália, locais onde não obteve informações nem apoio. Na busca obstinada, chegou a afirmar que: “Se eu não conseguir nada aqui, vou a São Paulo e Brasília. Não vou desistir”.<sup>331</sup>

Dona Lilia desconfiava que sua filha já estivesse no Uruguai.<sup>332</sup> De fato, sua intuição materna estava correta, pois no dia 25 de novembro os militares entregaram Camilo e Francesca à família, reconhecendo a prisão de sua filha e de Universindo. A mãe de Lilián mal pode conter a emoção ao receber a notícia, ainda em Porto Alegre, de que seus netos estavam com o avô Dom Homero, em Montevideú.

A atuação de dona Lilia foi vital na restituição das crianças, que estiveram treze dias na condição de detidas-desaparecidas. A própria Lilián reconheceu isso em um bilhete clandestino: “(...) *és importante lo que hiciste. En parte há ayudado a que todo se sabe y sobretudo los nenés*”.<sup>333</sup> Se a tática de Celiberti teve sucesso ao tornar público o sequestro, foi a pressão exercida por dona Lilia, juntamente com Omar Ferri, a OAB-RS e o MJDH, que evitou que o fato deixasse de repercutir na mídia. Além disso, coube à avó a árdua tarefa de explicar à pequena Francesca o porquê de sua mãe estar presa, e quando iria se reencontrar com ela.

Mesmo após reaver Camilo e Francesca, dona Lilia continuou a batalha pela libertação de sua filha. O fenômeno que lhe aconteceu é semelhante ao caso de muitas *madres* uruguaias e argentinas, que desconheciam ou até discordavam da posição política dos filhos. Porém, diante do sequestro e desaparecimento dos mesmos, se mobilizavam à procura de informações, e, em muitos casos, se aproximando das posições políticas dos filhos. Isto aconteceu com a senhora Celiberti, pois ela se envolveu totalmente no caso de sua filha e dos seus companheiros de organização.

Podemos constatar tal fato na ficha informativa número 12.288, do DOPS-RS, pertencente a Lilia Rosas Terron Celiberti, encontrada nos documentos do serviço de inteligência do Uruguai. Esta ficha talvez seja o único registro do DOPS sobre o sequestro, devido à suposta incineração de seu arquivo em 1982. Esse documento, classificado como confidencial, comprova que, mesmo após a operação conjunta frustrada na capital gaúcha, a cooperação continuou entre os aparatos repressivos dos dois países. As informações constantes demonstram a preocupação do DOPS com a atividade política desenvolvida pela

---

<sup>331</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 nov. 1978, p. central.

<sup>332</sup> *Idem*.

<sup>333</sup> Bilhete clandestino escrito com agulha no papel alumínio de maço de cigarros. 13 de janeiro de 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa II.

mãe de Lilián em Porto Alegre:

10 JUL 80 – INFE – Nessa data, a nominada participou com lideranças opositoras, de manifestação na AL/RS, contra a lei de Estrangeiros, a favor da indicação das “Mães da Plaza de Mayo” para o Prêmio Nobel e, para a libertação de sua filha e Universindo Díaz. Falou sobre a agressão do regime no Uruguai. Disse que acredita no Movimento de Justiça e Direitos Humanos e no Comitê de Assistência à Mulher e nos parlamentares, para que ajudem a libertar sua filha LILIAN e UNIVERSINDO, assim como aconteceu com FLÁVIA SCHILLING. As atividades políticas da mesma contrariam frontalmente o art. 119 da situação jurídica do estrangeiro no Brasil que diz: “o estrangeiro admitido no território brasileiro não pode exercer qualquer atividade de natureza política”.<sup>334</sup>

Após a restituição da guarda dos netos, as atividades políticas de dona Lilia transcenderam a luta pela libertação da filha e de Universindo, e isto preocupava o DOPS. O agradecimento público feito ao MJDH, seu apoio à oposição brasileira, aos parlamentares, e às *Madres de Plaza de Mayo*, corroboraram tal preocupação:

25 NOV 80 – INFE – Unidas pela luta pelos Direitos Humanos, a nominada e MARIA DEL CARMEM [sic.] mantêm diversos contatos com a Igreja e a OAB, parlamentares e entidades de defesa dos Direitos Humanos. Tiveram longa reportagem publicada no Jornal do Brasil; na referida data, e comentaram a justiça no Uruguai, o regime imposto, a situação dos cárceres e dos presos quando não são desaparecidos e comentaram a atuação da advocacia no Uruguai.<sup>335</sup>

O documento aponta a presença de outra companheira de luta, Maria Carmen Almeida de Quinteros, ou simplesmente *Tota*, mãe da professora Elena Quinteros, sequestrada na embaixada da Venezuela, em Montevidéu, em 1976. Elena era amiga de Lilián e sua companheira do PVP. Seus casos coincidiam, já que ambas foram sequestradas em território estrangeiro, pois as Embaixadas são consideradas como soberanias de seus respectivos países. Porém, havia pelo menos duas grandes diferenças entre seus casos. A primeira é que, enquanto o governo da Venezuela rompeu relações com o Uruguai a partir do sequestro de Elena e a agressão ao seu território, o governo brasileiro estreitou relações com o governo uruguaio, agindo de maneira coordenada para o abafamento do sequestro de Lilián. A segunda, e mais trágica, é que Elena Quinteros permanece desaparecida, enquanto Lilián

---

<sup>334</sup> O cabeçalho da ficha classificada como confidencial está incompleto e sem foto, com apenas o nome completo e uma observação com o número da identidade. ROU. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Ficha informativa, 12.288 de Lilia Rosas Teron Celiberti. Bulto 193.

<sup>335</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Ficha informativa, 12.288 de Lilia Rosas Teron Celiberti. Bulto 193.

sobreviveu, após cinco anos de cárcere.

Na época, Tota Quinteros, de sessenta e dois anos, vivia exilada na Suécia, mas seguidamente viajava à América Latina, como presidente da *Asociación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos*, engrossando as fileiras das *madres* no Uruguai, também conhecidas como *Las Viejas*. Junto com Tota, dona Lilia tornou público para o Brasil um fenômeno muito comum na Argentina e no Uruguai, o drama das mães e avós que buscavam filhos e netos desaparecidos pelas ditaduras daqueles países.<sup>336</sup> As *locas* argentinas e as *viejas* uruguaias aproveitaram a conjuntura brasileira, marcada pela aprovação da Anistia, para denunciar a situação dos direitos humanos no Cone Sul.

Devido ao gradativo engajamento político de dona Lilia na causa dos direitos humanos, o terror psicológico passou a ser exercido contra ela e sua família por meio de patrulhas e ameaças veladas ou diretas, para que não colaborasse com os advogados e jornalistas brasileiros que persistiam com as investigações. A intensa espionagem contra ela era binacional, uma vez o seu monitoramento ser realizado tanto em Montevideu como em suas visitas a Porto Alegre, como podemos constatar na ficha informativa do DOPS sobre a juíza Regina Maria Bollick,<sup>337</sup> também encontrada nos documentos de inteligência do Uruguai: “16 JUN 82 – Nessa data e em 17 JUN 82, a nominada hospedou em sua residência (Rua Quintino Bocaiúva, 1241/402), LILIA ROSAS TERRON CELIBERTI e seu neto CAMILO, filho de LILIAN CELIBERTI”.<sup>338</sup>

Efetivamente, durante sua hospedagem no apartamento de Regina Bollick, dona Lilia foi monitorada constantemente, como se pode verificar no seguinte relatório:<sup>339</sup>

A las 15:00 horas, aproximadamente, Lilia salió acompañada de su nieto Camilo, hijo de Lilián, tomando un taxi para el centro de la ciudad. Descendió, en Dr. Flores y “rua” Otavio Rocha. De ali se dirigió a pie, como si estuviera paseando, realizando el siguiente itinerario: Rua Dr. Flores, Av. Voluntarios da Pátria (hasta el Macro y volvieron) Plaza Rui Barbosa, Av. Julio de Castilhos, Plaza 15 de noviembre y entraron en el n° 155 de la calle Uruguay, en el Escritorio de OMAR FERRI (13° piso).<sup>340</sup>

---

<sup>336</sup> Essa situação também ocorria no Brasil com os familiares de mortos e desaparecidos políticos, inclusive sendo anterior aos casos platinos.

<sup>337</sup> Juíza de direito da comarca de Canoas. Foi a primeira mulher nomeada juíza no Rio Grande do Sul.

<sup>338</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Ficha informativa, 12.288 de Lilia Rosas Teron Celiberti. Bulto 193.

<sup>339</sup> ESTADIA DE LILIA CELIBERTI EN PORTO ALEGRE RS 16 E 17 JUN 82. Bulto 193. Folha 6. Serviço de Inteligência do Uruguai. No mesmo documento constam informações desde sua chegada a Porto Alegre, o horário em que isso ocorreu (10:30), o número do ônibus (510), empresa em que viajava (TTL), etc. Pelo detalhamento das informações pode-se inferir a vigilância constante a que foi submetida.

<sup>340</sup> Idem.

No dia 17 de junho seguem os relatos pormenorizados, com todo o itinerário de dona Lilia, Regina e o menino Camilo. Até mesmo os detalhes mais banais, como o local de almoço e passeios por lojas, não escaparam do aparato repressivo binacional. Um encontro dos três com o repórter João Batista Scalco, que aproveitou a ocasião para fotografar Camilo em cima de sua moto, também foi relatado. Tal espionagem sistemática reflete bem a preocupação que as forças repressivas coordenadas tinham acerca dessa “anônima dona de casa em Montevideú, que a ditadura transformou em símbolo de luta pelos direitos humanos”.<sup>341</sup>

### 3.1.3 *Los niños*

Alguns autores tratam do *sequestro dos uruguaios* em Poro Alegre como o *caso Lilián-Universindo*, como já vimos. Contudo, esse termo subtrai equivocadamente outras duas personagens centrais: Camilo e Francesca Casariego Celiberti.

Antes de trazer os filhos ao Brasil, Lilián Celiberti tinha vindo ao país para analisar a conjuntura e avaliar os riscos. A ideia de viver na capital gaúcha até o fim da ditadura no Uruguai foi preponderante para trazer seus filhos. Camilo nasceu em Montevideú, em 06 de dezembro de 1970, e Francesca, no exílio, em Milão, em 11 de agosto de 1975. Ambos foram matriculados na escola maternal *Cisne Branco*, localizada a poucas quadras do apartamento da Rua Botafogo, na Avenida José de Alencar, 747. Lilián chegou a pagar a creche com antecedência nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, mas o último dia de aula acabou sendo, de fato, 10 de novembro: as crianças sequer puderam se despedir dos colegas. Segundo a funcionária da escola, as crianças eram muito queridas entre as demais e, ela, particularmente, havia ficado muito triste com o sequestro de Camilo e Francesca.<sup>342</sup>

Contudo, se a vida no exílio era complicada para os adultos, certamente era uma situação no mínimo estranha para um menino de sete anos e uma menina de três, que, com tão pouca idade, já haviam morado no Uruguai (Camilo), na Itália e no Brasil (ambos). A dificuldade com os idiomas era nítida, pois mal tinham aprendido a se comunicar em italiano, tinham que aprender agora o português. Segundo Cunha, Camilo chamava Lilián de *mamma*,

---

<sup>341</sup> CUNHA, op. cit., p. 329.

<sup>342</sup> Em depoimento dado no documentário *Y Cuando sea Grande*.

ao invés de *mamá*, e falava num esquisito *italianol* (mistura de italiano com espanhol):<sup>343</sup>

Era a vida atribulada e instável de crianças com pais separados e exilados pelos regimes militares que desfaziam casamentos, lares, famílias, partidos e vidas no assombrado Cone Sul do continente. Em Porto Alegre, na ficha de matrícula de Francesca na escola maternal Cisne Branco, a três quadras de distância do apartamento da Rua Botafogo, Lilián resumiu a curta experiência de vida de sua filha. “Sono: agitado”.<sup>344</sup>

Além dessa dificuldade cotidiana, as crianças, sem ter consciência disso, também estavam no “*olho do furacão*” político que eram as ditaduras de Segurança Nacional e sua dinâmica repressiva articulada. Os filhos não tinham responsabilidade sobre a militância política dos pais e acabavam sendo “vítimas passivas” do TDE:

Los hijos de los militantes políticos corrieron los mismos riesgos que sus padres y sufrieron en carne propia la represión y la violencia que se ejerció durante las dictaduras sobre los vínculos familiares. Los hijos de los perseguidos, de los presos, de los exiliados, de los desaparecidos, de los sitiados, los niños nacidos en prisión, los niños robados. Temas que forman parte de la vida de todos los luchadores y pasan como testigos a las siguientes generaciones.<sup>345</sup>

Com isso, Camilo e Francesca vivenciaram a situação-limite de um sequestro seguido de um traslado clandestino com constantes ameaças. No DOPS, Camilo tentou fugir de seus algozes, mas, sem sucesso, ficou na condição de detido-desaparecido, assim como sua irmã, sua mãe e Universindo. O terror só foi amenizado quando eles foram entregues ao avô no dia 25 de novembro de 1978, permanecendo, contudo, sem a presença materna por cinco anos.

A suspensão da operação de sequestro, após a irrupção dos jornalistas no apartamento da Rua Botafogo, fez com que a imprensa, a OAB-RS e o MJDH intensificasse as investigações no intuito de esclarecer a verdade sobre o *caso Celiberti-Rodríguez*. Sendo assim, foi enviada uma comitiva a Montevideu para colher o depoimento do menino Camilo, pois Lilián e Universindo estavam incomunicáveis. Como o menino gostava muito de futebol, e em Porto Alegre havia adotado o Internacional como time do coração, os jornalistas e advogados levaram fotos de alguns jogadores do seu time, entre as quais haviam misturado uma do *Didi Pedalada*. Camilo reconheceu o ex-jogador, que não fazia parte do seu querido colorado. “Didi”, paradoxalmente, havia sido jogador do Inter, mas, naquele momento, atuava

---

<sup>343</sup> CUNHA, op. cit., p. 53.

<sup>344</sup> CUNHA, op. cit., p. 53.

<sup>345</sup> TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores*. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya. Montevideo: Trilce, 2008. p. 8.

na equipe de repressão política do DOPS. Algumas semanas depois, uma comitiva da OAB levou uma foto do delegado Pedro Seelig, que também foi reconhecido pelo menino. Ao ser interpelado pelo experiente advogado Marcus Melzer acerca do local de onde conhecia aquela pessoa da fotografia, Camilo respondeu: “*Fué en mi casa*”!<sup>346</sup> Ironicamente, a foto utilizada no reconhecimento era uma em que Seelig estava dando a outro policial instruções contra sequestros.

Sobre a participação de Seelig no sequestro de Camilo e Francesa, o jornalista José Mitchell disse que o “delegado salvou a vida das crianças”.<sup>347</sup> Segundo ele, durante o sequestro o delegado disse a Lilián que não aconteceria nada aos filhos dela, concordando em que ela batesse na casa de algum vizinho para deixar as crianças. Apesar de esta informação ter sido confirmada por Lilián, ela não percebe isto como um “ato de generosidade”.<sup>348</sup> No “jogo sujo” da repressão, Seelig fazia o “papel de policial bonzinho”, daqueles que, após receber uma informação importante “fazia camaradagens com os presos”.<sup>349</sup> Ou seja, possivelmente o delegado estivesse sendo diplomático com Lilián, pois não queria que ela gritasse e alertasse os vizinhos sobre a situação. Outra hipótese ventilada é a de que o comando brasileiro não sabia da presença de crianças no operativo, e, como a ditadura brasileira vivia um período de distensão, diante do fato consumado podia temer que as consequências fossem negativas para ele.

Além disso, Camilo havia identificado o local onde esteve detido com sua irmã, mãe e amigo: um “*edificio grande, en la ciudad, al frente de un arroyito con dos calles, una de cada lado*”.<sup>350</sup> Esse local descrito pelo menino nada mais era do que a Secretaria de Segurança Pública (Palácio da Polícia) do Rio Grande do Sul, que fica na esquina das avenidas João Pessoa e Ipiranga. A última é uma larga avenida cortada pelo arroio Dilúvio, o *arroyito* identificado por Camilo. No segundo andar desse prédio funcionava o DOPS.

Este é um aspecto considerável que diferencia o sequestro de Porto Alegre, em 1978, com dezenas de outros casos bem sucedidos ocorridos em Buenos Aires, dois anos antes, pela coordenação repressiva Uruguai-Argentina. A diferença fundamental é que, enquanto na capital portenha os grupos de tarefas binacionais utilizavam a oficina Automotores Orletti como centro clandestino de detenção, no qual os perseguidos políticos eram torturados ou *chupados*, para usar um termo da ditadura argentina, no sequestro ocorrido na capital gaúcha

---

<sup>346</sup> FERRI, op. cit., p. 77.

<sup>347</sup> MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS, 2007. p. 124.

<sup>348</sup> Entrevista de Lilián Celiberti concedida ao autor no dia 12 de novembro de 2008.

<sup>349</sup> Eloar Guazelli. *COOJORNAL*, Porto Alegre, abr. 1979, p. 1.

<sup>350</sup> CUNHA, op. cit., p. 107.

o local aonde as vítimas permaneceram foi o segundo andar da Secretaria de Segurança Pública, a sede do DOPS. Ou seja, se na Argentina o local era clandestino, no Brasil era oficial, pois a utilização de centros clandestinos na Argentina era uma das premissas para a impunidade. Tanto que, quando um casal argentino fugiu de Orletti, no final de 1976, o local foi desativado, pois se temia a denúncia de sua existência. No caso brasileiro, a utilização do DOPS demonstra, no mínimo, a certeza da impunidade por parte dos agentes gaúchos, ou ainda, – e essa hipótese não pode ser descartada –, que o comando uruguaio tivesse transmitido aos brasileiros a intenção de executar os cidadãos sequestrados.

Por fim, segundo Camilo quem os prendeu foram agentes brasileiros, mas estavam acompanhados de dois que falavam espanhol. Era a prova da coordenação entre militares uruguaios e policiais gaúchos na ação de sequestro internacional. O esquema repressivo binacional articulado nos mais altos escalões da hierarquia militar brasileira e uruguaia era desmontado pelas informações de Camilo, um menino que, na fragilidade de seus recém-completados oito anos, saía de sua condição de vítima indefesa à testemunha do próprio sequestro. Apesar do seu depoimento, posteriormente, ter sido considerado como não tendo validade jurídica, seu papel foi fundamental nos desdobramentos das investigações.

### 3.2 O PAPEL DA IMPRENSA

A atuação da imprensa no caso foi fundamental para o seu desfecho. Efetivamente, desde o início dos acontecimentos se configurou esse protagonismo. A partir do testemunho dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco (no dia 17 de novembro), e da posterior denúncia (no dia 21), outros jornalistas e agências passaram a cobrir o caso dia-a-dia, pista a pista.

Vale lembrar que, naquele momento, toda a imprensa nacional estava mobilizada na cobertura da eleição para o Congresso Nacional, marcada para o dia 15 daquele mês; era uma eleição aguardada com muita expectativa, pois se previa a vitória da oposição, o que de fato ocorreu. O MDB acabaria obtendo expressiva votação (quase 60 % dos votos), sobretudo nas principais capitais. Desde o fim da censura prévia à imprensa escrita, em junho de 1978, a emblemática vitória da oposição acabou sendo um prato cheio para os jornais, que, depois de



14 anos, viviam, desde abril, o fim da censura prévia.<sup>351</sup>

O sequestro virou pauta em diversos meios de comunicação. Na medida em que se esclareciam os fatos, ele era visto sobre o crivo dos Direitos Humanos e, igualmente, pelo da agressão à soberania nacional. Permitiu, também, que a imprensa brasileira investigasse a comunidade de informações do Brasil e de outros países em plena ditadura civil-militar. Vários repórteres, assumindo o jornalismo investigativo, se empenharam no esclarecimento do crime binacional. Em vista das informações diversionistas apresentadas pelas autoridades uruguaias e brasileiras para encobrir os fatos, a imprensa teve um papel crucial para a desqualificação das mesmas. Nesse sentido, o advogado Omar Ferri foi preciso ao reconhecer que: “a imprensa foi essencial, foi vital em uma luta cotidiana, constante e contínua no sentido de não aceitar as mentirosas versões oficiais e lutar até o fim exigindo em caráter definitivo que a verdade viesse à tona”.<sup>352</sup> A conjuntura de “distensão” e o fim da censura à imprensa contribuíram para a superação do silêncio, instrumento da cultura do medo.

### **3.2.1 Visão uruguaia da imprensa brasileira.**

À época do sequestro, o contraste entre a situação e a atuação da imprensa uruguaia e brasileira era significativo. No Uruguai, a imprensa estava totalmente amordaçada e, fora setores oficialistas, todos os meios de comunicação permitidos estavam sob constante vigilância. Portanto, a informação sobre a violência estatal circulava no país de forma praticamente clandestina. Diante desta situação, são muito elucidativas as palavras do ex-soldado da *Compañia de Contrainformaciones*, Hugo Garcia Rivas, quando fugiu daquele país: “a princípio, no Uruguai, não houve muita preocupação a respeito desse fato [sequestro dos uruguaios], porque se pensou que a imprensa ia ser obrigada a calar-se no Brasil, que nada ia transcender-se”.<sup>353</sup> Ou seja, as autoridades uruguaias tinham a percepção de que o fato seria abafado, como teria ocorrido no Uruguai, impedindo a atuação da imprensa e ameaçando usar alguma medida preventiva mais contundente. Por isso, a grande repercussão que o caso teve na imprensa brasileira surpreendeu o governo uruguaio. A própria Embaixada em

---

<sup>351</sup> Apesar da vitória, o MDB ficou com minoria no Congresso, pelos novos critérios de representatividade impostos pelo “Pacote de Abril” de 1977. BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão. Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 187.

<sup>352</sup> Depoimento de Omar Ferri no documentário *Cone Sul*, op. cit.

<sup>353</sup> VICTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Semente, 1980. p. 47.

Brasília reconhecia que: “*Estamos ante una verdadera campaña propagandística, de lucha crítica contra el actual proceso sócio-político que se desarrolla en el Uruguay*”.<sup>354</sup>

Conforme a documentação oficial do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, “*la campaña periodística, impulsada fundamentalmente por la Asociación de Prensa, la Orden dos Abogados de Brasil y los Comités de Amnistía con el apoyo de líderes de la oposición*”<sup>355</sup> estava sendo utilizada para desestabilizar o governo uruguaio e, indiretamente, o governo brasileiro. Para o Embaixador uruguaio, general Eduardo Zubía, estava ocorrendo uma “*campaña muy intensa*”, através da denúncia de um “*supuesto secuestro*”, gerando críticas constantes e diretas ao governo uruguaio, mas também atingindo às autoridades brasileiras. Cabe mencionar que a correspondência da Embaixada ao governo uruguaio era acompanhada de recortes de jornais e revistas brasileiros; o teor de tais matérias surpreendia as autoridades uruguaias, pois não haviam avaliado corretamente o significado da existência de liberdade de imprensa no Brasil.

O Embaixador uruguaio acrescentaria, ainda: “*estos artículos publicados diariamente, obedecen a una consigna del periodismo de izquierda del Brasil de mantener permanentemente la campaña contra el Uruguay, en primer plana*”.<sup>356</sup> Em sua percepção, a imprensa brasileira que denunciava o sequestro e exigia explicações formava parte, em última instância, da campanha “subversiva” e “conspirativa” para desestabilizar a ditadura em seu país. A preocupação chegou ao ponto de que exemplares do jornal *Folha da Tarde* chegaram a ser apreendidos em território uruguaio, para que não chegassem às mãos de leitores daquele país.

A campanha em favor dos uruguaios sequestrados em Porto Alegre impulsionada pela imprensa teve adesão, inclusive, de veículos de comunicação que outrora apoiaram o golpe de Estado no Brasil, em 1964. Notas confidenciais enviadas ao Ministério de Relações Exteriores pela Embaixada uruguaia em Brasília, em dezembro de 1978, confirmam tal perplexidade: “*La Prensa brasileña en general tolera la infiltración de izquierda que se ha producido en su estructura y llama aun la atención que Diarios conservadores dan amplia acogida a las*

---

<sup>354</sup> EMBAJADA DEL URUGUAY. BRASÍLIA – DF. Sector de asuntos políticos. 4/78-1174. EMZ/gobr. Asunto: recortes periodísticos referentes al caso Flavia Schilling, sobre prisiones de sediciosos en el Uruguay y tambien analisis de la situación uruguaya. 46. Brasília, 11 dic. 1978. Notas confidenciais enviadas. Caixa 12. Carpeta 3. Folha 1. AHD-MRE

<sup>355</sup> Idem, Folha 1. Esses importantes documentos, recentemente desclassificados, tratam basicamente da correspondência oficial do embaixador uruguaio no Brasil, general Eduardo M. Zubía para o Ministro de Relações Exteriores, embaixador Adolfo Folle Martinez.

<sup>356</sup> Idem, Folha 1.

*plumas de hombres notoriamente izquierdistas*”.<sup>357</sup>

Esta constatação, feita pela diplomacia uruguaia, também pode ser encontrada nos relatórios do SNI, divulgados por Luiz Cláudio Cunha, sobre os jornais e jornalistas brasileiros no ano do sequestro. Ou seja, a imprensa brasileira era vista como se estivesse infiltrada por agentes comunistas que destravavam o governo nacional. Nesse sentido, citamos, como exemplo, o trecho sobre a *Zero Hora*:

Jornal de grande circulação no estado. Em seu editorial posiciona-se, geralmente, favorável ao governo Federal. Porém, no seu todo o jornal dá mais destaque para a oposição e para qualquer assunto ou movimento contrário ao governo e ao Regime Político atual.<sup>358</sup>

Sobre o diretor-presidente do grupo RBS, Mauricio Sirotsky, o Serviço brasileiro relata que:

(...) elemento de grande influência nos órgãos de imprensa (...) apesar de manter linha editorial favorável ao governo, o nominado mantém grande número de jornalistas de oposição ao Regime, tornando a ZH um veículo desfavorável ao governo, onde predominam os artigos em apoio a grupos e/ou movimentos de oposição (...)<sup>359</sup>

Outro exemplo emblemático, também referido no livro de Cunha, foi a tentativa do general Justino Alves Bastos de persuadir o dono da empresa de comunicações Caldas Junior a demitir o radialista Lauro Hagemann, comunista confesso, ex-locutor da rede da Legalidade. O empresário Breno Caldas não aceitou a pressão do militar.<sup>360</sup>

Além dessa nova conjuntura produzida pela política de distensão do governo Geisel, em que a cobertura do *caso Celiberti-Rodríguez* seria um divisor de águas para a imprensa brasileira, também havia o caráter da violação da soberania nacional. Este fator, diante da desinformação estatal e do caráter encoberto da ação, provocaria, inclusive, a manifestação de setores conservadores da imprensa, pois a soberania era um preceito básico, inclusive da DSN. Esse é o caso, por exemplo, de Rogério Mendelski, que em artigo publicado na *Folha da Manhã*, intitulado *Que Deus proteja os uruguaios*, perguntava indignado: “Quem permitiu a entrada de agentes estrangeiros do Uruguai? Como entraram, como sequestraram essa

---

<sup>357</sup> Idem, Folha 2.

<sup>358</sup> CUNHA, op. cit., p. 289.

<sup>359</sup> Idem, p. 292.

<sup>360</sup> Idem, p. 276.

família uruguaia sob total impunidade”)?<sup>361</sup>

De qualquer forma, esse “jornalismo de esquerda”, segundo preconizava a diplomacia uruguaia, também teve tropeços e vacilações na cobertura do caso. Isto não deve ser negligenciado, uma vez expor a ambiguidade de veículos tradicionais e conservadores, sobretudo do Sul, na publicação e informações, como as revelações feitas pelo menino Camilo quanto ao envolvimento do DOPS gaúcho e do delegado Pedro Seelig.

Segundo Cunha, no dia 29 de novembro a *Zero Hora* havia comprado com exclusividade para a região sul, da Agência Coojornal, a reportagem da identificação do prédio da SSP feita por Camilo. Porém, não publicou a matéria no dia seguinte, ao contrário do que fizeram no centro do país a *Folha de São Paulo* e o *Jornal de Brasília*.<sup>362</sup> A notícia só foi divulgada no dia 1º de dezembro, deixando que o ônus da responsabilidade pela sua publicação, caso houvesse, ficasse com aqueles jornais. Segundo Luiz Cláudio Cunha:

O editor-chefe do jornal, Carlos Fehlberg, até quatro anos antes secretário de Imprensa do Palácio do Planalto no governo Médici, deve ter achado aquele fardo pesado demais para carregar sozinho. (...) Carlos Fehlberg era repórter experiente e um calejado editor político. (...) Diante do sequestro, porém, ele capengava como um iniciante<sup>363</sup>.

Em 12 de dezembro de 1978, um mês após o sequestro, ocorreu novo tropeço, quando os jornais gaúchos “reagiram com exagerada cautela à acusação contra o temido Seelig”.<sup>364</sup> Nem a *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã*, *Correio do Povo* e *Zero Hora* publicaram a acusação do jurista francês Jean-Louis Weil, do *Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistia del Uruguay* (SIJAU), na qual disse que o delegado Pedro Seelig estava envolvido no sequestro. Estas ressalvas são importantes, porque, quando falamos que a imprensa teve um papel fundamental para o desfecho do sequestro dos uruguaios, não podemos esquecer essas vacilações, que denotam a autocensura, o conservadorismo de alguns jornais e a complexidade de uma conjuntura ainda pouco estável quanto à liberdade de imprensa. A “nova” liberdade de imprensa tinha um alcance limitado.

---

<sup>361</sup> Que Deus proteja os uruguaios. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 28 nov. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

<sup>362</sup> CUNHA, op. cit., p. 150-151.

<sup>363</sup> Idem, p. 150-151.

<sup>364</sup> Idem, p. 149.

### 3.2.2 Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco: jornalistas e protagonistas.

Os protagonismos dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco para a denúncia e elucidação do sequestro são um fato inegável. Além de testemunhas oculares do crime na rua Botafogo, eles passaram a apurar o caso, travando uma verdadeira batalha com as forças repressivas do Rio Grande do Sul, diante da falta de informação oficial plausível. Os papéis se inverteram, na medida em que, de testemunhas, viraram investigadores, e, por vezes, eram vistos como réus pelas autoridades policiais.

Sobre Luiz Cláudio Cunha, o jornalista Nilson César Mariano escreveu que: “Teve uma pistola apontada contra a cabeça, mas não se intimidou. Produziu reportagens memoráveis para a revista *Veja*, que desnudaram as conexões entre as ditaduras e salvaram Universindo, Lilián e os dois filhos pequenos dela, Camilo e Francesca”.<sup>365</sup>

Questionado por Mariano sobre o motivo que o levava a conferir a informação contida naquele telefonema anônimo, origem de tudo, Luiz Cláudio Cunha respondeu: “Nenhum motivo especial. Apenas aquele tique de repórter que nos impele a checar qualquer informação mesmo sabendo que nove entre dez telefonemas desse tipo não rendem nada”.<sup>366</sup> No entanto, essa checagem de informação salvou quatro cidadãos uruguaios que, possivelmente, seriam desaparecidos (no caso dos adultos) ou apropriados (no caso das crianças). Em termos jornalísticos, esse telefonema “rendeu uma pistola na cara (apontada por Irno) – e a reportagem que todos conhecem”.<sup>367</sup> Também proporcionou para a dupla o prêmio Esso de jornalismo, de 1979, principal reconhecimento da área. Entretanto, a decisão de publicar a matéria não foi nada fácil, uma vez que, apesar de um relativo clima de distensão, ainda persistia o medo.

Cunha passou aquele fim de semana (18 e 19 de novembro) em permanente aflição; não era para menos, pois o jornalista havia tido contato anteriormente com Universindo e Lilián, quando estes se apresentaram com os pseudônimos de Miguel e María. Os policiais presentes no apartamento da Rua Botafogo tinham anotado o seu nome e o de Scalco. Apesar dos indícios, Cunha não tinha a clara percepção do que realmente havia acontecido naquele

---

<sup>365</sup> O repórter que viu o Condor. Entrevista de Luiz Cláudio Cunha concedida a Nilson César Mariano. Caderno Cultura. *Zero Hora*, Porto Alegre, 1 nov. 2008, p. 4.

<sup>366</sup> Idem, p. 4.

<sup>367</sup> Idem, p. 4.

dia 17 de novembro. Contudo, ao ver que nenhuma nota foi emitida pela polícia acerca de estrangeiros ilegais no país (explicação que lhe havia sido dada para justificar a situação no apartamento), Luiz Cláudio e Scalco foram até a polícia para solicitar informações sobre o estranho caso no bairro Menino Deus. Isso ocorreu na segunda-feira, dia 20 de novembro, quando os jornalistas foram até a SSP. O porta-voz da Secretaria, major João Barcelos, depois de ouvir o relato de Cunha questionou se o mesmo não havia sonhado.<sup>368</sup> Após esse comentário um tanto quanto irônico, o major ligou para a Divisão Central de Informações (DCI), e, sem comentar o que ouviu do outro lado da linha, disse que não havia sido trabalho daquela Secretaria.

Diante da negativa da polícia estadual, Cunha foi até a Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, procurando o coordenador, Edgar Fuques, que aparentou nada saber; após um par de telefonemas, lhe disse que a PF desconhecia o assunto. O fato de neste local nem sequer terem tomado por escrito o seu depoimento, chamou a atenção do jornalista, pois: “tudo parecia natural, estranhamente natural”. Foi quando Cunha começou a perceber a gravidade dos fatos:

A negativa do major e do delegado mostrava que era uma coisa muito pior, muito mais grave. Ficava cada vez mais claro que, de forma acidental, eu havia interrompido uma operação suja, ilegal, clandestina. Mas, afinal, o que era tudo aquilo? O que é que eu tinha testemunhado? (...) Sequestro!... Sequestro!... SEQUESTRO! (...) Claro, era isso, só podia ser isso. Sequestro, puxa vida.<sup>369</sup>

A partir desta constatação, o jornalista passou a escrever de maneira ainda mais contundente. Após a matéria sair na edição da *Veja*, do dia 29 de novembro, sob a manchete *Onde estarão?*, Cunha e Scalco passaram a procurar pistas sobre os sequestradores. Na edição do dia 27 de dezembro, a matéria intitulada *Surge o primeiro nome*, trazia a identificação de um dos agentes do DOPS envolvido no sequestro, Didi Pedalada. Isto não foi nada fácil. Antes de publicar a matéria com essa notícia, os jornalistas foram até São Paulo para obter o aval do diretor de redação da *Veja*, José Roberto Guzzo, que garantiu o apoio em nome da revista.<sup>370</sup>

Tal identificação teve um papel fundamental na denúncia do sequestro da Rua Botafogo; mas o curioso é que a mesma foi obra do acaso. O fotógrafo que geralmente cobria

---

<sup>368</sup> CUNHA, op. cit., p. 47.

<sup>369</sup> CUNHA, op. cit., p. 49.

<sup>370</sup> Idem, p. 167.

as matérias de Luiz Cláudio era Ricardo Chaves, mais conhecido como Kadão que não estava<sup>371</sup>. Na ausência de Kadão, Cunha chamou o fotógrafo esportivo, João Batista Scalco, da revista *Placar*, também pertencente à Editora Abril.

Segundo o diretor de redação da revista *Placar*, Juca Kfourri, Scalco era “o mais brilhante fotógrafo de esportes da história do jornalismo brasileiro”.<sup>372</sup> Aos 27 anos de idade, “J.B.”, como era chamado pelos colegas, havia se notabilizado com suas fotos, sobretudo do Sport Club Internacional, que vivia seu auge nacional naquela segunda metade dos anos 1970.<sup>373</sup> Foi Scalco quem reconheceu Didi Pedalada; sua memória fotográfica fez com que o repórter lembrasse o rosto daquele jogador de futebol que fotografara no antigo Estádio dos Eucaliptos. “Didi Pedalada” havia jogado no Inter, no final da década de 1960.<sup>374</sup> Apesar de estar mais gordo e com o cabelo diferente, havia sido ele o agente do DOPS que lhe apontara uma pistola 45 no rosto, no apartamento dos uruguaios. O agora escrivão Orandir Portassi Lucas, o popular Didi, acabou sendo identificado por J.B. Scalco.

O reconhecimento de Scalco, fortuitamente envolvido no caso, foi fundamental, pois trazia a investigação jornalística para o interior do apartamento 110, da Rua Botafogo. A partir deste inusitado fato, Cunha e Scalco passaram, por meses a fio, tentando “contornar barreiras e armadilhas plantadas por policiais solidários com os colegas criminosos”.<sup>375</sup>

Sobre o envolvimento de Didi, a Secretaria de Segurança Pública, em nota oficial, em cujo cabeçalho constava a inscrição, “Coopere com os órgãos policiais é tempo de Rio Grande”, dizia que:

Em face do que está sendo veiculado pelos órgãos de divulgação, sobre a possível participação do policial ORANDIR PORTASSI LUCAS, conhecido nos meios esportivos como DIDI PEDALADA, no desaparecimento, em Porto Alegre, de uma senhora uruguaia, com seus dois filhos menores, e um cidadão uruguaio que reapareceram no País vizinho, os menores com os seus avós e os adultos detidos pela Polícia uruguaia, fato esse já do conhecimento público pelo comunicado oficial do Governo daquele País, temos a informar que, conforme a determinação de S. Ex<sup>a</sup>. Sr. Governador do Estado, as investigações internas nessa SSP prosseguem normalmente.

Obviamente que elas estão sendo conduzidas com a máxima cautela e com o indispensável sigilo, a fim de que não prejudiquem o inquérito de responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal, porquanto esse caso tem muitas implicações políticas e ideológicas,

---

<sup>371</sup> No dia do telefonema anônimo à sucursal gaúcha da *Veja*, Kadão estava no litoral para fotografar o recém-eleito deputado Pedro Simon, do MDB.

<sup>372</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>373</sup> O Internacional foi tricampeão brasileiro em 1975, 1976 e 1979.

<sup>374</sup> O delegado Pedro Seelig era torcedor fanático do Inter e havia convidado o ex-atleta para trabalhar no DOPS.

<sup>375</sup> Surge o quinto homem. *Veja*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1980.

envolvendo conhecidos elementos ligados à subversão internacional que estão agindo clandestinamente no Brasil.

Como é de conhecimento público, foi instaurado um inquérito policial a respeito pela Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, órgão do qual está afeta a apuração da alegada ocorrência. Temos mantido constantes contatos com aquela Superintendência e estamos sempre à sua disposição para qualquer cooperação que nos for possível.

Das investigações já procedidas, reafirmamos que nenhum órgão desta SSP teve qualquer participação nesta ocorrência. O policial ORANDIR, inclusive, está prestando serviço na Escola de Polícia, desde 14 de setembro do corrente ano. O servidor em apreço já foi ouvido pela Superintendência dos Serviços Policiais, nada tendo sido apurado até agora como atuação irregular do mesmo.

Porto Alegre, 26 de dezembro de 1978.

Ruben Moura Jardim

Secretario de Segurança Pública/RS<sup>376</sup>

Portanto, a SSP/RS, além de negar o envolvimento do escrivão Didi Pedalada, ainda identificava as vítimas como “elementos ligados à subversão internacional”. O fato de a polícia investigar a própria polícia caiu em descrédito, levando o deputado do MDB Carlos Augusto de Souza a enviar uma correspondência ao governador Guazzelli, afirmando que: “Os repórteres da revista Veja, Sr. Governador, fizeram o que a polícia não fez: deram-lhe o nome, o retrato e matrícula [11932953] de um dos agentes do crime”.<sup>377</sup>

Cunha e Scalco passaram à condição de investigadores devido à negligência das autoridades policiais, que, por sua vez, tentaram inverter novamente os papéis, investigando os antecedentes dos jornalistas na tentativa de incriminá-los, vinculando-os com a “subversão”. Isto, inclusive, foi transmitido ao governo uruguaio, como consta no citado relatório sobre a estadia de dona Lilia em Porto Alegre, em junho de 1982. Por exemplo, sobre J.B. Scalco, que os espões do DOPS flagraram tirando uma foto de Camilo em cima de uma moto, a ditadura uruguaia dizia ser: “*fotógrafo de la revista VEJA tuvo un papel predominante en la denuncia de funcionarios policiales en el caso “LILIAN-UNIVERSINDO”. Ligado a subversivos y terroristas internacionales*”.<sup>378</sup>

A ditadura civil-militar uruguaia o caracterizava com o mesmo exagero com o qual classificava o jornal *Zero Hora*, como sendo de “*extrema izquierda*”:<sup>379</sup> uma testemunha

---

<sup>376</sup> GABINETE DO SECRETARIO DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS - SSP/RS. Nota oficial. Porto Alegre, 26 de dezembro de 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa II.

<sup>377</sup> RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Correspondência do deputado Carlos Augusto de Souza ao governador do Estado. Porto Alegre, 26 de dezembro de 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa II.

<sup>378</sup> ESTADIA DE LILIA CELIBERTI EN PORTO ALEGRE RS 16 E 17 JUN 82. Bulto 193. Folha 6. Serviço de Inteligência do Uruguai.

<sup>379</sup> Idem.



involuntária do sequestro era um repórter subversivo, ligado ao terrorismo internacional.

Outra identificação atribuída à dupla de jornalistas/testemunhas, que contou com o auxílio de Kadão e outros colegas, foi a do segundo homem presente no apartamento da Rua Botafogo. Aquele homem de bigodes, que apontou a pistola também de calibre 45, porém cromada, contra o rosto de Luiz Cláudio. O “chefe de bigode” era o inspetor João Augusto da Rosa, aliás, *Irno*. Porém, quando os fatos ganharam notoriedade, *Irno* modificou totalmente a sua aparência, raspando todo o cabelo, tirando o bigode e utilizando óculos de aros grossos para não ser identificado, na tentativa de tirar a credibilidade das testemunhas. Além desse embuste, o advogado do inspetor apresentou uma carteira de identidade (e a foto correspondente) emitida quatro meses após o sequestro terem ocorrido. Tal engodo foi desmantelado quando a promotoria conseguiu, enfim, uma foto de João Augusto da Rosa datada de janeiro de 1978, ano do sequestro, dos próprios arquivos policiais: nela, Irno estava com a mesma fisionomia com que ameaçou os jornalistas no dia 17 de novembro, com cabelos e bigodes fartos.<sup>380</sup>

Em 1993, quinze anos após a ocorrência do *caso Celiberti-Rodríguez*, Cunha publicou um caderno especial no jornal *Zero Hora* cujo título era *15 anos do sequestro dos uruguaios. O fim dos segredos*.<sup>381</sup> Dentre várias informações importantes, destacava-se a apresentação de uma nova testemunha, um funcionário da Estação Rodoviária de Porto Alegre que havia presenciado o sequestro de Lilián Celiberti na manhã do dia 12 de novembro de 1978. O ex-bilheteiro e auxiliar de vendas da TTL (companhia de transporte que fazia o trajeto internacional São Paulo - Porto Alegre - Montevideú), Adélio Dias de Souza, presenciou o momento em que o delegado Seelig e mais alguns policiais detiveram a jovem em frente ao Box 50, da ala internacional da Rodoviária, local no qual estacionavam os ônibus que faziam este percurso. A testemunha que faltava para a condenação do delegado Seelig foi localizada, na época, por Cunha, porém nem com o oferecimento de proteção, por parte do promotor,

---

<sup>380</sup> Sobre esse episódio cabe um parêntese para dizer que o policial João Augusto da Rosa processou o jornalista Luiz Cláudio Cunha por danos morais em 2009, 31 anos após o caso. Segundo o ex-agente do DOPS, o jornalista teria ridicularizado-o através de uma série de fotografias que mostravam a “metamorfose de Irno”. Com o crucial testemunho de Lilián Celiberti, vítima do sequestro, que identificou o ex-inspetor como um de seus sequestradores em 1978, Cunha foi absolvido. Esse recente processo, além de trazer à pauta novamente o sequestro, reeditava a série de inversões de papéis que foram constantes naquela conjuntura de final da década de 1970 e início dos anos 1980. Ao exemplo do passado de farsas, o sequestrador havia virado vítima, a vítima tornara-se testemunha, e a testemunha, réu. Tal fato comprova a dificuldade presente, em países que, como o Brasil, optaram por silenciar e esquecer seu passado recente, gerando ignorância sobre sua história e distorções quanto à veracidade dos fatos, responsabilidades jurídicas e possibilidades de punir crimes considerados de lesa-humanidade, como os cometidos pela Operação Condor.

<sup>381</sup> Além deste caderno especial, o jornalista lançou o documentário *O Sequestro dos Uruguaios: 15 anos depois*. Direção: João Guilherme Reis. Reportagem, roteiro e apresentação: Luiz Cláudio Cunha. Porto Alegre: RBS TV, 21 de novembro de 1993. Vídeo (56 minutos).

quis depor. Naquela ocasião, Adélio teria questionado: “Proteção contra o DOPS, doutor?”<sup>382</sup> O medo justificado do ex-bilheteiro impediu, talvez, a condenação do “Fleury dos Pampas”, mas não evitou o conhecimento dos fatos, apesar da falta de uma testemunha brasileira.

A exemplar participação de Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, que involuntariamente testemunharam o crime binacional, rendeu a investigação, denúncia e identificação dos dois agentes repressivos brasileiros envolvidos no sequestro. Sua corajosa atuação, juntamente com alguns de seus pares, contribuiu, sobremaneira, para a salvação das vítimas, bem como serviu como divisor de águas para a imprensa brasileira, em plena ditadura civil-militar. Pela primeira vez, a intocável estrutura repressiva da comunidade de informações era escancarada e investigada pela imprensa.

### 3.3 A ATUAÇÃO DE OMAR FERRI E DA OAB-RS

Assim como a participação da imprensa, o papel desempenhado por Omar Ferri e pela OAB-RS na defesa de Lilián e Universindo marca uma abissal discrepância com relação aos seus pares uruguaios que “defendiam” presos políticos naquele período. No momento em que foi *blanqueada* a detenção ilegal de Lilián e Universindo no Uruguai, os mesmos tiveram “direito” a um advogado de defesa, enquanto eram processados com atas forjadas pela Justiça Militar. A desastrosa atuação do defensor uruaio de Universindo Rodríguez, Dr. Perea, confirma a enorme diferença e possibilidade de atuação da advocacia brasileira no mesmo período, conforme matéria do Jornal do Brasil:

Depois de procurar o advogado da filha, Dona Lilia foi ao defensor de Universindo Díaz, o Dr. Perea, que lhe informou: “O fiscal pediu 10 anos para ele.” – Mas Dr. Perea, 10 anos não são demais? –perguntou.

– Se o fiscal pediu 10 anos, é porque estudou o caso e sabe perfeitamente o que está fazendo.

Aturdida com a resposta insólita, (...) ela mostrou os mesmos recortes de jornal, onde o soldado Hugo Valter Garcia Rivas, (...) confessava participação no sequestro. O advogado examinou os recortes e concluiu: “Isto só serve para processar o soldado.” A nova surpresa de Dona Lilia ainda não se esgotara quando o advogado tomou-lhe os papéis, dizendo que

---

<sup>382</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. A farsa desvendada. A testemunha que enfim falou. Depois de 15 anos um ex-bilheteiro denuncia e incrimina Pedro Seelig. *Zero Hora*, Caderno Especial, Porto Alegre, 22 nov. 1993.

não os devolveria “por conter material proibido”.<sup>383</sup>

Se isto ocorria em um Uruguai ainda muito “fechado”, a situação brasileira mostrava outra dinâmica. Aproveitando-se da conjuntura de distensão política, “a legitimidade e a independência da OAB permitiram-lhe questionar as pretensões de legitimação do Estado de Segurança Nacional e a validade do quadro de legalidade criado pelo exclusivo poder do Executivo”.<sup>384</sup>

O advogado Omar Ferri desempenhou um papel crucial para a denúncia e esclarecimento sobre o *caso Lilián-Universindo*. Seu envolvimento começou a partir de um telefonema da jornalista inglesa Jan Rocha, correspondente da BBC de Londres no Brasil. Vinculada à organização dos direitos humanos CLAMOR, entrou em contato no mesmo dia em que Luiz Cláudio Cunha recebera a chamada anônima de Hugo Cores.<sup>385</sup> Entretanto, o advogado chegou ao local cerca de cinco horas depois do desmonte da *ratonera*, devido à inesperada chegada dos jornalistas. Não encontrando ninguém, Ferri redigiu um pequeno bilhete com seus dados pessoais, colocando-o sob a porta do apartamento 110: “D<sup>a</sup> Lilian. Necessito comunicar-me com a senhora. Meu telefone 495385 (Gal. Rondon, 396, Tristeza). Meu nome é Omar Ferri. Grato. 17. 11.78”.<sup>386</sup>

Nesta primeira ida, na noite de sexta-feira, o zelador do prédio informou que achava que haviam ido passar o fim de semana fora. O advogado retornou ao local no sábado e no domingo, mas não encontrou ninguém.<sup>387</sup>

Na segunda-feira, (20 de novembro), depois de ter participado do julgamento do cliente Delaro Severino (por coincidência irmão da escritã da policia Faustina Elenira Severino, que, oito dias antes, havia tomado conta dos filhos de Lilián na sede do DOPS), Omar Ferri foi procurado pelos jornalistas José Mitchell (*Jornal do Brasil*) e Erni Quaresma (*O Globo*). Buscando informações<sup>388</sup> sobre o ocorrido, os jornalistas portavam, dentre outros documentos, o bilhete deixado por Omar Ferri no apartamento dos uruguaios na Rua Botafogo.

---

<sup>383</sup> Uruguai pune com calabouço o protesto de fome de Lilian. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1980. Correspondencia da Embaixada do Uruguai. Sector de Asuntos Politicos. Assunto: Rem. Informaciones de prensa referentes al supuesto secuestro en Porto Alegre. Brasília, 28 de novembro de 1980. 4/80-1188AC/mca. Carpeta II. Caixa. 26. Supuesto secuestro POA. AHD-AMRE (UY).

<sup>384</sup> ALVES, op. cit., p. 212.

<sup>385</sup> Em seu livro *Sequestro no Cone Sul*, de 1981, Ferri aponta o advogado Luis Eduardo Greenhghal para não expor a jornalista, na época.

<sup>386</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa 1. Dezembro de 1978.

<sup>387</sup> FERRI, op. cit. p. 38.

<sup>388</sup> Idem, p. 38.

No dia seguinte, 21 de novembro, a notícia sobre o sequestro fez com que Ferri voltasse ao local do crime, quando verificou que o apartamento estava totalmente desordenado.<sup>389</sup> A mulher do proprietário do imóvel informou que um homem desconhecido entregara as chaves e um bilhete, supostamente escrito por Lilián, no dia 20 de novembro. Tal bilhete era falso, conforme as investigações comprovaram posteriormente. No mesmo constava: “(...) me disculpe no poder entregar las llaves personalmente, debo salir de viaje un poco apresurada. A la vuelta del mismo hablaré con Ud. para darle las explicaciones del caso. Att Lilián Elvira Celiberti”.<sup>390</sup>

A partir daquele momento, Omar Ferri cobrou esclarecimentos das autoridades por meio de duas representações enviadas ao Chefe dos Serviços de Polícia Marítima e Aérea de Fronteiras e à Delegacia de Atentados à Pessoa. Além disso, registrou denúncias na Polícia Federal e na Polícia Estadual. As autoridades negaram qualquer envolvimento, e, no caso da PF, o fato foi minimizado, dizendo que não passava de um “casinho bobo, sem a menor importância”, conforme declarações do Diretor da Divisão de Comunicações e ex-chefe da censura prévia, Paulo Leite.<sup>391</sup>

Posteriormente, na qualidade de advogado da família Celiberti, Ferri acompanhou os passos de dona Lilia em Porto Alegre, até receber a grata notícia de que Camilo e Francesca haviam sido entregues ao avô, Homero Celiberti, em Montevideú, no dia 25 de novembro. O pai de Lilián agradeceu ao advogado em uma carta, na qual escrevia:

Le hago estas líneas para agradecerle todas las molestias que se tornó la permanencia de mi esposa en esa ciudad. Estamos enterados que en vuestro país aún se continua en el caso, aqui hay muy pocas noticias. (...) el caso ha tenido repercusión mundial, así que esperamos que todo se resuelva favorablemente para nuestros intereses. Bueno estimado Dr Ferri vuelvo a agradecerle todo lo que esta haciendo por nosotros.<sup>392</sup>

O trabalho de Omar Ferri foi rapidamente reconhecido pela organização de direitos humanos CLAMOR, conforme podemos evidenciar no telegrama abaixo, enviado ao advogado:

---

<sup>389</sup> “(...) o chão, recoberto de palitos de fósforos e pontas de cigarro; o tapete tinha marcas de sapatos sujos, formando um corredor de pisadas”. Quando fui ao quarto, notei que o colchão estava revirado e torcido. Parecia que um batalhão havia passado por ali’. FERRI, op. cit., p. 39.

<sup>390</sup> Idem, p. 39.

<sup>391</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, [s/d], [s/p.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

<sup>392</sup> Carta de Homero Celiberti a Omar Ferri. Montevideú, 8 dez. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

Agradecemos todas as providências tomadas sentido localização uruguaios: informamos entidades internacionais e brasileiros continuarão esforços libertação Lilian Casariego Universindo Dias [sic] CLAMOR Comitê Defesa Direitos Humanos Cone Sul.<sup>393</sup>

Da mesma forma, houve o reconhecimento da organização internacional SIJAU, que também se manifestou a Ferri: “*Respaldamos activamente vuestra energica accion defensa derechos [sic.] humanos valiente denuncia secuestro y traslado uruguayos. Secretariado Internacional de Juristas 11 Ruen Jean de Beauvais 7500. Paris*”.<sup>394</sup>

O SIJAU voltaria a se pronunciar por meio de um Memorando, no dia 30 de novembro, enaltecendo a atuação da imprensa brasileira e, sobretudo, a de Omar Ferri:

[...] el abogado Dr Ferri ha actuado con valentía ejemplar denunciando todas y cada una de las circunstancias que rodearon el secuestro.(...) La prensa brasileña y el Dr. Omar Ferri salvaron la vida de Lilián Celiberti y Universindo Rodríguez Díaz y permitieron que Camilo y Francesca fueron reintegrados al seno de sus familias.<sup>395</sup>

O SIJAU enviou, inclusive, o jurista francês especialista em Direito Internacional, Jean-Louis Weill, que, além do SIJAU, pertencia à Federação Internacional dos Direitos do Homem e ao Movimento Internacional de Juristas Católicos. Em Porto Alegre, de posse de informações passadas por Ferri e Luiz Cláudio Cunha, Weil denunciou a existência de uma coordenação repressiva. Ele acertadamente acusou o DOPS e o delegado Pedro Seelig pelo lado brasileiro, mas se equivocou ao apontar o OCOA e o major Gavazzo, do lado uruguaio. Provavelmente inferiu que a execução da ação em Porto Alegre teria a mesma direção daquelas que haviam sido realizadas em Buenos Aires contra o PVP. Omar Ferri acompanhou o jurista francês durante toda sua estadia, inclusive em uma reunião com o governador Synval Guazzelli.

Devido à sua atuação, Omar Ferri e seus familiares sofreram constantes ameaças. A própria família, temerosa, chegou a pedir-lhe que abandonasse o caso. Entretanto, apesar das ameaças que sofria, Ferri persistiu. Com isso, continuou sendo alvo de agressões mais ou menos diretas. Como exemplo, pode ser citado um assalto sofrido no centro de Porto Alegre,

---

<sup>393</sup> Telegrama do CLAMOR a Omar Ferri. 27 nov. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I

<sup>394</sup> Telegrama do SIJAU a Omar Ferri. 28 nov. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

<sup>395</sup> Memorandum preparado pelo *Secretariado Internacional de Juristas pela Amnistia do Uruguay*. Paris, 30 nov. 1978. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

próximo ao Chalé da Praça XV. Segundo ele, bem mais que roubar-lhe dinheiro, os assaltantes tinham intenção de desmoralizá-lo, pois pretendiam deixá-lo só de cuecas, o que não aconteceu, porque só conseguiram rasgar parte da sua roupa. No dia seguinte, denunciou publicamente o fato, acusando o DOPS pelo ocorrido. Como o órgão não negou as acusações, Ferri acreditou na sua responsabilidade.<sup>396</sup>

Entre telefonemas anônimos e ameaças, Ferri recebera uma carta assinada, supostamente, pelo temido Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com o seguinte teor: “Prepare-se porque vamos começar a amolá-lo pra valer. Os primeiros atingidos serão seus familiares. Se não se afastar de suas atividades de conspirador imediatamente, sofrerá as consequências e não é ameaça vã. Seu vermelhinho barato e sujo. CCC”.<sup>397</sup>

Independente da autoria de tal intimidação, o advogado continuou desempenhando seu papel, pois, segundo ele: “Nós tínhamos coragem. Éramos poucos, mas sem medo de enfrentar a polícia”.<sup>398</sup>

Outro acontecimento importante foi trazido ao público por Ferri. Ele tinha recebido ligações anônimas de uma mulher que, depois, se soube tratar-se da escritã Faustina Elenira Severino. A mesma ligava para o advogado para alertar sobre a situação das crianças, Camilo e Francesca. Novamente, o acaso marcou presença nos acontecimentos, como ocorreu com a identificação de Didi Pedalada por João Batista Scalco. Conforme mencionado anteriormente, a escritã da polícia, que tomara conta dos filhos de Lilián enquanto era torturada no DOPS, era irmã de um cliente de Ferri, Delaro Severino.

O primeiro telefonema anônimo, atendido pela empregada do advogado dizia: “Eu devo favores ao Dr. Ferri. Diga a ele para agir depressa porque as crianças correm perigo”.<sup>399</sup> Os “favores” a que se refere Faustina, talvez tenham relação com a defesa feita por Ferri ao seu irmão. Como já vimos, Faustina tinha sido alertada por Lilián sobre o que acontecia com as crianças sequestradas pela Operação Condor. A uruguaia implorou ajuda da policial que, segundo ela, “não parecia adestrada na repressão e no ódio”.<sup>400</sup> Na segunda chamada à residência de Ferri, a escritã dizia que: “Os filhos de Lilian já estão no Uruguai. Foram levados com a mãe e Universindo, pelo DOPS. Estão passando bem e possivelmente sejam

---

<sup>396</sup> Entrevista de Omar Ferri concedida ao autor em 05 de setembro de 2008, em Porto Alegre.

<sup>397</sup> FERRI, op. cit., p. 152.

<sup>398</sup> FERRI, Omar. A Comissão de Justiça e Direitos humanos. In: BIZ, Osvaldo. *Sessenta e quatro para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 153.

<sup>399</sup> FERRI, op. cit., p. 46.

<sup>400</sup> CELIBERTI, op. cit., p. 14.

entregues a um asilo”.<sup>401</sup>

Foi no início de 1979 que Omar Ferri, por meio das pistas dadas por Luiz Cláudio Cunha e do testemunho de Camilo, chegou ao nome de Faustina Severino. Mas a morte repentina da escritã impediu a continuidade dessa linha de investigação. Efetivamente, esse óbito se transformou em um dos fatos mais obscuros referente ao *sequestro dos uruguaios*, pois ela faleceu antes de prestar depoimento na Justiça Estadual. Segundo laudo médico da necropsia, seu óbito foi provocado por um acidente vascular cerebral hemorrágico, aos 42 anos.<sup>402</sup> A escritã tinha comparecido à CPI da Assembleia Legislativa, no dia 25 de abril de 1979, visivelmente nervosa e com um olho roxo. Questionada sobre o ferimento, Faustina disse sofrer de tonturas e que havia caído, batendo com o rosto no fogão.

Poucos dias antes de comparecer à CPI, a escritã, que também já tinha prestado depoimento à sindicância da Polícia estadual, recebera a visita de quatro jornalistas: Olivio Lamas, Ricardo Chaves, Paulo Maciel e Luiz Cláudio Cunha. Os repórteres foram até sua residência para entrevistá-la, após Camilo ter dito que uma das mulheres que cuidou dele e da irmã, no DOPS, era “*oscura de pelo redondo*”.<sup>403</sup> Atrás dessa pista, os jornalistas chegaram até Faustina, que negou qualquer associação, impedindo que tirassem fotos suas. Desapontados, os repórteres deixaram a casa da escritã, mas conseguiram tirar uma fotografia da mesma, após a utilização de um subterfúgio. Diante disso, Faustina moveu ação judicial contra os jornalistas por invasão de domicílio. No entanto, ao ser questionada na CPI sobre qual tratamento ela recebeu dos repórteres, respondeu que “foi tratada com delicadeza”.<sup>404</sup> Apesar das pequenas contradições das suas atitudes e depoimentos, bem exploradas pela bancada da oposição, a policial não revelou nada que pudesse envolvê-la no sequestro. Seu inesperado falecimento, no dia sete de maio, impediu que ocorresse um novo depoimento na Justiça estadual.

A notícia da sua morte só foi liberada oficialmente no dia seguinte, após a necropsia, até hoje envolta em mistério. Segundo o irmão de Faustina, Delaro Severino, o corpo apresentava um ferimento na nuca, mas, por temor a represálias, Delaro, que estava em liberdade condicional, preferiu não denunciar ou investigar.<sup>405</sup> Além disso, o ex-cliente de Ferri disse que a irmã estava bem, e que havia sido vista caminhando com uma amiga,

---

<sup>401</sup> FERRI, op. cit., p. 46.

<sup>402</sup> RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. INSTITUTO MÉDICO LEGAL. Auto de necropsia de Faustina Severino. Porto Alegre: 08 de maio de 1979. CPI do Sequestro dos Uruguaios. Folha 404. AALERGS.

<sup>403</sup> FERRI, op. cit., p. 123.

<sup>404</sup> CPI (Sequestro do uruguaios). 25 de abril de 1979. Ata nº: 11. Folha 239. AALERGS

<sup>405</sup> FERRI, op. cit., p. 127.

tranquilamente, durante a tarde do dia em que faleceu.

Porém, o mais curioso e surpreendente do caso foi, sem dúvida, a presença de autoridades civis e militares do primeiro escalão no velório de uma simples escritã policial, que não havia falecido em serviço. Até mesmo a diplomacia uruguaia se surpreendeu, como se explicita na seguinte correspondência:

Señor Embajador: (...) para poner en vuestro conocimiento que una de las personas involucradas en el publicitado “SECUESTRO” (...), ha fallecido subitamente en esta ciudad (...) vitima de una crisis cardíaca, falleció sorpresivamente en su domicilio la funcionaria Policial Sr [sic] FAUSTINA ELMIRA [sic] SEVERINO (...) había sido acusada de ser la guardadora de los dos hijos menores de Lilián Celiberti.- Las repercusiones de dicho óbito han sido inmensurables, estando presente durante el velorio de sus restos, el General Bandeira, el Gobernador Amaral de Souza...<sup>406</sup>

“*Las repercusiones inmensurables*” aludidas pelo serviço diplomático uruguaio sobre o repentino óbito da escritã, referem-se ao fato de que, no velório, estavam presentes o governador do Estado, Amaral de Souza, o Comandante do III Exército, general Antônio Bandeira e outros membros do alto escalão militar, entre eles: o chefe de Estado Maior do III Exército, general Luís Henrique Domingues; o Secretário de Segurança Pública, Coronel Leivas Job; o diretor do DOPS, delegado Marco Aurélio Silva Reis e o delegado Pedro Seelig, dentre outros. Foi uma cerimônia inédita e envolta em um clima de tensão e hostilidade contra a imprensa, pois diversos inspetores ostentavam suas armas e chamavam os jornalistas de “urubus” e “assassinos”.<sup>407</sup> Nas palavras de Omar Ferri, a presença de tantas autoridades era um recado direto: “O aparato oficial tinha apenas um significado: o sistema emprestava sua presença para o enterro de uma funcionária que, sem qualquer culpa, fora envolvida num lamentável crime em que o maior culpado, indubitavelmente era o próprio sistema”.<sup>408</sup>

Faustina Elenira Severino, cuja função principal no DOPS consistia em fazer fotocópias de documentos, era, para Jair Krischke, “o elo fraco da corrente”,<sup>409</sup> ou, conforme opinião de Omar Ferri, “o calcanhar de Aquiles”<sup>410</sup> da repressão. A participação de Omar Ferri em defesa dos uruguaiois sequestrados culminou com a produção de um livro, em que o

<sup>406</sup> CONSULADO GENERAL DEL URUGUAY. As: Fallecimiento de la Funcionaria Policial del DOPS. Porto Alegre, 10 mayo 1979. AAD-MRE (UY).

<sup>407</sup> CUNHA, op. cit., p. 279.

<sup>408</sup> FERRI, op. cit., p. 127.

<sup>409</sup> Entrevista de Jair Krischke concedida ao autor no dia 11 de agosto de 2008, em Porto Alegre.

<sup>410</sup> FERRI, op. cit., p. 126.



advogado reitera todas as denúncias feitas. O Consulado Geral do Uruguai em Porto Alegre mostrava preocupação com isso, informando a sua embaixada, em Brasília:

Desde algún tiempo esa organización [MJDH] no ha emitido ningún tipo de comentario ante la prensa oral, escrita y televisada. Con referencia a esse punto, ha llegado al conocimiento de la suscrita, que el Dr. Omar Ferri, integrante del dicho Movimiento y además defensor de Lilian Celiberti y Universindo Díaz publicará en los próximos meses un libro sobre este hecho.<sup>411</sup>

O circuito informativo se encerrava, com o telegrama cifrado da Embaixada uruguaia em Brasília ao Ministério de relações Exteriores, com data de 02 de junho de 1981. No mesmo, pode-se observar a preocupação do serviço diplomático uruguaio com o livro a ser lançado por Ferri, e a solicitação de uma cópia assim que a obra fosse editada:

REMI C393/13/D DEL 30/04/81, PRENSA DE LA FECHA, RECOGE DECLARACIONES ABOGADO OMAR FERRI, QUIEN PUBLICARA PROXIMAMENTE LIBRO DE SU AUTORIA, RELACIONADO CASO CELIBERTI-DIAZ STOP EN CITADO LIBRO, FERRI NARRA EPISODIO, INCLUYENDO CORRESPONDENCIA PROPIA CELIBERTI, E INTRODUCIRIA PARTICIPACION OTRO DELEGADO POLICIA, CUYO NOMBRE AUN NO HÁ SIDO DADO PUBLICIDAD STOP ASIMISMO INCLUIRIANSE DECLARACIONES EX-SOLDADO HUGO RIVAS ACTUALMENTE EN NORUEGA STOP EN LA FECHA INSTRUYOSE CONURUGRAN [Consulado Uruguaio Geral- Poa] SENTIDO OBTENER DE SERLE POSIBLE COPIA CITADO LIBRO QUE AUN PERMANECE SIN TITULO Y SIN FECHA DEFINIDA DE VENTA PUBLICO STOP URUBRAS.<sup>412</sup>

As palavras sublinhadas estão cifradas e decifradas no telex classificado com prioridade de URGENTE e CONFIDENCIAL. O título do livro é *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. O delegado a que o documento faz alusão é o diretor do DOPS, Marco Aurélio da Silva Reis, e a correspondência da própria Celiberti é a transcrição (e a foto) de um de seus bilhetes clandestinos escritos nas folhas laminadas de maços de cigarro na prisão. Outro documento importante tornado público na obra de Ferri é a própria ficha informativa que o DOPS<sup>413</sup> elaborara sobre ele. Ferri, ironicamente, utilizou o documento como se fosse uma carta de apresentação, com o título de *O Departamento de Ordem Política*

<sup>411</sup> EMBAJADA DEL URUGUAY Sector de Asuntos Consulares. 512/81-0552. JLA/rva. Asunto: Rem.nota N°377/81 del 12 de mayo de 1981, Del Consulado Gral. en Porto Alegre. Brasília, 19 de maio de 1981. Folha 2. Caixa 28. DAA-AMRE (UY).

<sup>412</sup> TELEX CONFIDENCIAIS ENVIADOS A DIPLOMACIA. Caixa 17. Pasta 2. Prioridade: URGENTE Brasília, 2 de junho de 1981. AHD-AMRE (UY).

<sup>413</sup> A ficha de número 10386 foi desentranhada pelo próprio Omar Ferri dos autos da Sindicância Administrativa do Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, volume 3, fls. 490, transcritas com a colaboração paralela do autor. FERRI, op. cit., p.12.

e Social (DOPS) “Confidencialmente” apresenta o autor.

A obra foi lançada na tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, em outubro de 1981, com uma tiragem de 3000 exemplares, e foi um verdadeiro sucesso editorial, obtendo o segundo lugar na lista de livros mais vendidos na categoria não ficção.<sup>414</sup> Na seção de autógrafos de lançamento, estavam presentes a mãe de Lilián, dona Lilia, e o biofísico uruguaio Cláudio Benech,<sup>415</sup> e também jornalistas, políticos e ativistas dos direitos humanos. Além de prestigiar o lançamento do livro, os pais de Celiberti participaram de manifestações e atos públicos para lembrar o terceiro aniversário do sequestro de sua filha e de seus netos.

A obra de Ferri, além de servir como uma síntese da massa de informação divulgada até aquele momento pela imprensa, conforme o próprio advogado disse à *Zero Hora*,<sup>416</sup> foi uma das primeiras a tratar sobre a coordenação repressiva regional das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul.<sup>417</sup> O advogado revelou como operava a lógica dessa coordenação repressiva regional que, anos mais tarde, seria conhecida pelo seu nome real: Operação Condor.

A publicação, editada pela *Mercado Aberto* e prefaciada por Eduardo Seabra Fagundes, foi à culminância do importante trabalho de Omar Ferri na defesa dos uruguaios, contribuindo para o desfecho particular do caso. No entanto, sua atuação enquanto advogado de defesa extrapolou esse caso, contando sempre com o apoio incondicional da OAB, tanto em nível nacional, como, principalmente, no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a experiência de Omar Ferri não foi única; a luta, denúncia e resistência contra a ditadura contou com um número importante de advogados, que enfrentaram as duras condições existentes, como bem coloca Moreira Alves:

---

<sup>414</sup> Em 9 de novembro, *Sequestro no Cone Sul* só perdia para *Guerra é Guerra, Dizia o Torturador* do ex-presos político Índio Vargas. A obra de Ferri estava à frente, por exemplo, de *Brasil Pós Milagre*, de Celso Furtado (3º lugar), e *1964, Conquista do Estado*, do uruguaio René Dreifus (5º). Cf. Mais vendidos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 nov. 1981. Todas essas obras analisavam algum aspecto da ditadura brasileira.

<sup>415</sup> O renomado biofísico uruguaio Claudio Benech foi sequestrado em 1980, em sua casa, em Montevideu. Por meses foi torturado no *13º Batallón e na Compañía de Contraintormaciones* até que, na passagem de ano de 1980 para 1981, Benech conseguiu fugir para o Brasil com sua mulher, Graziela Gallo de Benech e dois dos seus filhos. Tal fuga espetacular foi orquestrada pelo MJDH, e contou com a astúcia de Benech, que, após traçar um perfil psicológico de seus captores, conseguiu convencê-los a liberá-lo na noite de Natal, com a desculpa de que não aguentava ficar muito tempo sem manter relações sexuais com sua esposa. Os agentes repressivos liberaram o biofísico que, ao regressar ao cárcere, relatou sua intimidade aos seus algozes. No final do ano, Benech repetiu o estratagema, mas agora para fugir até a fronteira, onde o MJDH organizara uma logística para recebê-lo. No Brasil, o cientista e sua família conseguiram o status de refugiado político do ACNUR. Informações gentilmente cedidas por Jair Krischke.

<sup>416</sup> Feira do Livro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 nov. 1981.

<sup>417</sup> Antes do livro de Ferri, os jornalistas John Dinges e Saul Landau haviam lançado o livro *Assassination on Embassy Row. New York Pantheon Boock, 1980*, sobre o assassinato de Orlando Letellier nos Estados Unidos, em setembro de 1976.

Os advogados que defendiam presos políticos ou ousavam investigar o Aparato Repressivo frequentemente tornavam-se eles mesmos alvos da repressão. Em consequência, os advogados começaram a valer-se de sua associação profissional para pressionar o governo federal e forçá-lo a restabelecer o estado de Direito e revogar a estrutura paralela.<sup>418</sup>

Em relação à OAB, seu presidente, o jurista gaúcho Raymundo Faoro,<sup>419</sup> após um relatório sobre o caso de Omar Ferri, pressionou pela formação de uma Comissão Especial para investigar o crime. Concordando com boa parte da imprensa, a OAB entendia que o processo administrativo estava comprometido pelo encobrimento da polícia aos acusados. A Ordem estava cada vez mais convencida de que “polícia não investiga polícia”, sobretudo em plena ditadura. A seccional gaúcha desta instituição constituiu duas Comissões especiais para tratar do sequestro. A primeira, composta pelos conselheiros Marcus Melzer, Otávio Caruso da Rocha, José Mariano Beck e o advogado da família Celiberti, Omar Ferri. Essa Comissão viajaria a Montevidéu para tentar obter o depoimento das vítimas. A segunda, que tinha o objetivo de instituir uma sindicância interna para apurar o fato, era formada por Nereu Lima, Paulo Pinto de Carvalho e Rovilio Antonio Breda.

Para tanto, o próprio presidente Raymundo Faoro solicitou ao Ministério de Relações Exteriores brasileiro “que se digne determinar às autoridades diplomáticas do Uruguai que prestem apoio aos advogados indicados pela OAB, que irão aquele país no cumprimento de sua missão legal”.<sup>420</sup> No entanto, o Ministério de Relações Exteriores nada fez, e a Missão da OAB-RS em Montevidéu, acompanhada pelos jornalistas José Mitchell (*Jornal do Brasil*), Pedro Maciel e Olívio Lamas (*Veja*), José Antonio Zulian (*O Globo*), Henrique Lago (*Folha de São Paulo*) e Ênio Staub (*Folha da Manhã*),<sup>421</sup> não foi recebida pelas autoridades uruguaias, e nem pode ouvir o testemunho de Lilián e Universindo, detidos e incomunicáveis no *Batallón N° 13 (El Infierno)*. Na falta de informações prestadas pelas vítimas adultas, os advogados e jornalistas colheram importantes relatos do menino Camilo, os quais, apesar de não terem serventia jurídica, foram fundamentais para o esclarecimento do caso.

---

<sup>418</sup> ALVES, op. cit., p. 209.

<sup>419</sup> Raymundo Faoro foi um notável jurista que, segundo Maria Helena Moreira Alves “... tornou-se destacado porta-voz dos pontos de vista da oposição, exercendo considerável pressão sobre o Estado pela revogação do Ato Institucional N° 5 e, acima de tudo, pelo restabelecimento do direito de *habeas corpus* para os crimes políticos”. No período em que Faoro exerceu a presidência do Conselho Nacional da OAB, essas seriam as duas questões centrais. ALVES, op. cit., p. 211.

<sup>420</sup> ORDEM DE ADVOGADOS DO BRASIL. CONSELHO FEDERAL. Rio de Janeiro: 13 de dezembro de 1978. Correspondência do presidente do Conselho Federal da OAB, Raymundo Faoro para o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Antônio Francisco Azeredo Silveira. Brasília, Distrito Federal. fl.3. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa I.

<sup>421</sup> FERRI, op. cit., p. 76.

Assim como vinha ocorrendo com o advogado Ferri, a Comissão da OAB também sofreu pressões e espionagem, só que em Montevideú. Conforme relato do ex-soldado Garcia Rivas, quando a Comissão de advogados brasileiros chegou à capital uruguaia, a *Compañia de Contrainformaciones* passou a espioná-la, fotografando seus membros no aeroporto e depois vigiando-nos no Hotel Plaza, que ficava em frente ao Palácio do Governo. O próprio soldado relatou que o seu ponto de observação era o Salão Vermelho, no segundo andar da Casa de Governo, que ficava acima da sala do presidente do Uruguai.<sup>422</sup>

Ainda em Montevideú, o presidente Raymundo Faoro recebera uma ligação anônima que sugeria o “*Hotel Libertad*” para seus colegas juristas. O presidente da OAB não se deu conta, então, de que tal “hotel” era, em verdade, o presídio masculino conhecido como *Libertad*, maior penal de presos políticos de todo o país. Apesar do clima de medo que vigorava no Uruguai, e diante da negativa das autoridades uruguaias em receber a Missão da OAB-RS, esta conseguiu agregar fortes indícios para que o Ministério Público pudesse processar os policiais do DOPS envolvidos no sequestro, sobretudo o delegado Pedro Seelig, reconhecido pelo menino Camilo. Com relação a isto, o Sindicato dos Jornalistas gaúcho escreveu um manifesto de apoio à OAB, que finalizava dizendo: “Nossos sentimentos são até de gratidão à Ordem dos Advogados do Brasil sabendo-se que um menino e uma menina foram alvo de violência, às vésperas de 1979, o Ano Internacional da Criança”.<sup>423</sup>

Além dos advogados que participaram da Missão da OAB no Uruguai, deve-se destacar o trabalho do Dr. José Mariano de Freitas Beck, advogado dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco. Foi ele quem chegou ao nome de mais um envolvido no sequestro, o inspetor Janito Jorge dos Santos Kepler, 24 anos, agente do DOPS.<sup>424</sup> O inspetor Kepler, vulgo Jorjão, teria confidenciado a um amigo do Partenon Tênis Clube, onde desenvolvia atividades carnavalescas, que Lilián Celiberti “[...] é muito forte. Resistiu até ao afogamento!”<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> VICTOR, op. cit., p. 49-50.

<sup>423</sup> À Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio Grande do Sul. Porto Alegre, janeiro de 1979. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa II.

<sup>424</sup> CPI do Sequestro dos Uruguaiois. Folha 353. AALERGS.

<sup>425</sup> Beck obteve essa informação do advogado da irmã de Janito Kepler. Infelizmente, esse advogado não confirmou tal afirmação diante da Polícia Federal e da CPI da Assembleia Legislativa. CUNHA, op. cit., p. 294.

### 3.4 O PAPEL DOS DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Afirmar que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS) teve um papel fundamental para os desdobramentos peculiares do sequestro em Porto Alegre seria uma generalização demasiada. Isto porque na esfera parlamentar gaúcha foram os deputados da oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que lutaram pelo esclarecimento dos fatos, enquanto que os políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) tentaram, de todas as maneiras, obstruírem as investigações e acobertar o envolvimento de policiais.

O presidente da ALERGS, deputado do MDB Carlos Giacomazzi, havia protagonizado uma das ações mais corajosas acerca dos desdobramentos do sequestro. Foi na ocasião em que, na condição de presidente da ALERGS, assumiu interinamente o governo do Estado, devido à ausência de Synval Guazzelli, em viagem oficial a Brasília. Como governador, Giacomazzi exigiu que fosse enviada uma lista com os nomes dos policiais da SSP lotados no DOPS, bem como as identidades individuais dos mesmos para o ato de reconhecimento pelos jornalistas Cunha e Scalco. Entretanto, o delegado Jahir Souza Pinto, chefe da sindicância do DOPS, atendeu apenas a primeira parte das exigências do governador interino. Apesar de ter sido “a primeira vez, na ditadura instaurada no país em 1964, que um documento oficial da sensível comunidade de informações era publicamente liberado pelas autoridades”,<sup>426</sup> o ato de reconhecimento foi cancelado devido ao não acatamento do delegado, “tornando infrutífera a acareação (...) e frustrando a extraordinária e corajosa colaboração que esses profissionais vêm prestando ao Poder Público na qualidade de testemunhas de um delito”.<sup>427</sup>

Surpreendentemente, o acatamento da nossa decisão foi negado pelo Delegado Jahir da Souza Pinto. Ao invés de cumpri-la ou demitir-se, optou pelo encerramento do ato de acareação, com o que se transferiu uma vez mais o atendimento da vontade expressiva da sociedade gaúcha e brasileira, pelo cabal e imediato esclarecimento dos fatos. Mais do que desobediência administrativa (...), o Delegado em causa evidenciou, com seu inusitado procedimento, um propósito procrastinatório, com o qual não era possível

---

<sup>426</sup> Idem, p. 258.

<sup>427</sup> Relatório do governador interino Carlos Giacomazzi ao governador Sinval Guazzelli. Porto Alegre, 2 de março de 1979. Folha 3. CPI (sequestro dos uruguaiois) Folha. 99. AALERGS.

concordar sem perda de autoridade.<sup>428</sup>

A insubordinação do delegado diante das ordens do governador interino Giacomazzi, custou-lhe o cargo de Chefe da Sindicância do Conselho Superior de Polícia (CSP). Após exonerar o delegado, Giacomazzi afirmou que: “[...] o princípio da autoridade foi mantido como era nosso dever”.<sup>429</sup> A crise contornada com coragem demonstrava a diferença do MDB no poder, já que, em apenas dois dias de governo, a oposição havia feito mais do que o governador nomeado, conforme afirmou o próprio Guazzelli.<sup>430</sup>

Na esfera parlamentar nacional, podemos destacar ainda a atuação dos líderes de oposição do MDB, como os senadores gaúchos Paulo Brossard e Pedro Simon. O senador Brossard chegou, inclusive, “a enviar uma carta ao presidente Geisel requerendo a intervenção presidencial na apuração do episódio”.<sup>431</sup> Entretanto, o tema foi poucas vezes debatido no Senado, mesmo considerando a repercussão devido à gravidade do crime binacional que envolveu a violação da soberania nacional brasileira.

### **3.4.1 Pioneira Comissão Parlamentar de Inquérito**

A ALERGS foi umas das pioneiras no Brasil, criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar um crime político em plena ditadura civil-militar de Segurança Nacional. A mesma foi instaurada em março de 1979, para apurar o “*sequestro dos uruguaios*”. A iniciativa foi do MDB, que foi representado pelos deputados Nivaldo Soares (presidente da CPI), Romildo Bolzan (vice), Ivo Mainardi e Carlos Augusto de Souza. Os representantes da bancada da situação foram os deputados Jarbas Lima (relator), Romeu Martinelli e Cícero do Amaral Viana. Como convidados, a CPI contava ainda com a presença dos deputados Lélcio Souza (líder do MDB) e Rubi Diehl (líder da ARENA); dos juristas Marcus Meltzer (vice-presidente da OAB/RS), Luigi Saraceni (juiz do “Forum” de Roma, Itália) e Omar Ferri (advogado dos uruguaios sequestrados); e dos jornalistas Antonio Oliveira (presidente do Sindicato dos Jornalistas RS), Pedro Flores (presidente da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do RS) e Ercy Torma (vice-presidente da

---

<sup>428</sup> Idem, Folha 4. CPI (sequestro dos uruguaios) Folha 102. AALERGS.

<sup>429</sup> Idem, Folha 7. CPI (sequestro dos uruguaios) Folha 105. AALERGS.

<sup>430</sup> CUNHA, op. cit.

<sup>431</sup> VALLS, Luiz. *Brossard. 80 anos na História Política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 319.

Associação Rio Grandense de Imprensa-ARI).<sup>432</sup>

A CPI inaugurou seus trabalhos em 23 de março de 1979. O discurso do presidente da ALERGS, o emedebista Carlos Giacomazzi, dava o tom de como seria a postura da oposição:

Para nós, em liberdade, na companhia da família e dos amigos, 4 meses significa bem pouco. Para nós, que devemos nos prender ao formalismo da lei 120 dias deve significar quase nada mesmo. Mas para filhos que foram arrebatados de sua mãe e para mãe, que longe dos filhos, sofre as agruras de um cárcere, 120 dias traduzem uma eternidade. Para um homem preso por delito de opinião, pelo crime de pensar diferente, esses 4 meses valem um desespero sem tamanho.<sup>433</sup>

A bancada da ARENA, em contraposição, estava disposta a obstruir a apuração dos fatos, o que ficou evidenciado logo na ata de instalação da CPI, quando o deputado Cícero do Amaral Viana, da ARENA, requereu que a mesma não utilizasse o termo “*sequestro*,” e sim “*remoção coativa*”,<sup>434</sup> demonstração do que seria o papel da situação na CPI. O deputado arenista, de 49 anos, dos quais 25 foram dedicados à atividade policial, ex-chefe de polícia no Rio Grande do Sul entre 1968 e 1971, insistia na tese de que não havia ocorrido nenhum sequestro, pois tudo não passava de invenção de Omar Ferri:

Já adentrando na investigação devido à minha participação na CPI, maiores elementos recolhi favorecendo a opinião de que tudo não passava de uma montagem, preparada e ordenada à guisa de revanchismo político pelo advogado Omar Ferri, conhecido militante da esquerda, defensor permanente dos envolvidos em terrorismo, atos de subversão, e sempre pronto para desfechar ataques contra os organismos de segurança, especialmente homens como o delegado Pedro Seelig, um dos baluartes no combate ao terrorismo e à subversão.<sup>435</sup>

Os “maiores elementos” de investigação recolhidos por Cícero do Amaral Viana eram oriundos de uma missão que o deputado da situação enviara a Montevideú, à revelia da CPI. Um “idôneo conhecido” seu, não revelado, tentou persuadir dona Lilia Celiberti a dispensar os serviços do Dr. Ferri. Nesta visita, que teve a inequívoca intenção de intimidar a mãe de

---

<sup>432</sup> ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS. 23 de março de 1979. Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Folha 15. AALERGS.

<sup>433</sup> Discurso do deputado do MDB, Carlos Giacomazzi, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na sessão de instalação da CPI do Sequestro dos uruguaios, em 23 de março de 1979. Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Folha 18. AALERGS.

<sup>434</sup> ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS, op. cit., Folha 16. AALERGS.

<sup>435</sup> CPI – sequestro dos uruguaios. Porto Alegre, 23 de abril de 1979. Folha 226. AALERGS.

Lilián, o próprio Major Rossel,<sup>436</sup> oficial das FFAA uruguaias, foi até o aeroporto de Carrasco recepcionar o “idôneo conhecido” do deputado da ARENA.

O ex-delegado, que inclusive dá nome ao auditório da Polícia Civil de Porto Alegre, alegou ter enviado três perguntas para a mãe de Lilián Celiberti. A primeira, sobre a condição do Dr. Ferri como procurador da Sra. Lilia. A segunda, sobre uma visita que a esta Senhora havia feito à sua filha Lilián, ocasião na qual, segundo a versão do Dr. Ferri, a terrorista teria contado detalhes de seu pretense sequestro.<sup>437</sup> A última pergunta versava sobre “um alegado testemunho prestado pelo menino Camilo, tão triste e despidoradamente envolvido no caso”.<sup>438</sup> Enquanto que as duas primeiras questões tinham a intenção de acusar a vítima e seu advogado de “terroristas e subversivos”, a terceira tinha, além do cinismo, o inequívoco objetivo de defender o delegado Seelig, identificado por Camilo, e que era “um dos baluartes no combate ao terrorismo e à subversão”.<sup>439</sup>

Sobre tais acusações, Omar Ferri informou à CPI que ligou para dona Lilia, recebendo a confirmação de que ela assinara a “entrevista”. Esta foi levada à sua casa já redigida por um jornalista brasileiro não identificado, que estava acompanhado, na ocasião, por uma “*persona*” das Forças Conjuntas uruguaias. Ferri denunciou, ainda, que dona Lilia assinou o documento sob pressão, pois a polícia do Uruguai ameaçava com a condenação de sua filha a 25 anos de prisão. Finalmente, Ferri comentou que, durante o telefonema da mãe de Lilián, pode perceber “a intensa dor e a profunda amargura que se abateu sobre essa senhora que chorava sem parar”.<sup>440</sup>

No livro *Sequestro no Cone Sul*, Ferri destina pelo menos um capítulo sobre a atuação do deputado-delegado da ARENA. Sob o título “*Até quando ó Cícero abusarás de nossa paciência?*”,<sup>441</sup>, o advogado de Celiberti escreve que:

Dos representantes da ARENA que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Cícero Viana, dada a sua condição de ex-delegado, era o que poderia causar maiores preocupações. Eleito especialmente com os votos da Polícia, dedo-duro confesso, certamente faria uso de toda espécie de estratégias com o fito de perturbar as atividades da Comissão. Por muitas de suas intervenções, em plenário ou fora dele, já se presentia sua versatilidade e mobilidade em vicejar por áreas lícitas e ilícitas.<sup>442</sup>

---

<sup>436</sup> VICTOR, op. cit., p. 50.

<sup>437</sup> CPI. Sequestro dos Uruguaios. Folha 228. AALERGS.

<sup>438</sup> Idem, Folha 229.

<sup>439</sup> Idem, Folha 226.

<sup>440</sup> Idem, Folha 250.

<sup>441</sup> FERRI, op. cit., p. 139-151.

<sup>442</sup> Idem, p. 139.



No final do capítulo, Omar Ferri ilustra a atuação de Viana com uma charge do cartunista Santiago:<sup>443</sup>



A posição de Cícero Viana, em relação ao seqüestro, vista por Santiago, em charge na Folha da Tarde, do dia 10.05.79.

Como vemos, uma repórter indaga ao deputado se ele acha que houve seqüestro, ao que ele responde que não, com um dedo de tamanho desproporcional em riste. O ex-delegado é representado com uma estrela no peito, ao melhor estilo dos xerifes do velho oeste. Posteriormente, na tentativa de dar uma resposta à obra de Ferri, Cícero Viana anunciou, no final de outubro de 1981, que lançaria um livro contestando a versão do advogado, bem como ratificaria a “Farsa de Bagé”, na qual os uruguaios haviam abandonado o Brasil por livre e espontânea vontade. O livro do ex-delegado, que se intitularia *Omar Ferri e os Terroristas do Cone Sul*,<sup>444</sup> nunca foi lançado.

No combate aos embustes orquestrados pela bancada da ARENA, os deputados do MDB obtiveram importantes vitórias. No campo das investigações, o destaque da CPI ficou por conta do processo de reconhecimento de cerca de 180 policiais lotados no DOPS, que chegaram à ALERGS em cinco ônibus da Empresa Carris. Pela primeira vez o Parlamento de um estado brasileiro investigava o aparato repressivo em plena ditadura. Dentre os quadros do DOPS, destaque para o próprio comparecimento do delegado Pedro Seelig e do escrivão Orandir Portassi Lucas, no dia 18 de junho de 1979. Nenhum dos dois funcionários depôs, seguindo orientação de seu advogado, Osvaldo de Lia Pires. Entretanto, vale a pena verificar algumas das 22 questões formuladas pelo deputado Romildo Bolzan ao delegado Seelig.

<sup>443</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 10 maio 1979. In: FERRI, op. cit., p. 151.

<sup>444</sup> Livro nega seqüestro de uruguiaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1981. AEROGRAMA Confidencial. Assunto: Caso Lilian Celiberti. 5 de novembro de 1981. DAA –MRE (UY).

Apesar de não terem sido respondidas, elas foram juntadas aos autos do inquérito parlamentar a pedido do presidente da CPI:

01. O que o depoente fez entre os dias 12 e 22 de novembro? (...) 06. O que o depoente sabe sobre o *Partido por la Victoria del Pueblo*? (...) 12. Se o depoente assistiu, como é seu hábito, a partida de futebol entre Caxias e Internacional no Beira Rio na primeira quinzena de Novembro de 1978? (...) 18. Se o DOPS mantém nos arquivos, fichas de estrangeiros com atividades políticas no Brasil? (...) 20. Se o depoente conhece oficiais das *Fuerzas Conjuntas del Uruguay*? Mas o depoente nunca viajou ao Uruguai a serviço?<sup>445</sup>

Outro depoimento importante foi o do coronel Áttila Rohrsetzer, chefe do DCI. A exemplo de Seelig e Didi, o coronel negou qualquer envolvimento com o sequestro. A única coisa digna de menção no seu depoimento foi o seu endereço de residência: Av. João Pessoa, número 2450, ou seja, o prédio da SSP.<sup>446</sup> Isto é, os uruguaios foram torturados no segundo andar, nas dependências do DOPS, no mesmo prédio em que o diretor do DCI, insistindo em nada saber a respeito, considerava como sendo sua própria casa.

### 3.4.2 Relatórios finais da CPI

Durante noventa dias e mais de 120 horas de trabalho, a Comissão Parlamentar que envolveu 450 pessoas, mais de 42 testemunhas, 04 acareações, uma diligência de reconhecimento de funcionários públicos, e reuniu mais de 700 folhas distribuídas em três grandes volumes com termos de declarações, autos de acareações, atas das reuniões, juntada de documentos e solicitação de perícia ao Instituto de Criminalística sobre o bilhete supostamente escrito por Lilián Celiberti, teve um “final melancólico”.<sup>447</sup> O relatório final, elaborado pelo deputado da ARENA Jarbas Lima, relator da Comissão, concluiu que: “Nada se provou, portanto, quanto ao tão propalado sequestro. (...) Não se prova a existência não apenas de sequestro, mas, de qualquer outro tipo de delito, no caso. (...) Não houve prova do

---

<sup>445</sup> Quesitos para o delegado Pedro Seelig. CPI sequestro dos uruguaios. Folhas 494 e 495. AALERGS.

<sup>446</sup> RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Termo de Declarações do coronel Áttila Rohrsetzer. Porto Alegre: 20 de junho de 1979. Folha 501. CPI Sequestro dos Uruguaios. AALERGS.

<sup>447</sup> FERRI, op. cit., p. 153.

delito, portanto não há autoria”.<sup>448</sup>

O longo relatório de 96 páginas concluía pela “improcedência da imputação aos policiais delegado Pedro Carlos Seelig e inspetor Orandir Portassi Lucas, eis que se limita à meras hipóteses, conjunturas e suposições”.<sup>449</sup> Além desta conclusão, o parecer do relator arenista apontava várias opiniões preconceituosas, bem como um cinismo inaceitável, como, por exemplo, quando afirma que o depoimento de Camilo não é válido, e mostra-se preocupado com a criança:

Um menino castigado pela vida aos oito anos, filho de um pai que fica lá na Europa distante sem nenhuma preocupação pelo drama que lhe tece a mãe, ativista revolucionária, que dá aos filhos (...) incertezas de uma vida de esconderijos, de nomes falsos, de subterrâneos políticos, o exemplo nefando da cama dividida com outros homens que não seu pai.<sup>450</sup>

Também podemos notar o caráter ideológico no relatório de Jarbas Lima, quando afirma que Lilián e Universindo eram “dois *experts* em guerra revolucionária”.<sup>451</sup> Esse relatório que, segundo Ferri, foi encomendado ao Sr. Manoel Braga Gastal,<sup>452</sup> foi rejeitado pela maioria dos membros da CPI. O deputado Ivo Mainardi, da bancada do MDB, foi escolhido como novo relator. Bem mais sucinto e objetivo que o relatório anterior, as 26 páginas do parecer por ele redigido “incriminam o delegado Pedro Seelig como coautor, senão o mandante nos fatos delituosos apontados no decorrer da investigação. (...) Sendo Pedro Seelig delegado de Polícia, é natural que o outro, Orandir, fosse subalterno”.<sup>453</sup> Além de Seelig e Didi, a CPI incriminou o inspetor Janito Jorge dos Santos Kepler como participante do sequestro mediante provas indiciárias. Também foram citados no documento final da CPI, o advogado João Antonio Silveira de Castro, Oswaldo Biaggi de Lima e Patrocínio Lugo Acosta, por prestarem falso testemunho.

Acerca das versões emitidas pelas Forças Conjuntas e pelo Serviço de Inteligência brasileiro, o relatório qualificou-as como farsas originadas de conluio. Quanto à inversão de

---

<sup>448</sup> Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a remoção coativa do Brasil para o Uruguai, de Lilian Celiberti Casariego, seus filhos menores Camilo e Francesca e de Universindo Dias, assim como envolvimento de autoridades ou órgãos policiais. Folhas 94, 95 e 96. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre remoção coativa de uruguaios. Folhas 649, 650 e 651. AALERGS.

<sup>449</sup> Idem, Folha 96. CPI. Sequestro dos Uruguaios, Folha 651.

<sup>450</sup> Idem, Folhas 19 e 20. CPI. op. cit., Folhas 574 e 575.

<sup>451</sup> Idem, Folha 89. CPI. op. cit., Folha 644.

<sup>452</sup> Segundo Ferri, Manoel Braga Gastal, “na época Presidente Regional da Arena, e, além disso, habitual defensor de policiais envolvidos em corrupção, especialmente no jogo do bicho”. FERRI, op.cit., p. 158.

<sup>453</sup> Processo Nº 665. Comissão Parlamentar de Inquérito. Remoção coativa do Brasil para o Uruguai, de Lilian Celiberti Casariego, seus filhos menores Camilo e Francesca, Folha 13. CPI – sequestro dos uruguaios, Folha 539. Porto Alegre, 10 out. 1979.

papéis entre testemunhas e réus, o relatório apontou que:

A circunstância de pretenderem envolver o Dr. Omar Ferri, bem como os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco Pereira, como responsável pelo sequestro, nada mais é do que a velha e surrada técnica policial de governos ditatoriais, que mais ressalta o comprometimento dos organismos policiais.<sup>454</sup>

Como a CPI não tinha pretensão punitiva, o parecer foi remetido à 3ª Vara Criminal de Justiça de Porto Alegre, juntamente com os autos do inquérito, dando um final digno para o importante trabalho realizado pela bancada de oposição na Comissão sobre o sequestro dos uruguaios.

### 3.5 O PAPEL DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) do Rio Grande do Sul, mesmo antes de existir formalmente – foi fundado em março de 1979 –, foi muito importante nos desdobramentos do sequestro dos uruguaios. Seus fundadores foram os ativistas Jair Krischke, Omar Ferri, Agustino Veit, Celso Franco Gaiger e o jesuíta Albano Trinks. Desde esse período, até o fim das ditaduras do Cone Sul, o MJDH foi responsável pela retirada, da região, de centenas de perseguidos políticos de diversas nacionalidades, atuando articuladamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Além de colaborar com Omar Ferri e os jornalistas envolvidos, e de ter acolhido Dona Lília, o MJDH teve destacado protagonismo junto ao ex-soldado uruguaio Hugo Walter García Rivas, um dos primeiros militares a denunciar o sistema repressivo do seu país. García Rivas, o ex-fotógrafo e soldado da *Compañía de Contrainformaciones*, havia participado da *Operación Zapato Roto*. Ao sair da *Compañía*, amadureceu a ideia de abandonar o país com segurança. Foi assim que chegou até o MJDH, propondo-se a prestar depoimento<sup>455</sup> em troca de um salvo-conduto para obter asilo político na América ou na Europa.

Segundo Jair Krischke,<sup>456</sup> o asilo solicitado por Hugo Garcia Rivas foi negado pelo

---

<sup>454</sup> Idem, Processo N °665, Folha 24; CPI – Sequestro dos uruguaios, Folha 24; Folha 550.

<sup>455</sup> Termo de declarações de Hugo Walter Garcia Rivas prestado em 3 de maio de 1980 ao MJDH. AMJDH.

<sup>456</sup> Entrevista de Jair Krischke concedida ao autor em de 10 de agosto de 2008, em Porto Alegre.

ACNUR, pois, conforme lhe foi dito, o Alto Comissariado havia sido criado para proteger as vítimas e não os torturadores. Este impasse só foi resolvido quando o MJDH conseguiu, por intermédio da Cruz Vermelha, asilo político na Noruega para o ex-soldado, sua esposa e filho. No início de maio de 1980, Garcia Rivas prestou seu primeiro depoimento. A riqueza e detalhamento das suas informações foram fundamentais para a posterior condenação dos envolvidos no lado brasileiro e para o esclarecimento do sequestro do lado oriental.

O depoimento ocorreu na sede do MJDH, na presença de Omar Ferri (que redigiu o termo), Luiz Goulart Filho, Carlos Alberto Kolecza, Paulo Maciel, Nora Helena Tatsch, Jacques Alfonsin e Jair Krischke.<sup>457</sup> Conforme este último,<sup>458</sup> foi combinado com os jornalistas que participaram do testemunho do ex-soldado, que as suas declarações não fossem publicadas enquanto ele estivesse em território brasileiro: Rivas foi mantido escondido em Porto Alegre e São Paulo, até a obtenção do asilo.

García Rivas atuou na *Compañia* entre 1977 e 1979. Ao sair, então com 23 anos e com um filho recém-nascido, não conseguia emprego; foi nesse contexto que resolveu deixar o país e tentar a sorte na Europa. Esta informação é importante, na medida em que distingue os motivos de Rivas de outros militares uruguaios que abandonaram a caserna e denunciaram a ditadura uruguaia<sup>459</sup> por discordarem dos seus métodos terroristas.

Independente da motivação do ex-agente uruguaio, Jair Krischke sabia que seu testemunho era de fundamental importância para os desdobramentos do sequestro em Porto Alegre, pois se tratava do primeiro (e único, até o momento) relato de um protagonista direto do comando repressivo binacional.

Após a fuga do ex-soldado, os seus familiares passaram a sofrer ameaças e pressões em função de seus depoimentos no Brasil. Foi assim que o pai do ex-agente, Orosman García, acompanhado de outros nove familiares, fugiu para o Brasil. O MJDH, mais uma vez, foi acionado para buscar uma solução, finalmente encontrada com a obtenção de asilo para a cidade de Oslo, na Noruega. No termo de declarações Orosman afirmou:

Que mais ou menos uns 25 dias após a imprensa ter publicado as declarações

---

<sup>457</sup> Este Termo foi o primeiro depoimento de Garcia Rivas sobre a operação binacional. Depois, daria outros na OAB, no SIJAU e até na OEA.

<sup>458</sup> Entrevista de Jair Krischke concedida ao autor em de 10 de agosto de 2008, em Porto Alegre.

<sup>459</sup> O caso mais emblemático é o do marinheiro Daniel Rey Piuma, que atuou na *Prefectura Nacional Naval* e que revelou fotos de cadáveres devolvidos pelo mar, vítimas dos chamados “voos da morte”. Sobre essa prática de soldados abandonarem as Forças Armadas, um ex-militante do OPR-33 chegou a propor a Hugo Cores uma aproximação entre os militantes de oposição e esses quadros militares. A proposta foi rejeitada, por temor de maior repressão. Cores disse: “eles [os militares] vão nos enterrar vivos”. Entrevista de Alejandro Blás Facal concedida ao autor, em 10 de julho de 2008, em Porto Alegre.

de seu filho Hugo foi chamado pelo Major do Exército, Dante, lotado na COMPANHIA DE CONTRAINFORMAÇÕES para prestar depoimento escrito; que lhe fizeram uma série de perguntas, como por exemplo, se sabia que o filho tinha intenção de pedir asilo no Brasil; quem eram os seus amigos no Chui [sic], qual a posição política de Hugo; se o Depoente concordava com o procedimento de Hugo; qual era a sua personalidade; que tipo de estudo havia cursado.<sup>460</sup>

O interrogatório durou cerca de cinco horas, e tinha a inequívoca intenção de localizar o ex-soldado. Em documentação secreta do SID, de 28 de julho de 1980, contendo os antecedentes de Hugo Garcia Rivas solicitados pelo Ministério de Relações Exteriores, consta que o ex-soldado tinha “*escasa formación cultural y reducido tiempo de servicio*”.<sup>461</sup> Também consta que García Rivas solicitou a sua baixa da *Compañia* ao “*tener conocimiento que sus compañeros lo sindicaban como ladrón, homosexual, mal compañero e inútil*”.<sup>462</sup> Finalmente, como última informação, Garcia Rivas teria recebido a quantia de U\$ 6000 pela venda de 31 fotografias e de informação referente às Forças Armadas.<sup>463</sup> Contudo, isso não foi confirmado; seu objetivo era obter asilo, e, devido às dificuldades impostas pelo ACNUR, mesmo que quisesse não teria condições de barganhar nada além disso. Quanto aos “supostos” antecedentes de Garcia Rivas, é provável que os mesmos tivessem sido produzidos para desqualificá-lo após seu depoimento em Porto Alegre.

O pai do ex-soldado faria, ainda, uma declaração surpreendente: a de que um jornalista brasileiro havia participado do seu interrogatório:

Após, mais ou menos um mês do primeiro depoimento foi chamado novamente para prestar declarações para um representante do Governo Brasileiro; (...) que o Major Dante levou ao Hotel “LONDON”, (...) ocasião em que foi apresentado a um cidadão brasileiro; que a apresentação foi feita pelo Major Dante que adiantou que o cidadão brasileiro além de advogado, era também, jornalista, cujo nome inclusive foi declinado: e era ALBERTO MENDES RIBEIRO; que o depoente tem a impressão que havia um primeiro nome antes de Alberto, mas não recorda com precisão; Que saíram do Hotel no automóvel do Major Dante e começaram a transitar por muitas ruas de Montevideú; que iam andando e conversando; que Dante disse que a pessoa brasileira estava encarregada da defesa das policiais; que as voltas eram dadas no sentido de acalmar o Depoente, para que o mesmo ficasse tranquilo para a conversa que iam ter.<sup>464</sup>

---

<sup>460</sup> Termo de declarações de Orosman Garcia prestado ao MJDH. AMJDH.

<sup>461</sup> MEMORANDUM. Unidade de Derechos Humanos JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. SID. DEPARTAMENTO II (EXTERIOR). DAA-AMRE. (UY)

<sup>462</sup> Idem.

<sup>463</sup> Idem, Folha 2.

<sup>464</sup> Termo de declarações de Orosman Garcia prestado ao MJDH. AMJDH.

O jornalista referido por Orosman García era Jorge Alberto Mendes Ribeiro, que, na época, apresentava um programa na TV Gaúcha, no qual havia debatido o caso Celiberti. Mendes Ribeiro, entretanto, desmentiu o relato, dizendo ter encontrado o senhor Garcia “casualmente”, em um bar, “em companhia de outra pessoa”.<sup>465</sup> Após prestar depoimento para o MJDH, Orosman García viajou para o Rio de Janeiro, e de lá embarcou com seus nove familiares para Oslo. Diferentemente do caso do ex-soldado, o ACNUR aceitou a solicitação de Orosman e sua família.

De posse das informações obtidas por meio do depoimento de García Rivas, partícipe direto da operação, e que confirmou o envolvimento da polícia brasileira no sequestro ocorrido em Porto Alegre, o MJDH liderou, em julho de 1980, uma série de atos públicos de âmbito nacional pela libertação de Lilián e Universindo, fato acompanhado pelo Consulado uruguaio de Porto Alegre:

Señor Embajador: [...] cúmpleme informar: la única organización que ha realizado actos públicos y declaraciones a la prensa con relación al presunto secuestro de los ciudadanos uruguayos Universindo Díaz y Lilian Celiberti és el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos.<sup>466</sup>

Em outro aerograma,<sup>467</sup> do Consulado uruguaio do Rio de Janeiro, Jair Krischke figura em uma lista de “*políticos, periodistas y hombres de actuación pública*” que faziam “*oposición sistemática*” ao governo uruguaio. Além do presidente do MJDH, constam também nesta lista os nomes de Pedro Simon, Mario Frota e Omar Ferri, do PMDB; Aloisio Picanço e Francisco Costa Neto, da OAB/RJ; além dos jornalistas Paulo Maciel e Carlos Alberto Kolecza da *Zero Hora*, e Flaminio Fantini, do *Em Tempo*.<sup>468</sup>

Outro objetivo primordial do MJDH era a denúncia sobre as condições carcerárias existentes nas ditaduras da região, particularmente as relacionadas com Lilián e Universindo, dos quais regularmente recebia informações, por intermédio de dona Lilia. Este fato era reconhecido na própria ficha da mãe de Lilián produzida pelo DOPS:

30 JAN 81 INFE – Em telefonema de Montevideu para o Presidente do

---

<sup>465</sup> Medo de prisão leva ex-sargento a fugir. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 1980.

<sup>466</sup> Correspondência oficial de caráter confidencial do Consulado uruguaio de Porto Alegre à Embaixada em Brasília. EMBAJADA DEL URUGUAY Sector de Asuntos Consulares. 512/81-0552. JLA/rva. Asunto: Rem.nota N°377/81 del 12 de mayo de 1981, Del Consulado Gral. en Porto Alegre. Brasília, 19 de maio de 1981. Folha 2. Caixa 28. DAA- AMRE.

<sup>467</sup> EMBAJADA DEL URUGUAY – AEROGAMA. Brasília, 30 de junho de 1981. Consulado General de Rio de Janeiro. N° 109/81 (36). Caixa 28. DAA- AMRE.

<sup>468</sup> Idem.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos, JAIR KRISCHKE, em POA/RS, a nominada disse que visitou sua filha LILIAN, no Presídio em Punta Rieles, e que ela não está bem de saúde, apresentando problemas de falta de ar e algumas náuseas. (O Globo) (30 MAI 80) T212.<sup>469</sup>

Em novembro de 1983, faltando uma semana para a libertação de Celiberti e Rodríguez, o MJDH colocou uma placa com a contagem regressiva para o feito. Ironicamente, o local escolhido para descerrar a homenagem foi a Praça Montevideu, justamente na intersecção com a Rua Uruguai. Apesar de a placa ter sido retirada no final do dia, por não ter autorização da Prefeitura Municipal, a população porto-alegrense pôde, por algumas horas, ler o manifesto bem no centro da capital gaúcha: “LILIAN CELIBERTI e UNIVERSINDO DIAZ. Faltam 7 dias para libertação. Eles foram arrancados do Brasil num ataque à soberania nacional. Movimento de Justiça e Direitos Humanos”.<sup>470</sup>

Após a libertação de Lilián e Universindo, o Movimento continuou assessorando-os nas suas vindas ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, para efeitos de esclarecer os fatos, desde seu ponto de vista, bem como para denunciar os agentes envolvidos. Posteriormente, incitariam um processo de responsabilização do Estado. É a faceta de reivindicação de justiça que não fica apenas no título do MJDH. No prontuário do SID de Universindo Rodríguez consta:

Que en contactos mantenidos entre Jair KRISCHKE y Mario JASO trataran todo lo relativo a la denuncia presentada por el causante [Universindo] y Lilián CELIBERTI contra varios oficiales de las FF.AA. de nuestro país. 28.2.84<sup>471</sup>

A partir de então, Lilián e Universindo participavam de eventos organizados pelo MJDH, deslocando-se para Porto Alegre em datas significativas da história do Movimento ou de seu próprio sequestro, como consta no prontuário elaborado pelo SID sobre Universindo Rodríguez Díaz.<sup>472</sup> O Movimento liderado por Krischke igualmente aproveitava as datas simbólicas para lembrar e chamar a atenção para a causa dos Direitos Humanos, enfatizando a questão da memória no Cone Sul.<sup>473</sup>

---

<sup>469</sup> Ficha Informativa de Lilia Rosas Terron Celiberti do DOPS. Nº 12.288. Bulto 193. op. cit., página 4.

<sup>470</sup> Lilian: placa no largo da Prefeitura acabou retirada. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 nov. 1983.

<sup>471</sup> Prontuário do SID de Universindo Rodríguez Díaz, op. cit., folha 20.

<sup>472</sup> Aporta información registrada en la ficha, agregando que con motivo de cumplir cinco años el “Movimiento de Justicia y Derechos Humanos” fue invitado por éste a viajar a Porto Alegre, junto a Lilián CELIBERTI. Idem. Esses acontecimentos também foram publicados no jornal *Zero Hora*, em abril de 1989.

<sup>473</sup> Em seminário sobre “ensino e direitos humanos”, no Colégio Sévigné, a professora Celiberti, “era uma das participantes mais esperadas no seminário. Segundo ela “direitos humanos não se ensinam: se praticam ou se



### 3.6 O PAPEL DA JUSTIÇA

Em março de 1979, os policiais Pedro Seelig e Orandir Portasi Lucas foram denunciados pelo promotor público Dirceu Pinto, do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. O processo se sustentou, basicamente, nos mesmos atos, termos e depoimentos colhidos pela OAB, pela CPI e pelas sindicâncias e inquéritos realizados até então, acrescidos dos depoimentos das testemunhas de defesa dos acusados.<sup>474</sup> Durante o transcurso do mesmo, Dirceu Pinto incluiu os nomes dos inspetores Janito Kepler e de João Augusto da Rosa, o *Irno*.

Se na CPI da ALERGS houve um grande embate político-ideológico, na Justiça Estadual o processo também enfrentou dificuldades. As principais testemunhas (Cunha, Scalco e Ferri), o próprio promotor Dirceu Pinto, e até mesmo o juiz Moacir Rodrigues, da 3ª Vara, sofreram ameaças de morte. Além disso, o processo enfrentou constantes obstruções geradas por farsas e inversões de papéis, apresentados por parte da polícia, para transformar as vítimas e testemunhas em réus.

Como testemunhas do processo participaram os jornalistas Luiz Cláudio Cunha, João Batista Scalco, José Mitchell, Olívio Lamas e Najar Tubino; os advogados da OAB Marcos Solbermann Melzer, José Mariano de Freitas Beck e Otávio Caruso da Rocha, além do proprietário do apartamento da Rua Botafogo, onde ocorrera o sequestro, Jaime Plavnick. Posteriormente, depuseram, por determinação da Justiça, os juristas Eduardo Seabra Fagundes, Justino Vasconcelos e o francês Jean-Louis Weil; os jornalistas Paulo Maciel, Carlos Alberto Kolecza, e o presidente do MJDH, Jair Krischke.<sup>475</sup> Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa eram os delegados Marco Aurélio da Silva Reis, Cláudio Cabral Barbedo, Romulo Ponticelli e outros colegas dos réus.<sup>476</sup>

O renomado advogado de defesa, Oswaldo de Lia Pires, insistia na surpreendente tese de que o processo não poderia ser efetivado, pois os ofendidos não haviam formalizado

---

violam". Cf. A força do ensino dos direitos humanos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 abr. 1989, p. 34. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF). Caixa V.

<sup>474</sup> FERRI, op. cit., p. 194.

<sup>475</sup> FERRI, op. cit., p. 195.

<sup>476</sup> Idem, p. 195.

representação, que seria a “condição básica para abertura de inquérito”.<sup>477</sup> Sobre esse mandado de segurança impetrado por Lia Pires, o cartunista Santiago ironizou em uma charge, na qual um carrasco uruguaio suspendia uma seção de tortura e lia um jornal brasileiro para Lilián e Universindo, dependurados e acorrentados.<sup>478</sup>



(Santiago, Folha da Tarde, mar. 79).

Para manter um simulacro de investigação, a PF, sob o comando do delegado Edgar Fuques, solicitou Carta Rogatória<sup>479</sup> ao governo uruguaio, visando obter os depoimentos de Lilián e Universindo, presos e incomunicáveis em Montevideú. O documento recebido corroborava a versão oficial da “Farsa de Bagé”. Nas supostas palavras de Universindo Rodríguez, confirmava-se que:

Los motivos fundamentales que determinaron nuestra salida de Brasil y posterior entrada en Uruguay fue el hecho de que el día 17 de noviembre de 1978 cuando realizabamos una reunión en la que estaba CORES y otras personas Brasileñas que estaban con el, golpean a la puerta dos personas que son atendidas por los brasileños, los que nos informaron que por los tipos de preguntas eran presuntamente periodistas. Por ello y frente a la posibilidad de que haya problemas represivos se decide abandonar el frente

<sup>477</sup> Idem, p. 116.

<sup>478</sup> SANTIAGO, Folha da Tarde, março de 1979. In: FERRI, op. cit., p. 117.

<sup>479</sup> A carta rogatória é um instrumento jurídico de cooperação entre dois países que tem por objetivo a realização de atos e diligências processuais no exterior, como, por exemplo, audição de testemunhas, e não possui fins executórios. Contudo, as Cartas Rogatórias em matéria criminal seriam limitadas à citação, juramento, interrogatório, declaração, remissão de documentos, ou qualquer outra diligência que importem esclarecimento para constatar culpa, ou seja, o interrogatório seria feito no Uruguai, pelos uruguaiois. Memorandum. Ministerio de Relaciones Exteriores. Anexo VII. 05 de agosto de 1980. MRE.

descompartimentándose dicha reunión. Lilián recibió la orden de la Dirección del Partido para que viajara a Uruguay a dejar sus dos hijos con sus abuelos y que yo la acompañara.<sup>480</sup>

A esta versão agregam-se as supostas respostas de Lilián e Universindo quanto à data em que ingressaram em território uruguaio, e ao meio de transporte utilizado: “La salida fue el 21 de noviembre de 1978, y fuimos en ônibus hasta la frontera con Uruguay. En el viaje íbamos todos juntos incluso Camilo y Francesca. A Uruguay entramos por Acegua”.<sup>481</sup> A contradição entre as datas pode ser desmentida através do documento já citado,<sup>482</sup> que confirma a detenção dos uruguaios em 17 de novembro de 1978.

Trechos da Carta Rogatória foram utilizados por Lia Pires na defesa dos agentes do DOPS. Segundo o advogado de Seelig e Didi, a hipótese de que os uruguaios saíram de livre e espontânea vontade do Brasil: “É tão convincente que dispensa maiores atenções. Todavia, impõe-se aduzir que Lilián e Universindo, segundo se sabe, não estavam impedidos de entrar no Uruguai! Não eram foragidos do Uruguai!”.<sup>483</sup> Também esta informação precisava ser desmentida e, com ela, a argumentação de Lia Pires, que coincidia com os comunicados oficiais das Forças Conjuntas. Isto porque, em um “Manual de Sediciosos Requeridos”, constava, pelo menos, o nome de Lilián Celiberti, ou seja, a professora estava sendo efetivamente procurada pela Justiça Militar do Uruguai.

Em abril de 1980, o juiz Moacir Danilo Rodrigues leu a sentença do processo, que pedia a condenação dos policiais brasileiros envolvidos no sequestro dos uruguaios em 1978. Ao contrário das versões oficiais das Forças Conjuntas e do inquérito da PF/RS, o juiz considerou que os quatro cidadãos uruguaios “foram presos em Porto Alegre e ao menos por algum tempo mantidos sob prisão, para depois serem levados ao Uruguai. Este fato, seja que nome se lhe queira dar, ocorreu”.<sup>484</sup> Apesar de considerar a prisão, o crime de sequestro não foi tipificado, e a condenação ficou por conta de abuso de poder e autoridade dos policiais gaúchos do DOPS:

O dolo com que agiu, no entanto, foi intenso, executando uma prisão de estrangeiros com risco de provocar, inclusive, incidentes diplomáticos entre dois países vizinhos. Motivos altamente censuráveis e egoísticos, em

<sup>480</sup> Carta Rogatória. CPI. op. cit., 5 abr. 1979. Folha 273. AALERGS.

<sup>481</sup> Idem, Folha 277.

<sup>482</sup> Citado no capítulo II. *Serie Establecimientos Militares de Reclusión. Apêndice 2. Establecimiento Militar de Reclusión n° 1 (Libertad) e Establecimiento de Reclusión N° 2*. DAA – AMRE. Grifos no original.

<sup>483</sup> CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA. Peças extraídas do Processo Administrativo n° 28.35/79-CSP. de fls. 1972 – 2019. CPI, OP. CPI., p.45. Grifos no original.

<sup>484</sup> RIO GRANDE DO SUL. PODER JUDICIÁRIO. JUIZADO DE DIREITO. SENTENÇA. AMJDH.

circunstâncias totalmente desfavoráveis às vítimas. Graves as consequências de sua conduta antijurídica, pois, resultante de seu ato, Lilian e Universindo, que não tinham nenhuma pena a cumprir no Uruguai segundo declaração oficial de suas altas autoridades, e que se encontra no processo, estão presas há cerca de um ano e oito meses. Intimamente ligado às consequências próprias às vítimas, está o fato, há muito, a criar uma imagem totalmente negativa do Brasil, inclusive no exterior.<sup>485</sup>

A exemplo de outras manifestações em favor dos uruguaios, a sentença também evocava a questão da soberania nacional e, mais do que isto, lembrava da Revolução Farroupilha, acontecimento histórico muito caro aos gaúchos. Consta na sentença a lembrança de que Davi Canabarro, líder farroupilha, diante da oferta de apoio do ditador argentino Juan Manuel de Rosas, no combate contra as forças do governo brasileiro, teria dito que assinaria a paz com o Império com o sangue do primeiro soldado argentino que tentasse cruzar a fronteira.<sup>486</sup>

Mas, apesar da gravidade do caso, dos quatro réus, somente Orandir Portassi Lucas (“Didi Pedalada”) e João Augusto da Rosa, o “Irno”, foram condenados a seis meses de detenção. Aos policiais condenados, que “embora recém ingressando nos quadros da Polícia Civil, se envolveram e executaram medida violenta, de alta repercussão, até internacional”,<sup>487</sup> foi aplicada a pena acessória de terem suas funções policiais cassadas na comarca de Porto Alegre por dois anos, por abuso de poder. Os demais, delegado Pedro Seelig e inspetor Janito Kepler, foram absolvidos por falta de provas, e a Justiça não aceitou a reabertura do processo solicitada pelo promotor Dirceu Pinto. Os advogados dos policiais, Osvaldo Lia Pires (Seelig e Didi) e Manuel Godoy Bezerra (Irno), recorreram da sentença: em segunda instância, João Augusto da Rosa foi absolvido.

Na prática, o único condenado acabou sendo o inexperiente escrivão de polícia do DOPS, que evidentemente não efetuaria o sequestro e o traslado de quatro cidadãos uruguaios sem a autorização ou, no mínimo, conivência de seus superiores mais próximos, os delegados Pedro Seelig e Marco Aurélio da Silva Reis. Mas este era o limite da punição da Justiça que, mesmo com a política de “distensão”, continuava subordinada ao Estado de Segurança Nacional. Apesar desta limitação condenatória o processo referente ao julgamento dos policiais foi histórico e corajoso, uma vez que o juiz Rodrigues sofreu ameaças e fortes

---

<sup>485</sup> Idem, p. 43. AMJDH.

<sup>486</sup> Juiz condena dois policiais envolvidos no sequestro de Lilian. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1980. In: ENBAJADA DEL URUGUAY. Brasília DF, 29 de julho de 1980. Sector de asuntos políticos: Asunto: Rem. Recortes de la prensa brasileña ref. al supuesto secuestro en Porto Alegre. Carpeta 3. Notas confidenciais enviadas. 1980 Caixa 16. AHD-AMRE.

<sup>487</sup> Idem, p. 43-44. AMJDH.

pressões das autoridades. Em meio à imensa coação psicológica, o magistrado teve coragem, e, alguns dias antes de divulgar a esperada sentença, assistiu o filme “Z”, do cineasta Constantin Costa-Gavras: ao que parece, inspirou-se no juiz grego Sartzatzkis, que condenou os assassinos do deputado socialista Gregorius Lambrakis.

Em setembro de 1981, na mesma época em que Universindo e Lilián eram condenados a cinco anos de prisão pela Justiça Militar uruguaia, o Supremo Tribunal Federal mantinha a condenação de Orandir Portassi Lucas, imposta pelo Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul.

O caráter histórico desta condenação, que rompeu com a cultura de medo imposta pela ditadura, está demarcado no reconhecimento do crime cometido pelo Estado brasileiro,<sup>488</sup> e na individualização de um de seus agentes responsáveis. Ou seja, o “juízo de Porto Alegre, alcançava, de maneira nunca vista, agentes com nome e sobrenome ligados ao indevassável sistema de informações - coração e cerne do regime dos generais ‘revolucionários’ de 64”.<sup>489</sup> Entretanto, Didi foi o único condenado; nem durante a ditadura nem no período posterior os demais repressores brasileiros foram responsabilizados.

A sentença condenatória do juiz Moacir Danilo Rodrigues foi a primeira decisão, na América Latina, a responsabilizar órgãos de repressão e atividades ilegais e clandestinas

### 3.7 RECONHECIMENTO DO ESTADO E REPARAÇÃO

Cerca de quatro meses após saírem do cárcere, em novembro de 1983, Lilián e Universindo, na condição de terem liberdade vigiada,<sup>490</sup> formalizaram a primeira denúncia por violações dos direitos humanos contra o Estado uruguaio, ainda em plena ditadura. Vivia-se no Uruguai um clima de debate e luta pela Anistia a todos os presos políticos e aos exilados, bem como sobre os crimes perpetrados pelos militares e civis em nome do Estado de exceção.

Representados pelos advogados Hugo Batalla e Dario Jaso Anchorena, os ex-presos políticos reivindicavam “*verdad e justicia*”<sup>491</sup> como maneira de cooperar com os esforços

---

<sup>488</sup> No julgamento referente ao caso Herzog, em 1976, a União foi responsabilizada, porém sem identificar os autores individuais de seu assassinato.

<sup>489</sup> CUNHA, op. cit., 325.

<sup>490</sup> Em 21 de novembro de 1983, Lilián e Universindo saíram da prisão, porém, em regime de liberdade vigiada em que tinham que comparecer semanalmente a uma dependência militar e não podiam sair de Montevidéu sem autorização da Justiça Militar.

<sup>491</sup> RODRÍGUEZ, Universindo. Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e*

internacionais, sobretudo, os do Brasil, em solidariedade aos uruguaios sequestrados em Porto Alegre, cinco anos antes.

Dirigida ao Juizado de Primeira Instância, a denúncia exigia que fossem determinadas as eventuais responsabilidades penais acerca do crime. E reafirmava a participação de policiais brasileiros no sequestro em Porto Alegre, inclusive citando, nominalmente, os delegados do DOPS Marco Aurélio da Silva Reis e Pedro Seelig. Além desta denúncia penal, encaminhava-se outra ao Juizado Letrado de Primeira Instância no Contencioso Administrativo de Segundo Turno, reclamando reparação do Estado pelos gravíssimos danos e prejuízos morais e materiais causados pela ação de seus agentes.

A ação de indenização por danos morais<sup>492</sup> foi movida em 20 de agosto de 1987, e julgada procedente, conforme sentença prolatada pelo juiz Paulo Roberto Hanke, em 07 de março de 1989. O Estado foi condenado ao pagamento de oito pisos salariais mensais para Lilián, e sete para Universindo, num total de 60 meses. Houve recurso. A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, confirmou a decisão, em 04 de outubro de 1989.<sup>493</sup> Em 07 de março de 1996, Universindo Rodríguez Díaz recebeu a quantia de US\$ 26 mil, e Lilián Celiberti a de US\$ 28 mil<sup>494</sup> (a diferença se explica pelo envolvimento dos filhos de Lilián). Era o inédito reconhecimento do Estado brasileiro por um crime político cometido contra estrangeiros em território nacional no marco da Operação Condor.

Para Celiberti, não existia nenhum outro caminho possível, quando efetivaram essa demanda civil, para julgar os policiais; porém, claramente, não era o que ela queria. Contudo, o reconhecimento da responsabilidade civil pareceu muito significativo, pois mesmo naquele momento os policiais do DOPS seguiam negando sua participação no sequestro.<sup>495</sup>

Universindo Rodríguez também compartilha a opinião de Lilián sobre a ação. Segundo ele:

Sobre el juicio que realizó el doctor Omar Ferri y ganamos en 1995 al Estado de Río Grande del Sur [...] simplemente decirte que nuestra idea inicial no era la de hacer juicios indemnizatorios [...] pero cerrados los

---

*memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3. p. 200.

<sup>492</sup> Em 22 dezembro de 1985 foi aprovada a *Ley de Caducidad de Pretensión Punitiva del Estado* acerca das violações dos direitos humanos. Diante da impossibilidade de prosseguir com as denúncias em virtude desta lei, também conhecida como *ley de impunidad*, os uruguaios sequestrados em Porto Alegre moveram uma ação indenizatória no Brasil, representados pelo advogado Omar Ferri.

<sup>493</sup> Informações fornecidas gentilmente ao autor, via *e-mail*, pelo Dr. Omar Ferri, em 21 de março de 2011.

<sup>494</sup> MARIANO, op. cit., 2004, p. 151.

<sup>495</sup> Entrevista por *e-mail*, ao autor, de Lilián Celiberti, em 28 de agosto de 2011.

caminos de investigación y juicios penal a los responsables (tanto en Uruguay como en Brasil) por las leyes restrictivas vigentes [...] el camino de los juicios fue una forma de lograr que el pagarnos era reconocer que habíamos sido efectivamente secuestrados, torturados y deportados ilegalmente [...] como nosotros y nuestros abogados aquí y ahí denunciaron [...] por una Operación Cóndor o sea el funcionamiento de la coordinación de las dictaduras y servicios de Inteligencia.<sup>496</sup>

A transcendência política da vitória de Lilián e Universindo nesta causa indenizatória estava no inédito reconhecimento do Estado brasileiro frente a um crime de lesa-humanidade, praticado sob a cobertura da Operação Condor.

---

<sup>496</sup> Entrevista por e-mail, ao autor, de Universindo Rodríguez Díaz, em 27 de agosto de 2011.

## CONCLUSÃO

A história contemporânea da América Latina está marcada por um triste paradoxo. Protagonistas históricos como Simón Bolívar e José Martí, no século XIX, José Carlos Mariategui e Ernesto “Che” Guevara, no XX, morreram sem verem concretizados seus anseios de um continente latino-americano unificado, sem fronteiras políticas. Por outro lado, generais golpistas e ditadores como Augusto Pinochet, Manuel Contreras, Jorge Rafael Videla, Gregorio “Goyo” Alvarez, Alfredo Stroessner, Hugo Banzer, Emilio Gastarrazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, dentre outros, uniram-se para perseguir, aprisionar e desaparecer cidadãos latino-americanos, no Cone Sul da Segurança Nacional, entre as décadas de 1960 e 1980. Ou seja, o paradoxo está no fato de que, enquanto os primeiros morreram pela *Nuestra América*<sup>497</sup> unida, os segundos se uniram para matar, por meio do TDE e da conexão repressiva regional.

O corolário da conexão repressiva foi a Operação Condor, oficializada no final de 1975, no Chile. A ditadura brasileira participou efetivamente do *Plano Condor*, e o caso mais emblemático que corrobora tal afirmação foi o caso do *sequestro dos uruguaios*, em novembro de 1978, em Porto Alegre. O Estado do Rio Grande do Sul, por meio do comando do III Exército, um dos mais importantes do país, por estar sediado na região que faz fronteira com os países platinos, desempenhou um significativo papel estratégico e geopolítico no Plano Condor. Isto ocorreu, dentre outros motivos, pelo fato de ser Porto Alegre uma cidade onde houve a tentativa de criar uma base de resistência do exílio uruguaio, na segunda metade dos anos 1970. A proximidade com Montevidéu e o descompasso repressivo entre Brasil e Uruguai, - com esse último sofrendo o auge do TDE e aquele experimentando uma conjuntura de liberalização -, fez com que Porto Alegre parecesse um local seguro. Porém, tal percepção se mostrou, na prática, imprecisa; o contexto de abertura política não foi o suficiente para evitar o sequestro binacional.

Entretanto, considerando a experiência das ações semelhantes realizadas em outros países, o desfecho foi inesperado. Vários são os motivos que permitem compreender este resultado inédito: as medidas de segurança adotadas pelo PVP a partir do aprendizado anterior; a cobertura jornalística, que pela primeira vez na história das ditaduras investigava a comunidade de segurança e inteligência de um Estado de Segurança Nacional, principalmente

---

<sup>497</sup> Para usar um termo consagrado do intelectual e herói nacional cubano, José Martí.



pela ação de Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco; a atuação destacada de advogados da OAB-RS, sobretudo de Omar Ferri; a participação do MJDH liderado por Jair Krischke; as atividades dos deputados de oposição da ALERGS; a resistência de Universindo Rodríguez Díaz, que mesmo sob tortura não delatou nenhum de seus companheiros, evitando que se abrisse novamente o ciclo *sequestro-tortura-sequestro*; a corajosa luta de Dona Lilia que ousou desafiar duas ditaduras em busca de seus netos e sua filha; e, o mais importante, pela corajosa e inteligente conduta de Lilián Celiberti, que conseguiu agir, no limite da sobrevivência, salvando a vida de seus filhos, do seu companheiro, e tornando o sequestro público. Finalmente, não podemos menosprezar o papel do imponderável no caso concreto do sequestro; foi o acaso que fez com que o fotógrafo esportivo da Revista *Placar*, João Batista Scalco, acompanhasse Luiz Cláudio Cunha ao apartamento da Rua Botafogo.

Esta dissertação trás pequenas, porém importantes contribuições ao esclarecimento do fato. Entre elas, a constatação encontrada na documentação oficial uruguaia de que o nome de Lilián Celiberti constava de uma lista de *Sediciosos Requeridos*, em maio de 1977, o que desmente o argumento das Forças Armadas de que ela e Rodríguez não estavam sendo procurados pela Justiça Militar na época do sequestro. Outra informação a tomar em conta é a de que a data de prisão de Lilián e Universindo, segundo consta no apêndice da *Série Establecimientos de Reclusión*, é de 17 de novembro, e não de 21 de novembro, como afirmavam os militares uruguaios. A pesquisa também permite confirmar a revelação feita pelo ex-soldado da *Compañia de Contraintormaciones*, Hugo Garcia Rivas, de que o nome cifrado da ação binacional era *Operación Zapato Roto*; essa informação foi encontrada em prontuário de inteligência de um dos detidos da ação repressiva, em Montevideú. Por outro lado, é possível avaliar que o delegado da Policia Federal do Rio Grande do Sul, Edgar Fuques, sabia que os uruguaios desaparecidos no Brasil já estavam no Uruguai um dia antes do comunicado oficial das autoridades daquele país; tal informação, extraoficial, foi passada ao Cônsul uruguaio, conforme correspondência confidencial do Consulado do Uruguai de Porto Alegre. Finalmente, as fichas informativas de Dona Lilia Celiberti e da juíza Maria Regina Bolick, que hospedou a mãe de Lilián em Porto Alegre, revelam a espionagem ostensiva realizada pelas forças repressivas brasileiras, em conluio com a ditadura uruguaia (tais documentos foram encontrados no Uruguai), bem como comprovam que, ao menos, parte do arquivo do DOPS não foi incinerado em maio de 1982, conforme foi divulgado com certo estardalhaço pelo Governo Amaral de Souza, e como o organismo continuava

produzindo informação após essa data (as fichas são do mês de julho, portanto, de dois meses após o hipotético incêndio em toda documentação do DOPS-RS).

Ainda em termos de fontes, contribuímos com as informações de Camilo e Francesca Celiberti, maiores vítimas do sequestro em Porto Alegre. Apesar de ter falado sobre o tema para os jornalistas e advogados que foram visitá-lo em Montevidéu, quando era criança, Camilo passou muito tempo sem tocar nesse assunto tão marcante em sua vida. Seu relato contribuiu para resgatar a questão da subjetividade e humanizar o caso, ao colocá-lo, também, sob a dimensão das crianças. Além dessas entrevistas, devemos destacar outra, realizada com um dos militantes do PVP, capturados na *Operación Zapato Roto*. Ao notarmos o semblante, cara a cara, entre pesquisador e protagonista, percebemos o quanto as ditaduras foram nefastas e terríveis. Essa subjetividade esclarecedora não pode ser encontrada nos documentos oficiais.

Entretanto, apesar de todas essas contribuições que nos permitem ampliar e aprofundar o que já foi produzido e resgatado pelo jornalismo, avançando no debate historiográfico sobre a Operação Condor, ainda faltam os depoimentos dos perpetradores deste crime tão emblemático, sobretudo no Brasil, que nunca se pronunciaram a respeito, e permanecendo sob a lógica secreta do Plano Condor.

Após três décadas do *sequestro dos uruguaios*, em novembro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul prestou um ato de desagravo a Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz. A homenagem foi realizada, pela manhã, na ALERGS, e, à noite, na sede da OAB-RS, onde eles receberam, dela e do MJDH, uma escultura de uma pomba com a seguinte inscrição: “*Por la libertad y democracia*”. Além de Lilián e Universindo, estavam presentes no evento o advogado Omar Ferri, o conselheiro do MJDH, Jair Krischke, também laureados, e o jornalista Luiz Cláudio Cunha.

Atualmente, Lilián Celiberti vive em Montevidéu, e trabalha como coordenadora da Organização Não Governamental feminista *Cotidiano Mujer*<sup>498</sup> e da *Articulación Feminista Marcosur*.<sup>499</sup> Lilián também integra o *Capítulo Uruguay de la Plataforma Interamericana de Derechos Humanos Democracia y Desarrollo* (PIDHDD), bem como realiza consultoria para diversos organismos, como a Organização Internacional do Trabalho. Celiberti tem participado sistematicamente do Fórum Social Mundial (FSM),<sup>500</sup> cuja origem está

---

<sup>498</sup> Trata-se de um coletivo feminista criado em 1985. Desde há dez anos é sede da *Articulación Feminista Marcosur*. Disponível em: < <http://www.cotidianomujer.org.uy>>. Acesso: 20 mar. 2011.

<sup>499</sup> Associação que articula organizações feministas da América do Sul. Idem.

<sup>500</sup> O FSM é um encontro mundial das esquerdas contrárias ao Neoliberalismo, em resposta ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça. Suas três primeiras edições (2001, 2002 e 2003) foram realizadas na cidade de Porto Alegre.

emoldurada junto à cidade de Porto Alegre. De alguma maneira, o espírito internacionalista do FSM e a inserção da capital gaúcha no mapa político mundial podem, por que não, ser encontrados nos próprios desdobramentos do sequestro dos uruguaios, em 1978. Isto porque a campanha internacional realizada em solidariedade a Lilián e Universindo rendeu a Porto Alegre, na época, o título de “capital dos Direitos Humanos”.

Sobre a homenagem prestada na sede da OAB, Lilián disse que esse evento, em alusão aos 30 anos do sequestro, tinha sido o mais emocionante de todos em que participara, em Porto Alegre, após recuperar sua liberdade. Agradecendo à OAB, ao MJDH, à ALERGS, e especialmente a Omar Ferri, encerrou: “Queremos retribuir a todos aqueles que tornaram possível que estivéssemos hoje com vida”.<sup>501</sup>

Junto com Lilián estava presente, no ato de desagravo, sua filha Francesca Casariego, 33 anos, com seu filho Luan de los Santos, de 3 anos. Francesca é formada em Belas Artes pela Universidade da República, sendo desenhista gráfica, porém, trabalha junto com Lilián no coletivo *Cotidiano Mujer*. Segundo Francesca, os direitos humanos não devem ser dissociados das questões sociais,<sup>502</sup> ou seja, abrangem um espectro mais amplo que as questões relacionadas à ditadura. Essa opinião é compartilhada com seu irmão Camilo Casariego Celiberti, que disse não participar efetivamente da militância pelos direitos humanos e contra os crimes cometidos pela ditadura, pois os direitos humanos são violados diariamente.<sup>503</sup> Para Camilo, sua irmã Francesca foi a mais prejudicada com o sequestro, porque, apesar de ela não lembrar, pois era muito nova, passou sua infância sem pai e sem mãe, enquanto ele, Camilo, viveu com seu pai Hugo Casariego, na Europa.

Camilo, que não compareceu à cerimônia, até o final de 2010 era *chef* de cozinha no *Don Peperone*, restaurante de luxo no *Shopping Center Punta Carretas*, em Montevidéu. Ironicamente, tal shopping está instalado no espaço onde existia o antigo presídio político de *Punta Carretas* (inclusive mantendo algumas das instalações originais). O cozinheiro reside em *Santa Catalina*, atrás do Cerro, na periferia da capital uruguaia, a uns 45 minutos de ônibus do centro, e milita em uma rádio anarquista comunitária chamada *En Construcción*, pois, segundo ele, o bairro operário também está em construção.<sup>504</sup> Camilo tem três filhos.

Universindo Rodríguez Díaz, após sair do cárcere, abandonou a carreira de medicina para se licenciar em História pela *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*.

---

<sup>501</sup> Ato de desagravo aos uruguaios sequestrados. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 nov. 2008.

<sup>502</sup> Entrevista de Camilo Casariego Celiberti concedida ao autor no dia 27 de julho de 2010, em Montevidéu.

<sup>503</sup> Idem.

<sup>504</sup> Idem.

Desde 1987 trabalha como pesquisador na Biblioteca Nacional de Montevideu, onde desenvolve pesquisas sobre o sindicalismo uruguaio. É autor de mais de 20 livros e documentários, como o reconhecido *A las cinco en Punto* (sobre a greve geral de 1973). Acompanhando Universindo no ato de desagravo, na sede da OAB, estava seu filho – que teve com a jornalista e escritora Ivonne Trías Hernández<sup>505</sup> –, o estudante de filosofia, de 22 anos, Carlos Iván Rodríguez Trías.

Outro homenageado, que teve papel central nos desdobramentos do *sequestro dos uruguaios*, foi o advogado Omar Ferri, que segue exercendo a sua brilhante carreira, porém, agora com escritório no Bairro Menino Deus, a poucas quadras do apartamento da Rua Botafogo, o mesmo que colocou o jurista no olho do furacão. Aos 78 anos, o gaúcho da cidade de Encantado e descendente de italianos, mantém firme postura em defesa dos direitos humanos.

Outro convidado ilustre da noite foi o conselheiro do MJDH, Jair Krischke, que também sentou à mesa dos homenageados devido à sua corajosa atuação no desenrolar do sequestro em Porto Alegre. O conselheiro e fundador histórico do MJDH segue com o seu importante trabalho na defesa dos direitos humanos, em busca de justiça e verdade acerca dos crimes do passado recente. O Movimento liderado por Krischke segue travando verdadeiras batalhas no Cone Sul, como na assessoria ao promotor italiano Capaldo, que pede captura internacional de mais de cem militares latino-americanos envolvidos no *Plano Condor*, ou, ainda, na campanha internacional pela extradição do coronel Cordero. Sem abandonar sua habitual seriedade e serenidade, Krischke, então com 70 anos, se emocionou ao abraçar Lilián Celiberti, em um singelo gesto fraternal que traduz toda a gratidão da uruguaia para com o líder do MJDH.

Finalmente, outro protagonista marcante, que apesar de não ter sido homenageado naquela noite estava presente na cerimônia, merecendo destaque, foi o jornalista e principal testemunha do sequestro, Luiz Cláudio Cunha. Aos 57 anos, segue exercendo sua renomada carreira jornalística. O repórter que *viu o condor*<sup>506</sup> em ação, junto com João Batista Scalco, publicou, em 2008, importante livro sobre aqueles acontecimentos: *Operação Condor e o Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*.<sup>507</sup> O fotógrafo J. B Scalco faleceu em maio de 1986, aos 32 anos, deixando dois filhos. Por ter sido um grande

---

<sup>505</sup> Trías esteve presa por razões políticas durante 13 anos no EMR N° 2, *Penal Punta Rieles*. A jornalista integrou a redação do jornal *Compañero*, do coletivo *Cotidiano Mujer* (1985) e do renomado semanário *Brecha* (1997).

<sup>506</sup> Parafrazeando o jornalista Nilson César Mariano.

<sup>507</sup> Este livro serviu como importante fonte para a realização desta dissertação.

fotógrafo do jornalismo esportivo, Scalco teve seu nome e sua foto divulgada no placar eletrônico do Estádio Maracanã, como homenagem póstuma ao repórter que também ajudou a desmascarar a ação clandestina do Condor em Porto Alegre.

O *sequestro dos uruguaios* representou, na época, “uma luta do futuro contra o passado”.<sup>508</sup> Nessa luta, apesar de todos os percalços e dificuldades, o futuro venceu. Por isso, talvez a presença mais simbólica no ato de desagravo foi a de uma criança chamada Luan de los Santos. Trata-se do neto de Lilián Celiberti, filho de Francesca, que, em 2008, tinha três anos, exatamente a mesma idade de sua mãe, quando foi sequestrada, há três décadas.

O pequeno Luan é a prova mais contundente de que os uruguaios sequestrados venceram a luta contra os piores inimigos dos militantes de oposição, às ditaduras coordenadas através da Operação Condor. Não foram desaparecidas e as crianças não foram roubadas e apropriadas. No retorno à capital do Rio Grande do Sul, trinta anos após o sequestro que marcou profundamente esses cidadãos e a história recente do nosso Estado, a alegria do filho de Francesca contagiou a todos que participaram da solenidade.

É com essa alegria que gostaríamos de concluir essa dissertação, fazendo referência à belíssima canção *Horizontes*,<sup>509</sup> sobre uma melancólica infância vivida “nas ruas de um porto não muito alegre”, assim como a curta, porém marcante passagem de Francesca e Camilo pela capital gaúcha. Entretanto, na dialética da história, esse “porto não muito alegre” também pode “nos trazer encantos”, e “um pôr do sol” se “traduz em versos”. A trajetória histórica segue seu curso em busca “de seguir livre, muitos caminhos [...] de ter ideias de liberdade, de ver amor em todas as idades”. Mas para ninguém “se perder por aí”, como diz no final da música, há que se preservar a Memória, esclarecer a Verdade e lutar por Justiça, sempre, para que o condor da Segurança Nacional nunca mais voe sobre Porto Alegre ou qualquer outro lugar.

---

<sup>508</sup> ALMEIDA FILHO, Hamilton et al. Sequestro um crime grosseiro fere o país. *Coojournal*, Porto Alegre, jan. 1979. In: GUIMARAENS, Rafael et al (orgs.). *Coojournal*. Um jornal de jornalistas sob o Regime Militar. Reportagens Seleccionadas. Porto Alegre: Libretos, 2011. p. 143.

<sup>509</sup> *Horizontes* foi escrita pelo compositor Flávio Bicca, especialmente para a peça teatral *Bailei na Curva*, em novembro de 1983. Tal peça, escrita por Julio Conte e apresentada até os dias de hoje, retrata o período da ditadura brasileira sob a perspectiva de sete crianças vizinhas que cresceram em Porto Alegre. A trama inicia-se em abril de 1964 e conclui com a morte de Tancredo Neves, em 1985. Disponível em: <<http://www.comicacultural.com.br/?pg=8113>>. Acesso: 10 mar. 2012.

## ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

### 1) Arquivos

*Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay* – Montevideú, Uruguai.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

### 2) Arquivos eletrônicos

*Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Poder Judicial – “Archivo de Terror”*. –  
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19770406%20Resumen%20de%20Actividades%20de%20Icia.pdf>>

*Equipo Nikor Derechos* – <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil>>

*National Security Archive* – <<http://www.gwu.edu>>

*Partido por la Victoria del Pueblo* – <<http://www.pvp.org.uy/pvp-desaparecidos-2.htm>>

*Presidencia de la República Oriental del Uruguay* – <<http://www.presidencia.gub.uy>>

### 3) Imprensa

*Compañero*, Montevidéo, Uruguai.

*Coojornal*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

*Folha da Tarde*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

*La República*, Montevidéo, Uruguai.

*Página 12*, Buenos Aires, Argentina.

*Veja*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

*Zero Hora*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

### 4) Documentos

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

CONADEP. *Nunca Mais*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, 1984.

CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *Uruguay/Argentina: coordinación represiva*. Buenos Aires: CELS, [Sem Data].

INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES (IGPM). *Guerrilha e Contra-guerrilhas urbanas*. Brasília, 5 set. 1968.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Termo de Declarações de Hugo Walter Garcia Rivas. Porto Alegre, 3 maio 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*.

Porto Alegre: Corag, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Juizado de Direito. Sentença do Poder Judiciário. Juiz Moacir Danilo Rodríguez. Porto Alegre, 21 jul. 1980.

SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia, 1989.

URUGUAY. Fuerzas Conjuntas. Oficina de Prensa. Comunicado N° 1.400. Decreto N° 393/973. Montevideo, 25 nov. 1978.

URUGUAY. Fuerzas Conjuntas. Oficina de Prensa. Comunicado N° 1.401. Decreto N° 393/973. Montevideo, 1 dic. 1978.

URUGUAY. Ministerio del Interior. Dirección de Investigaciones. Prontuario N° 425 de Universindo Rodríguez Díaz. Assunto 8-2-1-153.wftm. 6 mayo 1977.

URUGUAY. Presidencia de la República. Investigación *Historica sobre Detenidos y Desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. 5 t.

## **5) Depoimentos e testemunhos impressos**

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu Quarto, Minha Cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

VICTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Semente, 1980.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra, 1987.



## **6) Entrevistas concedidas ao autor**

Alejandro Blás Facal – 10 de julho de 2008

Camilo Casariego Celiberti – 22 e 27 de julho de 2010.

*Charro* - 10 de julho de 2010.

Jair Krischke – 10 de agosto de 2008 e 11 de agosto de 2008.

José Mitchell – 8 de setembro de 2008

Lilián Celiberti – 12 de novembro de 2008; 3 de fevereiro de 2010, 28 de agosto de 2011 (por e-mail).

Omar Ferri – 5 de setembro de 2008.

Universindo Rodríguez – 13 de novembro de 2008, 9 de abril de 2009, 25 de janeiro de 2010, 20 de julho de 2010, 27 de agosto de 2011 (por e-mail) e 18 de março de 2012 (por e-mail).

## **7) Audiovisuais**

*Condor*. Diretor: Roberto Mader. Rio de Janeiro: Focus Filmes, 2007.

*Cone Sul*. Diretor: João Guilherme Reis e Silva. Brasil, 1985. 29 minutos.

*El extraño casco azul*. Diretor: Gonzalo Arijón. Francia, 1989. 24 minutos.

*Frente a Frente*. Especial entrevista Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz. Novembro de 2008.

Televisión Nacional Uruguay. Entrevista de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez. 17 nov. 2008.

TVCOM RS. *Documento*. Programa sobre os 30 anos do sequestro dos uruguaios em Porto

Alegre. Novembro de 2008.

TVCOM RS. *Programa Histórias*. Entrevista do general Ruy de Paula Couto concedida ao jornalista José Mitchell. Porto Alegre. Janeiro de 2007.

TVCOM RS. *Programa Histórias*. Entrevista de Marco Polo Giordani concedida ao jornalista José Mitchell. Porto Alegre. Setembro de 2010. .

*Y cuando sea grande*. Diretor: César Charlone, Brasil, 1980. 55 minutos.

## 8) Bibliografia geral

ALMEIDA FILHO, Hamilton et al. Sequestro um crime grosseiro fere o país. *Coojornal*, Porto Alegre, jan. 1979. In: GUIMARAENS, Rafael et al (orgs.). *Coojornal*. Um jornal de jornalistas sob o Regime Militar. Reportagens Seleccionadas. Porto Alegre: Libretos, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 282 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUMGARTNER, José Luiz; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. *Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

BLOCH, March. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales*. Los documentos ocultos del Operativo Condor. Assunção: Expolibro/Servilibro, 2002.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão*. Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

CALLONI, Stella. *Operación Condor*. Pacto Criminal. La Habana: Ed. de Ciências Sociales, 2006.

CARRIÓ, Alejandro. *Los crímenes del Condor*. El caso Prats y la trama de conspiraciones entre los servicios de inteligencia del Cono Sur. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. 119 f. Santa Maria/RS: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CHAVEAU, Agnès; TETART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1992.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CRUZ, Newton. O arquivo de Newton Cruz. Confidências de um General. Entrevista. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 jul. 2008, p. 5.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*. O Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008.

\_\_\_\_\_. O sequestro de Lílían e Universindo – 15 anos depois. A farsa desvendada. Caderno Especial. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 nov. 1993.

DECLARACIÓN CONSTITUTIVA DE LA JCR. A los Pueblos de América Latina. *Che Guevara*, órgão da JCR, n. 1, nov. 1974. In: LOWI, Michel. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DINGES, John. *Os anos do Condor*. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 274 f. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Comissão de Justiça e Direitos Humanos. In. BIZ, Osvaldo (org.). *Sessenta e quatro para não esquecer*. Porto Alegre: Literaris, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marcio Moreira; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARCIA, João Carlos Bona. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GAUDICHAUD, Franck. La Sombra del Condor. Contra-Revolución y Terrorismo de Estado Internacional en el Cono Sur. *Dissidences*, 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/ddhh/gaudichaud200203.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

GAUDICHAUD, Franck. *Operación Cóndor*. Notas sobre el terrorismo de Estado en el Cono Sur. Madrid: Sepha, 2005.

ISRAEL, Sergio. *El enigma Trabal*. Montevideo: Trilce, 2002.

KO`RU. Latinoamericano. *Los rehenes de la dictadura*. Caracas, n. 11, set./oct. 1980.

KRISCHKE, Jair. O papel protagônico do Brasil na Operação Condor. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul 2008*. Porto Alegre: Corag, 2008.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 135 f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. *Operación Cóndor*. Terrorismo de Estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

\_\_\_\_\_. O sequestro de Montoneros no Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

\_\_\_\_\_. Série especial: as cinzas do Condor. *Zero Hora*, Porto Alegre, jul. 1999.

MARTÍNEZ, V. *Tiempos de dictadura*. 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día. Montevideo: Banda Oriental, [s. d.].

MCSHERRY, J. Patrice. *Los estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental/LOM, 2009.

MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

\_\_\_\_\_. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *As Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 Horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37,

p. 227-249, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. História do tempo Presente, Ditaduras de segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./ jun. 2009.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO. *Uruguay: análisis y propuestas*. Madrid: Ed. PVP, 1979.

PIGNOTTI, Dario. Agora é fato! Kissinger sabia da operação Condor e não impediu assassinatos. *Página 12*, Buenos Aires, 12 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-143676-2010-04-11.html>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

\_\_\_\_\_. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 223 f. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004.

REIS, Ramiro José dos. Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: uma família uruguaia na mira do Condor em Porto Alegre. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

\_\_\_\_\_. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). *Antíteses*, Londrina/PR, v. 2, n. 4, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antíteses>>.

\_\_\_\_\_. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. *Estudios Históricos*, Rivera – CDHRP, n. 3, dic. 2009.

\_\_\_\_\_. Terrorismo de Estado e Operação Condor no Brasil: 30 anos do sequestro político internacional dos uruguaios em Porto Alegre. *História & Luta de Classes*, [s. l.], v. 7, p. 52-57, jul. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1997.

RODRÍGUEZ, Roger. La patota de la OCOA, la guita y el PVP. *La República*, Montevideo, 1 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.pvp.org.uy/pvp-desaparecidos-2.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

RODRÍGUEZ, Universindo; JUNG, María Eugenia. *Juan Carlos Mechoso Anarquista*. Montevideo: Trilce, 2006.

RODRÍGUEZ, Universindo et al. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Taurus, 2006.

RODRÍGUEZ, Universindo. Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

SADER, Emir. *A transição no Brasil*. Da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1993.

SCHILLING, Flávia. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. O Serviço secreto do Itamaraty. *Correio Brasiliense*, Brasília, 22 jul. 2007.

SILVEIRA, Hélder Gordim da. A Política Externa do Regime Militar: Origens Ideológicas na Geopolítica da Escola Superior de Guerra segundo Golbery. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1.